

Claudia Janet Cataño Hoyos

**A FORMAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA E A PRODUÇÃO COLETIVA DE ALIMENTOS:
possibilidades e limites da proposta de Soberania Alimentar**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-graduação em
Educação, do Centro de Ciências da
Educação da Universidade Federal de
Santa Catarina, na linha de pesquisa
Trabalho e Educação, como requisito
final para a obtenção do título de
Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana
D'Agostini.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

CATAÑO HOYOS, Claudia Janet

A FORMAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
E A PRODUÇÃO COLETIVA DE ALIMENTOS : possibilidades e
limites da proposta de Soberania Alimentar / Claudia Janet
CATAÑO HOYOS ; orientadora, Adriana D'Agostini -
Florianópolis, SC, 2015.

311 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós
Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Formação Política. 3. Soberania Alimentar.
4. Produção Coletiva de Alimentos. 5. Movimento Sem Terra.
I. D'Agostini, Adriana. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**"A FORMAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A
PRODUÇÃO COLETIVA DE ALIMENTOS: POSSIBILIDADES E LIMITES DA
PROPOSTA DE SOBERANIA ALIMENTAR"**

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso
de Mestrado em Educação do Centro de
Ciências da Educação em cumprimento parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 25/11/2015

Dra. Adriana D Agostini (PPGE/CED/UFSC-Orientadora)

Dr. Luis Alejandro Lasso Gutierrez (UFMS/MS-Examinador)

Dra. Célia Regina Vendramini (PPGE/UFSC-Examinadora)

Dra. Sandra Luciana Dalmagro (CED/UFSC-Examinadora)

Dr. Marcos Antônio de Oliveira (UFPR/PR-Suplente)

Dr. Mauro Tilton (CED/UFSC-Suplente)

Adriana D Agostini
Luis Alejandro Lasso Gutierrez
Célia Regina Vendramini
Sandra Luciana Dalmagro
Mauro Tilton

CLAUDIA JANET CATAÑO HOYOS
FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/NOVEMBRO/2015

Clodia

Ione Ribeiro Valle
Coordenadora PPGE/UFSC
Portaria nº 1746/2014/GR

*Com amor e esperança, para os
Trabalhadores Rurais Sem Terra da
Colômbia.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à professora Adriana D'Agostini, pela orientação paciente e generosa. Obrigada pela oportunidade de me inserir no estudo da educação dos trabalhadores, obrigada por todo o aprendizado na sala de aula e nas assessorias, mas principalmente, pelo exemplo de compromisso e coerência prática como professora militante. Agradeço também pelo incentivo, pelas perguntas, pela liberdade ao longo do processo da pesquisa assim como pela confiança que sempre teve em meu trabalho.

À Banca de qualificação e defesa desta pesquisa, formada pelos professores Sandra Dalmagro, Marco Antônio de Oliveira, Alejandro Lasso e Célia Regina Vendramini. Estou muito agradecida pela paciência e pelo cuidado com o que leram este extenso texto e pelas significativas contribuições ao trabalho e a minha formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa que me possibilitou fazer as visitas de campo e dedicar integralmente meu tempo à concretização deste trabalho.

Aos professores e colegas do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT) do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, pela acolhida, pelo acompanhamento, pelos aprendizados e pela solidariedade.

Ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, e particularmente aos trabalhadores e trabalhadoras do assentamento Conquista na Fronteira, agradeço a carinhosa acolhida, os ensinamentos e a disposição em contribuir com suas informações para este trabalho. Expresso aqui minha admiração pelo processo de propriedade coletiva da terra, pelo trabalho e pela produção que desenvolveram no assentamento. Sou muito grata por partilharem comigo os segredos da mágica que faz possível reduzir o tempo de trabalho e dispor de tempo livre para plantar a transformação no meio da tempestade.

Ao Fabrizio, meu querido companheiro nos trechos mais difíceis da caminhada. Obrigada por acreditar em meu trabalho, pela coragem com que enfrentou minhas longas ausências e pelos sacrifícios para me propiciar as condições materiais e emocionais que me permitiram realizar e, especialmente, concluir este mestrado. Obrigada também pela formatação.

À Senhora Maria Elisa e ao Senhor Adelmo, por terem se tornado meu suporte familiar durante minha estadia em Florianópolis e pelo

apoio durante o tempo de desenvolvimento desta pesquisa. Muito obrigada pela permanente e incansável compreensão, pelo incentivo e carinho. Agradeço de forma especial à amorosa Senhora Maria Elisa, pela valiosa contribuição na revisão gramatical e ortográfica deste trabalho. Nunca terei como pagar os numerosos domingos, dias e noites que a senhora, mesmo doente, dedicou à correção cuidadosa, profissional e paciente destas páginas que pareciam não ter um ponto final.

À minha mãe, às minhas irmãs e aos meus sobrinhos, agradeço a força que me transmitiram, apesar da distância. Muito obrigada pela torcida, pela companhia, mesmo mediante a internet, assim como pelo carinho e respeito pela minhas escolhas. Só peço um pouco mais de paciência e fortaleza para agüentar o longo trecho que ainda me falta concluir. Espero ter a oportunidade de contribuir para que vocês sempre tenham anoiteceres e despertares tranquilos, assim como ajudar na concretização de seus sonhos. Espero também que, desta vez, a vida nos dê a oportunidade de colher, juntos, os frutos de todos os sacrifícios e de juntos comemorar, sorrir e sonhar.

Agradeço à professora Marcia, porque suas aulas de português foram fundamentais para meu processo de integração neste país, na reconquista da palavra escrita e falada e na recuperação da companhia e da mágica que o domínio de uma língua traz consigo.

Também agradeço às amigas e aos amigos que, de diferentes formas, motivaram e contribuíram para o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho. Obrigada a Sandra, por me incentivar a estudar na UFSC; a Josiana, por acompanhar os momentos de dificuldade; a Juliana, por acreditar em meu trabalho e motivar ações; a Vagner, pelas contribuições na qualificação do projeto e na pesquisa de campo, assim como pela companhia e amizade construída durante o mestrado; a Matheus, pela generosidade nas explicações teóricas; a meus compadres Oscar e Yornel, pelo amor e pela alegria que sempre oferecem a meu coração; a Alberto, por nunca dizer não; e a toda a Banca Cubana pelo apoio e pela rigurosidade.

RESUMO

A Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar constituem propostas que pertencem a interesses historicamente antagônicos, mas que apresentam convergências e divergências na interpretação do direito a estar protegido contra a fome. A Soberania Alimentar é a proposta dos trabalhadores rurais, já a Segurança Alimentar é a proposta dos Organismos Multilaterais. A formação política dos trabalhadores rurais sem terra e a produção coletiva de alimentos são simultaneamente possibilidades e limites na materialização da Proposta de Soberania Alimentar. Nos documentos construídos no espaço dos Fóruns Mundiais de Soberania Alimentar, no período de 1996-2007, a formação política e técnica, assim como a possibilidade de produzir alimentos de forma coletiva foram esquecidas, mas a experiência concreta de trabalho do assentamento Conquista na Fronteira demonstra que estes elementos são determinantes na concretização da Soberania Alimentar e na respectiva solução do problema da fome, na reivindicação dos direitos políticos, sociais e econômicos dos trabalhadores rurais sem terra e na possibilidade de morar com dignidade no campo. Em consequência, o propósito geral desta pesquisa é evidenciar as possibilidades, os limites e as relações entre o processo de formação política e o processo de produção coletiva de alimentos desenvolvido pelos trabalhadores rurais do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no tempo de trabalho e no interior do assentamento Conquista na Fronteira. Para tal fim, foram observadas as condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar divergentes da proposta de Segurança Alimentar, tais como: proteção de direitos sociais dos trabalhadores rurais; propriedade dos meios de produção; planejamento do sistema agroalimentar; técnicas agroecológicas de produção agrícola; criação de cooperativas de produtores; produção de quantidades suficientes de alimentos saudáveis; acesso aos meios de produção e priorização de circuitos curtos de comercialização. Em termos metodológicos, foi construída uma estratégia qualitativa de geração e análise de dados que integrou revisão documental, observação participante e realização de entrevistas. Os documentos e as entrevistas foram analisados mediante codificação aberta e axial dos parágrafos (STRAUSS; CORBIN, 2002). A interpretação dos dados esteve orientada pela concepção de formação política presente em Mészáros (2008) e em Kosík (1976) e pela relação trabalho e educação. Evidenciou-se que os Trabalhadores Rurais Sem Terra conseguem produzir alimentos saudáveis e evitar a fome entre os mais pobres desde que tenham acesso a terra e a outros meios de

produção, o trabalho e a produção seja organizado de forma coletiva e se desenvolvam processos de formação política focados no controle da incidência das mediações de segunda ordem. Conclui-se que, para avançar na materialização das premissas da proposta de Soberania Alimentar, é necessário desenvolver com os trabalhadores rurais processos de formação política no tempo de trabalho e no tempo de não trabalho, que tenham como propósitos: a formação para a ocupação da terra, a formação para a propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, a formação para a organização coletiva do trabalho, a formação para a produção diversificada de alimentos sem agrotóxicos e a formação para a análise praxica do contexto político e econômico da produção e distribuição dos alimentos.

Palavras-chave: Formação Política. Movimento Sem Terra. Produção Coletiva de Alimentos. Soberania Alimentar. Segurança Alimentar.

ABSTRACT

Food sovereignty and food security are propositions that originated from historically conflicting interests, but that diverge and converge when interpreting the right to be protected against hunger. Food sovereignty is the proposition of the rural workers, while food security is the proposition of the multilateral organizations. The political education of the landless rural workers and the collective food production are, simultaneously, possibilities and limitations regarding the materialization of the food sovereignty's proposition. In the documentation elaborated during the Word Forums for Food Sovereignty from 1996 to 2007, political and technical education were left behind, but practical working experience in the Conquista da Fronteira rural settlement proves that those two elements are key for the materialization of food sovereignty and the respective solution for the problem of hunger, the assertion of the political, social and economic rights of the landless rural workers and the possibility of living with dignity in the countryside. As a consequence, the main goal of this research is to emphasize the possibilities, the limitations and the relations between the political education process and the process of collective food production developed by the landless rural workers from the Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) during their work period and inside the Conquista da Fronteira settlement. For this purpose, were studied the political and economic conditions of the food sovereignty proposition which diverge from the food security proposition, such as: protection of the social rights of the rural workers; property of the productive resources; planning of the agri-food system; agro-ecological techniques for agricultural production; creation of producers' cooperatives; production of sufficient amounts of healthy food; access to productive resources and prioritization of short commercial cycles. For the methodology employed, a qualitative approach was built aiming the generation and analysis of data that integrates document revision, participative observation and interviews. The documents and interviews were analyzed through open, axial codification of the paragraphs (STRAUSS; CORBIN, 2002). Data interpretation was oriented by the concept of political education found in Mészáros (2008) and Kosík (1976) and by the relation between work and education. It became evident that the landless rural workers are able to produce healthy food and prevent hunger amongst the poorer as long as access to land and other productive resources is granted, work and production are organized collectively and political education processes

are developed focusing on the control of incidence from second order mediations. The conclusion is that, to advance in materializing the premises of the food sovereignty proposition, it is necessary to develop, alongside with the rural workers, processes for political education during the working hours and outside working hours, with the purpose of educating for: land occupation, ownership of collective land and productive resources, collective work organization , diversified food production without agrochemicals and analysis of the praxis related to the political and economic context of food production and distribution.

Keywords: Political Education. Movimento Sem Terra. Collective Food Production. Food Sovereignty. Food Security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do Assentamento Conquista na Fronteira	120
Figura 2 - Propósitos formativos da educação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na perspectiva da Soberania Alimentar	266

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGROSTAT	:Estatísticas do Agronegócio
AICH	:Aliança Internacional contra a Fome
ALCA	:Área de Livre Comércio das Américas
BM	:Banco Mundial
CAPES	:Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIP	:Comitê Internacional de Planificação da Soberania Alimentar
CMA	:Cúpula Mundial de Alimentação
CONAB	:Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	:Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPEROESTE	:Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste
COOPERUNIÃO	:Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste
COOPTRASC	:Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva
COPAVI	:Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória
CPF	:Cadastro de Pessoas Físicas
DATER	:Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAGRI	:Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
FAO	:Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAOSTAT	:Direção Estatística Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.
FIAN	:Pelo Direito de uma Alimentação Adequada
FIDA	:Fondo Internacional De Desenvolvimento Agrícola
FMI	:Fundo Monetário Internacional
FUNDEP	:Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
GATT	:Acordo Geral de Tarifas e comércio
G8	:Grupo dos oitos
G20	:Grupo dos vinte
IALCSA	:Iniciativa América Latina e o Caribe Sem Fome
IBASE	:Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	:Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	:Instituto de Colonização e Reforma Agrária

IPEA	:Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	:Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	:Ministério da Educação
MEM	:Marco Estratégico Mundial para a Segurança Alimentar
MDA	:Ministério de Desenvolvimento Agrário (está em cita)
MPA	:Movimento de Pequenos Agricultores
MST	:Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTA	:Movimento de Trabalhadores Desempregados
OCDE	:Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
OESTEBIO	:Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis e Produtos Agropecuários do Sul do Brasil
OGM	:organismos geneticamente modificados
OMC	:Organização Mundial do Comércio
ONG	:Organização Não Governamental
ONU	:Organização das Nações Unidas
OSC	:Organização da Sociedade Civil
PAA	:Programa de Aquisição de Alimentos
PER	:Programa de Fortalecimento da Cobertura com Qualidade para o Setor Educativo Rural
PMA	:Programa Mundial de Alimentos
PMDB	:Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	:Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	:Programa Nacional de Alimentação Escolar
PT	:Partido dos Trabalhadores
RIAD	:Rede Internacional de Agricultura e Democracia
SC	:Estado de Santa Catarina
TLCAN	:Tratado de Livre Comércio da América do Norte
TMT	:Núcleo de estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
A ORIGEM DA PESQUISA	21
PERGUNTA E PROPÓSITOS DA PESQUISA	23
ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	24
O CONTEXTO DE PESQUISA	26
APRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO	38
CAPÍTULO 1 SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS.....	41
1.1 CONTEXTOS DA ORIGEM DA SEGURANÇA ALIMENTAR E DA SOBERANIA ALIMENTAR.....	46
1.1.1 Origem e propósitos da proposta de Segurança Alimentar	47
1.1.2 Origem e propósitos da proposta de Soberania Alimentar	54
1.2 SOBERANIA ALIMENTAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: INTERPRETAÇÕES DIVERGENTES DO DIREITO A ESTAR PROTEGIDO CONTRA A FOME.....	61
1.2.1 Trajetória do conceito de Segurança Alimentar nas Cúpulas Mundiais de Alimentação.	64
1.2.2 Trajetória do conceito de Soberania Alimentar nos Fóruns Mundiais de Soberania Alimentar	68
1.3 CRITÉRIOS ORIENTADORES DAS AÇÕES NA PROPOSTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR	76
1.4 CONDIÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS PARA A CONQUISTA DA SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR	81
CAPÍTULO 2 A EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO COLETIVA DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA.....	101
2.1 O ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA DO MST	104
2.2 O COLETIVO: FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO ASSENTAMENTO.....	114
2.3 A COOPERATIVA: FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO	126
2.4 OS ALIMENTOS PRODUZIDOS	136
2.4.1 Os alimentos para o consumo das famílias assentadas	147
2.4.2 Os alimentos para comercialização.....	152
CAPÍTULO 3 EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA.....	163
3.1. FORMAÇÃO PARA A OCUPAÇÃO DA TERRA	169

3.2 FORMAÇÃO PARA A PROPRIEDADE COLETIVA DA TERRA.	172
3.3 FORMAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO.	188
3.3.1. Espaços de formação.	195
3.3.2 Possibilidades.	202
3.3.3 Limites.	205
3.4 FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS PARA A PRODUÇÃO DIVERSIFICADA DE ALIMENTOS SADIOS.	216
3.4.1 Espaços de Formação.	223
3.4.2 Possibilidades.	229
3.4.3 Limites.	233
3.5 FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS PARA A ANÁLISE DO CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS	238
3.5.1 Espaços de Formação.	243
3.5.2 Possibilidades.	249
3.5.3 Limites.	257
CONSIDERAÇÕES FINAIS	269
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	275
APÊNDICES	287
APÊNDICE A - DOCUMENTOS REVISADOS SOBRE A PROPOSTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR	288
APÊNDICE B – DOCUMENTOS REVISADOS SOBRE A PROPOSTA DE SOBERANIA ALIMENTAR.	291
APÊNDICE C – CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS.	293
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ÊNFASE NA PRODUÇÃO.	295
APÊNDICE E – LINHA DE TEMPO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA E CONTEXTO POLÍTICO DA SOBERANIA ALIMENTAR.	301
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ÊNFASE NA EDUCAÇÃO	307

INTRODUÇÃO

Marx (2013a), no capítulo “A assim Chamada Acumulação Primitiva” de sua obra *O Capital: crítica da Economia Política*, explica que a configuração de monopólios internacionais é uma tendência histórica da acumulação capitalista cujo amadurecimento levará a uma aprofundada crise estrutural. O autor argumenta que a concentração e centralização de capitais foi o processo que aniquilou a fase pré-capitalista, caracterizada pela “propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio” e por meios de produção individuais e dispersos, dando lugar à “propriedade privada capitalista”, que se fundamenta no trabalho de outros e em “meios de produção socialmente concentrados”, os quais adquirem um caráter internacional mediante o entrelaçamento da rede de mercado mundial. Desde então, o monopólio internacional é uma tendência progressiva, em que “cada capitalista liquida muitos outros”, gerando a centralização e internacionalização de capitais a partir da centralização dos meios de produção e apropriação e manipulação das vantagens da socialização do trabalho. (p. 830-833).

Marx também explica que, de forma paralela ao processo de concentração, desenvolvem-se outros processos, tais como “a forma cooperativa do processo de trabalho”, o uso da ciência, a “exploração planejada da terra e a internacionalização do capital”. Ele salienta que, mesmo que sejam transformações apropriadas pelos capitalistas, serão condições chaves no aprofundamento das contradições que pressionaram em direção à propriedade social do trabalho e dos meios de produção. Nas palavras do autor:

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, **aumenta a massa de miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora**, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu como ele e sob ele. **A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é**

arreventado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (p. 832, grifos nossos).

Porém, destaca-se também na citação anterior que, previamente a esse otimista desenlace, no qual a classe trabalhadora “instruída, unida e organizada” vai se revoltar para expropriar os monopólios, o processo de concentração de capitais aprofunda e amplia a exploração da classe trabalhadora e, em consequência, recrudescer sua miséria e opressão. O que fazer nesse ínterim com a expropriação das terras e dos meios de subsistência dos trabalhadores da América Latina? O que fazer com milhares de pessoas famintas e em condições de absurda indignidade que deixa essa expropriação? Estabelecer Programas de Segurança Alimentar para, com eles, fortalecer os monopólios e não atrapalhar seu desfecho? O que fazer quando o capital se está centralizando e internacionalizando, mas os trabalhadores não estão instruídos, nem unidos, nem organizados? Encontra-se aqui o nó da questão e ao mesmo tempo o desafio central da proposta de Soberania Alimentar.

O alvo da proposta de Soberania Alimentar é o processo de consolidação de monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos, mas a formação para conseguir a preparação e organização internacional dos trabalhadores não faz parte de sua estratégia, aliás, alguns dos fundamentos da proposta de Soberania Alimentar reivindicam, de forma ambígua e romanceada, voltar à “propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio”, voltar ao camponês, ao artesão, à produção direta, retornar à “pré-história do capital”, o qual significaria abandonar o caminho em direção à “propriedade social” do trabalho e dos meios de produção de que falava o autor no capítulo já referido.

Assim, tendo em conta a anterior explicação de Marx (2013a) sobre a concentração e centralização de capitais, a constatação das fragilidades da proposta de Soberania Alimentar que será apresentada no primeiro capítulo e a proposta educativa de Mészáros (2008), é possível entender que a proposta de Soberania Alimentar precisa construir uma estratégia de superação da concentração internacional da produção e distribuição dos alimentos em que os trabalhadores assumam, de forma consciente e argumentada, a responsabilidade coletiva de redirecionar a história. Para conseguir isto, considera-se que a estratégia a ser construída deve propender para o “controle” da ação educativa do Estado e do Capital, isto é, agir em todas as “mediações de segunda

ordem¹”, catalisar o tensionamento entre “centralização dos meios de produção” e a “socialização do trabalho”, bem como integrar, na proposta, a dimensão da educação dos trabalhadores rurais desde uma perspectiva ampla. Portanto, convido quem tiver interesse em conhecer o processo de pesquisa que levou a anterior reflexão sobre as possibilidades e os desafios da proposta de Soberania Alimentar, a continuar com a leitura do conjunto do presente texto.

A ORIGEM DA PESQUISA

Um aspecto importante relacionado com o ponto de partida da pesquisa, as escolhas, as perguntas, as ênfases, as motivações, as fragilidades e os aportes têm a ver com a história pessoal de quem assume a responsabilidade, o risco e o prazer de pesquisar. A experiência familiar como filha de trabalhador rural, estudante de escola rural, a trajetória acadêmica e laboral como socióloga e professora no contexto da Colômbia e a atual condição de estudante estrangeira no Brasil determinaram a estruturação do projeto de pesquisa, assim como as limitações na construção e interpretação dos dados aqui apresentados.

A Colômbia, lugar em que nasci e onde morei até o ano de 2012, é um país em guerra e sem horizontes, no qual ainda mantenho meu coração, meus sonhos, minhas esperanças e as pessoas que amo. Lá, tudo o que é relacionado com a terra, inclusive a educação dos trabalhadores rurais e a produção de alimentos, tem um contexto histórico de conflito armado e de violência. Nos últimos três períodos de governo, a migração forçada de comunidades de trabalhadores rurais e de comunidades indígenas para os centros urbanos massificou-se de maneira continuada até o presente, como consequência da implantação de diferentes políticas econômicas relacionadas com a produção e comercialização de alimentos, extração de minérios e como resultado dos confrontos entre as forças militares, paramilitares e as guerrilhas.

Junto com a migração forçada das famílias de trabalhadores rurais, gerada pelas ameaças, desaparecimentos, pelos genocídios, pelo recrutamento forçado e despejo das terras, encontram-se também as figuras legislativas, as políticas econômicas, sociais e educativas que

¹ Mészáros (2008), na sua proposta da educação além do capital, destaca a necessidade de “confrontar e alterar TODO o sistema de internalização, com todas suas dimensões visíveis e ocultas” (p. 47), assim como a importância das “ações coletivas conscientes” (p. 45) para romper com a lógica do capital.

forçam o êxodo rural em meu país e que se configuram em outras ferramentas de despejo massivo de terras e de consolidação dos monopólios internacionais de produção e comercialização de alimentos. Alguns exemplos de políticas com essa intencionalidade são o Decreto 970 de 2010, que criminaliza o estoque e intercâmbio de sementes crioulas; o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, assinado no ano de 2012; o Plano Nacional de Segurança Alimentar da Colômbia, formulado pelo Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no ano 2011; ou o Programa de Fortalecimento da Cobertura com Qualidade para o Setor Educativo Rural (PER), adotado pelo Ministério de Educação Nacional no ano de 2000.

De forma geral, as políticas mencionadas têm o propósito comum de formar o consenso em torno da privatização da educação básica e do projeto de desenvolvimento rural do Banco Mundial, assim como garantir a dependência alimentar do país, evitando reivindicações de reforma agrária, propriedade coletiva da terra, sementes e tecnologias. No que diz respeito especificamente à política educativa, esta prepara os filhos dos trabalhadores rurais para o trabalho fora do campo; prepara os municípios para a o empresariamento do setor público e esforça-se em facilitar investimentos estrangeiros, ativando o mercado de terras, diminuindo os riscos econômicos e políticos da guerra, e tentando convencer sobre a pertinência e a “bondade” da instalação de capitais de grandes corporações multinacionais no território rural colombiano.

Como consequência da identificação da necessidade de contribuir para a mudança do contexto anterior, considere pertinente documentar o processo de formação política do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, uma vez que é um dos movimentos com maior trajetória na América Latina e no mundo, na luta pela reforma agrária, na oposição aos projetos do capital no campo e na reivindicação dos direitos e da dignidade das famílias trabalhadoras da terra. O Movimento tem desenvolvido, na prática, experiências de produção de alimentos e organização do trabalho que permitem refletir sobre os ganhos, aprendizados, as contradições, possibilidades e os limites da proposta de Soberania Alimentar; além do mais, suas experiências podem ajudar e servir como fundamentos para construir uma estratégia latino-americana de trabalhadores do campo com capacidade de se opor ao monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos.

Ao assumir tal tarefa, percebi a necessidade de estudar a Educação desde a perspectiva da crítica à economia política. Finalmente, depois de algumas tentativas falhas, encontrei, no Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo Trabalho (TMT), do

programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, o ninho em que minhas perguntas foram aquecidas e em que o caminho para encontrar as respostas foi iluminado pelo acompanhamento de professores e colegas experientes na temática, responsáveis e solidários com o conhecimento e comprometidos com os trabalhadores.

Assim, convencida de que não é suficiente manifestar a indignação nas ruas e nos eventos públicos e de que é preciso entender o contexto político e econômico da produção de alimentos que impede de viver com dignidade no campo, sem fome, com terra, e produzir alimentos e conhecimentos de forma soberana para criar estratégias; ciente de que tais estratégias devem estar fundamentadas em experiências concretas de trabalho; e de que estas devem propender para a configuração de um sistema de produção agrícola centrado na coletivização dos meios de produção, dos recursos naturais, do conhecimento e da riqueza, protetor do equilíbrio da natureza, produtor de alimentos saudáveis, sem relações sociais de exploração nas quais os trabalhadores do campo recuperem o controle de sua produção e, assim, protejam da fome as comunidades rurais e urbanas, em tempos de paz e de guerra, apresento, aqui, os primeiros avanços.

PERGUNTA E PROPÓSITOS DA PESQUISA

Levando em conta os aspectos mencionados anteriormente, pretendo responder à pergunta: quais são as possibilidades e os limites da experiência de formação política dos trabalhadores rurais do assentamento Conquista na Fronteira na perspectiva da proposta de Soberania Alimentar? Dessa forma, a pesquisa aqui apresentada tem como propósito geral evidenciar as possibilidades e os limites do processo de formação política dos trabalhadores rurais que vivem no assentamento Conquista na Fronteira, para a produção coletiva de alimentos, na perspectiva da materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar.

Os propósitos específicos consistiram em: distinguir as convergências e divergências entre a proposta de Segurança Alimentar e a proposta de Soberania Alimentar a partir da análise das declarações e dos relatórios das Cúpulas Mundiais de Alimentação e dos Fóruns Mundiais para a Soberania Alimentar no período de 1996-2007; documentar a experiência de organização do trabalho e produção coletiva de alimentos do assentamento Conquista na Fronteira, identificando sua relação com as condições políticas e econômicas da

proposta de Soberania Alimentar; identificar os processos formativos desenvolvidos pelos trabalhadores rurais no interior do assentamento Conquista na Fronteira, para a produção coletiva de alimentos, assim como suas possibilidades e seus limites na materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar; assinalar as possibilidades e os desafios da experiência educativa dos trabalhadores rurais do assentamento Conquista na Fronteira para a produção coletiva de alimentos e a materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar.

A unidade de análise, neste projeto de pesquisa, foi o processo de formação política no tempo de trabalho para a produção de alimentos, desenvolvido pelos trabalhadores rurais, do MST, assentados no Conquista na Fronteira. Para tanto, foi preciso indagar sobre a relação existente entre as práticas educativas no tempo de trabalho e as condições políticas e econômicas da Soberania Alimentar, procurando relacionar as categorias Práxis e Soberania Alimentar. Especificamente, foram observadas as seguintes premissas: restituição e proteção dos direitos sociais dos trabalhadores do campo; propriedade coletiva dos meios de produção (terra, água, sementes, máquinas); implantação de reformas agrárias e políticas agrícolas; planejamento coletivo do território e seu sistema agroalimentar; desenvolvimento de sistemas de produção agrícola centrados no uso de tecnologias que promovam a diversidade e o equilíbrio dos agroecossistemas; organização local do trabalho e da produção por meio de cooperativas de pequenos agricultores e pescadores; produção coletiva de quantidades suficientes de alimentos sadios, livres de transgênicos e agrotóxicos; e priorização de circuitos curtos de comercialização.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Partindo do pressuposto de que a Soberania Alimentar é uma proposta dos movimentos sociais que defendem os interesses dos trabalhadores e das famílias do campo para se opor ao monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos; considerando que, embora a educação dos trabalhadores rurais tenha um papel determinante na concretização das condições políticas e econômicas necessárias para a conquista da Soberania Alimentar, ela foi esquecida na concepção e formulação da proposta; levando em conta que, o MST participou na construção da proposta de Soberania Alimentar e a incluiu entre seus propósitos; que as famílias que moram no assentamento Conquista na Fronteira produzem, de forma coletiva, todos os alimentos

básicos requeridos para o sustento próprio e também têm uma cooperativa de produção agrícola mediante a qual produzem e comercializam alimentos, o tema de pesquisa foi delimitado obedecendo a alguns critérios que serão abordados a seguir.

No que se refere ao território de pesquisa para a coleta de dados empíricos, foi proposto o assentamento “Conquista na Fronteira”, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina, Brasil, o qual se caracteriza pela propriedade coletiva da terra e dos meios de produção e se destaca como uma experiência exitosa em termos de desenvolvimento de um sistema agroalimentar com produção coletiva, permanente e diversificada de alimentos inócuos para as famílias assentadas mediante a organização e realização coletiva do trabalho.

No que se refere à educação, o olhar foca-se nos processos educativos que o MST desenvolve no interior do assentamento no tempo de trabalho e fora da escola, tendo presente que o Movimento incorporou uma conotação de educação no sentido amplo e que a produção de alimentos e a organização do trabalho concretizam e movimentam a relação dos três vértices da problemática.

No que concerne à delimitação temporal das leituras para seguimento dos pronunciamentos da Cúpula Mundial de Alimentação e do Fórum Mundial para a Soberania Alimentar, restringem-se ao período compreendido entre 1996 e 2007. Este período de análises dos documentos foi definido tendo em conta que a proposta de Soberania Alimentar teve origem no ano 1996 e que no ano de 2007 a relação sinérgica entre capital e agricultura foi explicitada na crise internacional de falta de alimentos nos estoques, a qual pressionou mudanças em ambas as propostas e na organização das respectivas instâncias de deliberação internacional.

Em suma, foi desenhada e implementada uma estratégia metodológica qualitativa de geração e análise de dados que integrou revisão documental (GALEANO, 2004) e realização de entrevistas semi-estruturadas (VALLES, 2007).

No que diz respeito à revisão documental para construir o referencial teórico e distinguir as convergências e divergências entre a proposta de Segurança Alimentar e a de Soberania Alimentar, foram revisadas as declarações da Cúpula Mundial de Alimentação e do Foro Mundial de Soberania Alimentar no período de 1996-2007. Foi elaborada uma planilha de fontes bibliográficas com um plano de leitura e um fichário digital para arquivar, localizar e ordenar a informação, as perguntas e compreensões acumuladas ao longo do estudo bibliográfico,

além de facilitar a apropriação dos conteúdos e a continuidade de futuros estudos na temática.

Na classificação e relação temática, as unidades de registro e de análise foram os parágrafos, por meio de codificação aberta e codificação axial (STRAUSS; CORBIN, 2002). Além das fichas bibliográficas, também foram feitas resenhas de textos-chave em cada uma das categorias, uma linha do tempo dos principais eventos relacionados com a estratégia de Segurança Alimentar e de Soberania Alimentar, quadros comparativos, diagramas compreensivos e uma matriz categorial.

No momento da geração de dados em campo, com o fim de documentar a experiência educativa dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do assentamento Conquista na Fronteira, identificando sua relação com as premissas da Soberania Alimentar, foi realizada uma visita ao assentamento durante o mês de março do presente ano. Na estadia no assentamento foi possível participar do trabalho na produção de alimentos, de alguns dos espaços de formação política e entrevistar integrantes do Conselho Social Político, da Direção, das Comissões de Saúde, Educação, Esporte e Animação, do Coletivo de Jovens e das equipes de trabalho do setor de produção.

Em relação às entrevistas realizadas, foram elaborados dois roteiros, um centrado no tema da produção dos alimentos e outro, focado nos espaços e nas práticas educativas que se desenvolvem fora da escola. Os roteiros foram organizados por eixos temáticos segundo as responsabilidades das pessoas entrevistadas na organicidade do assentamento. No total, foram realizadas e registradas, em arquivo de áudio, 18 entrevistas semi-estruturadas (VALLES, 2007).

Quanto às técnicas de análise das entrevistas, foram selecionadas algumas das entrevistas para serem textualizadas integralmente. Logo, os registros em formato texto foram analisados mediante codificação aberta e axial dos parágrafos (STRAUSS; CORBIN, 2002), com base nas premissas da proposta de Soberania Alimentar e, posteriormente, foram trianguladas as fontes. (COFFEY; ATKINSON, 2003). A interpretação dos dados esteve orientada pela concepção de educação presente em Mészáros (2008) e a categoria de práxis trabalhada por Kosík (1976).

O CONTEXTO DE PESQUISA

A fome como problema social expressa algumas das contradições e dos limites da forma como funciona hoje a sociedade ao mesmo tempo

em que, de modo estridente, exige duvidar do caminho do desenvolvimento que se está sendo obrigado a trilhar.

A Cúpula Mundial de Alimentação (CMA) de 1996 estabeleceu o ano de 2015 como a data limite para reduzir à metade o número de famintos no mundo. Depois de 25 anos de políticas e programas de Segurança Alimentar que tinham este propósito, ainda não foi atingida esta meta. Mesmo que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2015), no documento “*El Estado de la Inseguridad Alimentaria en el mundo 2015*”, afirme que a meta foi atingida, os dados dos gráficos² evidenciam claramente que o número de pessoas famintas apenas decresceu 21,4% no período de 1990-2015. (p. 11).

Conforme cifras apresentadas pela FAO (2015), em 1990, havia um total de 1.011.000 pessoas famintas registradas. Hoje, no mundo, ainda há **795** milhões de pessoas “subalimentadas”, o que quer dizer, nos termos da medição realizada, que 795 milhões de pessoas no mundo ainda não conseguem adquirir alimentos suficientes para satisfazer as necessidades energéticas³ mínimas durante um ano. (p. 8-11).

Destaca-se que 98% das pessoas famintas no mundo moram nas “regiões em desenvolvimento” e que na África e na Ásia Ocidental a quantidade de pessoas subalimentadas, em vez de diminuir, aumentou significativamente no período de 1990-2015. De fato, neste período, o número de africanos com fome aumentou: em 1990 foram registradas 182 milhões de pessoas subalimentadas e no ano de 2014 a cifra aumentou para 233 milhões de pessoas. (FAO, 2015, p. 12). Especificamente na África subsaariana, em 1990, havia 176 milhões de pessoas subalimentadas e em 2015 a cifra já é de 220 milhões de pessoas, representando um aumento de 44 milhões de pessoas, e a subalimentação na Ásia ocidental aumentou 32% no mesmo período. (FAO, 2015, p. 11, 16).

² Na FAO (2015), os dados da “figura 2: Evolução da distribuição da fome no mundo: Número e proporção de pessoas subalimentadas por região, 1990-92 e 2014-2016”; da “figura 3: Os progressos na conquista da meta do ODM 1 e os objetivos do CMA relativos à fome”; e da “figura 4: Tendências da subalimentação” indicam que o número de famintos no mundo não foi reduzido à metade.

³ Sublinha-se que as necessidades energéticas podem ser satisfeitas somente com o aumento do consumo de carboidratos e açúcares, o que não necessariamente significa que as pessoas melhoraram sua nutrição e a qualidade de sua alimentação.

Na América Latina e no Caribe, as cifras da fome foram reduzidas quase à metade em termos absolutos, uma vez que se passou de 66 milhões de pessoas famintas no ano de 1990 para 34 milhões no ano de 2015, porém, há diferenças significativas entre países e regiões. Somente Brasil, Argentina, Chile, Cuba, Guiana, Nicarágua, Peru, Venezuela e Uruguai conseguiram reduzir a prevalência da subalimentação a taxas inferiores a 5% e, simultaneamente, reduzir o número de pessoas com insegurança alimentar à metade; enquanto isso, os países da América Central e do Caribe estão longe de atingir estas metas. (FAO, 2015, p. 13-16.).

Na interpretação da FAO (2015), as conquistas na redução da fome na América Latina estão relacionadas com o aumento da produção agrícola e a implementação de políticas de proteção social. Dessa forma, programas de apoio aos pequenos produtores; políticas focais para grupos vulneráveis; programas de transferência periódica de renda às famílias pobres; programas de garantia do emprego; e programas de alimentação escolar contribuíram de forma significativa na redução dos índices de insegurança alimentar na região, porém, políticas de reforma agrária e de fomento à produção diversificada de alimentos não são protagonistas.

No caso do Brasil, a redução das cifras da fome e da pobreza foi além das metas internacionais estabelecidas e se conseguiu isto antes do tempo previsto. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o país conseguiu, no ano de 2012, diminuir o número de pessoas famintas a um quarto do nível registrado em 1990, e a pobreza extrema passou de 25,5% em 1990 para 3,5% no ano de 2012⁴ (p. 16-17.) Na avaliação do IPEA, 2014, os progressos são consequência, entre outros fatores, do amadurecimento de “tecnologias sociais inovadoras como Bolsa Família e o Cadastro Único para Programas Sociais.” (p. 19).

A FAO (2015) também coincide nessa avaliação - o estudo assinala que, no Brasil, o programa Fome Zero e o programa Bolsa Família foram fundamentais na conquista da redução da fome: “estes programas reduziram a desigualdade de ingressos de forma significativa: entre 2000 e 2012 o ingresso médio do quintil mais pobre da população cresceu três vezes mais rápido que o dos 20% mais ricos” (p. 30, tradução nossa).

⁴ “Em 2012, a linha de pobreza extrema internacional correspondia a R\$ 2,36 por dia, ou R\$ 71,75 por mês.” (IPEA, 2014, p. 16.).

Já na avaliação da Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN, 2014) se reconhece que, desde o primeiro governo do presidente Lula, o Estado retomou sua intervenção na promoção do acesso aos alimentos e na produção agrícola, após a absoluta regulação privada dos modos de produção e consumo, no Brasil, que prevalecia desde a década de 1980, “porém, com insuficiente visão estratégica, baixo grau de regulação pública e insuficiente coordenação desde uma ótica soberana de abastecimento alimentar.” (p. 21).

No que diz respeito aos indicadores específicos da Segurança Alimentar das famílias no Brasil, conforme os dados da Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 77,4% dos domicílios particulares do país seus moradores consideram que têm acesso regular e permanente a alimentos em quantidades suficientes e em 22,6% dos domicílios apresenta-se algum nível de insegurança alimentar. Em Santa Catarina, 88,9% do total de domicílios particulares têm Segurança Alimentar e 12 % dos domicílios apresentam algum nível de insegurança alimentar, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

No ano de 2013, a percepção de insegurança alimentar das famílias brasileiras diminuiu 7,6% em relação às cifras do ano de 2009, passando de 30,2 % para 22,6%; em termos absolutos, significa que em 3,2 milhões de domicílios as famílias melhoraram sua possibilidade de acesso aos alimentos. No ano de 2009, em 17,9 milhões de domicílios brasileiros as pessoas tinham algum nível de insegurança alimentar; já no ano de 2013 o número diminuiu para 14,7 milhões de famílias com insegurança alimentar (IBGE, 2014, p. 12).

Apesar dos avanços, no Brasil, ainda 52 milhões de pessoas que moram em um domicílio particular passam fome; destes, 45% moram no Nordeste e 26,6% no Sudeste do país (IBGE, 2014, p. 17). O relatório intitulado “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil” (FAO, 2014) conclui que o Brasil está conseguindo avançar sobre as causas da fome e da insegurança alimentar, mas assinala que os principais desafios que prevalecem em termos de Segurança Alimentar estão relacionados com a vulnerabilidade dos povos tradicionais, as desigualdades regionais, a pobreza rural, os hábitos alimentares prejudiciais, o controle de agrotóxicos, as políticas de abastecimento, a inflação dos preços dos alimentos e o desequilíbrio entre os modelos de produção agrícola de alimentos para o consumo interno e a produção de produtos agrícolas de exportação.

Hoje, o Brasil rural é cada vez mais desabitado enquanto nas cidades concentra-se a maior parte da população. Conforme o censo demográfico de 2010, no país, somente 15,6 % da população mora na zona rural. De um total de 190.755.799 pessoas residentes no Brasil, 29.829.995 habitam na zona rural e 160.925.804 habitam na zona urbana (IBGE, Censo demográfico 2010a). No caso específico do Estado de Santa Catarina, a tendência é a mesma, pois na zona rural residem 1.000.523 pessoas, cifra equivalente a 16% da população total, enquanto 5.247.913 pessoas residem na área urbana, proporção que corresponde a 84% da população do Estado (IBGE, Censo Demográfico 2010b).

Por sua vez, o Brasil rural apresenta grandes contradições em relação à Segurança Alimentar e à produção dos alimentos. No campo se produzem os produtos agrícolas que elevam a balança comercial brasileira ao mesmo tempo em que no campo as cifras da pobreza extrema, da fome e a insegurança alimentar são mais elevadas que nas cidades. De acordo com os dados citados anteriormente, pode-se aferir que o país produz grandes quantidades de produtos agrícolas para exportação, mas não consegue produzir os alimentos básicos que sua população consome. A produção de alimentos para o consumo interno depende da produção das famílias de trabalhadores rurais que, além de possuírem uma menor qualidade e quantidade de terra, têm dificuldade de acesso a tecnologias e a outros meios de produção, e também recebem menos apoio financeiro por parte governo do que a produção agrícola voltada à exportação de commodities.

Segundo o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil” do ano de 2014, o Brasil ocupa os primeiros lugares no mundo na produção de cereais, carnes e produtos agroflorestais, porém, o aumento da quantidade de produtos agrícolas não incide necessariamente de forma determinante na redução da fome, uma vez que a produção agrícola do Brasil prioriza o mercado de commodities e biocombustíveis em detrimento da produção de alimentos para o consumo interno. Com efeito,

O Brasil é líder mundial na produção de laranja, café e cana-de-açúcar; segundo maior produtor de soja, feijão e carne bovina; terceiro maior produtor de abacaxi e milho; quarto maior produtor de leite de vaca; e quinto maior produtor de limão e banana. Ao mesmo tempo, **ainda existe uma parte da população em situação de**

insegurança alimentar, o que mostra que a quantidade da produção de alimentos no país não se configura como um fator determinante da fome. (FAO, 2014, p. 52).

No que se refere à produção pecuária, o Brasil também ocupa um lugar importante no âmbito internacional. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o país ocupava a segunda posição mundial em produção de carne bovina, ficando apenas depois dos Estados Unidos; o terceiro lugar na produção de frango, depois dos Estados Unidos e da China; a quarta posição na produção de carne suína e a sexta posição mundial na produção de leite (p. 14).

Embora o país ocupe os primeiros lugares na produção mundial de alimentos, no Brasil rural a pobreza extrema, a fome e a insegurança alimentar apresentam cifras mais elevadas do que nas cidades. O sintoma da fome e pobreza extrema nos trabalhadores rurais remete de forma direta a problemas estruturais não resolvidos e relacionados com a distribuição da terra, o acesso aos meios de produção, a forma de produção de alimentos e a intervenção do Estado.

Mantendo a tendência mundial⁵, no Brasil, a insegurança alimentar é maior entre as famílias que habitam na zona rural do que entre as que moram nas cidades. No que diz respeito à pobreza extrema, mesmo que as cidades concentrem cada vez mais pessoas, esta continua sendo mais elevada na área rural do que na urbana. No campo, 9,3% das pessoas sobreviveram com menos de 70 reais ao mês no ano de 2012; já nas cidades a porcentagem foi de 2,6% (IPEA, 2014, p. 21).

Em relação à Segurança Alimentar, 79,5% das famílias que residem na zona urbana têm Segurança Alimentar, mas somente 64,7%

⁵ Conforme a FAO (2015): “Desde una perspectiva global, el 84 % de las explotaciones familiares abarcan menos de dos hectáreas y ocupan únicamente el 12 % de la superficie agrícola. Aunque las pequeñas explotaciones agrícolas tienden a generar más rendimientos que las explotaciones de mayor tamaño, la productividad de la mano de obra es menor y la mayoría de los agricultores familiares son pobres y están afectados por la inseguridad alimentaria. La sostenibilidad y seguridad alimentaria futura de estas explotaciones podrían verse amenazadas por el uso intensivo de los recursos. Para garantizar la seguridad alimentaria se necesitan políticas públicas que reconozcan la diversidad y complejidad de los desafíos a los que se enfrentan las explotaciones familiares durante toda la cadena de valor”. (p. 33).

das famílias que residem na zona rural têm Segurança Alimentar. No Brasil rural, entre o ano de 2009 e o ano de 2013, a percepção de Segurança Alimentar das famílias rurais se manteve sem nenhuma alteração, houve apenas uma tímida diminuição na porcentagem de famílias com fome ou insegurança alimentar grave, em torno de 1,6% (IBGE, 2014, p. 14).

O estudo publicado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no ano de 2014, assevera que, como consequência do predomínio das terras destinadas à produção de produtos agrícolas de exportação, o Brasil incorporou um “processo de especialização produtiva” que progressivamente amplia a distância entre produtores e consumidores e afeta a Segurança Alimentar da população mais vulnerável, posto que o aumento dos preços internacionais do petróleo repercute diretamente nos preços internos dos alimentos (CONSEA, 2014, p. 31).

Uma das explicações para esta primeira contradição tem relação com o fato de que a priorização da produção de produtos agrícolas de exportação no modelo do agronegócio responde à necessidade de aquecer o setor financeiro internacional e não à necessidade de alimentação e abastecimento interno. Oliveira (2013), a partir da análise econômica das cifras das exportações, do montante da dívida externa e dos juros pagos nos diferentes governos do Brasil desde o golpe militar, chegou à conclusão de que o papel do agronegócio no capitalismo mundializado é o de dinamizar e aquecer o setor financeiro internacional que se beneficia dos pagamentos dos juros e que, com o crescimento das exportações, aumenta os lucros dos capitalistas nacionais e internacionais.

O professor explica que o agronegócio aumenta as exportações do país para conseguir pagar os juros da dívida externa. Com os ingressos gerados paga-se várias vezes o total da dívida em forma de juros, pois a dívida cresce também com o aumento das exportações, ou dizendo melhor, “quanto mais aumentou a exportação, mais a dívida externa cresceu e mais se pagou juros.” (OLIVEIRA, 2013, p 135-137). O autor argumenta ainda que, especificamente no governo Lula, a lógica da ciranda financeira da mundialização do capitalismo foi continuada: “quanto mais se paga, mais se deve”, mas com a particularidade de que, agora, “o Brasil se tornou parte do capitalismo mundializado, e a burguesia brasileira está, portanto, igualmente internacionalizada”. (OLIVEIRA, 2013, p 141).

Como parte dessa mesma lógica, o Brasil produz grandes quantidades de produtos agrícolas para exportação, mas tem dificuldade

em produzir e distribuir os alimentos básicos que sua população consome. De acordo com os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2015b), em relação às exportações e importações de grãos, os principais produtos exportados no Brasil, na safra 2013-2014, foram: soja, 45.691 milhões de toneladas; milho, 20.925 milhões de toneladas; farelo de soja, 13.716 milhões de toneladas; e em quantidades menos expressivas, arroz, 1.188 milhão de toneladas. Ao mesmo tempo, o país depende da importação de trigo, principalmente dos Estados Unidos, da Argentina e do Uruguai, e na safra em questão, foram importados 5.329 milhões de toneladas de trigo. O abastecimento de arroz depende da produção trazida da Argentina, do Uruguai e do Paraguai; e desde o ano de 2011, o Brasil viu diminuir sua capacidade de autoabastecimento de feijão, tendo que importar na safra passada 136 milhões de toneladas,

No que diz respeito às exportações e importações de carne, conforme a Tabela de Suprimento de Carnes da CONAB (2015a), no ano passado, produziram-se, no Brasil, 12.875,7 milhões de toneladas de frango, das quais 3.891,7 milhões foram exportadas e 8.880,5 milhões foram destinadas ao consumo interno, com uma disponibilidade per capita de 43,8 quilogramas de frango por habitante ao ano. A produção de carne bovina foi de 9.160,3 milhões de toneladas, das quais 2.057,5 foram exportadas e 76,8 milhões foram importadas, tendo uma disponibilidade per capita de 35,4 quilogramas por habitante ao ano. A produção de carne suína foi de 3.462,9 milhões de toneladas, sendo que foram exportadas 504,8 milhões de toneladas e importadas 15,4 milhões de toneladas, havendo uma disponibilidade per capita de 14,7 quilogramas de carne suína por habitante ao ano.

A tendência a importar os alimentos básicos que o trabalhador brasileiro consome e que poderiam ser produzidos no país pode ser constatada na comparação das safras nacionais do ano de 2014 e de 2015. O IBGE, no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, anunciou para o ano de 2015 uma diminuição na produção de alguns dos principais alimentos que integram o prato cotidiano dos brasileiros, o que contrasta com o aumento de produtos agrícolas orientados à exportação e da produção de carne bovina.

Para o ano de 2015, projeta-se diminuição significativa na produção interna de batata (-2,9%), cacau (-11%), café (-3,1%), sorgo (-10%) e feijão (-6,4%); assim como aumento na produção de mamona (+131%), aveia (+60%), arroz em grão (+60%), cevada (+21%), trigo (+17%), soja (+11%), laranja (+9%), milho (+6,5%), cana de açúcar (+2,5%) e mandioca (+0.6%). (IBGE, 2015).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2014) explica um pouco esta situação. Afirma que as quantidades de arroz produzidas na última safra são suficientes para responder à demanda interna; a produção de milho aumentou nos últimos quatro anos, fazendo do Brasil um importante exportador do grão; também aumentou a produção de trigo, mas as quantidades produzidas representam somente a metade do que se consome no país, sendo necessário importar.

Quanto aos alimentos que reduziram sua produção, no caso do feijão, por exemplo, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional diz que seu cultivo encontra-se espalhado em todo o território, mas sua produção tem diminuído de forma significativa por problemas climáticos e pela incidência da mosca branca, no entanto, mantém elevado o preço e aumentado nos últimos quatro anos, a tal ponto que o volume de importação nos últimos dois anos corresponde a uma quantidade igual às importações feitas durante toda a década de 2000. A produção de mandioca também tem diminuído e a redução entre 2011 e 2013 foi de 39,15%. (CSAN, 2014, p. 25).

Os principais alimentos que integram a dieta dos brasileiros são produzidos nas propriedades de menor tamanho, por famílias de trabalhadores rurais que não têm acesso às políticas de crédito rural. Conforme a FAO, (2014), nas unidades agrícolas de menor tamanho e com emprego de força de trabalho familiar foram produzidos 83% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite e 51% do frango do país⁶. (p. 55).

O estudo também assinala que nos últimos vinte anos a concentração da estrutura agrária teve poucas mudanças. A produção de culturas comercializadas no mercado internacional concentra as maiores extensões de terra, ocupa menos força de trabalho, capta a maior parte do crédito rural. Em contraste, os trabalhadores rurais, com uma quarta parte da terra disponível e menos de um quarto do crédito rural, produzem 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros e ocupam 74% da força de trabalho rural (FAO, 2014, p. 55). Em poucas palavras, os trabalhadores rurais, com pouca terra e em condições precárias de produção, estão alimentando o país.

⁶ A FAO (2014) apresenta estas porcentagens na “Figura 8: Participação da agricultura familiar (%) Culturas e Pecuária. Brasil, 2006”, a qual foi elaborada com base nos dados do Censo agropecuário de 2006.

Este fato já tinha sido assinalado por Oliveira (2013), quando o autor analisou a estrutura fundiária brasileira no período de 1985-2003, a partir dos dados estatísticos oficiais, fornecidos pelo Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais lhe permitiram evidenciar as contradições do campo brasileiro e desmontar alguns dos mitos propagados pelos interesses do capital na agricultura, demonstrando, com base nos dados que, mesmo com pouca terra e pouco financiamento do governo, as unidades de produção agrícola de menor tamanho produzem mais alimentos e geram mais renda e empregos no campo do que o agronegócio.

Em relação ao acesso a terra, na interpretação de Geraldo Sant'Ana de Camargo (2010), os dados do censo agropecuário do ano de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, evidenciaram a continuidade da situação de precarização das condições de vida dos trabalhadores rurais do Brasil. O autor destaca que a concentração da terra não teve mudanças, pois 85% dos trabalhadores rurais ocupam pequenas extensões de terra e, simultaneamente, foram extintos 12% dos estabelecimentos rurais, foi reduzido o tamanho da área nessa mesma porcentagem e foram empregados no setor agropecuário 30% menos de trabalhadores nos últimos vinte anos. No que concerne às características dos trabalhadores rurais, 39% dos agricultores não estudaram; 43% tinham ensino fundamental incompleto; e apenas 18% tiveram acesso a financiamento (p. 254). Nas conclusões do autor:

O censo aponta para a quase ausência do Estado no cumprimento de seu papel de apoio à agropecuária, principalmente nas regiões e entre produtores mais carentes. São alarmantes o grau de analfabetismo entre os agricultores, a ampla falta de orientação técnica, e o acesso muito baixo ao crédito rural. Apesar de todo o esforço do programa de reforma agrária, os trabalhadores rurais ainda se concentram nos pequenos estabelecimentos. São, na maioria, trabalhadores da mesma família que não contam com terra suficiente que assegure condição de vida satisfatória.

(CAMARGO, 2010, p. 254-255).

Hoffmann e Gomes (2010) concordam com o autor citado no que diz respeito à continuidade das características da estrutura fundiária do país segundo os dados fornecidos pelo censo agropecuário do ano de 2006. Estes autores afirmam textualmente que:

Os dados do censo mais recente, de 2006, evidenciam a alta desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil, caracterizada pela enorme proporção da área total agrícola ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a um mil hectares. Eles representam apenas 0,95% do total de estabelecimentos agrícolas no país e ocupam 44,4% da área total, **ao passo que aqueles com área inferior a 10 hectares constituem 50,3% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,4% da área total (IBGE, 2009)**. Os dados não deixam dúvida de que a enorme desigualdade fundiária – uma das marcas da evolução histórica da economia brasileira, presente desde o surgimento da economia colonial, cuja base era o latifúndio monocultor e o trabalho escravo – permanece até hoje. (p. 45).

Os pesquisadores, mediante a comparação dos dados fornecidos pelo censo agropecuário de 1996 e 2006, identificaram que as propriedades com menos de 10 hectares aumentaram “de 1,4 milhão de unidades, no censo de 1995/1996, para 1,8 milhão, no de 2006.” (HOFFMANN, 2010, p. 47), o que é equivalente ao “aumento de quase 392 mil pequenos estabelecimentos de 1995/96 a 2006” (HOFFMANN, 2010, p. 62). No entanto, segundo os autores, a causa do aumento está relacionada com o aumento do número de chácaras que são utilizadas como sítios de recreio, com a produção de autoconsumo, mas não com a produção de alimentos para comercialização, concluindo que, na sua grande maioria, pertencem a trabalhadores urbanos e não a trabalhadores rurais.

Também constataram divergências nos dados apresentados pelas fontes oficiais, relacionados com diferenças na metodologia empregada. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 indicam que a desigualdade fundiária se manteve estável devido ao aumento de minifúndios e que a área média dos estabelecimentos agrícolas diminuiu, porém, quando contrastaram os dados com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008), os resultados foram contrários aos do

Censo Agropecuário. Os dados não apresentaram uma tendência ao aumento do número de agricultores proprietários de terra com menos de 10 hectares, pois entre 1992 e 2008, inclusive, houve diminuição das pequenas propriedades existentes.

No que diz respeito ao crédito rural, no Brasil, os produtos agrícolas de exportação recebem maior apoio financeiro do Estado do que os produtos destinados à alimentação básica dos brasileiros. Os dados fornecidos pela CONAB (2014c) expressam claramente a sórdida desproporção entre o apoio à produção das culturas do agronegócio de exportação e o apoio à produção de alimentos para o abastecimento interno. Somente no que diz respeito à produção de grãos, do total de financiamento das lavouras de grãos nos primeiros quatro meses de 2014, a soja recebeu 48,8%, o milho obteve 22, 5% e o trigo 16,8%, sendo as culturas que receberam maior financiamento, enquanto o feijão recebeu apenas 1,8 % e o arroz o 3,9% do crédito rural destinado à produção de grãos. (CONAB, 2014c, p. 17).

No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no documento “Análises dos Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional”, de 2014 confirma que:

A política de crédito rural segue destinando parcela crescente dos recursos aos produtores de maior porte, financiando culturas valorizadas no mercado internacional. Apenas 2,13% dos contratos de crédito rural firmados em 2012 consumiram 50,55% de todo o valor destinado ao financiamento do agronegócio. A soja consumiu 34,5% de todo o custeio destinado às lavouras, enquanto arroz e feijão receberam, respectivamente, 4,3% e 0,9% na mesma modalidade de crédito. Cruzando-se essas informações com os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conclui-se que a **soja teve aproximadamente 49% da área plantada financiada em 2012, ante 7,6% da área plantada de feijão** (CSAN, 2014, p. 29-30).

Além do anterior, o CONSEA (2014) demonstra que a política de crédito rural não somente prioriza os grandes proprietários de terra e produtores de commodities como também que estes não pagam as

dívidas e o Estado termina assumindo quantias bilionárias com as renegociações e os subsídios. O informe diz textualmente:

Por meio da política de crédito rural, o Estado vem transferindo elevados recursos ao setor patronal, tanto via subsídios quanto via rolamento de suas dívidas. Entre 2002 e 2005 foram gastos R\$ 9 bilhões com as renegociações das dívidas dos agricultores brasileiros, montante que ilustra o elevado custo público que essa política representa. Estima-se que mais de 90% das dívidas dos agricultores foram contraídas por meio de contratos acima de R\$ 200 mil, o que implica dizer que são os grandes proprietários os principais responsáveis pelo endividamento. (CSAN, 2014, p. 30).

Assim, no seio da restauração do sistema de produção capitalista, as contradições apresentadas no Brasil rural são intrínsecas às necessidades da produção capitalista na agricultura, ao desenvolvimento capitalista no campo e ao lugar que o Brasil ocupa na economia mundial. Fazem parte do contexto político e econômico da produção de alimentos, caracterizado pela concentração internacional dos meios de produção, da produção e da distribuição dos alimentos, em que o agronegócio, como sua estratégia de produção e materialização do controle geopolítico, e as políticas e os indicadores de Segurança Alimentar, como instrumento de consenso e difusão, juntam-se cinicamente para integrar uma mesma estratégia que responde à necessidade de movimentação internacional de capitais, de produção internacional e à configuração de governos internacionais. (OLIVEIRA, 2013).

APRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

A dissertação está integrada por três capítulos. O primeiro capítulo cujo título é *Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências* tem como propósito apresentar as convergências e divergências entre a Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar a partir da análise das declarações e dos informes das Cúpulas Mundiais de Alimentação e dos Fóruns Mundiais para a Soberania Alimentar no período de 1996-2007. São apresentadas suas características como propostas para a produção e distribuição de

alimentos que representam respectivamente os interesses dos organismos multilaterais e dos movimentos e organizações de trabalhadores do campo, procurando distinguir as convergências e divergências no que diz respeito à origem, à natureza dos conceitos, aos princípios políticos, às condições de materialização, às estratégias das propostas. Nesta parte do texto vão ser respondidas perguntas, tais como: quais são as convergências e divergências entre a proposta de Segurança Alimentar e a proposta de Soberania Alimentar? A proposta de Soberania Alimentar tem como propósito geral eliminar o monopólio internacional da produção e comercialização de alimentos? Em que medida o projeto de Soberania Alimentar dos movimentos sociais permite confrontar esse monopólio? Qual é o papel da educação na conquista dos propósitos da Soberania Alimentar?

No segundo capítulo, *A Produção Coletiva de Alimentos no Assentamento Conquista na Fronteira*, é descrita a experiência de produção de alimentos e organização do trabalho no assentamento “Conquista na Fronteira”, identificando sua relação com as condições políticas e econômicas da Soberania Alimentar. As perguntas orientadoras na escrita do capítulo foram as seguintes: quais são as características da experiência de produção de alimentos e organização do trabalho no assentamento Conquista na Fronteira? A experiência da organização do trabalho e produção de alimentos no assentamento Conquista na Fronteira é coerente com as premissas da Soberania Alimentar?

O último capítulo, intitulado *A Formação Política dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Assentamento Conquista na Fronteira*, tem o propósito de apresentar os processos formativos desenvolvidos pelos trabalhadores rurais no interior do assentamento Conquista na Fronteira para a produção coletiva de alimentos, assim como suas possibilidades e seus limites na materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar. Serão respondidas as perguntas: quais são os processos formativos desenvolvidos no assentamento para a organização e realização coletiva do trabalho, produção diversificada dos alimentos e análise do contexto político e econômico? Quais são os limites e as possibilidades das experiências educativas desenvolvidas no interior do Assentamento na materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar? Quais são as contribuições da experiência educativa do coletivo de trabalhadores do assentamento Conquista na Fronteira na qualificação da proposta de Soberania Alimentar?

A dissertação *A Formação Política dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Produção Coletiva de alimentos: possibilidades e limites da Proposta de Soberania Alimentar* pretende evidenciar as fragilidades da proposta de Soberania Alimentar, assim como contribuir para sua qualificação, por meio da documentação e análise de uma experiência concreta de formação política de trabalhadores e de produção de alimentos. Para tal fim, são apresentadas as convergências e divergências entre a Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar para, em seguida, descrever e analisar a experiência de produção de alimentos e formação política dos trabalhadores no assentamento coletivo Conquista na Fronteira do MST. Desta forma, são apresentadas as características de tal processo de formação política no que se refere aos espaços de formação no tempo de trabalho dos assentados e sua relação com as possibilidades, os limites e as contradições presentes na vida e na organicidade do assentamento, tendo como eixo central a relação trabalho e educação e também identificando na experiência concreta as possibilidades e os limites na materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar.

No conjunto do texto, argumenta-se que os Trabalhadores Rurais Sem Terra que estão assentados no Conquista na Fronteira conseguiram coletivizar a terra, os meios de produção, o trabalho e a produção de alimentos porque desenvolveram, com as famílias Sem Terra, um processo de formação política no tempo de trabalho e de não trabalho, o qual lhes permitiu avançar em termos das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar. No entanto, este processo de formação política encontra-se enfraquecido, ameaçando o caráter coletivo do assentamento e os avanços em termos da materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar construída pelos movimentos sociais.

CAPÍTULO 1 SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Este capítulo tem como propósito apresentar as convergências e divergências entre a Proposta de Segurança Alimentar e a Proposta de Soberania Alimentar a partir da análise das declarações e dos informes das Cúpulas Mundiais de Alimentação e dos Fóruns Mundiais para a Soberania Alimentar no período de 1996-2007. Serão apresentadas as características das propostas para a produção e distribuição de alimentos que representam, respectivamente, os interesses dos organismos multilaterais e dos movimentos e das organizações de trabalhadores do campo, procurando-se distinguir as convergências e divergências no que diz respeito à origem, à natureza dos conceitos, aos princípios políticos, às condições de materialização, às estratégias das propostas. Nesta parte do trabalho tentar-se-á responder às perguntas: quais são as convergências e divergências entre a proposta de Segurança Alimentar e a proposta de Soberania Alimentar? A proposta de Segurança Alimentar garante o direito à alimentação ou é uma estratégia para fortalecer o monopólio da produção de alimentos? A proposta de Soberania Alimentar realmente permitiria abolir o monopólio da produção de alimentos? Qual é o papel da educação na conquista dos propósitos dos dois projetos?

Os documentos revisados com o propósito de mapear a trajetória da proposta de Segurança Alimentar no espaço das Cúpulas Mundiais de Alimentação no período de 1996-2007 foram: o Relatório do Conselho da FAO, *A Situação Mundial da Agricultura e a Alimentação e a Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição*, produzida na Conferência Mundial de Alimentação do ano de 1974; a *Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação* da Cúpula Mundial de Alimentos, de 1996; o *Relatório da Cúpula Mundial de Alimentação: Cinco Anos Após*, do ano de 2002; as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o direito à alimentação e ao desenvolvimento agrícola, A/RES/60/165 do ano de 2005, A/RES/61/163 do ano de 2007; os informes do Relator Especial do direito à alimentação, Jean Ziegler, relatório (A/62/289) do ano de 2007 e relatório (A/HCR/7/5) do ano de 2008; e os informes do Relator Especial do direito à alimentação, Oliver Shutter, relatório (A/HRC/9/23) do ano de 2008 (ver Apêndice A - Documentos revisados sobre a Proposta de Segurança Alimentar).

Os documentos revisados com o propósito de mapear a trajetória da proposta de Soberania Alimentar no Espaço dos Fóruns Mundiais, no período de 1996-2007, foram: a *Declaración de Tlaxcala*, de 1996; a declaração do Fórum de ONG para a Soberania Alimentar do ano de 1996: *Ganancias para unos cuantos o alimentos para todos e Soberanía y seguridad alimentaria para eliminar la globalización del hambre*; o pronunciamento da Vía Campesina: *Soberanía Alimentaria un futuro sin Hambre*, de 1996; a Declaração Final *Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria*, redigida no Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar do ano de 2001, em Cuba; o documento *Soberania Alimentaria: Un derecho de todos*, escrito no ano de 2002, em Roma, durante o Fórum de Organizações Não Governamentais (ONG) e Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a Soberania Alimentar; e os documentos produzidos no Fórum Mundial de Soberania Alimentar do ano de 2007, em Nyéléni: o material documental dos sete grupos de trabalho, o Chamamento à Ação e a Declaração Final (ver Apêndice B - Documentos revisados sobre a Proposta de Soberania Alimentar).

A crise de alimentos do ano de 2007 teve diferentes interpretações quanto aos fatores que lhe deram origem e, portanto, também foram feitas diferentes propostas para enfrentá-la. Por exemplo, para o relator especial do direito à alimentação das Nações Unidas, Oliver Shutter (2008), a crise de alimentos foi consequência, principalmente, do consumo excessivo e do desperdício de alimentos, e do impasse entre a oferta e a procura, decorrente do déficit de reservas de alimentos, gerando aumento exponencial dos preços dos alimentos básicos no mercado internacional e tendo maiores efeitos negativos nos países sem “redes de segurança social” e nas famílias sem capacidade aquisitiva. O autor ainda acrescenta que “devemos nos acostumar não só com o aumento dos preços acima da média ou que se desacelere sua baixa, mas também com a sua volatilidade” (p. 9, tradução nossa), e afirma também que a crise é uma oportunidade para que os pequenos produtores agrícolas aumentem sua produtividade para que, assim, possam vender seus produtos a um preço melhor.

Destaca-se que no argumento apresentado na próxima citação há uma ênfase na dimensão do consumo e que as sugestões do funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) para a crise de alimentos do ano de 2007 é muito similar à resposta das Nações Unidas para a crise alimentar de 1970, a qual justificou o monopólio internacional da produção de alimentos:

La crisis actual muestra que el desfase entre la oferta y la demanda solvente de productos agrícolas puede agravar esta situación en el futuro al hacer que los alimentos sean menos asequibles para las personas cuyos medios no basten para comprar la cantidad suficiente. (...) **el motivo principal no es la escasez de alimentos sino el consumo excesivo y el desperdicio de algunos y la insuficiente capacidad adquisitiva de otros muchos.** Producir más alimentos no aliviará el hambre de quienes carecen del poder adquisitivo necesario para acceder a los disponibles. Además, cuando se habla en cifras agregadas se ocultan los problemas de reparto que se plantean. **Tenemos que producir alimentos no sólo para incrementar la oferta sino también para aumentar la capacidad adquisitiva de quienes los producen** (SHUTTER, 2008, p. 6, grifo nosso).

O relator também destaca a produção de agrocombustíveis e a criação de um mercado artificial de produtos agrícolas básicos como um dos fatores que, em segunda instância, tem incidido no aumento da demanda e dos preços dos produtos agrícolas, assim como no fomento da especulação e na violação do direito à alimentação e de outros direitos. No entanto, defende que os agrocombustíveis são a solução da crise do câmbio climático e do setor energético, e por isso propõe que sejam revistas as políticas que promovem o mercado desses produtos e que sejam adotadas medidas cautelares na sua produção, destacando a importância de se chegar com celeridade a um “consenso internacional sobre os agrocombustíveis”.

Em consequência, para solucionar o problema, Shutter (2008) sugere ao Conselho de Direitos Humanos da ONU definir políticas para evitar o desperdício de alimentos, determinar explicitamente quem vai produzir e comprar os alimentos, aumentar o volume na produção de alimentos, criar redes de Segurança Social para diminuir os efeitos da volatilidade dos preços dos alimentos em crises futuras, por meio do restabelecimento de um “Fundo Mundial de Segurança que proteja os países pobres frente a crises repentinas” (p. 23). Sugere ainda fazer uma reforma aprofundada do sistema agroalimentar mundial, concretizado numa “Nova Aliança Mundial para a Agricultura e a Alimentação” na qual a cooperação internacional, o enfoque dos direitos humanos, o

comércio agrícola internacional e o “Sistema Virtual Internacional de Reservas de Cereais para Fins Humanitários”⁷, fomentado pelo Grupo dos Oito (G8), sejam componentes estruturantes.

De outro lado, os movimentos sociais e as organizações camponesas que integravam a Via Campesina, na Carta de Maputo (2008), interpretaram a crise alimentar do ano de 2007 como um processo com um contexto histórico anterior e não como um assunto conjuntural. Contrariamente às compreensões da crise expostas no informe do Relator Especial sobre o direito à alimentação e nas resoluções da ONU, naquela época, os movimentos sociais entenderam a crise alimentar como parte de uma crise geral no coração do sistema capitalista, a qual integra a crise climática, a crise energética e a crise financeira. Identificaram que a crise financeira e a crise de alimentos faziam parte de um mesmo processo, ou seja, estavam vinculadas, tendo em vista o processo de especulação do capital financeiro internacional com relação aos alimentos e a terra. O documento citado apresenta esta análise:

La misma crisis financiera y las crisis de alimentos están vinculadas por la especulación que hace el capital financiero con los alimentos y la tierra, en detrimento de la gente (...). **En el contexto global actual estamos enfrentando la convergencia entre una crisis alimentaria, una crisis climática, una crisis energética y una crisis financiera.** Estas crisis tienen orígenes comunes en el sistema capitalista y mas recientemente en la desregulación desenfrenada de sus respectivos ámbitos de actividad económica, como parte del modelo neoliberal, que da la prioridad al negocio y a la ganancia. En las zonas rurales del mundo, hemos visto una feroz ofensiva del capital y de las empresas transnacionales sobre la agricultura y los bienes

⁷ Segundo o informe do Relator, “el principal objetivo de esta reserva estratégica mundial virtual sería garantizar a los Estados que se encuentran ante una emergencia, por ejemplo un conflicto o catástrofes causadas por fenómenos meteorológicos, que podrán adquirir alimentos a un precio razonable y, sobre todo, previsible ya que se basará en el compromiso de los Estados que participen en ella de vender a un precio preestablecido.”(SHUTTER, 2008, p. 22).

naturales (agua, bosques, minería, biodiversidad, tierra, etc.), que se traduce en una guerra de despojo contra los pueblos campesinos e indígenas, utilizando pretextos falsos como los argumentos erróneos que plantean que los **agrocombustibles son una solución a las crisis climáticas y energéticas, cuando la verdad es todo lo contrario** (...). (V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA VÍA CAMPESSINA, 2008, s.p., grifo nosso).

Na Carta de Maputo, afirma-se que a origem da crise estava nas estratégias associadas ao monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos, tais como a privatização de sementes, da terra, da água, da biodiversidade e dos recursos da natureza em geral, assim como à concentração internacional de produtores e distribuidores de alimentos, ao monopólio dos insumos para produção agrícola, à imposição de regimes alimentares internacionais, ao fomento da produção e do consumo de biocombustíveis, segundo o documento, para o desenvolvimento de uma nova matriz no setor dos transportes, cujo cultivo gera fome, pobreza no campo e problemas ambientais.

A Vía Campesina (2008), na V Conferência Internacional, também afirmou que a crise alimentar era uma oportunidade, só que, neste caso, referia-se a uma oportunidade para os movimentos sociais e sua proposta de Soberania Alimentar, dado que, segundo esses movimentos, a crise tinha evidenciado a incapacidade das empresas transnacionais para alimentar o planeta e eliminar a fome. Além disso, as políticas neoliberais de livre comércio e o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) ficaram como as instituições responsáveis pela crise, gerando um profundo descontentamento, e perderam a legitimidade diante da opinião pública.

Estas diferenças na interpretação da crise alimentar do ano de 2007 devem-se ao fato de que cada um dos posicionamentos representa propostas diferentes para a produção e distribuição de alimentos, sendo que a primeira interpretação faz parte da proposta de “Segurança Alimentar”, defendida pelos organismos multilaterais, e a segunda pertence à proposta de “Soberania Alimentar”, defendida pelos movimentos sociais e que representa os interesses dos trabalhadores rurais e dos povos indígenas.

1.1 CONTEXTOS DA ORIGEM DA SEGURANÇA ALIMENTAR E DA SOBERANIA ALIMENTAR

Tendo presente que, para compreender a proposta de Soberania Alimentar, é necessário apresentar primeiro a proposta de Segurança Alimentar como a proposta oposta que lhe deu origem e à qual se encontra unida pela disputa em torno da estratégia a ser desenvolvida na produção e distribuição dos alimentos no âmbito internacional, a partir do estudo dos instrumentos políticos gerados nos cenários internacionais propiciados pela Organização das Nações Unidas e pelos Movimentos Sociais, no período compreendido entre o colapso do segundo regime alimentar internacional⁸, em 1970, e a reconfiguração do terceiro regime alimentar, no ano de 2007, no próximo item apresenta-se, de forma diferenciada, o contexto de origem e os propósitos da Segurança

⁸ No texto de Bernstein (2011), são expostos os três regimes alimentares internacionais da história do capitalismo, que foram caracterizadas pela professora Harriet Friedmann em seu estudo histórico sobre a economia política dos alimentos. Segundo a autora, o primeiro regime alimentar internacional corresponde ao período de 1870-1914, caracterizado pela exportação de grãos e carne, desde a América em direção à Europa, e pelas políticas de terra e imigração, nomeado **regime alimentar colonial**, e termina quando a guerra e a depressão econômica que levaram ao protecionismo da agricultura nos países capitalistas industriais. O segundo foi o **regime alimentar mercantil** internacional, que corresponde ao período pós-guerra (1950-1970), caracterizado pelo desenvolvimento técnico da agricultura e sua respectiva superprodução, assim como pela “organização corporativa de um complexo agroalimentar transnacional centrada na economia do Atlântico” (p. 66), que começou a se desmanchar na década de 1970, em decorrência da evidenciação das contradições da superprodução e escoamento de excedentes provocado pela situação de escassez e subida exorbitante dos preços dos grãos quando os Estados Unidos levantaram o embargo à União Soviética. O terceiro é o **regime alimentar corporativo de comércio multilateral** caracterizado, segundo a interpretação de Bernstein, pela neoliberalização da agricultura, concentração global da indústria de insumos agrícolas e de alimentos, desenvolvimento de novas tecnologias no âmbito da engenharia genética, assim como pela regulamentação corporativa da economia global dos alimentos, representada no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e na criação da OMC, assim como pelo controle corporativo dos meios de produção na agricultura e do processamento e distribuição de produtos agrícolas, em termos de Bernstein, controle da agricultura a montante e a jusante. Bernstein sugere que a inflação global de 2008 no preços do grão seja o sinal do começo do fim do terceiro regime alimentar.

Alimentar e da Soberania Alimentar, expostos nas declarações das Cúpulas Mundiais de Alimentação e nos Fóruns Mundiais de Soberania Alimentar.

A análise dos documentos construídos nestes dois espaços permite reconhecer a disputa entre duas propostas que representam interesses antagônicos, assim como o processo de construção de consensos em torno da forma de produzir e distribuir os alimentos. Eles expressam a intencionalidade, as estratégias, os conflitos internos, os avanços e as fraquezas de ambas as partes. Nos pronunciamentos gerados no interior das Cúpulas Mundiais de Alimentação, têm sido veiculadas sofisticadas políticas e ferramentas de caráter internacional para construir a plataforma do monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos, costurar os erros e problemas específicos decorrentes das mesmas políticas e definir estratégias para afrontar as crises do sistema econômico em geral. Entretanto, nos pronunciamentos gerados no interior dos Fóruns Mundiais de Soberania Alimentar têm sido reunidos o descontentamento e as forças dos despossuídos dos meios de produção de alimentos.

1.1.1 Origem e propósitos da proposta de Segurança Alimentar

No contexto da configuração do terceiro Regime Alimentar Internacional, a Segurança Alimentar se concretiza, como estratégia com propósitos e ações definidas para a conquista do monopólio internacional de produção de alimentos, na Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição, produto da Conferência Mundial da Alimentação de 1974. Nesse momento, no contexto da revolução verde, da crise do petróleo e do colapso do segundo regime alimentar internacional, caracterizado pela diminuição da produção mundial de cereais e pela instabilidade de seus preços, a Assembleia Geral das Nações Unidas convocou a primeira Conferência Mundial da Alimentação, em que se aprovou a Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição e se falou concretamente de Segurança Alimentar.

A problemática em que se concentrou este encontro internacional foi a da fome dos “países em desenvolvimento” no marco da crise alimentar. O documento inicia reconhecendo a grave crise alimentar da época, que afeta especialmente os “países em desenvolvimento” e que compromete a concretização dos princípios e propósitos fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Afirma que muitos destes países ainda não se encontram em condições de satisfazer suas

próprias necessidades de alimentos e por isso solicitam ações urgentes de ajuda internacional.

A Conferência Mundial da Alimentação desse ano não associou a fome com o modo de produção de alimentos no capitalismo. Ela identifica como causa principal da fome as desigualdades sociais geradas pelo colonialismo e pela discriminação racial, e como causa secundária e temporal, mas que agrava o panorama, a crise da economia mundial que, segundo a Declaração, é decorrente da deterioração do sistema monetário internacional, da dívida externa dos países em desenvolvimento e da insuficiência da oferta de alimentos causada pelo aumento demográfico, pelo aumento nos custos de produção, especialmente fertilizantes, e pelo aumento no custo das importações de alimentos. Conforme a Conferência Mundial da Alimentação (1974):

Esta situación se ha visto agravada desde hace unos años por una serie de crisis por las que ha atravesado la economía mundial, como el deterioramiento del sistema monetario internacional, el aumento inflacionista de los costos de importación, la pesada carga impuesta por la deuda exterior a la balanza de pagos de muchos países en desarrollo, el aumento de la demanda de alimentos, debido en parte a la presión demográfica, la especulación y la escasez y el aumento de los costos de medios esenciales de producción agrícola; [...]. (grifo nosso).

A Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição, gerada na Conferência Mundial de Alimentação de 1974, explicita que tem como propósito ser um “instrumento eficaz para a criação de novas relações econômicas internacionais baseadas em princípios de equidade e justiça” (Conferência Mundial da Alimentação, 1974, s.p.), assim como definir estratégias para promover o aumento da produção de alimentos nos países em desenvolvimento; porém, as ações propostas nessa conferência evidenciam que, na verdade, a Declaração foi um instrumento internacional que legitimou e promoveu a revolução verde e as respectivas ações para o aumento da produtividade agrícola, criando a plataforma base para o monopólio internacional de produção de alimentos.

Desde a Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição, a Segurança Alimentar já aparece como uma estratégia de índole internacional que enlaça as economias locais e centra-se em

relações de compra e venda dos alimentos e que, ademais, é independente da soberania dos Estados. O documento afirma que o bem-estar de todos os povos do mundo encontra-se condicionado a uma adequada produção e distribuição dos alimentos e ao estabelecimento de um “Sistema Mundial de Segurança Alimentar” que, sem pressões políticas e econômicas garanta, em todo momento, a disponibilidade suficiente de alimentos, a preços razoáveis, mesmo que se apresentem problemas climáticos nos “países em desenvolvimento.” O texto original faz a definição de Segurança Alimentar nos seguintes termos:

El bienestar de todos los pueblos del mundo depende en buena parte de la producción y distribución adecuadas de los alimentos tanto como del establecimiento de un **sistema mundial de seguridad alimentaria** que asegure la disponibilidad suficiente de alimentos a **precios razonables** en todo momento, independientemente de las fluctuaciones y caprichos periódicos del clima y sin ninguna presión política ni económica, y facilite así, entre otras cosas, el proceso de desarrollo de los países en vías de alcanzarlo; [...].(CONFERÊNCIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO, 1974, s.p., grifo nosso).

Também desde a Conferência Mundial da Alimentação de 1974 se reconhece que a sociedade já tinha a capacidade tecnológica, organizativa e financeira para eliminar a fome no mundo e se afirma explicitamente que a erradicação da fome faz parte dos propósitos dos “países desenvolvidos”. Segundo a Declaração, para conquistar com celeridade a Segurança Alimentar nos “países em desenvolvimento” é indispensável que os “países desenvolvidos” contribuam com a implementação de sistemas de produção agrícola dependentes de insumos químicos, como fertilizantes e “sementes de alta qualidade”, e incentiva a que se transfira tecnologia e se concedam créditos aos países com insegurança Alimentar.

Como princípios ou critérios orientadores das ações de Segurança Alimentar presentes na Declaração, que ainda permanecem, destacam-se: o reconhecimento da capacidade produtiva dos camponeses, das organizações populares e dos trabalhadores Sem Terra; o reconhecimento do papel da mulher na produção agrícola e economia rural; assim como a reivindicação do direito à alimentação e a convicção

de que a fome pode ser eliminada. A Declaração também promoveu outros critérios norteadores das ações de Segurança Alimentar, como a cooperação internacional e pacífica entre os Estados e o respeito pela independência e soberania nacionais; além disso, recomenda aplicar o princípio de não ingerência nos assuntos internos dos Estados e não usar os alimentos como instrumentos de pressão no âmbito dos problemas alimentares mundiais e do comércio internacional.

Quanto às premissas políticas e econômicas, tendo presente que a crise alimentar da época foi interpretada como um problema de oferta e demanda e que, em consequência, o alvo a ser atingido foi o aumento da produção de alimentos, a Declaração estabeleceu que a Segurança Alimentar dos países depende de sua capacidade de importação de alimentos e destacou como elementos determinantes para a sua concretização a implementação do sistema de produção agrícola industrial e a abertura das fronteiras comerciais, reduzindo ou suprimindo as barreiras alfandegárias para aceder aos mercados locais.

Segundo a consulta realizada aos países exportadores e importadores de alimentos, no marco desta conferência e como registrado no informe do Conselho da FAO: *El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación*, para o período de 1974-1975 já se projetava que se teria a quantidade de cereais necessários para superar a crise, deixando em evidência que o problema era de incapacidade de compra e não de déficit na produção de cereais, como foi afirmado na Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição. A crise alimentar da época foi um problema de incapacidade econômica de importações de alimentos e por isso fomentou-se ou insistiu-se na necessidade dos empréstimos e da solidariedade internacional. Sendo assim,

Algunos miembros aludieron a la declaración complementaria de El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación que indica que los suministros disponibles de cereales en el mundo para la campaña 1974-75 deberían ser suficientes para satisfacer todas las necesidades esenciales para el consumo humano, aunque se presentaban graves problemas de distribución, incluidos los financieros, que significaría que muchos de **los países más perjudicados no podrían obtener las importaciones necesarias a menos que se les ayudase**. Recalaron la necesidad de proceder con cautela, **dependiendo en todo lo posible de las**

fuerzas del mercado y evitando dramatizar excesivamente la situación ya que ello podría estimular otros aumentos de precios. Reconocieron un **problema de pagos** y que la ayuda con respecto a ellos debería proceder de la comunidad mundial en conjunto. [...]. Algunos de estos países tienen **graves dificultades de balanza de pagos**. Por tanto, se insistió también en la necesidad de aumentar las subvenciones o de llegar a acuerdos sobre **préstamos en términos de favor o retrasos de los pagos**. (FAO, 1974, s.p., grifo nosso).

O informe da FAO evidencia claramente que, além do jogo entre capital, organismos multilaterais e alimentos, a Segurança Alimentar foi uma proposta do capital em seu estágio neoliberal que propendeu ao fortalecimento e à dinamização do sistema de produção agrícola industrial por meio da tecnificação da agricultura, da ajuda humanitária e dos empréstimos bilaterais e multilaterais.

Partindo da afirmação de que existe uma correlação entre o problema alimentar mundial e o comércio internacional, dentre os argumentos do monopólio internacional de produção de alimentos que a Declaração reforça destaca-se o de que o livre comércio garante a Segurança Alimentar e por isso é necessário realizar acordos internacionais que permitam “melhorar o acesso aos mercados reduzindo ou suprimindo as barreiras alfandegárias e não alfandegárias contra os produtos que interessam aos países em desenvolvimento e aumentar substancialmente os ingressos por conceito de exportações”. Segundo a Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (1974), para solucionar o problema alimentar de desabastecimento de alimentos era necessário concretizar uma “nova ordem econômica internacional” que permitisse estabelecer relações justas e equitativas na cooperação econômica internacional e eliminar as brechas entre os “países desenvolvidos” e os “países em desenvolvimento”.

A estratégia principal proposta na Conferência Mundial de Alimentação foi o estabelecimento de um “Sistema Mundial de Segurança Alimentar” que estaria articulado a um “Sistema Mundial de Alerta e Informação em matéria de agricultura e alimentação” e ao Plano Internacional da FAO de Distribuição de Fertilizantes, assim como ajuda financeira para o pagamento das importações nos países com dificuldades para pagar e ajuda humanitária internacional em casos

de emergência. No plano das relações políticas e econômicas entre os “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento”, definem-se como ações estratégicas para promover a produção de alimentos, entre outras, a celebração de acordos bilaterais e multilaterais para assistência técnica e financeira; a transmissão, adaptação e difusão de tecnologia para a produção de alimentos.

No plano das ações no interior dos países, esta conferência recomenda aos governos: conquistar a Segurança Alimentar e superar a crise; promover nos Estados a reforma agrária, o crédito, a política de inversões e a organização das estruturas rurais, as cooperativas de produtores e consumidores; fomentar o emprego rural; formular políticas de alimentos fundamentadas na análise dos recursos disponíveis e potenciais para a produção de alimentos e integradas aos planos de desenvolvimento socioeconômico e agrícola; eliminar barreiras na produção de alimentos; conceder incentivos aos produtores agrícolas, destacando, inclusive, a importância da participação e contribuição dos pequenos agricultores, pescadores e trabalhadores Sem Terra na conquista dos objetivos de produção de alimentos e emprego.

Em poucas palavras, a Conferência Mundial da Alimentação de 1974 foi a plataforma que espalhou a revolução verde e estabeleceu as bases para o fortalecimento do monopólio internacional da produção de alimentos. A Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição evidencia que a forma como se apresentou a crise alimentar dos anos setenta foi uma das justificativas para impulsionar e fortalecer a indústria agroalimentar internacional, expandir a revolução verde com financiamento da Organização das Nações Unidas e entrelaçar as economias por meio de uma “nova ordem econômica internacional” em que os “países em desenvolvimento” pudessem participar. São palavras textuais:

Para lograr una solución duradera del problema alimentario deberán hacerse todos los esfuerzos posibles por eliminar la brecha cada vez mayor que hoy separa a los países desarrollados de los países en desarrollo y por lograr un **nuevo orden económico internacional**. Todos los países deberían estar en condiciones de participar de manera activa y eficaz en las **nuevas relaciones económicas internacionales** mediante el establecimiento de sistemas internacionales adecuados, donde proceda, capaces de poner en marcha una acción apropiada, **a fin de establecer**

**relaciones justas y equitativas en la
cooperación económica internacional;
(CONFERÊNCIA MUNDIAL DA
ALIMENTAÇÃO, 1974, s.p., grifo nosso).**

Assim, o problema de partida da proposta de Segurança Alimentar foi a brecha entre os “países desenvolvidos” e os “países em desenvolvimento” que estava obstaculizando o avanço do projeto econômico baseado na necessidade de estabelecer novas relações econômicas internacionais; o propósito oficial difundido foi, então, o de afrontar a emergência alimentar da época, assim como se preparar para o aumento da fome nos países pobres, mas o propósito a que estavam encaminhadas as diretrizes propostas referia-se explicitamente às mudanças na relação entre capital e agricultura.

Em 1996, vinte e dois anos depois que esta proposta foi oficialmente colocada em execução, com o aparente propósito de responder às situações de emergência alimentar, foi necessário promover, num novo cenário, a Cúpula Mundial Sobre Alimentação, a fim de reinventar mecanismos que permitissem afrontar as consequências da estratégia anterior: aumento da pobreza rural e da fome, migração do campo para a cidade e migração internacional que, segundo a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar mundial, já tinha alcançado uma dimensão tal que “ameaçava a estabilidade política, econômica e social de muitos países e regiões e inclusive a paz mundial”. (CMA, 1996, s.p., tradução nossa).

No que diz respeito aos propósitos da Segurança Alimentar, na origem da proposta, o propósito oficial foi o de “erradicar a fome e a desnutrição” por meio da “criação de novas relações econômicas internacionais baseadas nos princípios de equidade e justiça” (Conferência Mundial de Alimentação, 1974, s.p.). Logo na Primeira Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, a diretriz oficial continuou sendo “erradicar a fome em todos os países”, só que desta vez foi construído um plano de ação com o objetivo específico de “reduzir à metade o número de pessoas com desnutrição no ano de 2015” (s.p.) e que concentrou seus esforços no aumento da produção de alimentos básicos, na criação de um “sistema de comércio mundial” e no desenvolvimento de programas de cooperação internacional.

Depois da Segunda Cúpula Mundial de Alimentação, no ano de 2002, como o alvo da cúpula anterior não foi atingido, pelo contrário, as cifras de pessoas com fome haviam aumentado exponencialmente, o mesmo propósito específico foi reeditado e anunciou-se que se

intensificaria o plano de ação anterior. Isto quer dizer que, segundo a Cúpula, o problema estava na falta de difusão e força na aplicação do plano e não na implementação de uma estratégia errada. No ano de 2005, mesmo depois de se inserir aquele propósito nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o panorama ainda não tinha mudado e a Organização das Nações Unidas continuava clamando por auxílio para conseguir conquistar aquele propósito traçado há nove anos.

A Segurança Alimentar não é nada diferente de uma interpretação distorcida do direito à alimentação e da forma como ele deveria ser garantido, com a intenção de abrir o caminho e justificar o monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos, interpretação que tem apresentado mudanças, pressionada pelos problemas que suas mesmas estratégias têm causado e pela reação dos movimentos e das organizações de trabalhadores rurais no mundo.

1.1.2 Origem e propósitos da proposta de Soberania Alimentar

Os fundamentos iniciais da proposta de Soberania Alimentar foram divulgados cinco dias depois do Massacre de Eldorado de Carajás, no Brasil, por meio da declaração de Tlaxcala, produto da II Conferência Internacional da Vía Campesina, no México, em abril de 1996. Neste momento histórico, o contexto caracterizava-se pela implementação das políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, e pelo incremento escandaloso da dívida externa, as corporações transnacionais concentravam terras, bosques, e fontes de água. Estes fatos, por sua vez, provocaram o aumento da pobreza rural, maior destruição da natureza, expulsão de povos indígenas de seus territórios, migração forçada e massiva de famílias de agricultores para as cidades, além da repressão a que foram submetidos os movimentos camponeses de diferentes lugares da América Latina.

Nesta conferência, as organizações camponesas e de pequenos agricultores se propunham a desafiar, de forma coletiva, as condições econômicas e políticas neoliberais das quais estavam sendo reféns e, em contrapartida, pretendiam criar uma nova economia rural, fundamentada no respeito dos que habitam e trabalham na terra, fundamentada na reforma agrária, na Soberania Alimentar, no comércio justo e no controle da terra por parte dos camponeses. (II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LA VÍA CAMPESINA, 1996).

A declaração da Vía Campesina identificou, categoricamente, como principais obstáculos da materialização do direito à alimentação, o

sistema econômico capitalista em sua modalidade de capitalismo financeiro, os tratados de livre comércio que o circundam, as instituições multilaterais e as medidas de ajuste estrutural. A declaração denunciou que estas políticas, além de serem responsáveis pela “globalização da fome e da pobreza”, eram também responsáveis pelo desaparecimento das comunidades camponesas e de sua capacidade de produção de alimentos. Para reverter esta situação, propôs, então, a Soberania Alimentar entendida como a autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos no interior de suas fronteiras, o que implica a liberdade para produzir e para o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola. Nas palavras da Vía Campesina (1996):

Soberanía alimentaria es el derecho de cada nación para mantener y desarrollar su propia capacidad para producir los alimentos básicos de los pueblos, respetando la diversidad productiva y cultural. Tenemos el derecho a producir nuestros propios alimentos en nuestro propio territorio de manera autónoma. **La soberanía alimentaria es una precondition para la seguridad alimentaria genuina.** (s.p.).

No que diz respeito ao contexto político e econômico, na primeira declaração responsabilizam-se as políticas econômicas da Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial de socavarem a autonomia dos países para produzir seus próprios alimentos. Assinala-se ainda que a liberalização do comércio e as políticas de ajuste estrutural, além de globalizar a fome e a pobreza no mundo, têm conseguido destruir a capacidade de produção local de alimentos, impedindo que os pequenos produtores tenham acesso e controle da terra, da água, das sementes e dos recursos naturais e favorecendo as empresas transnacionais (Vía Campesina, 1996).

Além disso, a declaração da Vía Campesina contém alguns princípios ou critérios orientadores das ações de Soberania Alimentar e estabelece algumas condições que devem ser resolvidas previamente para se materializar a Soberania Alimentar. Dentre os critérios orientadores das ações de Soberania Alimentar, o ponto de partida é o reconhecimento da alimentação como direito humano fundamental e não

como uma mercadoria e o convencimento da possibilidade de transformação do presente fundada na força de homens e mulheres camponeses e de suas organizações populares.

Com relação às condições prévias ou aos elementos determinantes da concretização da Soberania Alimentar nos territórios, o documento da Vía Campesina de 1996 reivindica, de maneira ampla, seis premissas em que o Estado tem o papel de garantir os direitos e que podem ser assim resumidas: 1) participação ativa e permanente dos camponeses produtores de alimento na formulação de políticas e programas de produção e distribuição de alimentos no âmbito local e regional; 2) ativação do papel do Estado como regulador da economia e garantidor de direitos, especificamente no compromisso com a garantia, reivindicação e restituição do direito à alimentação como direito fundamental; 3) realização da reforma agrária em favor dos Sem Terra, das mulheres e dos povos indígenas; 4) priorização da produção de alimentos para o consumo doméstico; 5) implementação de um modelo de produção agrícola ecológico que preserve a diversidade biológica dos agroecossistemas; 6) abolição de mecanismos de privatização das sementes e da informação genética dos recursos naturais, como o sistema de patentes, a criminalização do armazenamento de variedades nativas e a imposição da venda de insumos transgênicos.

Assim, a Soberania Alimentar nasce como uma proposta que representa um processo de resistência das organizações populares e campesinas em relação às estratégias promovidas pelos organismos multilaterais, às indústrias energéticas e aos grandes complexos agroalimentares, proposta esta que reivindica, além do direito à alimentação, o controle da produção de seus próprios alimentos.

Alguns meses após a II Conferência Internacional da Vía Campesina, a proposta de Soberania Alimentar foi acolhida e fortalecida no encontro de 1200 movimentos sociais e organizações camponesas de 80 países, no Fórum paralelo à primeira Cúpula Mundial de Alimentos realizada em Roma, Itália, no ano de 1996. No cenário deste Fórum, foram produzidas duas declarações que ainda hoje são consideradas como ponto de partida e fundamentos da concepção da Soberania Alimentar. A primeira declaração foi o documento escrito pela Vía Campesina: *Soberania Alimentar um Futuro sem Fome*, no qual foi aprimorada a concepção exposta na declaração de Tlaxcala, e a segunda foi a declaração final do foro: *Ganhos para uns quantos ou alimentos para todos. Soberania e Segurança Alimentar para eliminar a globalização da fome*, a qual representa o posicionamento de todas as organizações e de todos os movimentos que participaram. Ambas

apresentaram sua compreensão a respeito do problema da fome e rejeitaram soluções que foram construídas na Cúpula Mundial de Alimentação.

No *Fórum pela Soberania Alimentar* de 1996, houve um esforço para explicar o contexto político e econômico do momento e definir a Soberania Alimentar e suas implicações na declaração da Via Campesina: *Soberanía Alimentaria un futuro sin Hambre*, e na declaração dirigida à Cúpula Mundial de Alimentação: *Ganancias para unos cuantos o alimentos para todos. Soberanía y seguridad alimentaria para eliminar la globalización del hambre*. Os debates no interior do Fórum de 1996 constituíram o primeiro passo na estruturação de uma proposta contra o monopólio internacional da produção de alimentos. De modo contrário à Segurança Alimentar, que teve como problema de partida a fome nos “países em desenvolvimento” e o obstáculo que esta representava para a globalização da economia, a Soberania Alimentar teve como problema de partida o monopólio internacional da produção de alimentos.

A declaração do Fórum para a Soberania Alimentar (1996) parte da reivindicação do direito à alimentação e afirma que é o sistema econômico capitalista, com suas atuais características, o responsável pelos problemas da fome, da insegurança alimentar e da pobreza no mundo. Igualmente destaca o papel determinante das políticas do Banco Mundial e do FMI no aumento da insegurança alimentar e o enfraquecimento da pequena agricultura familiar e da autonomia dos governos nacionais para a produção e distribuição interna de alimentos, fortalecendo a dependência alimentar internacional.

Em consequência, com esta interpretação do contexto, a declaração opõe-se explicitamente à globalização da economia, às políticas do livre comércio, aos embargos, às sanções econômicas e à ajuda humanitária; por sua vez, rejeita sistemas agroindustriais de produção de alimentos, o uso de agrotóxicos e de transgênicos na produção dos alimentos, as relações de exploração, a privatização dos recursos naturais e seu material genético e, em contraste, reivindica o fomento da agricultura familiar e de sistemas alimentares locais e regionais; exige a concretização de reformas agrárias e o acesso popular a recursos hídricos, sementes, informação e tecnologia; propõe a implementação de sistemas agroecológicos de produção de alimentos; destaca a importância de mulheres, povos indígenas e jovens na produção de alimentos e a necessidade de espaços de participação das comunidades na formulação das políticas econômicas no âmbito nacional, regional e internacional.

Pronunciando-se a respeito da Soberania Alimentar e suas implicações, a declaração final do Fórum paralelo de 1996 define a Soberania Alimentar como “uma proposta de um novo modelo de ação para conquistar a Segurança Alimentar sem que isso implique concentração da riqueza e poder e sem tratar os alimentos como mercadorias e sem ameaçar o equilíbrio dos ecossistemas” (s.p., tradução nossa). Os elementos fundamentais desse “novo modelo” são: fortalecimento dos pequenos produtores e dos sistemas alimentares locais e regionais; promoção de reformas agrárias em favor dos Sem Terra; rejeição à propriedade intelectual dos recursos genéticos da natureza; troca do modo de produção agroindustrial por um modo de produção agroecológico; fortalecimento do Estado e dos governos para que possam garantir o direito à alimentação e os direitos políticos e econômicos em geral; suspensão dos programas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial; ampliação da participação e do controle exercido pelas organizações populares e ONGs; e independência nacional para definir as políticas alimentares.

A declaração é contundente ao defender que os alimentos não podem obedecer às dinâmicas da oferta e da procura caso se tenha como verdadeiro desejo a garantia do direito à alimentação de toda a humanidade e, portanto, exige que os alimentos fiquem fora das dinâmicas do mercado e tenham prevalência sobre os interesses e as políticas da Organização Mundial do Comércio e outros convênios macroeconômicos. Em palavras textuais:

El derecho internacional debe asegurar el derecho al alimento, garantizando que la soberanía en campo alimentario tenga prioridad sobre las políticas macroeconómicas y la liberalización del comercio. Los alimentos no pueden considerarse como mercancías, debido a su dimensión social y cultural. (...) Si no aceptamos que el derecho de todo ser humano a recibir el sustento tiene prioridad sobre la búsqueda de la ganancia, el hambre y la malnutrición van a seguir. (Fórum Soberania Alimentar, 1996, s.p.).

Também se destaca, nesta declaração, a necessidade de uma atuação dos Estados com independência da pressão exercida pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e pela Organização Mundial do Comércio, cujas políticas foram assinaladas como as responsáveis pela grave situação de insegurança alimentar de que padeciam, nesse

momento, os países da África e América Latina. Faz-se ainda oposição categórica à proposta de uma Segurança Alimentar garantida pelo mercado e pela cooperação internacional. Desse modo, a Soberania Alimentar, nesta declaração, encontra-se relacionada à autonomia das nações na definição de objetivos, prioridades e políticas de produção, comercialização e consumo de alimentos, assim como de proteção à sua produção interna.

Em síntese, a Soberania Alimentar pode ser compreendida, segundo estes primeiros documentos,, como um processo prévio necessário para conquistar a Segurança Alimentar, que não tem uma relação de oposição com a Segurança Alimentar; que propende para a garantia do direito à alimentação, identifica e bloqueia as causas estruturais da fome e desnutrição e denuncia a problemática do tratamento dos alimentos como mercadoria; que questiona a origem e o modo de produção dos alimentos, as ações de ajuda humanitária assim como a internacionalização dos mercados agrícolas fomentado pela OMC; que reivindica o papel do Estado como regulador da economia e garantidor dos direitos e reconhece o poder dos camponeses e suas organizações como central nas possibilidades de transformação do sistema econômico.

Em relação aos propósitos da Soberania Alimentar, na origem da proposta, o objetivo geral foi construir uma alternativa de produção e comercialização de alimentos em que os povos indígenas e os trabalhadores do campo recuperassem o controle da terra e das sementes e tivessem relações produtivas de não exploração. Logo, no Fórum paralelo à Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, a intenção era “abolir as verdadeiras causas da fome”, bloqueando as ações que promoviam a Segurança Alimentar através do comércio e reivindicando a soberania nacional na definição de políticas para proteger o direito à alimentação, pois, no seu modo de ver, “as forças do mercado não resolverão por si mesmas o problema da insegurança alimentar, nem no âmbito nacional nem internacional” (CMA, 1669, s.p., tradução nossa).

Desde então, o caráter de oposição às políticas do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, da Organização Mundial do Comércio e às estratégias desenvolvidas em torno da proposta de segurança no seio da Cúpula Mundial de Alimentação,⁹ assim como o

⁹ Especialmente as políticas relacionadas com o sistema alimentar corporativo, livre comércio agrícola, plano de ação de 1996, *dumping* nas importações, programas de ajuda humanitária.

propósito de “definir ações estratégicas para eliminar realmente a fome” (Fórum de ONG/OSC, 2002, s.p.) se mantiveram no centro da proposta de Soberania Alimentar. Na Agenda de Ação para a Soberania Alimentar, elaborada no Fórum Mundial do ano de 2007, diz-se textualmente:

La Soberanía Alimentaria representa una agenda contrapuesta a las políticas neoliberales del comercio globalizado y la “seguridad alimentaria” actualmente definidas por el régimen alimentario establecido por las corporaciones y sus modelos de producción agro-industrial. Ofrece tanto una estrategia para resistir y dismantelar dicho régimen, como también ofrece direcciones para mejorar los sistemas alimentarios, agrícolas, pastorales/pastoralistas, y pesqueros. (FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007b, p. 2).

No que diz respeito à intencionalidade da proposta de Soberania Alimentar, o Foro Mundial para la Soberania Alimentaria, realizado em Nyéléni, esclarece que a proposta de Soberania Alimentar faz parte de um projeto político maior que entrelaça ações e estratégias conjuntas de produção e consumo em todos os níveis (FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007b, p. 3). Neste Fórum se declara que a Soberania Alimentar “oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentar atual e para encaminhar os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para que passem a ser administrados pelos produtores e produtoras locais” (FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007a, s.p., tradução nossa).

De acordo com a agenda de ação para a Soberania Alimentar elaborada em Nyéléni, a proposta de Soberania Alimentar tem como propósito geral conquistar a autonomia das nações para desenhar e dinamizar seus próprios sistemas alimentares e suas políticas de produção e distribuição de alimentos, assim como para conseguir que a Soberania Alimentar adquira o status de direito humano fundamental que leve ao desmonte do sistema de produção agrícola industrial.

Neste Fórum Mundial da Soberania Alimentar também foram reivindicados propósitos intermediários, tais como: reforma agrária integral; garantia de direitos laborais para os trabalhadores no campo; preços justos para os produtores de alimentos; desenvolvimento de

infra-estrutura em saúde e educação na zona rural; disponibilização de recursos para as populações pobres das zonas urbanas a fim de que possam produzir sua própria comida; proteção das formas de organização social e cultural dos povos originários; conservação ambiental e reabilitação dos ambientes rurais; assim como uso racional de solo, água, sementes, gado e biodiversidade.

1.2 SOBERANIA ALIMENTAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: INTERPRETAÇÕES DIVERGENTES DO DIREITO A ESTAR PROTEGIDO CONTRA A FOME

A Soberania Alimentar é uma estratégia para a conquista de Segurança Alimentar ou é um propósito em si mesmo? Para distinguir as convergências e divergências entre a Segurança e a Soberania Alimentar e identificar as relações entre estes dois conceitos precisa-se primeiro compreender sua natureza. Tanto nas declarações das Nações Unidas como nos pronunciamentos dos Foros de Soberania Alimentar o tratamento dado à Soberania e à Segurança Alimentar é ambíguo: às vezes, são definidas como alvos a serem conquistados e outras vezes, como caminhos ou estratégias para a conquista do direito à alimentação, inclusive, às vezes, a Soberania Alimentar tem como propósito a Segurança Alimentar. Assim, por exemplo, na declaração intitulada *Soberanía Alimentaria un futuro sin Hambre* (1996), “a Soberania Alimentar é uma pré-condição para a Segurança Alimentar genuína” (VÍA CAMPESSINA, 1996, s.p., tradução nossa). Isto quer dizer que a Segurança Alimentar é o ponto de chegada ou o objetivo de nível superior da Soberania Alimentar, sendo esta um processo intermediário que leva à sua conquista, ou seja, a Soberania Alimentar é um processo prévio necessário para conquistar a Segurança Alimentar e que não tem uma relação de oposição com a Segurança Alimentar. Entretanto, na declaração que tem por título *Soberania Alimentar un Derecho de Todos* (2002), a Soberania Alimentar é entendida como outra proposta, com ações estratégicas para eliminar a fome, a qual é contrária às ações específicas da Segurança Alimentar, tais como a Aliança Internacional Contra a Fome. Por outro lado, na *Declaración de Nyéléni*, (2007), a Soberania Alimentar aparece como um propósito geral, que se contrapõe totalmente às ações de Segurança Alimentar e que tem estratégias próprias e claramente definidas.

No caso da Segurança Alimentar, acontece algo similar, pois, segundo a declaração da Conferência Mundial de Alimentação, de 1974, esse conceito nasceu como uma estratégia para a “eliminação da fome e

da desnutrição”, mas nas declarações posteriores virou o ponto de chegada para a proteção, restituição e reivindicação do direito à alimentação.

Compreende-se que tanto a Segurança Alimentar como a Soberania Alimentar são propostas que compartilham o propósito geral de garantir o direito à alimentação, o qual é o único que tem instrumentos políticos e jurídicos específicos para a exigibilidade de ações imediatas para a proteção contra a fome¹⁰. No entanto, como propostas, representam interesses diferentes. De um lado, a Segurança Alimentar é a proposta para produção e distribuição de alimentos dos organismos multilaterais, que teve origem no contexto do colapso do segundo regime alimentar internacional, em 1974, e de outro lado, a Soberania Alimentar é a proposta para produção e distribuição de alimentos dos Movimentos Sociais e organizações camponesas, que teve origem no contexto da emergência alimentar decorrente da revolução verde e no nascimento da Organização Mundial do Comércio, em 1996.

Ainda que a Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar sejam propostas que compartilhem o propósito geral de garantir o “direito fundamental de todas as pessoas a estarem ao abrigo da fome”, consagrado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e reiterado no artigo 11 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, elas interpretam o direito e suas implicações de formas diferentes. Para a proposta de Segurança Alimentar, a conquista da garantia do direito à alimentação depende da capacidade de compra dos países importadores de alimentos e dos consumidores finais, de modo que é fundamental a liberalização do comércio agrícola internacional, a obtenção dos créditos junto ao BM e ao FMI e os programas de ajuda humanitária; o mercado e a cooperação internacional são os responsáveis pela proteção do direito. Entretanto, na proposta de Soberania Alimentar, a conquista do direito à alimentação depende da capacidade de produção de cada país e do fortalecimento da agricultura familiar camponesa e indígena no interior dos Estados, de modo que é fundamental ativar o papel do

¹⁰ Windfuhr e Jonsén (2005) lembram que o direito à alimentação é um instrumento jurídico internacional que pode ser exigido nos tribunais e que implica obrigações extraterritoriais e no interior de cada Estado. Ao contrário, tanto a Segurança Alimentar como a Soberania Alimentar carecem de vínculos ou mecanismo jurídicos que representem uma obrigação aos Estados e, em consequência disso, também não fornecem ferramentas que permitam punir empresas transnacionais, fazendeiros ou autoridades estatais.

Estado como regulador da economia, priorizar e proteger os mercados locais e nacionais, além de promover a produção de alimentos para o consumo doméstico; neste caso, o Estado é o responsável pela proteção contra a fome.

Conseqüentemente, a Segurança Alimentar define políticas focalizadas e orientadas à restituição do direito à alimentação dos grupos populacionais afetados por catástrofes ambientais, secas, pragas ou pela volatilidade nos preços dos alimentos; em contraste, a Soberania Alimentar promove, além de políticas de restituição e proteção do direito à alimentação, políticas alimentares e agrícolas, reivindicando o direito de produzir, concentrando sua atenção nos trabalhadores da terra, pequenos agricultores, pescadores, trabalhadores rurais Sem Terra, povos indígenas e consumidores, disputando, além da soberania econômica, a soberania política e cultural dos países.

No que diz respeito à interpretação do direito a estar protegido da fome, embora a Soberania Alimentar como proposta política tenha apresentado avanços e recuos, como categoria conceitual ainda se encontra frágil e inacabada; ao contrário da Segurança Alimentar, ela faz uma análise que abrange todos os componentes que integram o direito à alimentação e, além disso, desmente os argumentos do monopólio internacional da produção e distribuição de alimento, identifica e tenta bloquear algumas das ações que configuram sua estratégia e propõe políticas e ações alternativas tanto no âmbito da produção como no âmbito da comercialização e consumo.

Na opinião de Stédile e Carvalho (2010), a proposta de Soberania Alimentar dos movimentos sociais tem a capacidade de atingir o monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos. Estes autores afirmam que:

Este novo e transgressor conceito representa uma ruptura com relação à organização dos mercados agrícolas imposta pelas empresas transnacionais e governos neoliberais no seio das negociações da OMC e da FAO, cujas orientações políticas já tinham violado as normas protecionistas para a agricultura familiar, implementadas por alguns governos nacionalistas e populares, mediante impostos sobre as importações baratas de alimentos, favorecendo o preço de alimentos nacionais, outorgando faixas de preços - e mantendo os poderes dos compradores públicos. (p. 10).

Se bem que a Soberania Alimentar tenha nascido com a intencionalidade de transformar as condições de vida dos trabalhadores do campo e de suas famílias e identifique o monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos como o problema de partida, isso necessariamente não significa que tenha estratégias suficientemente fortes e desenvolvidas para, pelo menos, atingir seu objetivo. Em que sentido é transgressora a proposta de Soberania Alimentar? Será realmente impossível sua materialização no interior do sistema capitalista? Quais são os limites e desafios para sua implementação na América Latina? Somente conceitos com aparência de revolucionários não vão transformar a realidade, é preciso construir propostas com objetivos, estratégias e táticas bem definidas, fundamentadas em experiências concretas que permitam testar de forma contínua suas potencialidades e fraquezas para poder fortalecê-las.

1.2.1 Trajetória do conceito de Segurança Alimentar nas Cúpulas Mundiais de Alimentação.

No período do regime alimentar corporativo foi construída e difundida a Segurança Alimentar como proposta dos organismos multilaterais para a produção e distribuição dos alimentos mediante diferentes instrumentos políticos no espaço das Nações Unidas, sendo feitas mudanças na forma de apresentar as estratégias, mas não alterações estruturais no projeto inicial. A Segurança Alimentar sempre promoveu o controle corporativo internacional da alimentação e a conotação do termo tem estado restrita ao âmbito do consumo, ou seja, vem sendo entendida como possibilidade e capacidade de compra dos alimentos, mas tem havido modificações no que diz respeito ao papel do Estado como garantidor do direito à alimentação e aos critérios orientadores das ações.

Em 1974, na Conferência Mundial de Alimentação, uma das principais conclusões foi a de que o bem-estar dos povos e o processo de desenvolvimento dos “países subdesenvolvidos” estavam condicionados à produção e distribuição adequada dos alimentos e ao estabelecimento de um “sistema mundial de Segurança Alimentar” que garantisse a “disponibilidade suficiente de alimentos a preços razoáveis em todo momento, independentemente das flutuações e caprichos periódicos do clima e sem nenhuma pressão política e econômica.” (s.p., tradução nossa).

Algum tempo depois, esta perspectiva da Segurança Alimentar como abastecimento nacional constante atrelado à capacidade de compra dos países importadores de alimentos é substituída por uma concepção centrada no acesso e consumo dos alimentos no âmbito do indivíduo, o que, agora, faz a Segurança Alimentar depender da capacidade de compra das pessoas e dá importância às características nutricionais dos alimentos. Conforme a primeira Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, “existe Segurança Alimentar quando todas as pessoas têm em todo momento acesso físico e econômico a suficientes alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentícias e suas preferências quanto aos alimentos a fim de levar uma vida ativa e sadia.” (s.p., tradução nossa).

Destaca-se, no parágrafo anterior, que a Segurança Alimentar se restringe à oferta de alimentos com uma das características específicas, mas não se ocupa da possibilidade real de compra que tenham as pessoas e muito menos com o desenvolvimento de capacidades na produção dos alimentos. O que se garante é que os alimentos vão estar disponíveis para serem vendidos.

Cinco anos mais tarde, na segunda Cúpula Mundial de Alimentação, do ano de 2002, a ênfase na inocuidade e dimensão nutricional foi mantida, sendo, porém, incorporada uma dimensão social da Segurança Alimentar, integrando como aspectos constituintes a atenção em saúde, educação, saneamento básico e o acesso à água potável.

Embora a concepção oficial da proposta de Segurança Alimentar sintetizada nos documentos anteriores se restringisse ao âmbito da distribuição internacional de alimentos para garantir a oferta ampla de produtos alimentícios a serem comprados, que inclui o acesso, também pago, à água potável, no interior das Nações Unidas se têm difundido igualmente outras interpretações do direito à alimentação e da forma como este deve ser garantido, as quais apresentam uma concepção um pouco mais completa, pelo fato de integrarem a dimensão da produção dos alimentos. Por exemplo, uma das acepções mais difundida de Segurança Alimentar foi aquela que Jean Ziegler¹¹ citou no informe de

¹¹ Jean Ziegler é um reconhecido sociólogo suíço que concentra suas pesquisas nos estudos do monopólio da produção e distribuição de alimentos no mundo e o sistema financeiro mundial; trabalhou como o primeiro Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação no período de 2000-2008. Alguns de seus livros publicados são: *Os Senhores do Crime* (1998); *O Livro*

2007. Mesmo que tal interpretação conserve e, inclusive, reforce a relação de capacidade de compra de alimentos que estava presente nas declarações anteriores, ela também destaca a dimensão cultural dos alimentos e abre a possibilidade de desenvolver a capacidade de produção de alimentos para o consumo direto:

4. En un mundo rebosante de riqueza, el hambre no es inevitable. Es una violación de los derechos humanos. El derecho a la alimentación es un derecho humano que protege el derecho de todos los seres humanos a vivir dignamente, libres del hambre. El Relator Especial define el derecho a la alimentación de la siguiente manera: El derecho a tener acceso, de manera regular, permanente y libre, **sea directamente, sea mediante compra** en dinero, a una alimentación cuantitativa y cualitativamente adecuada y suficiente, que corresponda a las tradiciones culturales de la población a que pertenece el consumidor y que garantice una vida psíquica y física, individual y colectiva, libre de angustias, satisfactoria y digna. (ZIEGLER, 2007, p. 4, grifo nosso).

Um ano mais tarde, no informe de seu último período de mandato, Ziegler reelabora sua própria interpretação do direito a estar protegido contra a fome e, desta vez, insere a necessidade de facilitar aos grupos vulneráveis e discriminados da área rural o acesso aos meios de produção para o desenvolvimento da agricultura e da pesca, e também destaca a importância de políticas focais de assistência social. Ele diz textualmente:

18. El derecho a la alimentación es sobre todo el derecho a poder alimentarse con dignidad. El derecho a la alimentación comprende el derecho a acceder a los recursos y a los medios de asegurarse la propia subsistencia, incluida la tierra, la irrigación en pequeña escala y las

Negro do Capitalismo (1998); A Fome no Mundo Explicada a meu Filho (2002); El imperio de la Vergüenza (2006); Os novos senhores do Mundo e os seus Opositores (2007); O Ódio ao Ocidente (2012); Destruição em Massa: Geopolítica da Fome (2013).

semillas, el crédito, la tecnología y los mercados locales y regionales, en particular en zonas rurales y para los grupos vulnerables y discriminados, las zonas tradicionales de pesca; ingresos suficientes para vivir con dignidad, incluidos los trabajadores rurales e industriales, y el acceso a la seguridad social y a la asistencia social en el caso de los más desposeídos. El derecho a la alimentación comprende también el derecho al agua potable. (ZIEGLER, 2008, p. 9, grifo nosso).

Assim, Jean Ziegler, o primeiro relator especial do direito à alimentação, progressivamente, foi aproximando a concepção de Segurança Alimentar à proposta de Soberania Alimentar, chegando ao ponto, inclusive, de afirmar que, ante o evidente fracasso do “sistema de comércio mundial” para garantir o direito à alimentação, a Assembleia Geral das Nações Unidas, além de aperfeiçoar o controle internacional das empresas multinacionais e agroindústrias, investir no desenvolvimento de projetos de redução de vulnerabilidades a secas, desertificação e captação de água, promover outro tipo de produção de biocombustíveis, formular um instrumento jurídico de proteção aos “Refugiados da Fome”, deveria avaliar a possibilidade de adotar a proposta de Soberania Alimentar dos movimentos sociais e das organizações camponesas, já que esta era uma solução valiosa para o problema da fome. São palavras do relator:

Ante la evidencia creciente de que el sistema comercial mundial en vigor está poniendo en peligro la seguridad alimentaria de los más pobres y marginados y creando desigualdades cada vez mayores, el Relator Especial estima que es el momento de buscar otras alternativas que puedan garantizar mejor el derecho a la alimentación. La materialización del concepto de soberanía alimentaria es una solución valiosa. (ZIEGLER, 2008, p. 27).

Em suma, segundo os documentos da Cúpula Mundial de Alimentação de 1996 e 2002 e segundo os informes do Relator Especial do direito à alimentação, a Segurança Alimentar pode ser compreendida como a certeza permanente de que os Estados ou as pessoas têm a possibilidade de comprar a quantidade desejada de água potável e de

alimentos nutritivos que não representem nenhum risco para a saúde humana. Esta interpretação do direito a estar protegido da fome encontra-se também relacionada com o acesso a créditos para a compra de sementes, terra e outros meios de produção de alimentos; com a proteção em educação, saúde, saneamento básico, assistência social e que tem o propósito aparente de diminuir o número de pessoas com fome.

1.2.2 Trajetória do conceito de Soberania Alimentar nos Fóruns Mundiais de Soberania Alimentar

No período do regime alimentar corporativo, também está sendo construída e difundida a Soberania Alimentar como proposta dos movimentos camponeses e indígenas para a produção e distribuição dos alimentos no âmbito internacional mediante a criação de espaços políticos paralelos aos dos Organismos Multilaterais. Na trajetória da proposta, a conotação da Soberania Alimentar sempre assinalou os problemas do regime alimentar corporativo de comércio multilateral e propôs ações, tanto no âmbito da produção como no âmbito do consumo, mas ainda é uma proposta inacabada que tem dificuldade em se distanciar da proposta do capital representada nos Organismos Multilaterais e em se reconhecer como uma estratégia política dos trabalhadores rurais.

Cinco anos depois do Fórum de ONG para a Soberania Alimentar, de 1996, primeiro pronunciamento de caráter internacional, realizou-se, em Havana, Cuba, o Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar (2001), do qual participaram 400 organizações de 60 países. O encontro teve por objetivo analisar as causas do aumento da fome e desnutrição no mundo; as causas da crise da agricultura campesina e indígena e da pesca artesanal; e as causas da perda da soberania dos povos sobre seus recursos naturais, além de discutir e tentar dar respostas à pergunta sobre os motivos da crise geral da economia. Também teve o propósito de construir propostas e estratégias de resistência ao monopólio internacional da produção de alimentos no âmbito local, nacional e internacional.

Como resultado do Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar de Havana, elaborou-se a declaração: *Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria*, texto que se caracteriza por fornecer maior informação explicativa a respeito dos fundamentos teóricos da Soberania Alimentar e por qualificar e complexizar o conceito aprofundando nos elementos básicos presentes

na declaração de 1996, tanto da Vía Campesina como do Fórum de ONGs, incorporando novas premissas e novos critérios orientadores das ações e explicando mais amplamente suas implicações políticas e econômicas.

Ao longo do texto, percebe-se também um esforço para explicar a dinâmica e as características da produção de alimentos no capitalismo e seus efeitos diretos na agricultura, nos trabalhadores do campo e nas economias locais, e para desvelar mitos difundidos pelos interesses do monopólio internacional de produção e distribuição de alimentos.

O texto explica, por exemplo, que é falso que *“las agriculturas campesinas e indígenas y la pesca artesanal son ineficientes e incapaces de responder a las necesidades crecientes de producción de alimentos”* ou que *“la liberalización del comercio agrícola y pesquero internacional garantiza el derecho a la alimentación de las personas”* (FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, p. 3), e alerta que por trás destas afirmações encontra-se uma intencionalidade de despojo e privatização das terras de camponeses e indígenas e de seus recursos naturais para fortalecer a agricultura e a pesca industrial.

A declaração final do Fórum Mundial de Havana denuncia, com maior clareza e contundência, que a fome é uma consequência inerente ao sistema de produção capitalista e a suas políticas econômicas, agrícolas e comerciais, que propendem ao fortalecimento da “hegemonia política, econômica, cultural e militar no atual processo de reestruturação econômica global”. (FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, p. 2-3).

Assim como a declaração escrita em Roma, em 1996, a declaração do Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar, de 2001, responsabiliza de forma específica as políticas do Banco Mundial e do FMI pelo aumento da insegurança alimentar e inclui a OMC e as corporações transnacionais; este pronunciamento também identifica como principal obstáculo da materialização do direito à alimentação e à Segurança Alimentar no mundo o sistema econômico capitalista em sua modalidade de capitalismo financeiro e os tratados de livre comércio, com a diferença de que, desta vez, incorpora ao contexto da produção de alimentos do capitalismo o fortalecimento da hegemonia econômica, as políticas neoliberais do campo, o enfraquecimento sistemático dos Estados e a promoção de falsas democracias.

O Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar, do ano de 2001, rejeitou explicitamente a globalização da economia e seus processos associados, as políticas e os programas de mercantilizarão da terra promovidos pelo Banco Mundial, a agricultura e a pesca industrial, a

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), as políticas e ações da OMC na agricultura e na alimentação e a privatização das sementes e dos recursos genéticos, e ainda questionou as ações de ajuda humanitária e condenou a política norte-americana de bloqueio a Cuba.

A declaração do Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar, de Havana, coloca ênfase no modo de produção de alimentos, estabelecendo que a Soberania Alimentar se conquista com sistema de produção agrícola de pequena e mediana escala e exige conservação da diversidade de estratégias não somente de produção, mas também de comercialização e gestão do espaço utilizado pelos camponeses e indígenas, e esclarece que, mesmo se opondo às políticas e aos tratados de livre comércio promovidos pelo FMI, BM e pela OMC, a Soberania Alimentar não implica o desaparecimento do comércio internacional de alimentos.

De acordo com a declaração do Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar de Havana, a Soberania Alimentar e a Segurança Alimentar têm a mesma relação e conotação expressa na declaração do Fórum para a Soberania Alimentar de 1996, pois a Soberania Alimentar também é compreendida como um caminho que leva à garantia da Segurança Alimentar, com a diferença de que faz um reconhecimento especial do papel da mulher na produção dos alimentos, fala da autonomia dos povos e não das nações, adiciona os processos de distribuição e consumo que a anterior declaração não tinha e usa o adjetivo “sustentáveis” (grifo nosso), termo ambíguo que pretende caracterizar o tipo de políticas e estratégias de produção de alimentos que devem ser implementadas, mas que, na verdade, não são coerentes com os propósitos, princípios e as exigências da Soberania Alimentar.

Na declaração da Havana, a Soberania Alimentar foi definida nos seguintes termos:

La soberanía alimentaria es **la vía** para erradicar el hambre y la malnutrición y garantizar la seguridad alimentaria duradera y sustentable para todos los pueblos Entendemos por soberanía alimentaria **el derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos** que garanticen el derecho a la alimentación para toda la población, con **base en la pequeña y mediana producción**, respetando sus propias culturas y la diversidad de **los modos campesinos, pesqueros e indígenas de**

producción agropecuaria, de comercialización y de gestión de los espacios rurales, en los cuales la mujer desempeña un papel fundamental. (p. 5-6, grifo nosso).

Quanto aos princípios orientadores das ações de Soberania Alimentar, a declaração da Havana (2001) ratifica os três critérios de partida da declaração de Roma, de 1996, quais sejam: 1) pode-se acabar com a fome; 2) alimentos não são mercadorias; 3) alimentos não devem ser armas de pressão econômica e política contra países e movimentos populares e reconhecimento da capacidade produtiva dos camponeses e das organizações populares.

Também reitera outros critérios da declaração de Roma, de 1996, relacionados com as características das estratégias promovidas pela Soberania Alimentar, tais como: sistemas de produção agrícolas diversificados e ecológicos; propriedade coletiva de sementes e recursos genéticos; reconhecimento do papel determinante da mulher na produção, distribuição e consumo dos alimentos. A declaração acrescenta os princípios de reconhecimento da diversidade cultural das nações e da valorização dos povos originários, promulga que a liberalização do comércio agrícola e pesqueiro internacional não garante direito à alimentação e que a Soberania Alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos.

No que se refere às condições que antecedem a materialização da Soberania Alimentar, a declaração do Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar, de 2001, à diferença da declaração de 1996, reivindica como uma nova premissa o reconhecimento dos direitos e da autonomia dos povos indígenas como condição necessária para superar o problema da fome, e fala da necessidade de priorização da produção de alimentos destinados a mercados locais e nacionais.

Indo mais além do anterior, o Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar (2001) reitera que, para a materialização da Soberania Alimentar nos territórios, é fundamental, que, em primeira instância, o Estado assuma sua responsabilidade como garantidor do direito à alimentação e respalde os processos de reforma agrária; destaca também que a Soberania Alimentar exige uma reforma agrária integral controlada pelas organizações camponesas, assim como a implementação de modelos de produção agrícola ecológicos que preservem a diversidade biológica dos agroecossistemas; e por último, insiste no fato de que a Soberania Alimentar requer que sementes, recursos genéticos e outros recursos naturais sejam propriedade coletiva.

Um ano depois, no Fórum de ONG/OSC para a Soberania Alimentar 2002, o segundo encontro paralelo à Cúpula Mundial de Alimentação, em Roma, os movimentos sociais e as organizações camponesas escreveram a declaração que tem por título *Soberania Alimentar: Um direito de todos*, na qual, além de discordarem da explicação da CMA a respeito do fracasso na meta de redução da fome que se tinha estabelecido cinco anos antes (falta de vontade política e recursos na aplicação do plano), denunciaram que o Plano de Ação de 1996 acelerou a concentração dos recursos e processos produtivos em mãos das grandes empresas multinacionais e, portanto, era o responsável pelo aprofundamento do problema da fome. Identificaram que, no período posterior à definição das diretrizes da primeira CMA, se tinha intensificado a privatização das terras públicas, da água e dos bosques; se tinha forçado a abertura dos mercados ao “dumping” dos produtos agrícolas dos países ricos; se tinham imposto modelos de produção agrícola dependentes de insumos externos; se tinham espalhado os organismos geneticamente modificados (OGM), gerando graves problemas nos agroecossistemas; e se tinha aumentado a repressão aos movimentos sociais que se opunham a estas políticas.

Outro ponto a ressaltar da Declaração de 2002 são os assuntos problemáticos que o Fórum de Soberania Alimentar identificou na “nova” estratégia da Cúpula Mundial de Alimentação para emendar o fracasso no alcance da meta mencionada. Partindo do fato de que, desta vez, simplesmente foi reeditado o plano de ação de 1996, sem nenhuma avaliação ou reestruturação substancial, apresentaram-se como maiores problemas das diretrizes da Cúpula Mundial de Alimentação de 2002: a continuidade das políticas de liberação do comércio, a diluição da conotação do direito à alimentação, a radicalização das políticas neoliberais, o fomento da biotecnologia e da engenharia genética, a falta de distribuição de recursos produtivos para os pobres e a ausência de incentivos para produção orientada aos mercados locais. Finalmente, alertou-se para o fato de que, continuando com essas políticas, jamais se conquistaria a redução da fome e da pobreza.

Especificamente a respeito da interpretação do direito à alimentação da proposta de Soberania Alimentar, o Fórum de ONG/OSC para a Soberania Alimentar 2002 reiterou como assunto fundamental a autonomia de cada país na definição das políticas relacionadas com a produção de alimentos, tais como políticas de terras, de emprego e de pesca, as quais deveriam caracterizar-se pela priorização e proteção dos produtores e do mercado local e pelo desenvolvimento de capacidades produtivas internas que garantam

alimentos saudáveis, nutritivos e acordes com os costumes alimentares de cada território. No Fórum de 2002, a Soberania Alimentar foi definida nos seguintes termos:

La soberanía alimentar es el DERECHO de los países y los pueblos a definir sus propias políticas agrarias, de empleo, pesqueras, alimentarias y de tierra de forma que sean ecológica, social, económica y culturalmente apropiadas para ellos y sus circunstancias únicas. Esto incluye el verdadero derecho a la alimentación y a producir los alimentos, lo que significa que todos los pueblos tienen el derecho a una alimentación sana, nutritiva y culturalmente apropiada, y a la capacidad para mantenerse a sí mismos y a sus sociedades (Fórum de ONG/OSC para la Soberanía Alimentaria, 2002, s.p.).

(...) Soberanía Alimentaria significa la primacía de los derechos de los pueblos y las comunidades a la alimentación y la producción de alimentos, sobre los intereses del comercio. Esto conlleva el fomento y la promoción de los mercados locales y de los productores más allá de la producción para la exportación y la importación de alimentos. (FORO DE ONG/OSC PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2002, s.p., grifo nosso).

A conotação de Soberania Alimentar como um direito e de produção como direito, evidente na anterior definição, foi uma das principais críticas de caráter conceitual a esta proposta. Segundo Windfuhr e Jonsén (2005), há um uso confuso e ambíguo da categoria “direitos humanos” nas definições de Soberania Alimentar, e por isso sugerem separar o uso político do uso jurídico do termo, dado que “neste momento o direito a produzir alimentos ou direito à Soberania Alimentar não tem sido reconhecido internacionalmente, (mas) o direito à alimentação, um instrumento internacionalmente estabelecido, já pode ser exigido nos tribunais.” (p. 36, tradução nossa).

Na opinião destes autores, as convergências principais dos instrumentos de Soberania Alimentar, no período de 1996-2004, estavam relacionadas com a análise do problema: todos os instrumentos destacam a necessidade de mudanças estruturais nas políticas internacionais de comércio para, assim, superar o problema da fome e da

pobreza no mundo. O conceito de soberania centra-se na dimensão internacional do problema, mas também fala de mudanças no âmbito nacional, como a reforma agrária e o acesso a recursos de produção de alimentos, como sementes e terra; rejeita severamente a propriedade intelectual e todas as formas de monopólio e privatização dos recursos naturais como, por exemplo, a água. Entretanto, as principais divergências referem-se às propostas para a solução do problema, pois alguns falam de mudanças radicais nas relações econômicas internacionais relacionadas com a agricultura, outros propõem novos instrumentos jurídicos internacionais e outros ainda sugerem acondicionar os instrumentos internacionais existentes em favor dos pobres e famintos.

Durante o Fórum Mundial de Soberania Alimentar (2007), realizado em Mali, foi escrita a *Declaración de Nyéléni*, com o propósito de fortalecer o movimento global pela Soberania Alimentar. Segundo afirma o mesmo documento, o encontro permitiu aprofundar o conceito de Soberania Alimentar e avançar na compreensão coletiva das estratégias de trabalho a partir do intercâmbio das experiências dos mais de 500 movimentos e organizações que estavam presentes.

A Declaração de Nyéléni caracteriza-se por identificar o patriarcado como um dos principais obstáculos para a concretização da Soberania Alimentar, e por incorporar o enfoque de gênero no discurso e enfatizar o reconhecimento do papel das mulheres na produção e distribuição dos alimentos, na proteção das sementes e de outros recursos naturais.

As organizações e os movimentos presentes no Fórum de Mali alertaram sobre vários aspectos: a consolidação do monopólio internacional de produção e distribuição de alimentos; o enfraquecimento das capacidades produtivas dos camponeses e o fortalecimento da agricultura industrial em diversas modalidades de exploração intensiva; a manipulação dos preços dos alimentos; o sequestro de conhecimentos e tecnologia milenária que estava em poder dos povos indígenas e camponeses; e a privatização da terra, das fontes de água, das sementes e de outros recursos naturais. Também denunciaram a marginalização das mulheres nas políticas agrícolas e o fomento de conflitos entre povos, que geram migração forçada de comunidades camponesas, com o propósito de confiscar as terras. Por fim, manifestaram que as políticas e os programas de ajuda humanitária são estratégias para introduzir organismos geneticamente modificados, encobrir o *dumping* e desenvolver novos padrões de colonialismo. Em

consequência, junto com as anteriores denúncias, a declaração de Nyéléni rejeita:

El imperialismo, el neoliberalismo, el neocolonialismo y el patriarcado, y todo sistema que empobrece la vida, los recursos, los ecosistemas y los agentes que los promueven, como las instituciones financieras internacionales, la Organización Mundial del Comercio, los acuerdos de libre comercio, las corporaciones multinacionales y los gobiernos que perjudican a sus pueblos; [...]. (FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007, s.p.).

Nesse sentido, segundo a declaração Nyéléni (2007), a Soberania Alimentar exige uma reforma agrária integral e um modelo de produção agrícola ecológico, priorização de produção de alimentos destinados aos mercados locais e nacionais, garantia dos direitos dos trabalhadores e igualdade de direitos entre homens e mulheres, assim como reconhecimento da autonomia dos povos indígenas. Também promove como princípios orientadores das ações de Soberania Alimentar o reconhecimento da capacidade produtiva dos camponeses e organizações populares, especialmente das mulheres e dos povos indígenas; o respeito pela diversidade cultural; o acesso popular a terra e à propriedade coletiva de sementes e recursos naturais. Além disso, adiciona como novo critério a inclusão e defesa dos interesses das novas gerações.

No que diz respeito à interpretação do direito a estar protegido da fome, o Fórum Mundial em Nyéléni argumenta que a Soberania Alimentar propende para a recuperação do pleno controle local da produção de alimentos em mãos dos trabalhadores do campo, o desenvolvimento das capacidades produtivas, a proteção e regulação da produção agropecuária nacional e do comércio, assim como para a autonomia local e regional na definição dos processos de produção, distribuição e consumo que permitam a cada país a construção e implementação de seu próprio sistema alimentar e produtivo.

A compressão que oferece o Fórum Mundial pela Soberania Alimentar do ano de 2007 incluiu, com mais detalhes, a dimensão do acesso aos meios de produção e também as características da produção, comercialização e consumo dos alimentos. No âmbito do acesso aos meios para produzir alimentos, estabelece como assunto fundamental que os trabalhadores do campo tenham, além do acesso, o controle da

gestão dos territórios agrícolas, da terra, da água, das sementes, do gado e da biodiversidade. No âmbito das características da produção dos alimentos, determina que esta deva ser realizada exclusivamente através de sistemas de produção agrícolas ecológicos e sem relações de exploração. No âmbito da distribuição, afirma que *“la soberanía alimentaria no niega el comercio, sino que promueve la formulación de políticas y prácticas de comercio al servicio del derecho de los pueblos y la gente a una producción inocua, saludable y ecológicamente sustentable”* (2007b, p. 7); mas dá prioridade aos mercados locais e nacionais, promove um comércio transparente, que garante ingressos dignos aos produtores e restringe o *dumping* dos produtos em seus mercados. No âmbito do consumo, determina que se deve garantir o direito dos consumidores de conhecer a origem e a forma como são produzidos os alimentos e de decidir de quem querem comprar e qual tipo de produtos querem adquirir, assim como de ter acesso a “alimentos nutritivos e culturalmente adequados”.

Dessa forma, conforme com as declarações dos Fóruns Internacionais para a Soberania Alimentar, no período de 1996-2007, a Soberania Alimentar, mais do que uma categoria conceitual, configura-se numa estratégia política de resistência aos mecanismos de produção de alimentos no contexto da concentração internacional da produção e distribuição de alimentos, que visa à propriedade coletiva dos meios de produção na agricultura. Trata-se de uma proposta, ainda inacabada, dos movimentos sociais e das organizações camponesas, que identifica as causas estruturais da fome no passado e no momento atual e propõe ações no presente, com um alvo a ser concretizado plenamente no tempo futuro, e cuja interpretação do direito a estar protegido da fome integra a produção, a comercialização e o consumo dos alimentos. A Soberania Alimentar encontra-se relacionada à autonomia das nações na definição de suas políticas agrícolas e da proteção à sua produção interna, que reivindica o papel do Estado como garantidor de direito e regulador da economia e propende para a recuperação do pleno controle local da produção de alimentos em mãos dos trabalhadores do campo, para o desenvolvimento interno das capacidades produtivas e para a autonomia local e regional na definição dos processos de produção, distribuição e consumo, sem a interferência do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio.

1.3 CRITÉRIOS ORIENTADORES DAS AÇÕES NA PROPOSTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR

As propostas de Segurança Alimentar e de Soberania Alimentar compartilham princípios políticos que orientam suas respectivas ações que pertencem ao âmbito do contexto político. As duas propostas partem do pressuposto de que a fome mundial pode ser eliminada e destacam como critérios orientadores de suas ações: o reconhecimento do papel relevante da mulher na produção, distribuição e no consumo dos alimentos; o reconhecimento da capacidade produtiva dos camponeses, das organizações populares e dos trabalhadores Sem Terra; e a proteção do meio ambiente. Também ressaltam como elemento determinante na implementação de suas estratégias e na conseqüente concretização de seus propósitos a necessidade de um ambiente pacífico e estável, onde os alimentos não sejam utilizados como arma de pressão política.

Desde a Primeira Conferência Mundial de alimentação, de 1974, a proposta de Segurança Alimentar já afirmava que a sociedade tinha os recursos, além da capacidade organizativa e tecnológica para solucionar o problema da fome no mundo, algo que foi reiterado pela Cúpula Mundial de Alimentos de 1996, quando se declarou que a disponibilidade de alimentos suficientes para todos era um objetivo que se poderia conquistar, porém, no ano de 2007, o objetivo de reduzir à metade o número de pessoas famintas estava longe de ser conquistado. Também quanto à proposta de Soberania Alimentar, desde os primeiros pronunciamentos, afirma-se que “o problema global da insegurança alimentar pode e deve ser resolvido” (VIA CAMPESINA, 1996, s.p., tradução nossa), e depois, no Fórum de 2001, reitera-se tal princípio quando se diz que acabar com a fome e a desnutrição se pode conquistar de forma permanente em todos os países, premissa que se manteve ao longo dos encontros que se realizaram no período estudado.

Tanto a proposta de Segurança Alimentar como a proposta de Soberania Alimentar destacaram, na problemática de partida, a feminização da fome e da pobreza e a discriminação da mulher, e reivindicaram a necessidade de adotar a perspectiva de gênero nas políticas e estratégias. Ambas consideram que a eliminação da discriminação da mulher em todos os âmbitos é uma condição prévia, tanto para a conquista de Segurança Alimentar e nutricional das famílias como para a Soberania Alimentar dos territórios e a construção de uma nova sociedade.

Vale destacar que na proposta do capital para a produção e comercialização de alimentos consta o reconhecimento do papel da mulher na produção, distribuição e consumo dos alimentos, a necessidade de garantir o acesso igualitário de homens e mulheres à educação e à capacitação em temas referentes à produção e

comercialização de alimentos, bem como o acesso das mulheres a recursos produtivos, como crédito, tecnologia, terra e água. Tanto é assim que faz parte dos objetivos intermediários do Plano de Ação elaborado na Cúpula Mundial de Alimentos de 1996¹² para garantir o entorno político, social e econômico propício à conquista da Segurança Alimentar. Do mesmo modo, o reconhecimento do papel da mulher na agricultura, na pesca, na distribuição e no consumo dos alimentos, como também o acesso e controle dos recursos produtivos e a adoção da perspectiva de equidade de gênero são os princípios mais defendidos na proposta dos movimentos sociais para a concretização da Soberania Alimentar. Com a diferença de que, além do acesso a recursos produtivos, também se fala do direito das mulheres à produção e ao consumo local e se destaca o papel da mulher na preservação e reprodução das culturas alimentares dos povos.

Apesar dos documentos centrais das duas propostas afirmarem reiteradamente sua preocupação com a situação de discriminação da mulher, comprometerem-se a realizar a reparação das desvantagens sociais e econômicas a que historicamente elas foram submetidas, e saberem que nos países pobres as mulheres são as encarregadas da produção dos alimentos e de prover o sustento da família, na prática, o problema da insegurança alimentar das mulheres e de suas famílias ainda permanece. Conforme os dados da FAO, apresentados pelo Relator Especial do direito à alimentação:

Pese a su papel determinante en la seguridad alimentaria, el 70% de los hambrientos del mundo son mujeres o niñas. Las mujeres sufren con frecuencia discriminación en el acceso y control de otros recursos productivos como la tierra, el agua y el crédito pues no suelen ser reconocidas como productoras ni como iguales ante la ley. Según la FAO, aunque la proporción de mujeres cabezas de familia rurales continúa creciendo y supera el 30% en algunos países en desarrollo, las mujeres poseen menos del 2% de la totalidad de la tierra. Pese a sus derechos legales e incluso

¹² O plano de ação inclusive estabelece a tarefa de “reunir informação sobre os conhecimentos e práticas tradicionais das mulheres na agricultura, pesca, silvicultura e ordenação dos recursos naturais.” (CMA, 1996, Objetivo 1.3. letra h, s.p., tradução nossa).

constitucionales en muchos países, las mujeres siguen tropezando con obstáculos considerables en materia de sucesión, adquisición y control de la tierra. En muchos países, pese a la protección oficial contra la discriminación, las mujeres carecen de acceso real a la tierra, problema que se agrava por la ausencia de derechos sucesorios. (ZIEGLER, 2008, p. 15).

Doze anos depois do Plano de Ação da Segurança Alimentar e do primeiro Fórum de Soberania Alimentar, nos quais este princípio foi reivindicado como chave das ações de ambas as propostas, as mulheres continuam sem ter acesso a terra e a outros meios de produção de alimentos, mantendo-se mais vulneráveis à fome em relação aos homens.

Também há convergência entre as duas propostas no que diz respeito ao reconhecimento da capacidade produtiva dos pequenos agricultores, pescadores artesanais, de comunidades indígenas e de trabalhadores Sem Terra, e da importância de sua contribuição na solução do problema da fome. Contrariando o argumento do monopólio internacional da produção de alimentos, o qual defende que a agricultura camponesa é ineficiente e não satisfaz à demanda local e mundial de alimentos, a proposta de Segurança Alimentar apresentada na declaração de 1974 incentiva os Estados a eliminar os obstáculos que atrapalham a produção de alimentos, realizar reforma agrária, conceder créditos e promover a criação de cooperativas de produtores e consumidores, afirmando que sua participação é determinante no propósito de aumentar a produção de alimentos e de empregos para satisfazer as necessidades alimentares do mundo. Por seu lado, a proposta de Soberania Alimentar também defende o acesso a créditos e a criação de cooperativas, com a diferença de que põe ênfase na capacidade e vontade dos movimentos e das organizações de trabalhadores rurais para produzir alimentos nutritivos, de qualidade e suficientes para responder à demanda local conservando, recuperando e protegendo o conhecimento ancestral que possuem sobre alimentos e agricultura.

Em relação à proteção do meio ambiente, este é um princípio político que, com o nome de “sustentabilidade ambiental”, se encontra presente desde as origens da proposta de Segurança e Soberania Alimentar, com a diferença de que nesta última este princípio tem relação direta com o sistema de produção agrícola promovido, e na primeira não se estabelece este tipo de relação. De acordo com a Vía

Campesina (1996), para manter uma sustentabilidade ambiental precisa-se de “sistemas diversificados, naturais e equilibrados” que substituam modos de produção concentrados nos monocultivos de exportação e dependentes de insumos químicos. Já para a proposta de Segurança Alimentar os problemas ambientais são conseqüências da fragilidade da infra-estrutura e das instituições rurais, do desperdício de insumos e produtos, da implantação de tecnologias de produção inapropriadas e do uso ineficiente da água e de outros recursos naturais que não se encontram vinculados ao sistema de produção agrícola industrial difundido por eles. Ainda que a Segurança Alimentar também destaque a necessidade de proteger os bosques, as bacias hídricas, a diversidade biológica, esse princípio encontra-se subordinado às diretrizes da OMC. Para a proposta de Segurança Alimentar é importante “tentar garantir o apoio mútuo das políticas relativas ao comércio e ao meio ambiente em favor da Segurança Alimentar sustentável” sempre e quando estas medidas “não interfiram no acesso ao mercado das exportações de alimentos e produtos agrícolas nos países em desenvolvimento”. (CMA, 1996, s.p., tradução nossa).

Por sua vez, ter um contexto político pacífico e estável, em que os alimentos não sejam utilizados como arma de pressão política, é condição prévia para a conquista dos propósitos de ambas as propostas. Para a Segurança Alimentar, é um imperativo fundamental que significa garantir um entorno político, social e econômico propício para os investimentos da iniciativa privada e coletiva na produção de alimentos.

Destaca-se que, segundo a Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, garantir condições econômicas e políticas estáveis é imprescindível para a conquista de uma “Segurança Alimentar sustentável para todos” e para acabar com pobreza, por isso, é o primeiro compromisso do Plano de Ação. No documento, solicita-se aos governos a implantação de políticas e estratégias de desenvolvimento econômico e social que propiciem um entorno nacional e internacional favorável aos investimentos da iniciativa privada e pública que, ademais, tenham presente as preocupações demográficas e ambientais.

Desde 1996, a proposta de Segurança Alimentar também defende que os alimentos não devem ser usados como instrumento de pressão política e econômica, e reafirma “a importância da cooperação e solidariedade internacional, assim como a necessidade de evitar implantar medidas unilaterais que não sejam coerentes com o direito internacional, com a carta das Nações Unidas e que não ponha em risco a Segurança Alimentar”. (CMA, 1996, s.p., tradução nossa).

Este princípio foi reiterado posteriormente, com as mesmas palavras, em todos os documentos relacionados ao direito à alimentação, até o ano de 2007, porém, contrariamente aos documentos produzidos pela Soberania Alimentar no mesmo período, não faz alusão específica ao caso cubano. A proposta de Soberania Alimentar denunciou a política norte-americana de bloqueio econômico a Cuba e ao Iraque, assim como a pressão exercida contra os movimentos populares e povos indígenas, restringindo o acesso aos alimentos, rejeitando as guerras e proclamando a paz como uma condição fundamental para a garantia do direito a estar protegido contra a fome e de produzir os próprios alimentos.

Em síntese, as convergências nos critérios orientadores das ações na proposta de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar não estão relacionadas com o controle dos meios de produção ou com as características dos processos produtivos nem de comercialização dos alimentos e produtos agrícolas. Por conseguinte, os movimentos sociais que defendem a proposta de Soberania Alimentar deveriam ter presente que não adianta dedicar esforços nem o tempo dos encontros internacionais em discussões e reivindicações de princípios políticos que pertencem ou já foram adotados nas políticas dos organismos multilaterais. Esses movimentos deveriam, sim, concentrar-se em lutar pelos assuntos estruturais que diferenciam drasticamente as duas propostas e dos quais o capital resiste em abrir mão.

1.4 CONDIÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS PARA A CONQUISTA DA SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

As propostas de Segurança e Soberania Alimentar exigem, de forma diferenciada, condições políticas e econômicas prévias para a sua conquista. Estas condições prévias encontram-se associadas a critérios orientadores das ações promovidas por cada uma das propostas para garantir, desde sua interpretação, também diferenciada, o direito a estar protegido contra a fome. Na análise do conteúdo das declarações dos encontros internacionais de ambas as propostas foram encontradas divergências em relação ao papel outorgado ao Estado, à propriedade dos meios de produção de alimentos, ao tipo de sistema de produção agrícola, à forma de organização do trabalho e às características da comercialização dos alimentos produzidos.

Em relação ao papel do Estado, a proposta de Segurança Alimentar defende um Estado que se encarregue de prover aqueles serviços que o mercado não tem interesse de fornecer, que formule políticas focais para grupos populacionais específicos, assim como

programas sociais somente em caso de emergências ou situações transitórias; um Estado que garanta a liberdade total do mercado, em que a concorrência seja o meio de organização e regulação. Dizendo de outra forma, as políticas e ações que a Segurança Alimentar promove são coerentes com a concepção de Estado Mínimo de Friedrich Hayek. Em contraste, os critérios orientadores e as premissas da Soberania Alimentar defendem um Estado intervencionista na economia, que controle o equilíbrio entre a oferta e a procura, que implemente políticas e programas sociais para a garantia de direitos civis, políticos e sociais e vise criar as condições para o pleno emprego da população e o bem estar dos trabalhadores. A Soberania Alimentar, para se opor ao Estado Mínimo, propende pela implementação de um Estado Keynesiano.¹³

No discurso da proposta de Soberania Alimentar, o Estado deve ser o garantidor do direito à alimentação e dos direitos dos trabalhadores e das famílias do campo, o protetor da produção interna de alimentos e o regulador da economia, já que, desde este enfoque, a conquista do direito à alimentação depende da capacidade de produção da agricultura familiar campesina e indígena no interior dos Estados. Nesta posposta, é fundamental que o Estado estabeleça políticas de restituição e reivindicação dos direitos sociais da população que habita a zona rural, faça investimento público para o fortalecimento da agricultura familiar de pequena escala e controle a oferta dos alimentos para que os preços estejam vinculados aos custos de produção, evite o *dumping* e priorize os mercados locais e nacionais. Em contraste, no discurso da Segurança Alimentar, o mercado e a cooperação internacional são os responsáveis pela garantia do direito à alimentação, uma vez que a conquista da garantia deste direito depende da capacidade de compra dos países importadores de alimentos. Os defensores desta proposta falam da impossibilidade de controlar os preços dos alimentos, recomendam aos Estados não adotar medidas protecionistas que obstaculizem o livre comércio e defendem a importância do investimento público e privado na agroindústria para garantir o direito à alimentação no âmbito internacional, apontam a importância de levar serviços de educação,

¹³ A concepção e caracterização de Estado Keynesiano utilizadas nesta pesquisa esteve referenciada na interpretação de Carlos Montañó e Maria Lucia Duriguetto desenvolvida no capítulo “Estado Moderno e Sociedade Civil nos Clássicos da Teoria Política” do texto “Estado, Classe e Movimento Social” editado no ano 2012.

saúde e saneamento básicos às zonas rurais e não se pronunciam sobre os direitos dos trabalhadores e das famílias do campo.

A Soberania Alimentar está fundamentada na premissa do respeito pela soberania das diferentes nações na formulação de suas políticas econômicas e sociais de produção, distribuição e consumo de alimentos, em que é indispensável a participação dos trabalhadores rurais. Reivindica autonomia para resolver o problema da fome e da pobreza sem a ingerência das políticas e dos programas do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio, portanto, rejeita os programas de ajuda humanitária e denuncia seus efeitos nocivos na agricultura e na economia interna. Por sua vez, a Segurança Alimentar constrói políticas, metas e estratégias internacionais para diminuir o número de famintos, articuladas às diretrizes do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio, preconizando que as políticas nacionais de produção e distribuição de alimentos devem guardar coerência com as diretrizes dos organismos multilaterais e contar com a participação do setor privado em sua formulação e no seu desenvolvimento, logo, os programas de ajuda humanitária constituem uma de suas principais estratégias.

No âmbito da propriedade dos meios de produção de alimentos, a Segurança Alimentar difunde o acesso a terra, à água, às sementes, ao crédito e à tecnologia, mediado por relações comerciais de compra e venda, especialmente por meio de empréstimos com os Bancos; afirma que é necessário privatizar os recursos naturais para melhorar a eficiência em seu uso e aumentar a produtividade na produção dos alimentos e produtos agrícolas; como estratégia de acesso, propõe aos Estados realizar reformas agrárias de mercado, bancos e titulações de terras e patrocinar a empresa privada para o desenvolvimento da agroindústria e a prestação de serviço de água potável e coleta de lixo no campo; e, além disso, assevera que a manipulação genética de sementes e animais é a possibilidade de alimentar o mundo e melhorar a qualidade dos alimentos e que deve ser fomentada a pesquisa no setor agroindustrial, garantindo os direitos de propriedade intelectual.

Pelo contrário, a Soberania Alimentar reivindica a propriedade coletiva da terra, das sementes, fontes de água e dos conhecimentos associados à produção dos alimentos; fomenta o acesso ao crédito e à tecnologia por meio de políticas sociais; defende a autonomia nacional da gestão de terras e recursos naturais (água, biodiversidade, fonte de energia, minérios); e propõe o controle comunitário desses recursos. Exige, como condição prévia para a materialização do direito a estar

protegido contra a fome, a realização de reformas agrárias que se caracterizem por “devolver os territórios aos povos indígenas, e outorgar aos camponeses Sem Terra e aos pequenos agricultores a propriedade e controle das terras que trabalham” (II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL da VÍA CAMPESINA, 1996, s.p., tradução nossa); e também exige a custódia e conservação das sementes crioulas como patrimônio coletivo, opondo-se ao uso das sementes geneticamente modificadas e ao processo de patentes e promovendo a pesquisa das práticas artesanais campesinas, pesqueiras e indígenas de produção agropecuária.

No que concerne ao tipo de reforma agrária que deve ser feita para a conquista dos propósitos da Segurança Alimentar, não é indispensável realizar reforma agrária, porém, às vezes, esta é considerada necessária para catalisar processos econômicos associados ao mercado financeiro. No plano de ação da Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, destacou-se a importância de realizar reformas agrárias com a intenção de melhorar a produtividade das terras e das águas para o aumento continuado da produção de alimento, para proteger os direitos de propriedade e de acesso e usufruto da terra, reduzir os riscos e estimular os investimentos. O plano de ação faz alusão à reforma agrária como propósito nos seguintes termos:

Establecer mecanismos jurídicos y de otra índole, según proceda, que permitan avanzar en la reforma agraria, reconocer y proteger los derechos de propiedad, utilización del agua y usufructo, para mejorar el acceso de las personas pobres y las mujeres a los recursos. Tales mecanismos deberán promover también la conservación y la utilización sostenible de los recursos naturales (como la tierra, el agua y los bosques), **reducir los riesgos y estimular la inversión; [...].** (CMA, 1996, s.p.).

Destaca-se como características do tipo de reforma agrária promovida na Cúpula Mundial de Alimentação: o direito de propriedade e de exploração lucrativa da terra e da água; o acesso a estes bens por meio do crédito e conforme os preços do mercado; o interesse na conservação dos recursos naturais, nas condições de igualdade entre homens e mulheres, no acesso a terra, assim como sua compatibilidade com o Consenso de Washington e o sistema de Banco de Terras

incentivado pelo Banco Mundial para realizar reformas na propriedade da terra sem afetar o latifúndio nem incomodar as elites locais.

De outro lado, a reforma agrária reivindicada pela Soberania Alimentar é contrária à política de terras do Banco Mundial, orienta-se pelo princípio de redistribuição de terras entre as pessoas que nela trabalham, tem como propósito reverter o despojo de que historicamente foram vítimas os povos originários e os trabalhadores do campo e fortalecer a produção de alimentos nas terras improdutivas. O texto a seguir traz mais explicações sobre este aspecto:

La soberanía alimentaria implica la puesta en marcha de procesos radicales de reforma agraria integral adaptados a las condiciones de cada país y región, que permitan a los campesinos e indígenas -considerando a las mujeres en igual de oportunidades- un acceso equitativo a los recursos productivos, principalmente tierra, agua y bosque, así como a los medios de producción, financiamiento, capacitación y fortalecimiento de sus capacidades de gestión e interlocución. La Reforma Agraria, en primer lugar, debe ser reconocida como una obligación de los Estados Nacionales donde este proceso es necesario en el marco de los derechos humanos y como una eficiente política pública de combate a la pobreza. Dichos procesos de reforma agraria deben estar controlados por las organizaciones campesinas -incluyendo el mercado de los arriendos-, garantizar los derechos individuales de los productores con los colectivos sobre los terrenos de uso común y articulados con políticas agrícolas y comerciales coherentes. Nos oponemos a las políticas y programas de mercantilización de la tierra promovidas por el Banco Mundial en sustitución de verdaderas reformas agrarias y aceptadas por los gobiernos. (FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, p. 7).

Na perspectiva da Soberania Alimentar, a reforma agrária é uma obrigação do Estado - Nação como garantidor dos direitos sociais, assim como um processo que deve ser controlado pelos povos indígenas, pelas organizações camponesas e pelos trabalhadores Sem Terra, não devendo

haver ingerência de políticas e interesses de outros Estados ou instituições estrangeiras.

No que diz respeito à transferência de tecnologia para a produção de alimentos, a Segurança Alimentar afirma que, para assegurar o aprovisionamento de alimentos suficientes e seguros para a saúde humana, combater as pragas, a seca e a desertificação nos países pobres, é imprescindível modernizar os métodos de produção local, facilitando a assistência técnica e a transferência de tecnologia por meio de programas da cooperação internacional, especialmente nas zonas rurais e desfavorecidas. De acordo com o Plano de Ação publicado na Cúpula Mundial de Alimentação, as ações direcionadas a este aspecto foram: “o estabelecimento de políticas e programas de desenvolvimento e utilização de tecnologias que ofereçam benefícios econômicos e ecológicos e protejam o consumidor e o meio ambiente” (CMA, 1996, s.p., objetivo 3.3, letra d, tradução nossa); o fortalecimento do sistema de capacitação técnica no setor agrícola, pesqueiro e florestal para homens e mulheres; o desenvolvimento de serviços bancários de crédito, poupança e microcrédito nas zonas rurais; a “mobilização de recursos técnicos e financeiros procedentes de todas as fontes, inclusive do alívio da dívida externa, com o fim de aumentar os investimentos em atividades relacionadas com a agricultura, pesca, silvicultura e produção de alimentos sustentáveis nos países em desenvolvimento” (CMA, 1996, s.p., objetivo 6.2, letra d, tradução nossa); ações que, segundo as diretrizes da Cúpula, “devem obedecer às regras de comércio internacional para que os países pobres tenham condições de aproveitar as novas oportunidades do mercado.”(CMA, 1996, s.p., objetivo 6.2, letra f, tradução nossa).

Entretanto, para conquistar os propósitos da Soberania Alimentar, também é determinante o crédito e a transferência de tecnologia, mas as características das tecnologias se contrapõem às das tecnologias promovidas pela proposta de Segurança Alimentar. Nas declarações do primeiro encontro internacional, dirigidas à Cúpula Mundial de Alimentação, não foi esclarecido entre quem se realizariam os intercâmbios, o tipo de tecnologia que deveria ser transferido nem as características e condições dos créditos que estavam precisando. A declaração do *Fórum para a Soberania Alimentar* (1996) simplesmente exigiu apoio técnico, gerencial e financeiro para as organizações de agricultores e a declaração da *Vía Campesina* (1996) solicitou que os governos criassem sistemas descentralizados de crédito rural destinado à produção de alimentos para o consumo doméstico, além do acesso à

terras, tecnologias, mercados e serviços de extensão destinados às famílias camponesas e às mulheres.

O fato de não especificar amplamente as características das tecnologias e do crédito a que a Soberania Alimentar faz alusão foi uma das principais ambigüidades da proposta dos movimentos sociais, porque, ao mesmo tempo em que se denunciavam severamente os efeitos negativos do crédito no âmbito internacional e das tecnologias do modo de produção agrícola industrial, também se exigia transferência dessas tecnologias e acesso ao crédito no âmbito nacional. Mas depois, no Foro Mundial de Soberania Alimentar, em Nyéléni, conseguiu-se fazer maiores precisões e caracterizar as tecnologias como “ecologicamente sustentáveis”, associadas de forma exclusiva a sistemas de produção agroecológicos e indígenas, como se pode verificar no texto que segue:

A pesar del ataque del modelo de tecnología occidental, la mayoría de la comida en el mundo es producido o recogido por las comunidades locales, basado en el conocimiento local, con las tecnologías locales y los recursos locales. Para mucha gente, un elemento principal de la soberanía alimentaria es **la promoción y el desarrollo de estas tecnologías y conocimientos locales, y el fortalecer del poder local sobre estos recursos**. Por todo el mundo, la gente rescata y re-integra el conocimiento indígena en los sistemas del trabajo. Se intercambian y promuevan a los cultivos indígenas y las variedades de semillas que son mejor adaptadas a las condiciones locales. **Reconocen que los métodos de producción agro-ecológicos son mucho más productivos y sostenibles que la agricultura industrial**. Igual para las técnicas indígenas de la pesca, el pastoreo y la cría del ganado, y los sistemas locales de la gestión de la agro-silvicultura. Luchar para la soberanía alimentaria significa **usar el conocimiento y sistemas de producción indígenas como un elemento principal cuando se fortalezca los sistemas alimentarios locales bajo el mando de las comunidades locales**. (FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007d, s.p., grifo nosso).

Embora a proposta de Soberania Alimentar se tenha posicionado a respeito do sistema de produção agrícola que defende, o qual é um assunto-chave na diferenciação das duas propostas, não descreve concretamente quais são as tecnologias alternativas de produção de alimentos, que se contrapõem ao monocultivo, aos pesticidas, ao fornecimento de hormônios aos animais, ao *terminator*, aos organismos geneticamente modificados, aos fertilizantes e adubos químicos, aos agrocombustíveis, à energia fóssil ou à engenharia genética.

Os documentos deixam claro que, de um lado, a Segurança Alimentar difunde um sistema de produção de alimentos dependente de maquinarias e insumos externos ao agroecossistema; de outro, a Soberania Alimentar denuncia os efeitos nocivos desse sistema e promove um sistema de produção de alimentos radicalmente oposto, porém, é preciso que este tema seja abordado com maior rigorosidade e explanação nos documentos dos foros internacionais de Soberania Alimentar.

Quanto às características do sistema de produção agrícola, não obstante a Segurança Alimentar exige a produção de alimentos inócuos, nutricionalmente adequados e que observem os parâmetros sanitários e fitossanitários internacionais, ao mesmo tempo, difunde e fortalece o sistema de produção agrícola industrial que propende para o aumento na produtividade a partir do monocultivo, uso intensivo de maquinaria, insumos químicos e combustíveis fósseis e da manipulação genética de plantas e animais, conforme se lê no texto a seguir:

10. Todos los países desarrollados, y aquellos que estén en condiciones de hacerlo, deberán colaborar técnica y financieramente con los países en desarrollo en sus esfuerzos por ampliar los recursos de tierra y agua para la producción agrícola, y para asegurar un rápido aumento de la disponibilidad, a costo razonable, de insumos agrícolas, como fertilizantes y otros productos químicos, semillas de alta calidad, crédito y tecnología. A este respecto, es también importante la cooperación entre los países en desarrollo. (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1974, s.p.).

No âmbito dos processos produtivos, a Segurança Alimentar apresenta uma importante contradição: de um lado, tem a preocupação

com o aumento da produção agrícola, pesqueira e florestal e sua rentabilidade de forma intensiva e permanente, e de outro, prega a necessidade de conservação dos recursos naturais e a não degradação do meio ambiente. O Plano de Ação socializado na Cúpula Mundial de Alimentação (1996) apresenta tal contradição na formulação do terceiro objetivo da seguinte forma:

Objetivo 3.1: Esforzarse por conseguir, por medios participativos, una producción de alimentos sostenible, intensificada y diversificada, aumentando la productividad, la eficiencia, la inocuidad y la lucha contra las plagas y reduciendo los desperdicios y las pérdidas, teniendo plenamente en cuenta la necesidad de conservar los recursos naturales. Con este fin, los gobiernos, en colaboración con todos los actores de la sociedad civil, y con el apoyo de las instituciones internacionales, según proceda, habrán de: a) Establecer políticas y aplicar programas para aumentar al máximo, de manera económica, social y ambientalmente correcta, la producción agrícola, pesquera y forestal sostenible, especialmente de los principales alimentos básicos, con miras a alcanzar la seguridad alimentaria; b) Promover políticas y programas que favorezcan las tecnologías de insumo, las técnicas agrícolas y otros métodos sostenibles apropiados, como la agricultura orgánica, para contribuir a que las operaciones agrícolas sean rentables, con objeto de reducir la degradación del medio ambiente, **creando al mismo tiempo recursos financieros dentro de la actividad agrícola**; cuando sea pertinente, tales programas deberán basarse en la experiencia y en los conocimientos autóctonos de los propios agricultores [...]. (CMA, 1996, s.p., grifo nosso).

Também é importante destacar que o objetivo anterior já expressava a intencionalidade de vincular a produção de alimentos ao mercado financeiro. Bernstein (2011) explica que o aumento da produtividade com a transformação técnica na agricultura, em qualquer de suas modalidades, conserva a lógica da intensificação da dependência dos agricultores em relação ao mercado mediante o aumento do

consumo de insumos na produção agrícola, ativando, assim, relações sinérgicas entre indústria agroquímica e capital financeiro, e concentrando de forma significativa a produção em grandes corporações. O autor citado diz que:

Apesar das variações, os programas de modernização seguem uma lógica comum: promovem uma agricultura mais produtiva, com base no aprofundamento das relações de mercadoria, seja através do desenvolvimento do ‘pequeno proprietário’ ou da agricultura de larga escala, pública e privada. ‘Mais produtiva’ implica em condições técnicas, como variedades e métodos de cultivo melhores e um maior uso de fertilizantes; assim como crédito ‘flexível’ e assessoria técnica ao agricultor (serviços de extensão). Isso era feito com base na colheita, para exportação ou para alimentação, em especial na ‘Revolução Verde’ da década de 1960, com sua variedade de alto rendimento – HYV (high yielding variety), sementes dos ‘três grandes’ cereais: milho, trigo e arroz. O ‘pacote’ combina sementes HYV com fertilizantes, e precisa de muita irrigação para produzir grandes colheitas. (BERNSTEIN, p. 63 - 64).

Em contraste, a Soberania Alimentar denuncia a revolução verde e luta pela difusão de sistemas de produção agrícola centrados na pequena propriedade da terra, diversificados, que protejam a biodiversidade dos agroecossistemas através do uso de tecnologias ecologicamente sustentáveis e independentes de insumos externos, que produzam para o mercado local, regional, e o consumo doméstico de alimentos saudáveis, livres de transgênicos e praguicidas, e culturalmente adequados.

A Declaración de Nyéléni (2007), em relação às declarações anteriores, apresenta, de forma mais completa e específica, as características do sistema de produção agrícola da Soberania Alimentar, dizendo textualmente:

La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos nutritivos y culturalmente adecuados, accesibles, producidos de forma sostenible y ecológica, y su derecho a decidir su

propio sistema alimentario y productivo. Esto pone a aquellos que producen, distribuyen y consumen alimentos en el corazón de los sistemas y políticas alimentarias, por encima de las exigencias de los mercados y de las empresas. Defiende los intereses de, e incluye a, las futuras generaciones. Nos ofrece una estrategia para resistir y dismantelar el comercio libre y corporativo y el régimen alimentario actual, y para encauzar los sistemas alimentarios, agrícolas, pastoriles y de pesca para que pasen a estar gestionados por los productores y productoras locales. La soberanía alimentaria da prioridad a las economías locales y a los mercados locales y nacionales, y otorga el poder a los campesinos y a la agricultura familiar, la pesca artesanal y el pastoreo tradicional, y coloca la producción alimentaria, la distribución y el consumo sobre la base de la sostenibilidad medioambiental, social y económica. La soberanía alimentaria promueve el comercio transparente, que garantiza ingresos dignos para todos los pueblos, y los derechos de los consumidores para controlar su propia alimentación y nutrición. Garantiza que los derechos de acceso y a la gestión de nuestra tierra, de nuestros territorios, nuestras aguas, nuestras semillas, nuestro ganado y la biodiversidad, estén en manos de aquellos que producimos los alimentos. La soberanía alimentaria supone nuevas relaciones sociales libres de opresión y desigualdades entre los hombres y mujeres, pueblos, grupos raciales, clases sociales y generaciones. (FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007, s.p.).

Como proposta alternativa ao sistema de produção agrícola que fomenta a concentração da terra e o monopólio internacional da produção e comercialização dos alimentos, os documentos dos grupos de trabalho do Fórum Mundial para a Soberania Alimentar (2007) apresentaram concretamente a produção agroecológica, o pastoreio e a pesca artesanal como as formas de produção de alimentos da Soberania Alimentar.

No que se refere à produção de combustíveis, a Segurança Alimentar advoga a produção de agrocombustíveis como estratégia de

solução para a crise energética e do câmbio climático. Já a Soberania Alimentar argumenta que a produção de agrocombustíveis é responsável pelo aumento da fome e pobreza no campo, pela migração forçada de famílias camponesas, pelo aumento nos preços dos alimentos; além disso, intensifica a competição pela apropriação privada da terra e outros recursos naturais, sua produção requer altas quantidades de água e provoca graves problemas ambientais, especialmente na América Latina.

Jean Ziegler, em seu último informe como Relator Especial sobre o direito à alimentação, denunciou que a produção de agrocombustíveis foi um processo acelerado e sem planejamento, responsável pela crise econômica do ano de 2007, e alertou a Assembleia Geral das Nações Unidas sobre sua preocupação quanto aos riscos que traz o fomento de sua produção:

53. En lo que respecta al derecho a la alimentación, son motivo de honda preocupación las posibles consecuencias de los biocombustibles en el hambre. En su último informe a la Asamblea General (A/62/289), el Relator Especial dijo que el apresuramiento, súbito y mal planificado, por convertir alimentos -tales como el maíz, el trigo, el azúcar y el aceite de palma en combustibles augura un desastre. Se estima que para llenar de biocombustibles (unos 50 litros) el depósito de un automóvil se requieren 200 kg de maíz, cantidad suficiente para alimentar a una persona durante un año. Por consiguiente, existe el grave riesgo de crear una batalla entre los alimentos y los combustibles, que dejaría a los pobres y los que padecen hambre en los países en desarrollo a merced de un brusco aumento del precio de los alimentos, la tierra y el agua. A menos que se adopten medidas concretas para garantizar que los biocombustibles contribuyan al desarrollo de la agricultura tradicional y familiar en pequeña escala, el empleo de métodos agroindustriales para convertir alimentos en combustible podría provocar desempleo y violaciones del derecho a la alimentación. (ZIEGLER, 2008, p. 21-22).

Na forma de organização do trabalho, a Soberania Alimentar incentiva a organização local do trabalho e da produção, o planejamento

coletivo do território e de seu sistema agroalimentar, a cultura do trabalho coletivo e a criação de cooperativas de pequenos agricultores e pescadores, com produção comunitária e compartilhada. Recomenda ainda o controle coletivo dos recursos produtivos e as relações produtivas de ajuda e respeito mútuo, livres de opressão e desigualdades, segundo o Foro Mundial para Soberania Alimentar 2007b, com o propósito de reativar e fortalecer as economias locais, assegurar que as comunidades rurais tenham os recursos necessários para serem auto-suficientes e que os jovens rurais tenham trabalho digno e bem remunerado no campo, além de participação nas instâncias de tomada de decisões.

De outro lado, a Segurança Alimentar cria as condições para a concentração internacional de produtores e distribuidores de alimentos, também incentiva a conformação de cooperativas de produtores e, inclusive, promove a criação de instituições financeiras e mutualistas para agricultores e pescadores, mas com finalidades diferentes. De acordo com o Plano de Ação da CMA de 1996, os propósitos são os de: melhorar a capacidade produtiva local dos agricultores, pescadores, silvicultores, grupos vulneráveis e desfavorecidos, mulheres e população indígena; acelerar a cooperação internacional entre as organizações representativas de agricultores, pescadores e silvicultores dos “países em desenvolvimento, industrializados e com economias em transição” (s.p.); e assegurar sua participação efetiva nas decisões e na avaliação dos programas de desenvolvimento rural.

Quanto às características da comercialização dos alimentos, a diferença principal é que a Segurança Alimentar centra-se na liberalização do comércio agrícola internacional e trabalha pela implementação das diretrizes da Organização Mundial do Comércio (OMC), ao passo que a Soberania Alimentar prioriza os circuitos curtos e opõe-se às políticas de livre comércio da OMC, mas não à internacionalização dos mercados agrícolas. A estratégia de Segurança Alimentar prioriza a produção de produtos de exportação direcionados aos mercados internacionais e rejeita a regulação do mercado por parte do Estado; já a Soberania Alimentar prioriza a produção de alimentos para o autoconsumo e o mercado direto local e regional e defende a intervenção do Estado como regulador da economia; além disso, trabalha pela proteção do direito dos consumidores de decidirem sobre a origem e as características dos alimentos que querem consumir.

Desde 1974, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação já anunciava o livre comércio como a estratégia que iria garantir a Segurança Alimentar dos “países em desenvolvimento”. Este

órgão asseverava que, para aumentar a disponibilidade de alimentos, era necessário, além da contribuição dos “países desenvolvidos” mediante a venda de fertilizantes, sementes e ferramentas aos “países em desenvolvimento”, que “fossem realizados acordos internacionais de exportação e importação para melhorar o acesso aos mercados reduzindo ou suprimindo as barreiras tributárias e não tributárias dos produtos que interessassem aos países em desenvolvimento, e contribuir na diversificação de suas exportações.” (FAO, 1974, s.p., tradução nossa). No entanto, desde esta perspectiva, existe uma correlação entre os problemas alimentares mundiais e o comércio internacional.

O princípio que vincula a Segurança Alimentar com o comércio internacional de alimentos e com as diretrizes da OMC foi ratificado na Cúpula Mundial de Alimentação de 1996 como um dos objetivos principais do Plano de Ação. A declaração diz textualmente que os países se comprometem a “assegurar que as políticas de comércio alimentar e agrícola e de comércio em geral contribuam para o fomento da Segurança Alimentar para todos através de um sistema de comércio mundial leal e orientado ao mercado.” (CMA, item 37, 1996, s.p., tradução nossa). E ainda acrescenta que os países membros terão que respeitar e cumprir a totalidade dos compromissos da Ronda de Uruguai e, em consequência, deverão se abster de aplicar medidas unilaterais que não estejam em consonância com as obrigações da OMC, entre elas, “deverão abster-se de aplicar restrições à exportação.” (CMA, item 40, letra f, 1996, s.p., tradução nossa).

O Plano de Ação, inclusive, atribuiu à FAO a tarefa de “ajudar aos países em desenvolvimento na preparação para as negociações comerciais multilaterais, incluídas aquelas sobre agricultura, pesca e silvicultura, entre outras coisas, mediante pesquisas, análises e capacitação.” (CMA, item 41, letra c, 1996, s.p., tradução nossa). Indubitavelmente, a Cúpula Mundial de Alimentos, desde seu nascimento, esteve atrelada às diretrizes da OMC. Nos objetivos do Plano de Ação, se compromete explicitamente a promover a difusão e implementação do “novo marco comercial internacional” inaugurado pela Primeira Conferência Ministerial da OMC, no mesmo ano, em Singapura, de modo que essa relação simbiótica entre a OMC e a CMA se materializa na proposta de Segurança Alimentar. Tal relação continuou presente nos documentos posteriores, mas de uma forma menos explícita.

Para a Segurança Alimentar, o direito à alimentação encontra-se garantido mediante a criação de um mercado que disponibilize alimentos inócuos e ajuda humanitária em casos de emergências. Nesta

perspectiva, o comércio é a estratégia principal, dado que sua ativação conduz ao crescimento econômico do qual, supostamente, os pobres também serão beneficiados, ao aumentar a capacidade de compra das pessoas com o aumento do emprego e os ingressos. Em palavras textuais:

(...) El comercio es un elemento fundamental para la seguridad alimentaria mundial. El comercio genera una utilización eficaz de los recursos y estimula el crecimiento económico, que es decisivo para mejorar la seguridad alimentaria. El comercio permite que se consuman más alimentos de los que se producen, contribuye a reducir las oscilaciones de la producción y el consumo y libera en parte de la carga que supone el mantenimiento de existencias. Influye considerablemente en el acceso a los alimentos gracias a sus efectos positivos sobre el crecimiento económico, los ingresos y el empleo. Unas políticas económicas y sociales internas apropiadas permitirán asegurar mejor que todos, incluidos los pobres, se benefician del crecimiento económico. Unas políticas comerciales apropiadas promueven los objetivos del crecimiento sostenible y la seguridad alimentaria. (CMA, 1996, s.p.).

Em consequência, a Segurança Alimentar é conquistada no âmbito do comércio e não no âmbito da produção. A preocupação central é satisfazer as necessidades de importação de alimentos de todos os países num contexto de interdependência das economias e de flutuação do preço dos insumos e dos alimentos. Caso algum país ou grupo populacional específico não tenha as condições econômicas para comprar os alimentos e as pessoas famintas estejam no limite da inanição, a proposta de produção e distribuição de alimentos dos Organismos Multilaterais se compromete com a assistência das emergências alimentares mediante os programas de ajuda humanitária, financiados pela cooperação internacional. Em poucas palavras, o comércio como estratégia e um argumento do monopólio internacional da produção de alimentos são difundidos e legitimados pela proposta de Segurança Alimentar.

Por sua vez, a Soberania Alimentar considera uma falácia o argumento de que a liberalização do comércio agrícola e pesqueiro internacional garante o direito à alimentação das pessoas e por isso defende a intervenção do Estado como regulador da economia e protetor do mercado nacional, mediante o controle direto das exportações e importações de alimentos, os juros, o capital circulante e os preços dos alimentos, evitando a especulação e permitindo que as famílias de trabalhadores rurais recebam pagamentos justos na venda de seus produtos. Nas palavras da Via Campesina:

Los precios de los alimentos en los mercados nacionales e internacionales deben ser regulados y deben reflejar el verdadero costo de producción de los mismos, (...) no es aceptable que las decisiones de comercialización y producción sean en gran parte dictadas por la necesidad de divisas extranjeras para cubrir cargas de deudas altas. (VÍA CAMPESINA, 1996, s.p.).

Segundo a perspectiva da Soberania Alimentar, os produtos agroalimentares de exportação não devem afetar a produção local nem ser subsidiados pelas políticas agrícolas nacionais, pois as decisões de produção e comercialização não podem continuar sendo determinadas pela necessidade de divisas para pagar a dívida externa dos países, porque isso somente fortalece a situação de dependência. Em relação aos programas de ajuda humanitária, a proposta de produção e distribuição de alimentos dos movimentos e das organizações sociais de trabalhadores da terra questiona a natureza das guerras e dos desastres naturais que originam as emergências alimentares, desconfia dos programas de ajuda humanitária e assinala que estes programas são uma afronta à Soberania Alimentar. Por isso defendem que:

Deben ser revisadas las políticas y programas de ayuda alimentaria. No han de ser un factor de inhibición del desarrollo de capacidades locales y nacionales de producción de alimentos, ni favorecer la dependencia, la distorsión de los mercados locales y nacionales, la corrupción y la colocación de excedentes de alimentos nocivos para la salud, en particular sin OGMs. (FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, s.p.).

A Soberania Alimentar, ante as sórdidas evidências dos efeitos nocivos das diretrizes e práticas de comércio internacional, orientadas pela OMC e por outros organismos multilaterais, exige um sistema de comércio orientado por outros princípios e por outras práticas, mas não está contra o comércio de alimentos. Ela reivindica o vínculo direto entre produtores e consumidores, a proteção dos pequenos produtores rurais, pastores, pescadores e povos indígenas, e o controle comunitário do sistema agroalimentar em seu conjunto: “Não nega os mercados, mas tenta preservar o controle comunitário/social dos mercados.” (FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007b, p. 12, tradução nossa). Ela rejeita a política internacional de comércio agrícola e a produção e comercialização de alimentos dirigida pelas grandes corporações. Em outras palavras:

Para lograr la soberanía alimentaria, es necesario reducir el comercio internacional de alimentos y su regulación debe sacarse del ámbito de la OMC y devolverse al control democrático de los productores y los consumidores. Nuevas formas de gobierno deben asegurar que los impactos negativos del comercio internacional, por ejemplo el ‘*dumping*’, sean detenidos, dándole prioridad a los mercados locales. (FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007b, 7).

A Soberania Alimentar opõe-se às políticas de livre comércio da OMC, mas não à internacionalização dos mercados agrícolas. A proposta de Soberania Alimentar luta pela mudança nas atuais regras internacionais de comércio de produtos agrícolas e pesqueiros. Denuncia os efeitos negativos dos tratados de livre comércio na economia nacional, no meio ambiente e no bem-estar das famílias que trabalham na agricultura¹⁴. Relaciona diretamente a implantação das políticas e dos

¹⁴ Inclusive, o mesmo relator das Nações Unidas constatou os efeitos nocivos da subvenção das exportações e dos tratados de livre comércio na proteção do direito à alimentação nos “países em desenvolvimento”, afirmando que: “Las grandes disparidades de poder económico entre los Estados significan que los Estados poderosos negocian normas comerciales que no son justas ni libres. Esas normas afectan gravemente a los pequeños campesinos y amenazan la seguridad alimentaria, especialmente en los países en desarrollo a los que se ha exigido la liberalización de la agricultura en mucha mayor medida que a

convênios da OMC com a instauração de monopólios internacionais de produção e distribuição de alimentos na figura do agronegócio, das corporações e empresas multinacionais extrativistas. Em contrapartida, além de exigir a intervenção do Estado como regulador da economia e protetor do mercado nacional e a participação de organizações de trabalhadores do campo e organizações indígenas na formulação de políticas agrícolas, pesqueiras e alimentares de produção e comércio, propõe priorizar os mercados locais e nacionais e incentivar relações locais e regionais de comercialização de alimentos e produtos agroindustriais.

A proposta de Soberania Alimentar não somente centra sua atenção nos produtores de alimentos, mas também trabalha pela proteção do direito dos consumidores de decidirem sobre a origem e as características dos alimentos que querem consumir. Por exemplo, a declaração final do Foro Mundial Sobre Soberania Alimentar, realizado em Havana, exige a construção de mecanismos para que os consumidores tenham a informação suficiente para decidir e controlar sua própria alimentação e nutrição.

Constata-se também que, para a Soberania Alimentar, o que importa são as características nutricionais dos alimentos e a conservação da diversidade das culturas alimentares. A declaração alerta ainda sobre a imposição de regimes alimentares internacionais, padronização da dieta, e incentiva campanhas de difusão e valorização da história agrícola de cada país.

los países desarrollados. Las fuertes subvenciones a la producción y a la exportación que los países de la OCDE conceden a sus agricultores - más de 349.000 millones de dólares de los EE.UU. en 2006, es decir, casi 1.000 millones de dólares diarios- significan que es posible encontrar en los mercados de Dakar (Senegal) frutas y hortalizas europeas a precios inferiores a los de la producción local. Aunque los países desarrollados, incluidos los Estados miembros de la Unión Europea, prometieron en la Conferencia Ministerial de la OMC celebrada en Hong Kong en diciembre de 2005 eliminar las subvenciones a la exportación que den lugar a *dumping*, los progresos realizados hasta ahora han sido escasos. En México se calcula que no menos de 15 millones de agricultores mexicanos y sus familias (pertenecientes en su mayoría a comunidades indígenas) tendrán que recurrir a medios de subsistencia diferentes como resultado del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) y de la competencia con el maíz subvencionado de los Estados Unidos”. (ZIEGLER, 2008, p 13-14).

Recapitulando, a Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar são propostas que nasceram em contextos políticos diferentes, representam interesses de classes historicamente em disputa; que a partir de interpretações opostas do direito a estar protegido contra a fome construíram propósitos e estratégias de ação divergentes e em constante embate; que se diferenciam radicalmente na concepção do Estado, da propriedade dos meios de produção de alimentos, do sistema de produção agrícola e das características da comercialização dos alimentos, mas que compartilham o pressuposto de que a fome no mundo pode ser eliminada por meio de critérios orientadores de ações, tais como: restituição e proteção dos direitos da mulher; preservação do meio ambiente; promoção de entornos pacíficos e estáveis em que os alimentos não sejam utilizados como arma de pressão política, além do reconhecimento e da integração da capacidade produtiva dos trabalhadores rurais e suas famílias; das organizações populares e cooperativas de trabalho, assim como dos trabalhadores sem terra.

A Soberania Alimentar refere-se à autonomia das nações para a definição de suas políticas agrícolas e a proteção à sua produção interna e à sua atuação com independência da pressão do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio; trabalha pela recuperação do pleno controle local da produção de alimentos em mãos dos trabalhadores do campo, pelo desenvolvimento das capacidades produtivas, pela autonomia local e regional na definição dos processos de produção, distribuição e consumo.

Porém, os documentos dos encontros internacionais de Soberania Alimentar do período de 1996-2007 que foram estudados não fizeram referência à educação das pessoas que, na perspectiva dos movimentos sociais do campo, devem produzir os alimentos. A formação política e a capacitação técnica dos trabalhadores rurais não aparecem nem como objetivo, nem como critério orientador das ações e tampouco como condição política ou econômica previa.

Os documentos analisados não fazem referência às condições de trabalho no campo, à exploração dos trabalhadores rurais e suas famílias por parte do agronegócio; não denunciam o trabalho escravo, o trabalho infantil, o trabalho sazonal, as condições de trabalho dos migrantes. Também não foram definidas táticas e estratégias de luta, nem projetos de transição a outras formas de organização social. Em outras palavras, a proposta de Soberania Alimentar construída no espaço dos Fóruns Internacionais que aconteceram entre 1996 e 2007 não questiona as atuais relações de produção nem a exploração que lhe é inerente, portanto, não é uma proposta revolucionária. Questões como a

propriedade privada dos meios de produção, o trabalho assalariado, a venda da força de trabalho, a produção de valores de troca e o processo de produção, reprodução e concentração do capital ficaram fora da pauta das discussões, da construção da proposta e dos encaminhamentos. A proposta de Soberania Alimentar somente tem como alvo a concentração internacional de produtores e distribuidores de alimentos e a configuração do Estado Mínimo.

De modo que a proposta de Soberania Alimentar precisa incluir entre suas estratégias um tipo de formação política permanente que articule dialeticamente o trabalho e a educação e permita aos trabalhadores rurais analisar a natureza, a história, as estratégias e os argumentos do monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos e atuar em consequência. Além disso, a proposta de Soberania Alimentar deve construir estratégias fundamentadas em experiências concretas de trabalho que ajudem a visualizar as possibilidades e os limites na configuração de um sistema de produção agrícola favorável à coletivização dos meios de produção, dos recursos naturais, do conhecimento e da riqueza, um sistema protetor do equilíbrio da natureza, produtor de alimentos saudáveis, sem relações sociais de exploração, nas quais os trabalhadores recuperem o controle da produção dos alimentos.

CAPÍTULO 2 A EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO COLETIVA DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA

Este capítulo tem o propósito de descrever as características da experiência de organização do trabalho e produção de alimentos desenvolvida pelos trabalhadores rurais Sem Terra no assentamento Conquista na Fronteira, apresentando suas possibilidades e seus limites em relação às condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar.

Para a geração dos dados empíricos que são apresentados neste capítulo foi realizada uma visita de quatro semanas ao assentamento Conquista na Fronteira. Na primeira semana, participou-se do estágio que devem realizar as famílias novas que pretendem morar no assentamento, o qual possibilitou a participação direta nas equipes de trabalho e o contato com as famílias dos diferentes núcleos de base¹⁵.

No que diz respeito ao trabalho nos setores de produção, durante a semana do estágio preparatório trabalhou-se na equipe da alimentação, realizando tarefas, tais como: carpir as plantações de mandioca; carpir, plantar e recolher os produtos na horta; carpir e despencar amendoim; e na equipe dos bovinos, participando na ordenha das vacas¹⁶.

Destaca-se a importância de, antes de realizar as entrevistas, participar das atividades das equipes de trabalho. Considera-se fundamental iniciar esta etapa da pesquisa trabalhando junto com os assentados dado que, em primeira instância, isto permite que o Coletivo

¹⁵ A estada no assentamento foi coordenada pelo Conselho Social e Político; eles definiram o Núcleo de Base onde se deveria ir e as famílias com as quais se ficaria, sendo que esse núcleo é definido em relação ao último visitante. No presente caso, começou-se pelo núcleo dois: Roseli Nunes, e em seguida se ficou com as famílias do núcleo três: Sepé Tiaraju. A possibilidade de ficar na casa das pessoas serviu para observar as rotinas das famílias em torno do trabalho na cooperativa e do trabalho em casa, assim como tomar parte nas conversações descontraídas em relação à organização do assentamento, aos problemas internos, às insatisfações das pessoas, além de realizar entrevistas à noite.

¹⁶ Não se conseguiu trabalhar na equipe das aves porque no momento este setor estava em reestruturação, devido à construção do novo frigorífico, nem na equipe dos grãos porque nessa equipe não trabalha mulher, pois, segundo o coordenador da equipe, trata-se de trabalho pesado e que precisa conhecimento prévio para o uso do maquinário.

do assentamento tenha a oportunidade de avaliar o pesquisador e de indagar quais seus interesses de pesquisa; e em segundo lugar, porque a experiência de trabalho permite ao estudioso o reconhecimento prévio das dinâmicas e relações do território, sendo uma oportunidade para a contextualização e o ajuste do roteiro de entrevista e para o estabelecimento de confiança prévia¹⁷ à abordagem de algumas das temáticas.

Nas três semanas seguintes ao estágio foram entrevistados os coordenadores das equipes de trabalho que, no momento, estavam ativas: a equipe da alimentação e do reflorestamento, a equipe dos bovinos, a equipe dos grãos e a equipe administrativa e social. Além disso, foram entrevistadas as pessoas responsáveis pela horta, pelos açudes, pelas abelhas e pela fábrica de ração; também foram entrevistados representantes das comissões de saúde, educação e animação; e por fim, representantes do Conselho Diretor da Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste. (COOPERUNIÃO). (ver Apêndice C - Caracterização das pessoas entrevistadas).

Em relação às entrevistas realizadas, na entrevista dirigida aos coordenadores das equipes de trabalho, fizeram-se perguntas sobre a forma de planejamento da produção, a forma de organização do trabalho, o balanço da safra do ano agrícola de 2014-2015; sobre as características do sistema de produção agrícola e as tecnologias utilizadas; sobre a assistência técnica e a percepção dos desafios e das possibilidades da Cooperativa e do Coletivo do assentamento no contexto do monopólio internacional da produção e comercialização de alimentos;

Na entrevista dirigida aos representantes das comissões indagou-se sobre a história da luta pelo acesso aos meios de produção e restituição e proteção dos direitos sociais e econômicos dos trabalhadores rurais, assim como sobre a situação atual do assentamento em termos de proteção dos direitos sociais dos assentados, tais como: moradia, escola, saúde, saneamento básico e aposentadoria.

¹⁷ Os trabalhadores rurais assentados no Conquista na Fronteira, em diferentes espaços, perguntaram à pesquisadora sobre sua origem, família, filiação política, relação com a terra, com a universidade, com as organizações camponesas, e depois triangularam a informação, identificaram contradições e procuraram novos esclarecimentos. Tudo isso foi feito de uma forma muito sutil, quase imperceptível, mas que definiu o nível de acesso às informações.

Na entrevista dirigida ao Conselho Diretor da Cooperunião perguntou-se sobre as conquistas e os desafios da Cooperativa no ano agrícola de 2014-2015 e sobre as atividades estratégicas projetadas para o ano agrícola de 2015-2016 referentes à produção, assim como sobre os desafios da Cooperunião no contexto do monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos. (ver Apêndice D - Roteiro de entrevista - ênfase na produção).

No que se refere à análise e interpretação, algumas das entrevistas foram textualizadas integralmente, agrupadas por temáticas e organizadas mediante codificação aberta de parágrafos (STRAUSS; CORBIN, 2002), tendo como guia a matriz relacional das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar, presentes nos documentos dos Fóruns Mundiais de Soberania Alimentar no período de 1996-2007.

Somente foram pesquisadas as premissas da proposta de Soberania Alimentar que se diferenciavam das premissas da proposta de Segurança Alimentar segundo as compreensões evidenciadas no capítulo anterior, *Divergências e Convergências da Segurança Alimentar e Soberania Alimentar*. Desse modo, as premissas pesquisadas foram: restituição e proteção dos direitos sociais dos trabalhadores rurais; propriedade coletiva dos meios de produção; planejamento coletivo do território e do sistema agroalimentar; características agroecológicas das técnicas de produção agrícola; organização local do trabalho e da produção por meio de cooperativas de pequenos agricultores e pescadores; produção coletiva de quantidades suficientes de alimentos sadios livres de transgênicos e agrotóxicos; acesso a recursos hídricos, sementes, informação e tecnologia; priorização de circuitos curtos de comercialização; e por último, controle de políticas estatais de produção e comercialização dos alimentos por parte dos trabalhadores rurais.

Neste capítulo pretende-se responder à pergunta: quais são as características da experiência de organização do trabalho e da produção de alimentos no assentamento Conquista na Fronteira? Para dar resposta a esta questão, inicialmente se descreve a forma coletiva de organização social das famílias assentadas, a propriedade coletiva dos meios de produção, e a forma de organização do trabalho na Cooperunião, em equipes de trabalho; descreve-se ainda a forma como são produzidos os alimentos destinados ao consumo das famílias assentadas assim como os alimentos para a comercialização. A seguir, apresentam-se dados sobre as características das tecnologias utilizadas, a safra do último ano

agrícola, e se expõem os desafios a serem enfrentados no próximo ano agrícola desde a perspectiva dos assentados.

Na última parte do capítulo, tenta-se apontar algumas das possibilidades e dos limites da experiência de organização do trabalho e produção e comercialização dos alimentos na perspectiva da concretização das premissas da proposta de Soberania Alimentar que foram apresentadas no capítulo anterior. Nesta parte do texto, a argumentação gira em torno da seguinte pergunta orientadora: a experiência de organização do trabalho e produção de alimentos desenvolvida pelos trabalhadores Sem Terra no assentamento Conquista na Fronteira é coerente com as condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar?

2.1 O ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA DO MST

No Brasil, os Trabalhadores Rurais Sem Terra organizaram-se em massivos movimentos e organizações sociais em que se desenvolveram processos formativos para a manifestação coletiva da indignação pela histórica concentração de terras e foram construídas estratégias para o acesso a terra e a outros meios de produção; famílias inteiras ocupam fazendas e prédios públicos e acampam ali, durante anos, para pressionar no que se refere à concretização da reforma agrária e ao cumprimento da função social da terra.

Na atualidade, encontra-se em vigência a Lei nº 4.504, do ano de 1964, intitulada Estatuto da Terra, a qual estabelece as diretrizes para a execução da reforma agrária e a orientação das políticas agrícolas no país. Para garantir o acesso à propriedade da terra, a lei promove modificações na posse e no uso da terra, condicionadas ao cumprimento da “função social da terra”¹⁸, o que implica desapropriação de terras ociosas. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instância governamental responsável pelos processos de reforma agrária no Brasil, define um assentamento rural como “um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde

¹⁸ O artigo 2 do Capítulo I da **Lei nº 4504** de 1964 estabelece que “a propriedade da terra desempenha integralmente sua função social quando, simultaneamente : a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regula as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam”.

originalmente existia um imóvel que pertencia a um único proprietário.” (INCRA, 2015a).

O assentamento Conquista na Fronteira é um dos 9.256¹⁹ assentamentos criados até hoje no Brasil, sendo produto da primeira fase da organização do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela reforma agrária mediante a ocupação de latifúndios no sul do país. De fato, no dia 25 de maio de 1985, 1.700 famílias dos municípios do Oeste de Santa Catarina procederam a duas grandes ocupações, nos municípios de São Miguel do Oeste e Abelardo Luz. (MST, 2000, p. 5).

O lugar onde hoje está localizado o assentamento Conquista na Fronteira foi uma propriedade de produção de gado de corte, que estava hipotecada no Banco do Estado de Rio de Janeiro (BANERJ) e que, em 1988, devido à pressão política do MST, foi desapropriada pelo Estado para ser outorgada a 35 famílias de trabalhadores rurais Sem Terra que se encontravam acampadas no município de Itaiópolis e estavam articuladas ao MST e a 25 famílias de trabalhadores rurais Sem Terra provenientes do município de Dionísio Cerqueira e que não pertenciam a qualquer organização ou movimento social. (COOPERUNIÃO, 2015, p. 4-6).

Segundo Grade (1999), as famílias de trabalhadores rurais do MST que foram assentadas no Conquista na Fronteira, naquela época, eram formadas por jovens que vinham de três grupos coletivos que se juntaram na Fazenda Parolim, no município de Itaiópolis. Um grupo era composto por nove jovens solteiros acampados em Abelardo Luz, outro grupo era constituído de seis cassais e sete solteiros que vinham de Faxinal dos Guedes. Os dois grupos pertenciam à Pastoral da Juventude. O terceiro grupo era formado de treze pessoas oriundas do município de Abelardo Luz (p. 81-82).

O processo de formação das famílias durante o acampamento foi determinante na concretização do sonho de assentamento coletivo no âmbito da organização social e política e no âmbito da produção. A sistematização da experiência de cooperação na escola do assentamento, realizada pelo Coletivo Nacional de Educação e pela Comissão de Educação do assentamento, relata que, durante os três anos e três meses de acampamento, convivência, estudo e discussões, foi construída a proposta de propriedade coletiva da terra e organização coletiva do

¹⁹ Dados obtidos segundo informação disponível em base de dados MDA; INCRA (2015).

trabalho e da produção, e que, desde então, tinham como prioridade a produção dos alimentos para o consumo das famílias e também já começaram a compartilhar as tarefas e agir como Coletivo (MST, 2000, p. 8).

O documento elaborado pela Cooperunião (2015) reitera a importância do tempo de acampamento nos seguintes termos:

As famílias oriundas dos acampamentos já tinham uma trajetória conjunta de três anos, um acúmulo de experiência de convivência coletiva, de solidariedade, entre outros valores humanistas além da discussão e amadurecimento da idéia de concretização do trabalho coletivo. (p. 5).

Entretanto, as famílias do município não se conheciam e não tiveram nenhum processo formativo e preparatório que contribuísse para sua adaptação a um assentamento que pretendia uma organização coletiva do território e da produção, fato este que gerou atritos, desistências e muitas dificuldades na configuração de um coletivo de famílias do município, assim como para a consolidação de um único coletivo de famílias no assentamento (COOPERUNIÃO, 2015, p. 6).

Dalmagro (2002) explica que, no caso das famílias do município de Dionísio Cerqueira,

(...) foi encaminhado um processo de escolha de uma família por cada comunidade desse município para serem assentadas, e uma família como substituta, caso a primeira não se adaptasse. Contam os assentados que algumas comunidades escolheram as famílias mais pobres, com muitos filhos, em situação de degradação humana, as que “perturbavam” as comunidades. Estas encaravam o assentamento como uma forma de tirar as famílias dos arredores, “livrando-se” delas. Esses fatores levaram à desistência de muitas dessas famílias, que eram substituídas por outras das comunidades e, reincidindo a desistência, substituídas por famílias de acampamentos do MST. Aos poucos e com dificuldades foi sendo formado um segundo grupo coletivo no assentamento. (p. 57).

Depois do longo período de acampamento, finalmente, no dia 24 de junho de 1988, as famílias do MST chegaram ao assentamento, e no dia 20 de outubro do mesmo ano o projeto de assentamento foi formalmente registrado com o nome de Tracutinga, com o código SC00030000. O assentamento Conquista na Fronteira está localizado no Município de Dionísio Cerqueira, na comunidade de Tracutinga, no extremo Oeste do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, na fronteira com o Estado do Paraná e com a Argentina. O assentamento é um território com uma área de mil cento e noventa e oito hectares (1198 ha), com capacidade para acolher 60 famílias e, no momento, está classificado como em fase de estruturação (MDA; INCRA, 2015).

Devido às diferenças nos processos de *formação para a ocupação da terra e a propriedade coletiva da terra*, durante os primeiros sete anos no assentamento o grupo de famílias do MST e o grupo de famílias do município agiram de forma separada e diferenciada. A unificação dos dois grupos de famílias assentadas num só coletivo foi construída de forma gradativa e começou pela criação da comissão de educação. O documento da Cooperunião (2015) afirma que:

A escola foi o primeiro passo para a consolidação da proposta de ser um único grupo coletivo. A partir da construção da escola surgiu a preocupação de ter um acompanhamento mais presente para com os estudantes. Com isso, se instaurou o funcionamento de uma instância que viesse a suprir esta demanda, a comissão de educação sendo a primeira atividade unificada pelos dois grupos. (COOPERUNIÃO, 2015, p. 9).

Nesse mesmo sentido, em entrevista concedida e apresentada por Dalmagro (2002), um assentado afirmou que a unificação dos grupos em um só coletivo iniciou pelo setor social e não pelo setor da produção. Ele narra que, em primeira instância, foram unificados os times de futebol, depois a educação e por último a produção. (p. 58).

No ano de 1989, as famílias do MST elaboraram o regimento interno para o funcionamento do coletivo e foram definidos os propósitos políticos do assentamento. Naquela época, foram definidos dois objetivos gerais do assentamento. O primeiro tem por título: “Vida digna e igualitária para todos e todas”, propósito que faz alusão à satisfação das necessidades básicas de moradia, alimentação, educação,

lazer e saúde das famílias assentadas, sem nenhum tipo de diferenciação associada a gênero, escolaridade ou vinculação política. O segundo, cujo título é: “transformação da sociedade”, fala do compromisso dos assentados com as necessidades de outros trabalhadores Sem Terra e com a construção de uma sociedade igualitária (COOPERUNIÃO, 2015, p. 6-7).

No ano de 1990, o grupo de famílias assentadas do MST fundou uma Cooperativa de produção agrícola, chamada Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste (COOPERUNIÃO), composta de 41 sócios (COOPERUNIÃO, 2015, p. 10). Também no mesmo ano foi formalizada a escola do assentamento Construindo o Caminho, na qual os filhos dos assentados estudam da primeira até a quarta série. Segundo Dal Ri e Giraldez (2010), a escola do assentamento caracteriza-se pela implementação da metodologia de temas geradores e pelo fomento dos princípios e valores do MST, pela organização e pelo funcionamento da escola como cooperativa, pela gestão democrática compartilhada entre estudantes, professores e comunidade, pela integração total da escola com a comunidade e pela junção do ensino com o trabalho. (p. 115)

Em 1991, teve lugar, no assentamento, um curso de formação integrada que fortaleceu a idéia de integrar os dois grupos de famílias assentadas:

Apesar de inicialmente existirem dois grupos no assentamento, o horizonte maior sempre foi formar um único coletivo em toda a área. A idéia da unificação surgiu em 1991 num curso de formação integrada que aconteceu no assentamento. Na oportunidade, foi plantada uma árvore como símbolo desta unificação. Para isto os grupos foram se organizando, discutindo e estudando, com vistas a preparar as famílias para a cooperação de todo o assentamento. (MST, 2000, p. 9).

No ano de 1992, foi unificado o trabalho dos dois grupos na apicultura e foi eleito um vereador do assentamento; logo a seguir, em 1994, foram coletivizadas as máquinas, tais como: trator, ceifa e colhedeira, além da produção de grãos. Também nesse mesmo ano o grupo de famílias provenientes do município se associou à Cooperunião, com os mesmos deveres e direitos dos sócios fundadores, constituindo, assim, o Coletivo do assentamento a partir da unificação dos dois grupos

de famílias de trabalhadores Sem Terra. (COOPERUNIÃO, 2015, p. 9-10).

Dalmagro (2002) destaca que, à diferença do que acontece em outros assentamentos, o Coletivo do assentamento Conquista na Fronteira foi construído. A autora argumenta que houve dois aspectos decisivos na construção e consolidação do Coletivo: de um lado, a experiência coletiva no período de acampamento, a qual permitiu construir uma identidade como trabalhadores Sem Terra e definir coletivamente sonhos e planos; e de outro lado, a relação de diálogo, acompanhamento e respeito às diferenças que se manteve no assentamento e que foi promovida pacientemente pelo grupo de famílias do MST (p. 59-60).

Depois, em 1995, houve um processo de unificação da terra, dos meios de produção, da organização do trabalho e de todo o processo de produção dos alimentos, assim como a organização política e social dos assentados no território; em 1996, foram definidos como “setores de produção” da Cooperativa: a produção de vegetais, de carne e de grãos para a alimentação das famílias assentadas; e foram definidos como setores estratégicos da comercialização: o corte industrializado de frango, a produção de leite, peixes e erva mate in natura e também o cultivo de milho, soja e trigo. Em 1997, a Ciranda Infantil começou a funcionar de forma unificada, num espaço centralizado, pois antes cada grupo de famílias tinha uma (COOPERUNIÃO, 2015, p. 9-10).

No ano de 2000, foi construído um abatedouro de frango com capacidade para abater mil aves por hora e no qual trabalhavam exclusivamente pessoas assentadas no Conquista na Fronteira. Os frangos eram destinados exclusivamente a programas institucionais do governo federal, tais como: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Treze anos depois foi iniciada a construção de um frigorífico com capacidade para abater três mil aves por hora (COOPERUNIÃO, 2015, p. 11, p. 32) e no qual se pensa empregar trabalhadores de outras comunidades.

Hoje, o assentamento Conquista na Fronteira é um território totalmente coletivo. Caracteriza-se pela propriedade coletiva da terra e dos outros meios de produção, pela organização e realização coletiva do trabalho, pelo planejamento coletivo do território e seu sistema agroalimentar, pela produção coletiva de alimentos para as famílias assentadas e para a comercialização, assim como pela propriedade coletiva de investimentos, dívidas e excedentes da comercialização.

É formado por um só coletivo de 43 famílias de trabalhadores rurais assentados vinculados ao MST, o qual dirige diretamente a

Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste, na qual trabalham todas as famílias que moram no assentamento. A Cooperativa garante a satisfação da necessidade de alimentação de todas as famílias assentadas e, como principal fonte de renda, produz e comercializa leite in natura e tem um frigorífico novo em vésperas de ser inaugurado. (COOPERUNIÃO, 2015).

No âmbito da produção, além do frigorífico, que no momento está em obras, o assentamento conta com outros imóveis, tais como: um escritório com computadores, telefones e acesso a internet, no qual se desenvolvem as tarefas administrativas da Cooperunião; uma fábrica de ração; uma oficina de consertos e um estábulo com ordenhadeira mecânica e tanque de armazenamento e refrigeração do leite.

No âmbito da saúde, tem um posto de saúde onde, uma vez por semana, há atendimento médico e no qual a comissão de saúde fabrica produtos homeopáticos, desenvolve atividades de prevenção e acompanhamento permanentemente de doentes e cuida de uma horta medicinal. No assentamento também há um cemitério.

No âmbito do saneamento básico, as casas, os aviários, o estábulo e o frigorífico dispõem de água filtrada encanada que provém de uma nascente do próprio assentamento. A água “chega num depósito para tratamento por declividade e, após receber tratamento para reparar a má qualidade, é conduzida por energia elétrica até um depósito e, de lá, por declividade” (MOREIRA, 2013, p. 119), é conduzida aos diferentes locais. As residências também têm fossa para o esgoto, cuja manutenção e limpeza é feita pela Cooperativa e, uma vez por mês, o caminhão do município faz a coleta do lixo reciclável.

No âmbito da educação escolar, há um espaço físico acondicionado para o cuidado e a educação das crianças que têm de zero a quatro anos de idade, chamado Ciranda Infantil, o qual tem cozinha, duas salas e um espaço aberto para a recreação das crianças. O assentamento mantém ativa a escola municipal de ensino fundamental para estudantes de educação infantil e da primeira à quarta série, a qual tem duas salas de aula, uma sala de computador e um parque infantil; os estudantes de anos finais e ensino médio têm transporte escolar desde o assentamento até a Escola de Educação Básica Professora Mara da Gloria Márquez, situada na comunidade de Idamar, a vinte e cinco quilômetros de distância.

Destaca-se que “A Cooperunião custeia financeiramente todas as despesas com os estudantes até finalização do ensino médio” (COOPERUNIÃO, 2015, p. 28), o que inclui alimentação, transporte e material escolar.

No âmbito da educação universitária, o Movimento Sem Terra tem feito convênios com universidades e instituições de pesquisa para o acesso dos filhos dos assentados à educação no nível de graduação, especialização e mestrado. Muitos dos jovens do assentamento têm acessado o ensino superior mediante esta modalidade e o Coletivo tem contribuído com o financiamento das passagens, da alimentação, de 50% da renda mensal e dos materiais dos estudantes. Ademais, as horas de estudo são contabilizadas como tempo de trabalho, conforme consta no documento da Cooperunião (2011):

No tempo em que você está estudando, as horas são contadas como tempo de trabalho?

Sim. O assentamento dá muita base quando a gente está estudando. Eu fiz a faculdade e são quatro anos indo e vindo aqui em Cascavel, que é muito pertinho, e eu tinha as passagens pagas, se precisava de taxi era pago, alimentação era paga, tudo era pago. Então, fui paga para estudar e ainda recebia daqui do assentamento; quando eu não estava trabalhando e estava lá estudando, estava recendo normal e assim é com todos os jovens que estão estudando. Tem essa base, tu tens um apoio, porque às vezes passa despercebido pelo jovem que está aqui, porque está tão inserido que nem percebe, mas tem, tem toda uma base, um apoio, desde que tu começa a estudar, desde pequenininho, quando você nunca precisou comprar um lápis na vida, então, isso vai indo e vai te dando uma força para você fazer e voltar.²⁰

Além dos espaços para a educação das crianças, o assentamento dispõe de um centro de convivência com banheiros e cozinha onde se fazem as assembleias e os cursos de formação política e capacitação técnica; tem um cenário esportivo para a prática de futebol, um alojamento para visitantes, com dois quartos, sala, banheiro e cozinha totalmente mobiliados, além de um espaço para encontro, discussão e estudo e produção artística dos jovens do assentamento chamado o

²⁰ Entrevista 5. **Comissão de Educação.** 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

“Aviário das Artes”, o qual tem um forno para o cozimento de objetos fabricados com argila.

No âmbito da previdência e assistência social, a organização coletiva do assentamento, junto a outras instâncias do MST, participou da ação conjunta do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que conseguiu incidir na regulamentação do sistema previdenciário para os trabalhadores rurais, regulamentado pelas leis n^o 8.212 e 8.213, promulgadas em 1991, conforme relatado:

Então, foi uma briga muito grande, durou três anos contados, **só foi possível quando nós nos articulamos em Brasília e conseguimos mudar uma lei dentro da previdência social.** Mediante pressão a nível nacional, começou por aqui, então, nós, todos novos na época, tinham três cooperativas no estado e eram onze ao nível nacional, levamos a preocupação ao Movimento, juntamos as nossas forças políticas a deputados que nós tinha e fomos para cima do governo da época, o governo nem era nosso, era de direita. **A proposta foi nós ser enquadrados na previdência, que áreas de assentamento que tiveram cooperativa de produção ou associações, ou qualquer forma de organização fosse assegurada especial.** Antes não tinha nada e saiu, foi para a câmara, o senado, foi sancionado e virou lei, decreto. A partir daí, hoje, nós pegamos três notas da cooperativa de venda, a ata que diz que Luiz é sócio da Cooperativa e que a Cooperativa é de assentamento, documentos pessoais e o documento do decreto, **com esses quatro documentos tu vai lá e consegue, hoje, auxílio doença, acidente de trabalho, e aposentadoria bem rapidinho, essa foi uma das maiores conquistas.** Até porque, se isso não fosse conseguido, com certeza a Cooperativa ia perder o sentido ou arranjar outra forma, ou dividir e pegar os blocos, mas como eram 11 cooperativas, não

teve o governo como não ceder, porque eram várias pessoas envolvidas.²¹

Segundo o entrevistado, a legislação da previdência social para os trabalhadores rurais não contemplava aqueles que estivessem associados a cooperativas de produção agrícola nem aqueles que trabalhavam numa terra coletiva, motivo pelo qual os assentados no Conquista na Fronteira ficaram sem assistência social por alguns anos, até conseguir a mudança da lei. Na atualidade, no Brasil, conforme o estipulado pela lei orgânica de previdência social, Lei n 8.742, de 1993, tanto as mulheres como os homens trabalhadores rurais assentados podem obter aposentadoria por idade ou invalidez, e ainda auxílio-doença, auxílio-acidente, salário-maternidade, proteção por acidente de trabalho e, para os dependentes do trabalhador, pensão por morte e auxílio reclusão.

No assentamento, a Cooperativa tem uma equipe administrativa e social que encaminha e acompanha os trabalhadores nos trâmites para o acesso a estes benefícios e, além disso, auxilia com a alimentação dos doentes, de mães gestantes, aposentados e pessoas que não puderem trabalhar e assume as despesas do funeral em caso de morte dos associados (COOPERUNIÃO, 2011).

Em síntese, nos 27 anos do assentamento Conquista na Fronteira²² os trabalhadores rurais Sem Terra conquistaram muito mais do que a terra para morar e sobreviver. Criaram e consolidaram uma forma coletiva de relacionamento, de satisfação de suas necessidades básicas e de enfrentamento dos problemas. Uma vez assentadas, as famílias, em conjunto, têm lutado e trabalhado pela restituição e proteção dos direitos sociais e econômicos dos trabalhadores rurais, por educação escolar, educação universitária, saúde, saneamento básico, lazer e recreação, previdência social, aposentadoria. E para conseguir

²¹ Entrevista 13. **Conselho Diretor.** 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

²² No Apêndice E - Linha do tempo do assentamento Conquista na Fronteira e contexto político da Soberania Alimentar, apresenta-se uma linha de tempo que parte da fundação do MST em 1984 e vai até o ano de 2014. Esta figura pretende resumir a trajetória histórica da experiência de organização do trabalho e da produção no assentamento Conquista na Fronteira aqui descrita, junto com alguns dos eventos relacionados à proposta de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas e à proposta de Soberania Alimentar dos Movimentos Sociais.

produzir e comercializar alimentos, eles constituíram uma cooperativa de produção agrícola da qual todos os assentados são sócios e onde trabalham juntos.

2.2 O COLETIVO: FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO ASSENTAMENTO

No assentamento Conquista na Fronteira, a convivência e o trabalho são organizados numa única estrutura social. As famílias assentadas, para organizar suas relações sociais, políticas e de produção, construíram um coletivo e depois fundaram uma cooperativa de produção agrícola. Distinguir o que é o Coletivo e o que é a Cooperativa não é tarefa simples, pois as duas instâncias atuam de forma conjunta e integrada, não havendo, no cotidiano da vida no assentamento, uma preocupação pela sua diferenciação.

A pesquisa realizada por Sandra Dalmagro (2002), no assentamento, contribuiu para a compreensão da diferenciação entre o Coletivo e a cooperativa. A autora esclarece que “o Coletivo não somente é anterior à cooperativa, é mais amplo e base de sustentação desta” (p. 63). Ela explica que o Coletivo foi concebido desde a época em que as famílias estavam acampadas, portanto, é anterior à cooperativa; afirma que o Coletivo é integrado por todas as pessoas que moram no assentamento, independentemente de sua idade e vinculação formal com a cooperativa, e integra todas as relações estabelecidas no assentamento, por isso, o Coletivo tem um tamanho maior quando comparado à cooperativa; também diz que o Coletivo é produto da necessidade de sobrevivência das famílias, representa os sonhos e objetivos em comum das famílias assentadas e da luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, se ocupa de tudo o que é relacionado com a convivência nesse lugar e estabelece o vínculo com o MST (p. 61-63).

A pesquisadora citada explica também que a cooperativa foi construída a partir da organização social que já tinha desenvolvido o Coletivo e se restringe ao âmbito econômico. A Cooperunião é uma parte do Coletivo, integrada somente pelos sócios, uma ferramenta legal do Coletivo para estabelecer relações comerciais no mercado.

A autora argumenta textualmente que

[...] a cooperativa trata das questões econômicas (produção, investimento, mercado, trabalho) e das questões legais; por sua vez o Coletivo refere-se à

vida em comunidade, à luta, aos valores e sonhos. (DALMAGRO, 2002, p. 62).

A cooperativa é, portanto, um desdobramento da organização coletiva, é necessidade desta. Todavia, a cooperativa tem na cooperação seu objeto e, ao ser constituída, passa a abarcar de forma praticamente total a então estrutura do Coletivo. Este assume a face de cooperativa, mas não por isso se reduz a ela. A Cooperunião se apropria da organização coletiva existente, assumindo alguns dos princípios e objetivos do Coletivo. Ao fazer isso, cria uma estrutura cooperativista única e ampla. “A cooperativa se adapta àquilo que a gente criou enquanto Coletivo” (Júlio – assentado). (DALMAGRO, 2002, p. 63).

Nesse sentido, alguns dos jovens entrevistados reiteram esta compreensão do Coletivo e da Cooperativa:

É tudo a mesma coisa. É tudo junto. Não tem como separar Coletivo e a cooperativa porque é tudo a mesma coisa. A cooperativa nada mais é que a parte econômica, que vai distribuir e dar conta da produção, mas todo o trabalho da produção é o assentamento. A cooperativa é o assentamento. Então, todo o trabalho que vai ser feito vai ser feito por nós, que também somos cooperativa. É tudo a mesma coisa. A cooperativa só vai ser a parte mais econômica, que vai se preocupar pelo econômico, que é a parte da venda de grãos a compra, administração das pessoas, que é parte da renda, mas todo o trabalho, toda a organização é o assentamento, é o Coletivo. Aqui a Cooperativa é de todo mundo e o espaço da cooperativa também é de todo mundo, então, tudo vai ter que andar junto. A parte econômica não vai poder andar longe da parte social, a gente vai ter que estar trabalhando junto. Eu não vou poder trabalhar e fazer tudo aquilo que eu quero, se eu não tiver um mínimo de condição que seja, financeira, para me manter. Então, a cooperativa dá esse suporte para que tudo aquilo que a gente quer que aconteça, principalmente na parte

financeira, porque na parte social o Coletivo inteiro dá conta.²³

Tendo como referência as contribuições do depoimento citado e a informação documental proporcionada no assentamento, compreende-se que o Coletivo é a articulação das pessoas concretas, com sua trajetória histórica, seus sonhos, sua compreensão do mundo e o conjunto de relações que entre elas se estabelecem; representa a unidade do grupo de famílias de Trabalhadores Rurais Sem Terra que moram no assentamento e tem um vínculo político com o Movimento Sem Terra. Por sua vez, a Cooperativa é a entidade jurídica que age em nome das necessidades do Coletivo e permite as relações comerciais do grupo de famílias assentadas com o mercado e com o Estado.

O Coletivo e a Cooperativa têm alvos políticos diferentes, mas relacionados. O Coletivo é uma proposta prática dos trabalhadores rurais, mediante a construção de uma experiência de vida e trabalho conjunto no assentamento, que ousa desinternalizar o “ethos capitalista” e contribuir para a mudança da sociedade que hoje se tem; e a Cooperativa é a forma de organização do trabalho e da produção que sustenta a sobrevivência econômica das famílias, fornecendo a base material para a conquista dos propósitos do Coletivo no contexto das regras do jogo do mercado capitalista.

Os alvos políticos que diferenciam o Coletivo da Cooperativa são explicitados nos seguintes depoimentos:

[O propósito do Coletivo é] uma sociedade muito mais justa, mais igualitária, pensar no bem-estar não só econômico, mas social, pensar na pessoa, no sujeito, antes que no desenvolvimento econômico. Com a cooperativa é mostrar para o povo do campo que é possível a gente se organizar e organizar pequenos grupos de família e mudar a forma de produção. Esse é o principal da cooperativa mesmo. Aqui é garantir o econômico, é discutir na base para que a gente consiga desenvolver as tarefas do Coletivo. Fora daqui, a cooperativa serve como um exemplo de que é possível a cooperação agrícola, de que é

²³ Entrevista 5. **Comissão de Educação.** 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

possível trabalhar coletivamente em outros espaços.²⁴

Quando se perguntou sobre o sentido político das visitas internacionais que constantemente recebem, os entrevistados destacaram seu caráter educativo na perspectiva de divulgação das possibilidades da organização coletiva e da cooperação, como se pode verificar a seguir:

Eu acho que serve para uma motivação para os outros, o interesse de nós, pelo menos, é para ajudar os povos que realmente queriam trabalhar coletivo. Como é que se pode conseguir alguma coisa no coletivo? Que venham, e nós queremos que o povo fique sabendo como é que se vive aqui, para que não seja só nosso assentamento que é trabalhado assim, que vários lugares sejam assim, nem que nós, porque assim seria muito mais fácil as coisas do que eu trabalhar sozinho, individual, **nosso trabalho é para que mais gente consiga entrar neste caminho.** Porque nós não queremos ficar só para nós, nós queremos que as pessoas também consigam fazer alguma coisa, não é só para nós, então, nós vamos fechar, aí ninguém vai ficar sabendo, mas isso não é o que nós queremos, nem o Movimento, **porque daí tu consegues pessoas que conseguem trabalhar, produzir seu alimento e que a sociedade cresça diferente.**

Como, diferente?

Socialista, tu crês que vai ser capitalista? Não, uma sociedade socialista, não capitalista, porque vai pensar só no capital, que tu vai fazer? Aí o interesse vai ser só particular.²⁵

De forma geral, os trabalhadores rurais assentados no Conquista na Fronteira construíram uma forma coletiva para a organização social

²⁴ Entrevista 5. **Comissão de Educação.** 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

²⁵ Entrevista 3. **Conselho Social e Político.** 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

das famílias assentadas e para a organização do trabalho e da produção em que o trabalho é o eixo estruturante. Na estrutura organizacional do assentamento diferencia-se e ao mesmo tempo integra-se um setor social e político, que concentra seus esforços na conquista dos objetivos políticos e sociais do assentamento, relacionados com a conquista de uma “vida digna e igualitária para todos”, e um setor econômico, responsável pela organização do trabalho e da produção para a sobrevivência das famílias assentadas.

Os assentados criaram e consolidaram um coletivo de famílias e uma cooperativa de produção agrícola na qual o conjunto de famílias assentadas define os objetivos, as normas e estratégias. Dessa forma, as famílias, juntas, afrontam as necessidades e os problemas e, juntas, trabalham na produção de alimentos para a satisfação das necessidades básicas.

A complexa dinâmica e o funcionamento da estrutura organizativa no assentamento Conquista na Fronteira se encontram normatizados por um regimento interno e pelos estatutos da cooperativa. A convivência e as relações sociais e políticas das famílias assentadas e as relações de produção estão regulamentadas pelo regimento interno e pelo estatuto da cooperativa e cada uma tem uma instância de seguimento. Para a coordenação do setor social, a instância criada foi o Conselho Social e Político, e para a coordenação do setor de produção, criaram o Conselho Diretor, que fundamenta suas ações no estatuto da Cooperativa. As duas instâncias são conformadas pelos mesmos trabalhadores Sem Terra e os integrantes são eleitos por períodos específicos, mediante votação de todos os assentados.

Um dos membros do Conselho Diretor explica:

Tem duas coisas que amparam nós: o primeiro começou lá no estudo da cooperação agrícola, o segundo, quando nós criamos o Coletivo, nós escrevemos o regimento interno, ali diz tudo o que é direitos e deveres e penalidades, se tu errar tudo, sabes que vai ser enquadrado num artigo do regimento, escapou do regimento interno, tu entra no estatuto da Cooperativa. O regimento, ele te ampara, mas na questão política e educacional, assim por diante, o estatuto é mais na questão econômica, são duas coisas bem distintas. Quem que é responsável em fazer cumprir ou enquadrar ou encaminhar qualquer discussão? É o Conselho Social e Político, que nós chamamos coordenação,

e a questão do estatuto é mais o Conselho Diretor, essa duas instâncias, muitas vezes, ou a maioria das vezes, sempre discutem junto para deliberar qualquer encaminhamento na hora destes dois documentos. Que estes dois são os que seguram de pé.²⁶

Ambos os instrumentos foram elaborados com a participação de todos os assentados e a cada três anos, no período de reestruturação, são revisados, modificados e adaptados segundo as necessidades do Coletivo:

Não necessariamente, mas cada direção que se troca se faz uma reestruturação do regimento, porque conforme os passos que a gente vai dando, não vale mais, a gente vai rediscutindo e criando novas regras, umas precisa tirar e outras precisa colocar, então, cada três anos mexemos no regimento. A questão da produção não muda, o que mais muda é parte da política, a parte da educação, da saúde, dos aposentados, isso vai mudando. Nosso regimento é um jogo de xadrez que tu vais que estar colocando as peças conforme vai acontecendo a jogada. E o regimento é a mesma coisa.²⁷

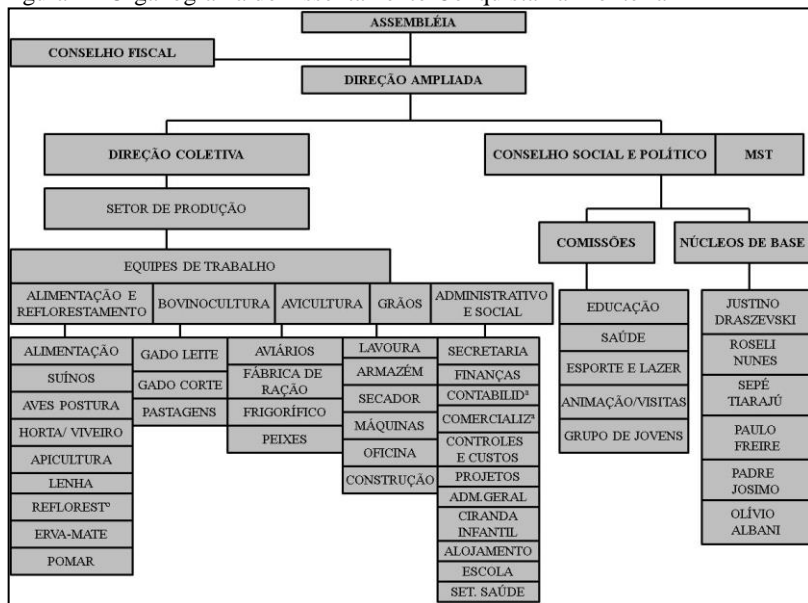
O setor social e o setor político do assentamento estão organizados em núcleos de famílias, que são a primeira instância de deliberação de assuntos no âmbito econômico e político e em comissões encarregadas da exigência e proteção de direitos fundamentais e do bem-estar das famílias assentadas. O setor econômico encontra-se organizado em equipes e setores de trabalho responsáveis pela produção dos alimentos destinados à alimentação das famílias e para a obtenção de renda.

²⁶ Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

²⁷ Entrevista 7. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 21 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Social e Político, 2015).

Apresenta-se, a seguir, o atual organograma²⁸ do assentamento, onde se pode visualizar melhor a forma como estão organizados o setor social e político e o setor de produção, assim como perceber a diferenciação entre o Coletivo e a Cooperativa.

Figura 1 - Organograma do Assentamento Conquista na Fronteira



Fonte: Cooperunião, 2015, p. 14.

O organograma do assentamento expressa a diferenciação entre o Coletivo e a Cooperativa, assim como sua coexistência e relação sinérgica. Observa-se, no esquema, que a Assembleia representa a máxima autoridade que integra e dirige o componente social e político e o componente econômico, representando, assim, o Coletivo do assentamento, tal como apresentado anteriormente na trajetória histórica.

²⁸ Este organograma corresponde à atualização feita no ano de 2006 que foi revalidada no ano de 2008 e se mantém sem alterações até hoje. (COOPERUNIÃO, 2015, p. 13).

No Regimento Interno (2011), a Assembleia é entendida como uma forma plenária de participação nas decisões e não propriamente como uma instância ou categoria da estrutura organizativa, mas na prática, é a instância máxima de decisão. A Assembleia é a reunião de 50 % mas um de todos os trabalhadores do assentamento, ou seja, de todos os associados da Cooperunião e das pessoas maiores de doze anos de idade, em que, mediante votação, são aprovadas ou rejeitadas as propostas dos Núcleos de Base, das Equipes de Trabalho, das Comissões, do Conselho Social e Político, do Conselho Diretor e da Direção Coletiva, quer dizer, são decididos tanto os assuntos sociais políticos como os econômicos. Os trabalhadores do assentamento reúnem-se em Assembleia também para comunicar informes, mensagens e encaminhamentos do MST, necessidades das comissões, fazer análises de conjuntura e participar de palestras. As assembléias ocorrem de forma ordinária, uma vez por mês, ou de forma extraordinária, segundo o critério do Conselho Social e Político, no horário de trabalho, portanto, este tipo de reunião é considerado como trabalho.

A organização social do coletivo de famílias assentadas, representada no organograma, é explicada no Artigo 4º do Regimento Interno (2011), o qual determina as instâncias da estrutura organizativa do assentamento e suas respectivas funções, que serão detalhadas na sequência.

A Direção Coletiva, composta por cinco pessoas eleitas a cada três anos pela Assembleia, tem responsabilidades compartilhadas no âmbito do trabalho e da produção e dos assuntos sociais e políticos do Coletivo. Tem o dever de acompanhar e desenvolver atividades tanto com o Conselho Diretor como com o Conselho Social e Político e se reúne a cada 30 dias ou de forma extraordinária (COOPERUNIÃO, 2011, p. 2, 15).

O Conselho Fiscal está integrado por seis assentados eleitos a cada ano e cujas responsabilidades consistem em fiscalizar o patrimônio e as finanças da Cooperativa, a execução do planejamento, as decisões da Assembleia e o cumprimento dos Estatutos da Cooperunião. Faz reuniões ordinárias a cada sessenta dias, ou antes, se houver necessidade (COOPERUNIÃO, 2011, p. 2).

No que diz respeito ao setor social e político, sua coordenação geral cabe ao Conselho Social e Político, o qual se ocupa da organização social, educação e vinculação política das famílias no interior do assentamento e fora dele. É a instância responsável pela coordenação das relações sociais e políticas das famílias e por manter o vínculo com

o MST, o qual se manifesta explicitamente no organograma do assentamento Conquista na Fronteira já apresentado, assim como pela coordenação da luta pela restituição e proteção dos direitos sociais, políticos e econômicos das famílias do assentamento.

O Conselho Social e Político é composto por seis pessoas eleitas a cada três anos pelos associados, na Assembleia Geral Ordinária, com a função de, junto com a Direção Coletiva, definir a rota e o alvo da Cooperativa, coordenar a organização e formação política e ideológica do Coletivo e acompanhar cada uma das comissões e do setor de produção e manter o vínculo com a Coordenação Regional do MST. Tem reuniões ordinárias a cada quinze dias ou de forma extraordinária, quando houver necessidade. (COOPERUNIÃO, 2011, p. 2, 15).

Os Núcleos de Base são o primeiro espaço de deliberação de tudo o que acontece no assentamento. No assentamento Conquista na Fronteira, as 43 famílias existentes estão agrupadas em seis Núcleos de Base, segundo a proximidade da moradia, e que no horário de trabalho se reúnem a cada trinta dias ou de forma extraordinária segundo a situação. Cada um dos Núcleos de Base tem dois coordenadores e dois secretários de diferente sexo e funcionam como espaço de deliberação prévia e preparatório para as Assembléias. Nos encontros dos núcleos são discutidos e avaliados: o planejamento da produção do ano agrícola, os investimentos da Cooperativa, o tema gerador a ser trabalhado no ano escolar, a participação nas diferentes atividades e nos eventos fora do assentamento, como as mobilizações, os encontros e o congresso do MST. Neles também são feitas reflexões e elaboradas propostas para a solução de problemas de convivência e necessidades do Coletivo, são lidos alguns dos jornais, cartilhas e documentos produzidos pelo MST, são desenvolvidos estudos de formação política. Esses núcleos têm ainda a responsabilidade de coordenar o acolhimento de visitantes e estagiários nas famílias. (COOPERUNIÃO, 2011, p. 5).

Ao componente social e político também pertencem as comissões, que são grupos de trabalho permanente com a missão de promover e coordenar atividades associadas ao bem-estar das famílias no interior do assentamento, de exigir a restituição e proteção dos direitos fundamentais das famílias assentadas perante o Estado, assim como de difundir e colocar em prática as diretrizes do MST na temática específica e articular as atividades realizadas junto com outros assentamentos. No assentamento há cinco comissões: de educação, saúde, esporte e lazer, animação e visitas e grupo de jovens.

A comissão de educação busca a proteção do direito à educação escolar das crianças e dos jovens do assentamento, assim como a prática

da proposta pedagógica do MST na escola do assentamento. A comissão elabora a proposta de planejamento pedagógico da escola do assentamento e do tema gerador, acompanha as atividades da escola e da Ciranda Infantil e as necessidades dos jovens que estudam fora do assentamento; também tem a tarefa de incentivar a leitura e cuidar dos espaços educativos e recreativos das crianças. (COOPERUNIÃO, 2011, p. 3-4).

A comissão de saúde cuida da saúde física e mental do Coletivo de famílias, mediante o desenvolvimento de atividades educativas de prevenção de doenças, de promoção de atividades associadas ao saneamento básico, tais como proteção das fontes de água, manutenção de fossas sépticas, classificação do lixo, alerta sobre os riscos do uso de agrotóxico; também cuida do horto medicinal, prepara tinturas e xaropes e promove o uso das ervas medicinais. Além das atividades de prevenção, a comissão de saúde marca as consultas médicas e odontológicas, acompanha os doentes nas consultas efetuadas na cidade e na realização de diligências para a gestão de atendimento médico especializado, visita os doentes nos domicílios e garante que, se for necessário, estes recebam ajuda nos labores domésticos e no cuidado das crianças durante o tempo de dispensa médica.

A comissão de esporte e lazer promove a prática de esportes e atividades recreativas dos homens e das mulheres no tempo de não trabalho, mediante a coordenação de eventos esportivos e recreativos no interior e fora do assentamento, com o propósito de melhorar a convivência e o relacionamento com outras comunidades do município. (COOPERUNIÃO, 2011, p. 4). O assentamento tem um time de futebol masculino e feminino denominado “Esporte Clube Estrela Vermelha” que, além de ter participado e ganhado em diferentes campeonatos na região, tem contribuído para a diminuição do preconceito que os habitantes do município tinham no que diz respeito aos assentados e ao Movimento Sem Terra. (COOPERUNIÃO, 2015, p. 30).

A comissão de animação e visitas é responsável pelo planejamento e pela organização das atividades culturais e comemoração de datas significativas para o Coletivo, em que se promove a mística do MST. Também coordena, junto com os diferentes núcleos de base, o recebimento, a alimentação e o acompanhamento das visitas e cuida do alojamento. (COOPERUNIÃO, 2011, p. 4).

O Coletivo de jovens é integrado pelas pessoas maiores de quinze anos de idade, solteiras e sem filhos, que moram no assentamento e se reúnem no tempo de não trabalho para o planejamento, a organização e o desenvolvimento de atividades artísticas, recreativas, e de formação

política e capacitação técnica dentro e fora do assentamento e em articulação com grupos de jovens de outros assentamentos. O regimento interno estipula que o grupo tenha um coordenador e um representante que participa da comissão de esporte e da comissão de animação para o desenvolvimento de atividades conjuntas. (COOPERUNIÃO, 2011, p. 4).

Em relação ao setor econômico, cabe ao Conselho Diretor sua coordenação geral. O Conselho Diretor é responsável pela organização do trabalho, pelo planejamento da produção e do vínculo com o mercado, representando, assim, a Cooperunião. A Cooperativa ocupa-se dos assuntos legais, da gestão com os bancos e com entidades governamentais para o acesso aos meios de produção, dos encaminhamentos das equipes de trabalho, da produção e distribuição dos alimentos no interior do assentamento, da produção e da venda dos alimentos e da administração e do controle das finanças.

O setor de produção encontra-se organizado em cinco equipes de trabalho, integradas pelas mulheres e pelos homens assentados maiores de 12 anos de idade. São elas: a equipe de alimentação e reflorestamento, a equipe de bovinocultura, a equipe de avicultura, a equipe de grãos e a equipe do administrativo e social. Cada equipe é coordenada por duas pessoas que, além de desenvolver as mesmas atividades dos outros trabalhadores, têm a tarefa de planejar a produção anual e mensal, garantir a execução do planejamento anual da produção e registrar o número de horas trabalhadas. Os coordenadores são indicados pelos integrantes da equipe e não recebem retribuições adicionais pela atividade de coordenação. No organograma, o grupo de coordenadores das equipes de trabalho está representado como “setor de produção” e reúne-se uma vez por mês.

Conforme o organograma e os registros da visita ao assentamento, na continuação, apresentam-se algumas das atividades desenvolvidas nas equipes de trabalho.

A equipe de alimentação e reflorestamento está conformada por 42 pessoas e é responsável pela produção da maioria dos alimentos que integram a dieta das famílias assentadas. As tarefas da equipe incluem o planejamento, plantio e a colheita de tubérculos, hortaliças, legumes, frutas; o tratamento de suínos, peixes e galinhas de postura; os cuidados de colméias e a coleta de mel e também o cuidado das árvores de erva-mate. Além disso, refloresta, corta e transporta lenha para o consumo no interior do assentamento.

A equipe de bovinocultura tem 18 pessoas que se encarregam das atividades associadas ao cuidado do gado de leite, cuja produção é

comercializada, e do gado de corte, destinado ao consumo das famílias assentadas. A equipe alimenta, banha, insemina, vacina e ordenha as vacas, tira vermes, atende aos partos, abate os animais, cuida das pastagens, faz os piquetes e garante a água para os animais.

Da equipe das aves fazem parte os aviários e o frigorífico. A equipe cuida dos aviários, do tratamento dos frangos e assume as lides para o funcionamento do frigorífico. No momento da visita de campo, a equipe não estava ativa porque o frigorífico se encontrava em remodelação, e em consequência disso, não se dispõe de dados sobre as atividades que a equipe desenvolve.

A equipe de grãos está integrada por 19 pessoas que são as responsáveis pelo planejamento, plantio, pela colheita, secagem e pelo armazenamento dos grãos. Ainda estão sob sua responsabilidade: a fabricação da ração para a alimentação do frango e do gado, o corte de lenha, o controle, a manutenção e o reparo das máquinas, assim como a manutenção e realização de reformas nos imóveis e equipamentos coletivos. A equipe dos grãos, ou da lavoura, por ter o controle das máquinas, desenvolve tarefas específicas em todas as demais equipes de trabalho, por exemplo, faz a preparação do solo da equipe de alimentação, o planejamento e manejo da pastagem do gado de corte e do gado individual, também produz o milho para a silagem e que vai ser utilizado no tratamento dos animais.

A equipe administrativa e social está composta por 14 pessoas. Tem a tarefa de administrar as finanças da cooperativa e fazer os controles contábeis, realizar as compras e vendas, calcular os custos da produção, elaborar projetos de cunho social, político e econômico, análises de viabilidade de investimentos, administrar a documentação da cooperativa e dos sócios, fazer os acertos mensais e anuais, administrar o rancho, encaminhar e acompanhar os associados nos trâmites relacionados com a previdência social e a saúde, e cuidar das crianças no horário de trabalho dos pais. A equipe administrativa e social integra também as funções da comissão de educação, a comissão de saúde e a comissão de animação e visitas. (COOPERUNIÃO, 2015, p. 22).

Em resumo, a organização social do assentamento Conquista na Fronteira foi construída a partir da criação de comissões, equipes de trabalho, equipes de coordenação, espaços de deliberação, estabelecimento autônomo de normas. Os trabalhadores rurais assentados desenvolveram uma interessante experiência de organização social, política e econômica que foi muito além do acesso a terra e da reivindicação e proteção dos direitos sociais e econômicos das famílias de trabalhadores rurais. Conseguiram criar e desenvolver uma forma

coletiva de organização do trabalho, da produção, das relações humanas e da vida no território que visa contribuir para a transformação da sociedade.

2.3 A COOPERATIVA: FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO

Com o propósito de criar uma figura jurídica que mediasse com o Estado e o mercado o acesso aos meios de produção e comercialização dos alimentos produzidos no assentamento, o Coletivo de famílias de Trabalhadores Rurais Sem Terra assentados no Conquista na Fronteira fundaram, há 25 anos, a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste, ou seja, a Cooperunião. Trata-se de uma cooperativa de produção agrícola de natureza coletiva, administrada pelos próprios trabalhadores rurais, e que se caracteriza pela propriedade coletiva dos meios de produção, organização e realização coletiva do trabalho, planejamento coletivo da produção e pela propriedade coletiva da produção dos excedentes da comercialização.

Segundo Christoffoli (2000), a Cooperunião é uma “cooperativa de produção coletiva de trabalhadores rurais”. O autor caracteriza este tipo de cooperativas como aquelas em que os trabalhadores exercem a propriedade dos meios de produção, em que o trabalho é organizado segundo normas e planejamento decididos de forma autônoma, com um mecanismo democrático de gestão que permite “uma ampla participação dos associados na definição das normas de funcionamento, das metas de desempenho e das suas políticas internas, configurando a forma de gestão adotada como autogestão ao nível da unidade de produção” (p. 10), e em que os excedentes da produção são distribuídos conforme a participação que cada associado teve no trabalho (p. 21).

Para se associarem à Cooperunião, os trabalhadores devem contribuir “no mínimo com seis quotas partes no valor unitário de um saco de milho de 60 kg, por quota” (art. 10, letra a, p. 9), as quais serão devolvidas em caso de retirada da sociedade ou então poderão ser usadas pelo associado a partir de sua aposentadoria (art. 10, letra c, p. 10). No caso dos novos integrantes do assentamento, para participar na distribuição da renda mensal e anual, estes devem contribuir com o valor de um salário mínimo e trabalhar um número de horas específico, sendo para os homens quinhentas e dez (510) horas e para as mulheres a metade desse tempo. (COOPERUNIÃO, 2011, art. 21, letra a, p. 15).

No assentamento Conquista na Fronteira, 92% das pessoas maiores de doze anos de idade que moram no assentamento estão

associadas à Cooperunião. Com exceção das crianças, todas as mulheres, todos os homens e jovens que moram e trabalham no assentamento Conquista na Fronteira são sócios da Cooperunião e trabalham de forma exclusiva para ela. (COOPERUNIÃO, 2015, p 10).

Neste aspecto, o Regimento Interno, 2011, estipula na letra a do artigo 6, que “toda a mão-de-obra disponível deve estar a disposição da cooperativa não podendo assim os associados e integrantes trabalharem fora das atividades da cooperativa para obterem renda individual”(p. 5) e ainda, que os jovens a partir dos doze anos de idade podem participar das atividades da produção, tendo, segundo a idade, acesso gradual à produção e aos resultados de sua comercialização, conforme seu aporte de trabalho, até os dezessete anos de idade, quando começam a participar de forma integral nos processos produtivos. (COOPERUNIÃO, 2011, art. 14, p. 11)

Conforme dados apresentados pela Cooperunião (2015), hoje, no assentamento, moram 128 pessoas, que constituem 43 famílias. Verificou-se que 19% dos assentados são crianças entre 01 e 14 anos de idade, 16 % são jovens entre 15 e 25 anos de idade, 8% são pessoas com idades entre os 26 e 39 anos, 38 % dos trabalhadores têm entre 40 e 55 anos de idade e 18% são maiores de 56 anos²⁹.

Destaca-se que um pouco mais da metade dos assentados (55%) tem mais de 40 anos de idade e, em contraste, apenas 8% dos assentados estão na faixa de 26 a 39 anos de idade. Esta falta de equilíbrio na pirâmide populacional do assentamento pode estar relacionada com a migração significativa dos filhos dos assentados e indica uma preocupante tendência ao envelhecimento da população economicamente ativa; ou seja, indica que no futuro haverá um insuficiente número de trabalhadores para dar continuidade ao processo produtivos da Cooperunião e conseguir satisfazer as necessidades básicas das crianças, jovens e da crescente população idosa.

Conforme o Regimento Interno, de 2011, a Cooperunião tem tanto objetivos econômicos como objetivos políticos e sociais ancorados nos ideais do Movimento Sem Terra. No âmbito econômico, o artigo 2 estipula que a Cooperunião tem o propósito de trabalhar a terra de forma

²⁹ As porcentagens foram calculadas com base nos dados apresentados na “Tabela 3 Faixa etária Cooperunião 2015” do documento da Cooperunião (2015, p. 24). É importante destacar na leitura das porcentagens que, na tabela fonte os intervalos não têm o mesmo tamanho.

coletiva e planejada, com a finalidade de otimizar a força de trabalho disponível, garantir a alimentação sem agrotóxicos para as famílias assentadas, evitar a depredação das riquezas naturais, melhorar as condições de trabalho e aumentar a produção de alimentos.

No âmbito político e social, a Cooperativa compromete-se com a luta pela reforma agrária e a transformação da sociedade capitalista. O artigo 3, na letra a, diz textualmente que um dos objetivos da cooperativa é “unir-se para enfrentar juntos as dificuldades em relação a política agrícola vigente e ao capitalismo, tendo mais facilidade nas reivindicações e defesa de nossos direitos, sendo ferramenta de luta na construção de uma sociedade com igualdade, justiça social e valores humanos” (COOPERUNIÃO, 2011, p. 1), mediante o desenvolvimento de atividades de formação política e ideológica e de articulação com outros movimentos sociais.

Em outras palavras, a Cooperunião tem o propósito de fazer com que a terra, liberada mediante a reforma agrária, cumpra sua função social produzindo alimentos para garantir a satisfação das necessidades básicas das famílias de trabalhadores rurais assentadas, e ao mesmo tempo pretende contribuir para a transformação da sociedade em que os trabalhadores são explorados, expropriados dos meios de produção, da possibilidade do tempo livre e de uma vida digna.

Nesse sentido, os entrevistados reiteram os propósitos econômicos e políticos da Cooperativa, estabelecidos no regimento interno. No primeiro aspecto, uma de suas maiores preocupações é conseguir aumentar a renda das famílias, mediante o fomento da agroindústria, para motivar o retorno dos jovens que migraram, e conservar a qualidade de vida que conquistaram. No segundo aspecto, expressam explicitamente seu compromisso com a construção de uma sociedade socialista, mas identificam que, na prática, a luta pelos objetivos de caráter político perdeu força durante a última década e os assentados foram invadidos por um sentimento de desilusão.

Nas palavras dos assentados:

O sonho [do socialismo] já veio junto com nós, inclusive, continua, mas existe uma tal de uma desilusão. Se aposta muito nas reuniões de formação desde os dirigentes do Movimento, as lideranças continuam apostando e aí, quando a liderança aposta, a base também aposta, **mas hoje, com uma intensidade menor, já estive mais forte.** Quando se trocou de governo de direita

para esquerda, quando o PT ganhou a presidência, no quarto ano a gente dizia que Lula precisava mais um tempo para ajeitar a casa. Que que deu? ...Existe o sonho, está alimentado, mas com uma intensidade menor e hoje tem que mexer com muitos pauzinhos para poder transformar a sociedade, não é do dia para a noite, mas não podemos também desistir.³⁰

A transformação da sociedade continua sendo, para os assentados, um dos principais propósitos da Cooperativa, mas as obrigações que decorrem da relação com o mercado se apropriam cada vez mais do tempo e das prioridades do Coletivo, diluindo as ações encaminhadas com este propósito. A Cooperunião garante a base material para a subsistência das famílias de trabalhadores rurais assentadas, o que, por sua vez, possibilita a construção conjunta de sonhos que podem ser materializados nos limites do assentamento e da sociedade que hoje se tem, assim como outros, mais abrangentes, cuja concretização ultrapassa a capacidade organizativa do assentamento, mas pelos quais é necessário começar a trabalhar, mesmo que de forma contraditória.

No que se refere aos meios de produção, no assentamento Conquista na Fronteira, todos os meios de produção e todos os imóveis são propriedade coletiva. Terra, máquinas, ferramentas, veículos, animais, sementes, árvores, água, aviários, estábulo, frigorífico, escritório, alojamento, centro cultural e até as casas em que moram os assentados configuram o patrimônio da Cooperunião e constituem propriedade do conjunto dos associados.

A este respeito o artigo 12 do Regimento Interno estabelece que:

O patrimônio da cooperativa será propriedade conjunta de todos os sócios e se constituirá dos seguintes bens: Uma área de terra de 1.198 (um mil, novecentos e noventa e oito) hectares, máquinas e implementos, veículos, animais, condomínios, aviários, garagens, galpões, armazéns, reflorestamentos (nativos ou plantados), casas de moradia, cercas e outras

³⁰ Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

construções e estruturas a serem viabilizadas pela cooperativa; Considera-se também patrimônio da cooperativa, toda e qualquer quantidade em dinheiro que for propriedade da cooperativa que estiver em contas bancárias ou em crédito com os devedores. (COOPERUNIÃO, 2011, p. 10).

Todos os investimentos são planejados, discutidos e aprovados pelo Coletivo. A aquisição de meios de produção, de forma individual, no interior do assentamento, é proibida; somente é possível ter alguns tipos de animais, em quantidades controladas, para possibilitar o aumento da variedade de alimentos e da renda das famílias sem afetar o trabalho coletivo. Por sua vez, os meios de produção e os produtos da cooperativa não podem ser usados em benefício pessoal e sem aprovação do Coletivo.

A terra do assentamento é propriedade coletiva. Conforme já se descreveu, desde sua origem, toda a área de terra do assentamento é propriedade coletiva e, portanto, não foi dividida em lotes; houve, desde a época do acampamento, um processo de planejamento coletivo do território que visava usufruir equitativamente das características geográficas disponíveis, cuidar da natureza, baratear a construção das casas, as instalações de água, eletricidade e esgoto e promover relações de trabalho coletivo.

Neste quesito, o regimento interno, além de estabelecer a intencionalidade de constituir um assentamento totalmente coletivo, partindo da terra e incluindo os demais meios de produção e o processo produtivo, determina que a terra não poderá ser vendida e, portanto, quando um assentado desistir, perderá seu direito à posse, mas terá a possibilidade de trocar com alguém que esteja disposto a acolher a natureza e as diretrizes da Cooperativa e do Coletivo. (COOPERUNIÃO, 2011, art. 27, p. 17-18).

As fontes de água, as sementes, os bosques e demais elementos da natureza disponíveis na área do assentamento também são aproveitados de forma coletiva; sua preservação é responsabilidade da todos e já foram planejadas atividades com o objetivo de cuidar dos recursos naturais disponíveis. O regimento também faz alusão específica à importância da preservação ambiental ao estipular como um dos propósitos do assentamento “usar coletivamente as riquezas naturais existentes, trabalhando a conscientização sobre a importância da preservação ambiental, em especial o cuidado com a terra, fontes de

água, fauna e mata nativa e reflorestada.” (COOPERUNIÃO, 2011, p. 1, art. 2).

Contudo, as ações de proteção das fontes de água e das sementes são sufocadas pelo imperativo do aumento da produção nos setores que geram renda. Preocupa que, dentro do processo de produção dos alimentos, o cultivo, a conservação e o armazenamento de suas próprias sementes não sejam prioridade e que a área de proteção das nascentes esteja sendo gradualmente reduzida para o aumento da área das pastagens; ademais, não foi avaliado o aumento de consumo de água com o frigorífico, nem se previram ações de conservação que correspondam ao incremento exponencial de tal consumo no médio e no longo prazo.

As máquinas e ferramentas também são propriedade coletiva. Para a produção dos alimentos, as equipes de trabalho utilizam diferentes tipos de máquinas, instrumentos e ferramentas, as quais, em sua maioria, são propriedade da Cooperativa. Com exceção das ferramentas de pequeno porte, como enxada e facão, que pertencem a cada assentado e são também empregadas para labores individuais, o maquinário e os veículos usados pelas diferentes equipes de trabalho pertencem à Cooperativa e seu uso está restrito à produção coletiva de alimentos.

Por sua vez, os espaços de produção, com seus diferentes equipamentos, frigorífico, açudes, porqueras, aviários, estábulos, assim como todos os animais de produção que são adquiridos e tratados pelas diferentes equipes de trabalho da cooperativa, entre eles, vacas, peixes, aves, cavalos, pertencem a todos os trabalhadores do assentamento associados à Cooperativa.

O dinheiro que está disponível pela Cooperunião e as dívidas também pertencem aos sócios. Tudo o que se refere às finanças e obrigações econômicas com os bancos faz parte das tarefas da equipe administrativa e social. A cada 90 dias os setores apresentam um boletim informativo com o balanço financeiro e a cada ano se faz um balanço geral que é apresentado ao Coletivo.

O seguinte depoimento sintetiza o caráter coletivo da propriedade dos meios desde a compreensão que têm os trabalhadores:

As máquinas são de todos da Cooperativa. Quem forma a cooperativa é os associados, então, todo mundo é dono de tudo, todas as vacas são nossas e todos os tratores são nossos, toda a estrutura,

todas as coisas é de todo mundo. Se tiver lucro é de todo mundo, se tiver prejuízo é de todo mundo.³¹

No que diz respeito ao controle do processo produtivo, na Cooperunião, o trabalho e a produção são organizados conforme a normas construídas e discutidas coletivamente pelos associados. Tanto as tarefas administrativas como as da produção são desenvolvidas pelos Trabalhadores Rurais Sem Terra assentados e seus filhos, não havendo qualquer pessoa externa que trabalhe na Cooperativa ou direcione os acordos sobre a definição de horários de trabalho, as normas nos espaços de trabalho, as instâncias de decisão, a estrutura orgânica, o controle de horas, o estabelecimento de metas, o planejamento da produção e suas formas de distribuição.

Na continuação, descrevem-se alguns dos aspectos da organização do trabalho na cooperativa, de acordo com as normas construídas coletivamente e registradas no Regimento Interno de 2011, tais como: jornada e horários de trabalho, folgas, controle de horas e formas de distribuição da produção e dos excedentes.

A jornada de trabalho é de oito horas para os homens e de quatro horas para as mulheres, de segunda a sexta-feira, sem levar em conta os dias feriados³², e com plantões ocasionais nos finais de semana. O trabalho começa às sete horas da manhã, há um recesso para o almoço, entre onze e uma da tarde, recomeça às treze horas e vai até às dezessete horas, tendo em conta que o horário pode ser modificado segundo as estações do ano. A equipe do gado tem um horário diferente, de acordo com a ordenha das vacas.

O horário de trabalho das mulheres está sincronizado com os da escola e os da Ciranda. As mulheres que têm crianças na escola, em geral, trabalham no período da manhã, e as que têm crianças na Ciranda trabalham no período da tarde, procurando-se que estas estejam sempre sob os cuidados dos adultos enquanto as mães trabalham.

³¹ Entrevista 9. **Coordenador equipe dos Grãos**. 22 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 23 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador equipe dos Grãos, 2015).

³² O coletivo estabeleceu seu próprio calendário de descanso do trabalho por comemoração de datas especiais, sendo estes seis dias do ano, entre os quais se inclui a comemoração da ocupação, 25 de maio de 1985, e a da chegada ao assentamento, em 24 de junho de 1988. (COOPERUNIÃO, 2011, p. 6)

Durante o período de aulas, os jovens que cursam o ensino Fundamental II e o ensino médio, fora do assentamento, estudam no período da manhã e trabalham meio período no horário da tarde. Durante as férias, os estudantes entre doze e quatorze anos trabalham 50% do dia e os maiores de quatorze anos trabalham 100 % do dia, conforme a escala de idades. (COOPERUNIÃO, 2011, art. 15, p. 13).

Todos os integrantes da Cooperativa têm quinze dias de folga não remunerada ao ano e têm direito a quatro dias livres por mês, que poderão ser utilizados para tratar de qualquer assunto de cunho pessoal, fora ou no interior do assentamento, desde que não seja algum tipo de trabalho remunerado (COOPERUNIÃO, 2011, art. 32 e 6). Os dias livres são nomeados “dias particulares” e em geral são empregados em trâmites na cidade, visita aos parentes ou, no caso dos jovens que estudam, são empregados na elaboração dos trabalhos acadêmicos.

A remuneração dos sócios se faz conforme a participação no trabalho, tendo como referência um valor da hora igual para todos e o número de horas trabalhadas, as quais são registradas pelos coordenadores das equipes de trabalho. De acordo com o artigo 6 do Regimento Interno, todas as atividades desempenhadas nas diferentes equipes de trabalho e todos os cargos, sejam eles de coordenação, direção, administrativo ou de plantio e colheita, têm a mesma remuneração, pois se dá relevância à participação no processo de produção e não às características da tarefa desenvolvida. No caso das pessoas que recebem salários externos, estas devem repassar uma porcentagem à Cooperativa, assim, a professora repassa 50% de seu salário e os liberados que recebem acima de três salários mínimos repassam 25% do salário. (COOPERUNIÃO, 2011, p. 13-14).

O valor da hora de trabalho é calculado dividindo-se a média da arrecadação mensal, hoje R\$30.000,00, pela somatória das horas trabalhadas durante o mês, por todos os assentados, podendo o valor da hora mudar de um mês para outro. A remuneração pelas horas de trabalho dos sócios se dá mediante a distribuição dos alimentos produzidos e da renda gerada pelos produtos comercializados, por meio de acerto mensal ou adiantamento e acerto anual.

Salienta-se que, além do tempo utilizado no desenvolvimento das atividades de cada equipe de trabalho, também se registra como hora de trabalho o tempo investido nas discussões nos Núcleos de Base e nas Assembléias, assim como em mobilizações, encontros e diferentes atividades do MST fora do assentamento.

Dado que na Cooperunião a produção é propriedade coletiva, tanto o acerto mensal como o acerto anual são formas de distribuição da

produção dos alimentos e dos excedentes de sua comercialização. Os alimentos produzidos e o dinheiro da venda dos produtos comercializados, “subsistência e renda”, são divididos segundo o número de horas trabalhadas. Os valores a serem distribuídos no acerto mensal e anual são aprovados pela Assembleia e podem mudar em cada ano agrícola, de julho a junho, segundo a variação dos ingressos das vendas e as dívidas que tiver a Cooperativa.

No acerto mensal, distribuem-se entre os associados os alimentos produzidos no interior do assentamento e R\$30.000,00 da renda gerada pelos produtos comercializados. O cálculo da quantidade de dinheiro que deve ser entregue, por mês, a cada associado, se faz tendo em conta o registro do número de horas trabalhadas, a quantidade de alimentos consumidos pela família, tanto dos produtos industrializados disponibilizados no rancho³³ como dos alimentos in natura de produção própria, que são contabilizados, e os eventuais empréstimos do associado. Um dos membros do Conselho Social e Político explica como se fazem estes cálculos:

Nós temos definidos 30 mil reais para dividir cada mês entre as famílias. Os ingressos das famílias, em dinheiro, dependem das horas trabalhadas, do número de pessoas por família e do gasto no rancho. Mas gira em torno 400 reais por casal, mais 15 quilos de carne por família, a pipoca, a mandioca, então, daria 900 ou 1000 reais, em média. Tem gente que gasta mais com rancho, doença, então, é muito variável.³⁴

A Cooperunião (2015) sublinha que o acerto mensal vem a ser uma repartição adiantada de sobras entre os sócios da Cooperativa, pelas horas de trabalho aportadas ao processo produtivo, o que não conota

³³ Os produtos consumidos pelas famílias e que estão em falta ou não são produzidos no assentamento, como farinha de trigo, óleo, sal, arroz, produtos de limpeza e outros produtos industrializados, são comprados pela cooperativa por atacado e disponibilizados num lugar que chamam Rancho, junto com os alimentos que são contabilizados. O Rancho fica aberto aos sábados pela manhã e é administrado pela equipe administrativa e social.

³⁴ Entrevista 6. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filho de assentado, Conselho Social e Político, 2015).

uma relação salarial, em que se esteja pagando pela compra de força de trabalho. Afirma-se textualmente:

Em fevereiro de 2015, o adiantamento da sobra mensal está estabelecido no valor de R\$ 30.000,00. O valor é distribuído pelo número de horas que o sócio aplica no trabalho produtivo mensal. **Portanto, essa forma de remuneração do trabalho não se equipara a uma relação salarial, pois as sobras não caracterizam um valor pago pela aquisição da força de trabalho.** O recurso financeiro para a distribuição das sobras é oriundo das atividades desenvolvidas pela cooperativa. (COOPERUNIÃO, 2015, p. 36, grifo nosso).

No que diz respeito ao acerto anual, este também é distribuído com base no número de horas trabalhadas pelos sócios e integra alimentos produzidos e renda, no entanto, corresponde ao total de horas trabalhadas durante o ano e não tem um valor fixo, este vai depender das características da safra e das condições financeiras da cooperativa, podendo acontecer que no final de um difícil ano agrícola não tenham renda para ser dividida³⁵.

Um integrante do Conselho Social e Político explica como é computado o acerto anual:

No final do ano é recalculado, e bem, um acerto maior. Vêm as sobras dos setores acumulados do ano e é somado todas as horas do ano agrícola, de julho a julho, na média de 200 horas-mês, daria 2.400 horas ao ano. Tu já recebeu por essas 2.400 horas, mas no final do ano vais receber o valor do mês mais um valor sobre todas as 2.400 horas, tu vai receber duas vezes, isso é a renda da produção anual. É o acerto anual, ou tu faz mensal, nós consideramos como um adiantamento de sobras. Também no final do ano, tudo o que é produção anual, como peixe, feijão, arroz, mandioca,

³⁵ Os assentados manifestaram que os últimos anos têm sido financeiramente muito difíceis para a Cooperativa, devido às dívidas contraídas para a ampliação do frigorífico, já que o setor do gado de leite é o único, no momento, que está gerando a renda a ser distribuída entre os associados.

batatinha, alho, tudo produto anual, ele será descontado no acerto anual, se tiver uma distribuição de batatinha, hoje vai juntar tudo isso e vai pegar o preço de custo e vai descontar no final do ano. Produto da horta não paga, isso é sagrado. No acerto anual cada pessoa vai ganhar segundo a somatória das horas trabalhadas durante o ano.³⁶

Destaca-se que, como a produção é propriedade coletiva, todos os alimentos produzidos pela Cooperativa são distribuídos entre os associados no acerto mensal e anual, havendo alguns que são contabilizados e cobrados ao preço do custo da produção, estabelecido pela mesma cooperativa, e aqueles que não são contabilizados, como temperos, folhas, tomate, berinjela, nabo, abobrinha, entre outros produtos da horta. Este tema será abordado com maiores detalhes no item: Produção coletiva de alimentos para as famílias assentadas.

Em suma, a organização do trabalho e da produção no assentamento Conquista na Fronteira encontra-se representada na Cooperunião, cooperativa de produção agrícola de natureza totalmente coletiva em que os trabalhadores rurais assentados trabalham e da qual são sócios. Para acessar outros meios de produção além da terra e para comercializar alimentos que garantissem renda às famílias assentadas, foi necessário constituir uma entidade jurídica para interagir com o Estado e o mercado, que garantisse a alimentação das famílias e a satisfação das outras necessidades básicas, fornecendo as condições materiais para a conquista dos propósitos políticos do Coletivo.

2.4 OS ALIMENTOS PRODUZIDOS

No assentamento Conquista na Fronteira, a propriedade coletiva dos meios de produção e organização coletiva do trabalho possibilita a produção coletiva de valores de uso e valores de troca. São produzidos alimentos para satisfazer sua própria necessidade de alimentação e também são produzidos alguns alimentos para serem comercializados.

Conforme o regimento interno e os depoimentos das pessoas entrevistadas, a produção destes dois tipos de alimentos tem níveis de

³⁶ Entrevista 13. Luiz. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

importância diferentes. A produção dos alimentos no assentamento tem como premissa fundamental a priorização da produção dos alimentos para o consumo das famílias assentadas e, em segunda instância, a produção de alimentos para serem vendidos no mercado. O propósito da comercialização é gerar renda para que as famílias consigam comprar outros produtos básicos e para a manutenção da estrutura produtiva da Cooperativa.

Para garantir a alimentação das famílias são cultivadas diversas verduras e são criados animais para a produção de carne, sem importar os preços que estes produtos possam ter no mercado, conseguindo-se, assim, produzir a maioria dos alimentos que as famílias rurais desta região costumam consumir durante todo o ano. Para tal fim, há uma equipe de trabalho, formada por 46 % dos trabalhadores ativos da cooperativa, sendo esta a equipe de maior tamanho.

Para a geração de renda foram desenvolvidas cinco atividades produtivas, consideradas estratégicas porque, com a comercialização dos produtos, geram dinheiro para a cooperativa. Nos produtos destinados ao mercado, se concentram os investimentos financeiros, as máquinas, as tecnologias químicas e a assistência técnica. As atividades consideradas estratégicas no assentamento são: “[...] produção e industrialização de frango de corte, produção de leite in natura, produção de erva mate em folhas, produção de grãos e a piscicultura”. (COOPERUNIAO, 2015, p. 32). O frango e o leite geram ingressos mensais utilizados no pagamento do adiantamento das sobras dos associados; a comercialização do peixe e da erva-mate geram ingressos anuais.

Também há um sector intermediário, que auxilia as atividades para a produção de alimentos para as famílias e as atividades da produção dos alimentos para comercialização. O setor está encarregado da produção de grãos para a fabricação da ração com que são alimentados os frangos, suínos, bovinos e peixes e de manobrar o maquinário disponível para a preparação do solo, o plantio e a colheita, atendendo às necessidades específicas das atividades estratégicas e da produção para a alimentação das famílias.

Estes setores estratégicos foram definidos há vinte anos, com base numa análise do mercado da época, nas possibilidades que a área do assentamento já oferecia e na relação com a Cooperativa Regional de

Comercialização do Extremo Oeste (COOPEROESTE)³⁷. No caso da produção de peixes e de erva-mate, foi determinante o fato de que no assentamento já havia açudes e árvores de erva-mate nativas, o que trazia a possibilidade de um retorno econômico com pouco investimento; a produção de leite foi adotada como linha de produção estratégica porque, sendo a vocação agrícola da região, buscava-se articular processos com a Cooperoeste, uma vez que a Cooperunião produz o leite in natura e a Cooperoeste processa e comercializa o leite e seus derivados. No caso da industrialização e comercialização de frangos, foi adotada como linha estratégica porque, na época, foi feita uma análise de mercado que indicou que esta atividade seria rentável; e no que diz respeito à produção de grãos, esta se apresentou como uma necessidade para a redução dos custos de produção dos outros setores, tornando-se, assim, uma estratégia para criar sinergias no sistema agroalimentar do assentamento.

Quanto ao planejamento coletivo da produção dos alimentos, no assentamento Conquista na Fronteira, conforme os depoimentos dos entrevistados, tanto os alimentos produzidos para a alimentação das famílias como os destinados à comercialização são planejados de forma coletiva pelos trabalhadores. As metas e os investimentos gerais na produção têm um planejamento geral de cinco anos, faz-se avaliação e planejamento anual da produção e a cada mês se estabelecem prioridades nas atividades.

A seguinte citação ajuda a ilustrar como é feito o planejamento anual:

Todo ano fazemos um planejamento na equipe, desde a pastagem até o plantel, produtividade, inseminação, tudo o que acontece dentro do setor; depois do planejamento da equipe nós levamos para outra instância, que é a direção. Ali a direção

³⁷ A Cooperoeste é uma cooperativa fundada em 1996, pelo Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) e pelo Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), na região do oeste de Santa Catarina. Hoje, a cooperativa, da qual os assentados no Conquista na Fronteira são sócios, está localizada no município de São Miguel do Oeste. A cooperativa industrializa e comercializa a produção de leite dos assentamentos da região. Produz diferentes tipos de leites, queijos, bebidas lácteas e creme de leite, os quais são comercializados com a marca Terra Viva. Destaca-se que no mesmo ano em que foi fundada a Cooperoeste também foram definidas as linhas estratégicas da Cooperunião.

ajuda a ampliar ou tirar algumas coisas que nós fizemos na equipe, daí, alinhados com a direção, nós enviamos para os núcleos de base. Ali é um debate mais aprofundado, e depois vai para assembléia, e ali ela define de fato se vai continuar da forma que está, se vai aumentar o plantel, se vai ter investimento ou não vai ter, aí toda a questão do gado leite passa por esse ano de planejamento. Inclusive, agora, mês de julho, se volta a fazer o planejamento para o próximo ano, mas também temos um planejamento há cinco anos que dá as linhas mais gerais. No planejamento desses cinco anos nós estamos no segundo ano.³⁸

Durante o ano, os coordenadores das equipes de trabalho e o Conselho Diretor acompanham a execução mensal das atividades do planejamento que foi aprovado pela Assembleia. Com base no planejamento anual, cada equipe de trabalho detalha as atividades a serem realizadas por mês e em todas as segundas-feiras os coordenadores de todas as equipes de trabalho se reúnem e estabelecem a prioridade da semana.

Porém, existem diferenças entre o planejamento da produção dos alimentos destinados à alimentação das famílias e o planejamento da produção dos que são comercializados. O planejamento da produção dos alimentos para o autoabastecimento se faz prevendo excedentes para garantir suficiência em caso de frustração de safra. O planejamento da quantidade dos produtos a serem cultivados para a alimentação das famílias se calcula tendo em conta o número e tamanho das famílias, seu consumo médio anual, os hábitos alimentares, a ração dos animais, sem considerar os preços que estes produtos têm no mercado; e a diversidade e disponibilidade dos alimentos são determinadas pela estação do ano. Depois de estabelecida a quantidade necessária a ser produzida, esta é multiplicada pelo dobro ou, inclusive, pelo triplo, segundo a cultura, para, sendo possível, estocar ou transformar em outros produtos e assim garantir o fornecimento do produto durante todo o ano. A esse respeito um dos assentados explica:

³⁸ Entrevista 11. **Coordenador Equipe dos Bovinos**. 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 23 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador equipe dos Bovinos, 2015).

Agricultura familiar tem que ter bastante. Tipo, assim, com mandioca, precisa 300 pés por família por ano, então, não vamos plantar 300 pés, vamos plantar 1000 pés de mandioca para que a **gente tenha garantia que não vai faltar e vai sobrar para transformar** o resto da mandioca em carne, em ovos, em leite. A gente planeja baseado, claro, nestes 28 anos de grupo, tu tens já uma noção de quanto feijão que a família consome, quanto arroz. É claro que nem todos os anos dá tudo certo, por exemplo, a horta, às vezes, tem problema, mas no básico o assentamento nunca teve problema porque **sempre foi o planejamento além do consumo.**³⁹

Já o planejamento da produção dos alimentos para comercialização se faz conforme os compromissos e exigências do mercado. As metas, as quantidades a produzir, as condições técnicas de produção e as características do produto são determinadas pelo mercado. O alvo das linhas estratégicas é aumentar cada vez mais a produção para satisfazer a demanda crescente de seus produtos e pagar as dívidas, também crescentes, adquiridas para ampliar a infra-estrutura e melhorar as condições técnicas de produção.

À diferença do leite e do frango, no caso da erva-mate e dos peixes o planejamento se faz da mesma forma que é feito o planejamento da alimentação das famílias, pois não existem exigências técnicas nem compromissos preestabelecidos. A definição das metas obedece aos critérios, às necessidades e às possibilidades internas. Já no caso do leite e do frango, o planejamento obedece às condições estabelecidas pelo comprador nos convênios e contratos e há intervenção de pessoas externas.

No caso do leite, a primeira proposta de planejamento da produção feita pela equipe de trabalho conta com a ajuda de um técnico da Cooperoeste, que orienta sobre as características do leite, os litros de leite a produzir, a qualidade da pastagem segundo as políticas de incentivo de aumento da produção promovidas pela Cooperoeste e as

³⁹ Entrevista 7. **Conselho Social e Político.** 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 21 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Social e Político, 2015).

exigências da comercialização do leite no Brasil. Depois, a proposta é encaminhada ao Conselho Diretor, em seguida é discutida nos Núcleos de Base e finalmente é aprovada na Assembleia.

No caso do frango, o planejamento da produção é muito mais complexo, porque envolve toda uma agroindústria. O planejamento tem que responder a rigorosos critérios técnicos que necessitam de uma constante assistência técnica para conseguir responder às exigências da vigilância sanitária, às condições dos convênios institucionais de fornecimento de alimento, às pressões da competência e ainda satisfazer a demanda do mercado local. Por este motivo, o detalhe do planejamento da produção escapa à compressão da maioria dos associados, porém, as decisões gerais sobre os investimentos, a ampliação, os convênios são estudados com eles mediante a discussão nos Núcleos de Base, e as decisões finais são tomadas na Assembleia.

No que diz respeito às tecnologias utilizadas para a produção dos alimentos no assentamento, percebem-se diferenças nos processos e nas tecnologias adotadas para a produção dos alimentos para o consumo das famílias assentadas e naquelas que são utilizadas para a produção dos alimentos destinados à comercialização. As tecnologias adotadas para a produção da alimentação das famílias caracterizam-se pela exigência de trabalho manual e o desenvolvimento de processos biológicos mediante o aproveitamento dos recursos disponíveis no interior do assentamento como, por exemplo, o uso da enxada, da foice, do arado de boi para a remoção dos solos; a plantação manual; o uso de cobertura verde; a adubação com resíduos orgânicos; e o controle de pragas com alopátia.

Entretanto, para produção de alimentos para a comercialização são usadas tecnologias mecânicas e químicas desenvolvidas para o aumento da produtividade, as quais exigem maior investimento econômico e menos trabalho humano. Dentre essas tecnologias, citam-se: o uso de maquinários, como trator para remoção do solo, plantadeira, colheitadeira, ordenha mecânica, sistema de resfriamento do leite; e o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos para o controle das pragas.

O seguinte depoimento evidencia estas diferenças nas tecnologias de produção utilizadas nos dois casos:

Hoje nós já tentamos várias vezes não fazer o plantio da lavoura sem veneno e tem áreas que nós não estamos conseguindo, então, essas palestras, para nós, servem de experiências para ver de que forma mais fácil a gente pode fazer um plantio agroecológico, que um plantio sem

veneno, e fazer a comparação de qual é o melhor; que a gente já sabe que o melhor é o agroecológico. Nós tinha áreas que nós não estamos conseguindo, que nós ainda hoje temos dificuldade com essa questão do veneno, para nós mesmos nos conscientizar que nós podemos, com o futuro, não ter que passar mais o veneno na lavoura. Porque hoje, na verdade, nós temos a questão da alimentação na horta, já estamos conseguindo plantar sem o veneno, mas ainda estamos dependentes do veneno na lavoura.⁴⁰

Destaca-se, no depoimento anterior, e nos que serão apresentados a seguir, que o Coletivo gostaria de produzir todos os alimentos sem qualquer tipo de agrotóxicos, mas encontra dificuldades em implementar estas práticas nas plantações de maior tamanho, como as da lavoura. Os entrevistados afirmam que as principais limitações são: não ter acesso a tecnologias que facilitem a produção orgânica e a falta de trabalhadores, e que devido às fragilidades da formação e do acompanhamento técnico em agroecologia, ainda não há consenso sobre a necessidade e possibilidade de dispensar os agrotóxicos da lavoura sem que fique ameaçada a safra. São palavras dos assentados:

A terra bastante e com enxada não está sendo conseguido dar a volta e tipo, assim, mão-de-obra nossa tá pouca para tu conseguir dar a volta, para tu poder fazer tudo manual; então, tu tens parte que depende da máquina. No futuro, quem sabe, bem próximo, nós vamos conseguir dar a volta só plantando orgânico.

É um desafio, proteção das fontes, trabalhar sem agrotóxicos, achar maneiras de usar os produtos naturais, a uréia, por exemplo, você coleta da urina da vaca, faz composto, faz plantio direito com adubação verde. Se nós conseguir fazer essa parte, ali, já é um grande avanço, agora, conseguir combater os insetos que prejudicam a planta, isso nós também temos que trabalhar, qual é a forma de combater esses bichinhos, porque dá muito

⁴⁰ Entrevista 3. **Conselho Social e Político**. 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

desequilíbrio na natureza. Se tu não passares o veneno, perde a lavoura de milho, nós quase perdemos por causa de uma larvinha que tem no milho, aí, se tu não passar agrotóxico, se foi, tu não colhe nada, então, isso é uma coisa que nós temos que tentar achar formas⁴¹.

Na verdade, a lavoura é uma coisa muito grande e que depende muito do tempo e tu tens que ter agilidade, e como nós precisamos produzir, por exemplo, o milho não tem como limpar com a enxada, tudo, precisaria mais pessoas, no começo eram quase 200 pessoas no assentamento e se limpava tudo na enxada, hoje já não dá, a mão-de-obra reduziu bastante.⁴²

No assentamento, há divisão interna em relação aos propósitos e princípios das tecnologias a serem utilizadas na produção de alimentos que são comercializados. Há ambivalência, tanto no discurso como na prática, em relação à matriz tecnológica que vai ser adotada para a produção desses alimentos. As metas de produção, os juros por pagar, a necessidade de renda mensal, as diferentes perspectivas dos técnicos que os acompanham, as diretrizes do MST, as características do maquinário disponível, a falta de análise política da técnica, experiências anteriores de perda da safra e adoecimento dos animais, a perspectiva dos sócios, sensíveis com a proteção da natureza, e daqueles preocupados por demonstrar a capacidade de produção dos Trabalhadores Sem Terra confluem simultaneamente no Coletivo, gerando divergências e divisões internas quanto às tecnologias de produção, como atestam os depoimentos a seguir:

O que estão fazendo com a terra é um crime, mostra o plantio de mandioca recém carpirado, o solo não se mexe, assim, precisa só de cobertura para proteger da chuva e controlar o sol, assim só cresce a mandioca, o milho e não precisa carpir.

⁴¹ Entrevista 3. **Conselho Social e Político**. 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

⁴² Entrevista 6. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filho de assentado, Conselho Social e Político, 2015).

Tivemos uma formação em agroecologia, com um professor, mas não foi implementado nada. O problema para implementação da agroecologia é de investimento financeiro e de mudar a cabeça das pessoas, aqui tem muitos que acham que se precisa passar veneno em tudo para aumentar a produção⁴³.

A maquinaria e equipamento são máquinas ultrapassadas, que trabalham a terra com mais agrotóxicos. Precisaríamos dar uma modernizada e ter instrumentos para a produção orgânica.⁴⁴

Também as características da produção e distribuição dos alimentos no âmbito internacional limitam a possibilidade do uso e do desenvolvimento de outro tipo de tecnologias. As pressões e as restritas possibilidades que o mercado oferece aos produtos comercializados pelos assentados limitam as iniciativas dos trabalhadores rurais, de produzirem sem agrotóxicos. Por exemplo, na produção de leite estão sendo desenvolvidas experiências de controle de pragas com técnicas alopáticas e estão fazendo adubação orgânica da pastagem, porém, a qualidade do leite não é levada em conta na hora do pagamento. A cooperativa que compra o leite da Cooperunião incentiva o aumento da quantidade de litros produzidos, mas não suas características em termos de não uso de produtos químicos na alimentação dos animais.

O seguinte depoimento ajuda ilustrar esta limitação:

Vamos pegar, por exemplo, o gado de leite: com o gado de leite estamos tentando não passar veneno na lavoura, só que a produção de leite nós ganhamos pelo litro, não pela qualidade do leite, porque a qualidade do leite deveria ser agroecológico. Hoje, em vez de nós estar ganhando 90 centavos, deveríamos estar ganhando R\$ 1,50 porque é leite de qualidade, e nós não ganhamos como leite de qualidade. Então, nós

⁴³ Entrevista 12. **Equipe Alimentação e Reflorestamento**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 24 de Março, 2015. (Assentado, Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

⁴⁴ Entrevista 12. **Equipe Alimentação e Reflorestamento**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 24 de Março, 2015. (Assentado, Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

diminuímos a produção por causa que não estamos passando veneno na lavoura para ter um pasto mais de qualidade, mas não ganhamos pela qualidade, e aí não vale a pena, estamos não colhendo aquilo que nós deveríamos colher. Dentro de país capitalista só vale aquilo que os grandes fazem, que é a produção do pacote e deu! Quem está passando veneno e está produzindo bastante por vaca de leite, está vivendo bem melhor daquele que está indo pelo agroecológico, que seria o correto, que é a orientação do Movimento. Acaba não produzindo muito e não tem dinheiro.⁴⁵

Outro exemplo das limitações que oferece o contexto no uso das tecnologias para a produção dos alimentos são as sementes. Um dos principais acordos do Coletivo em termos de tecnologias para a produção dos alimentos é o não uso de sementes transgênicas, mas uma vez mais as características da produção e distribuição dos alimentos no âmbito internacional limitam as iniciativas internas. Mesmo que não plantem esse tipo de semente, porque estão convencidos dos problemas que geram, no assentamento existe a possibilidade de contaminação, porque os vizinhos usam este tipo de semente e, além disso, para a alimentação das vacas, já não conseguem encontrar no mercado uma ração que não seja feita com soja ou milho transgênico, anulando, assim, os avanços na qualidade do leite.

Os assentados reconhecem as limitações práticas do contexto da produção e distribuição dos alimentos hoje:

Nós, aqui no assentamento, definimos que aqui não íamos plantar transgênicos. Outra coisa é o tipo a ração, se tiver transgênico, não compra. Só que tem uma coisa que nós temos consciência: que não vai conseguir levar isso muito para frente. Até onde que tu vai levar? Porque isso é uma coisa do mercado. A partir que for extinguida a semente convencional, tu vai ter que cair, não adianta, porque existem muitos produtos

⁴⁵ Entrevista 11. **Coordenador Equipe dos Bovinos**. 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 23 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador equipe dos Bovinos, 2015).

industrializados que não tem jeito, azeite é transgênico, não vai ter jeito ou se a agroecologia não avançar em passos largos, tu vai ter que comer ou morre de fome.⁴⁶

Quando surgiu o agronegócio juntamente com transgênico, aquele pacote da revolução verde, que é o secante para plantio direto, etc., até então, nós não usávamos nada aqui, era feito tudo de arado, cavalo, boi, mas daí, com o aumento do setor de produção, que precisava de alimentação maior, a gente acabou começando a usar e acho que esse foi nosso mal e nossa sorte, que a gente nunca usou transgênico, essa foi uma das coisas que a gente mais discutiu, mais defendeu, que a gente não vai plantar transgênico, usar já estamos usando, mas pelo menos não vamos plantar, é difícil, mas temos que garantir que não se plante.⁴⁷

O mercado impõe as tecnologias a serem utilizadas e, com elas, as características dos alimentos a serem consumidos pela maioria da população. Conforme Marx (2013), a intencionalidade da maquinaria desenvolvida pelo capital tem como único e principal propósito o aumento da produtividade e não a satisfação das necessidades humanas nem muito menos a liberação de tempo livre para o trabalhador. As tecnologias de produção de alimentos concebidas para o aumento da produtividade levam para o assentamento esta lógica, desse modo, não somente não vão resolver o problema de suficiência na produção, como também não vão melhorar as condições de trabalho, nem vão resolver o problema da falta de força de trabalho atraindo os jovens que migraram.

Quando se incorpora as tecnologias, tais como a do frigorífico ou a do trator, incorpora-se também a lógica que elas trazem, pois, segundo Santos (2000), as tecnologias não são neutras, elas respondem a uma lógica. As tecnologias são mais do que um conjunto de ferramentas ou instrumentos, as tecnologias são também uma mediação e é preciso olhar para elas como relação social.

⁴⁶ Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

⁴⁷ Entrevista 12. **Equipe Alimentação e Reflorestamento**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 24 de Março, 2015. (Assentado, Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

2.4.1 Os alimentos para o consumo das famílias assentadas

A forma de organização, o planejamento e a realização coletiva do trabalho do assentamento Conquista na Fronteira permite satisfazer a necessidade de alimentação de todas as famílias assentadas. O Coletivo de Trabalhadores Rurais Sem Terra produz, de forma coletiva, permanente, diversificada e sem assistência técnica, quantidades constantes e suficientes de alimentos sem agrotóxicos que garantem a satisfação da necessidade de alimentação das 43 famílias assentadas.

Desde que chegaram à terra conquistada, após anos de luta, de fome e de precariedade, as famílias de Trabalhadores Rurais Sem Terra propuseram-se, antes de tudo, a produzir sua comida. Feijão, mandioca, algumas hortaliças e carne de porco foram, nos primeiros anos, os alimentos que integravam sua dieta. Hoje, produzem a maioria dos alimentos que integram os pratos da culinária rural desta região, não precisando ter dinheiro para garantir às famílias uma alimentação equilibrada e sem agrotóxicos. Os assentados afirmam:

A questão da subsistência, da alimentação é uma prioridade e as outras são para geração de renda. (...) **A subsistência, custe o que custar, ela é prioridade.** Quando falo de subsistência falo da horta, que lá se produz qualquer tipo de hortaliça: feijão, arroz, batatinha, mandioca, alho, cebola, isso faz parte da alimentação, isso é sagrado, **não olhamos preços no mercado para nada**, isso as famílias têm que ter.⁴⁸

No assentamento Conquista na Fronteira são produzidos os diferentes grupos de alimentos necessários para uma equilibrada e suficiente alimentação das famílias. São cultivados grãos, hortaliças, leguminosas e frutas; são criados porcos, bois e vacas, frangos e aves de postura, existindo ainda uma horta comunitária. Há um aviário com 300 aves para a produção de carne e de ovos, 35 colméias⁴⁹ que produzem

⁴⁸ Entrevista 13. **Conselho Diretor.** 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

⁴⁹ Da produção apícola, se entrega a cada família 5 quilos de mel, o restante é disponibilizado no posto de saúde para elaboração de xaropes e outros

850 quilos de mel e 300 quilos de própolis, além de um engenho em que transformam a cana em melado e açúcar mascavo. Além disso, nas casas, cada família tem uma vaca leiteira, porcos, galinhas e outras aves, hortas complementares e pomar com diferentes frutas.

Conforme a informação fornecida pelo setor de controles e custos, não se dispõe de registros das quantidades de todos os alimentos produzidos pela equipe de alimentação em cada safra, mas pelo que se conseguiu observar, todos os produtos fundamentais para a alimentação das famílias são produzidos dentro do assentamento, pela equipe de alimentação. Planta-se feijão, arroz, milho, batatinha, mandioca, alho, cebola, amendoim; na horta se produz tomate, berinjela, nabos, repolho, alface e diversos tipos de temperos. Cada mês abatem onze porcos e a cada sessenta dias abatem quatro vacas.

Destaca-se também que as mulheres sabem preparar uma diversidade de outros alimentos derivados destes produtos. Em suas casas, elas fazem salame, lingüiça, queijos, nata, manteiga, molhos, bolos, cucas, bolachas, produtos com os quais preparam deliciosos e variados pratos; fazem, inclusive, sabão, tendo apenas que comprar óleo, sal e farinha de trigo para fazer pão e diferentes tipos de massas.

Os alimentos produzidos para a alimentação das famílias são distribuídos imediatamente depois da colheita, segundo as necessidades das famílias. Existe um registro de controle de entrega que leva em conta o custo de produção dos grãos e da carne, mas todos os produtos da horta são de acesso livre e sem nenhum tipo de controle de custos. A estocagem das verduras, de carnes e grãos para a alimentação das famílias é feita nas próprias casas. Já a armazenagem dos grãos e a silagem para a alimentação dos animais se faz num espaço comum da cooperativa, conforme relato dos entrevistados:

A cooperativa produz, colheu, faz um levantamento das famílias e se entrega às famílias. No ano passado nós colhemos 1.600 sacos de feijão, então, para a família se faz um levantamento de quanto tem que ser entregue a cada família, é tanto, se divide imediatamente, cada um vai levar o seu para sua casa. A estocagem é feita em casa, não na Cooperativa. Lá

remédios. Na safra passada, produziram mel para um ano e a meta de 700 quilos foi superada com a produção de 850 quilos. O mel não é comercializado porque falta a certificação da inspeção municipal.

na Cooperativa tem um lugar para guardar a semente para o próximo ano. Em termos de subsistência não se estoca, mas quando é para produção em escala, se armazena milho, soja, se não tem lugar dentro da Cooperativa se armazena fora. Para tratamento dos animais é estocado para todo o ano, para a silagem. Tem estocado para um ano, por cada planejamento.⁵⁰

Em consequência, as famílias do assentamento não têm medo da fome, elas têm certeza de que durante todo o ano vão ter comida e água potável em suas casas, em quantidades suficientes para alimentar todos os membros da família. A realização coletiva do trabalho e a organização e o planejamento coletivo da produção garantem a alimentação das famílias, independentemente da renda disponível, do abastecimento e dos preços dos alimentos no mercado. A este respeito perguntou-se: “nos piores dos panoramas que vocês já atravessaram, alguma vez esteve ameaçada a alimentação das famílias?” E eles responderam:

Não, nunca. Tu tens que produzir com excedente, você produziu arroz este ano e o ano que vem não produziu arroz, mas você tem estocado⁵¹. Nunca tivemos problemas, tudo foi produzido segundo o ciclo de cada cultura. Para produzir, por exemplo, a batatinha, é 2 ou 3 meses só, não dá para o ano, mas aí temos outras coisas, mandioca, feijão. Se não dá para fazer certa atividade, se discute nas equipes dos coordenadores e aí se leva na Assembleia para o povo saber que não deu para fazer aquela atividade que foi planejada e todo mundo fica sabendo o motivo. E aí as pessoas teriam que comprar, mas isso acontece pouco, hoje, a principal dificuldade é com o arroz, porque não produz, tentamos, mas não veio, mas as outras

⁵⁰ Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

⁵¹ Entrevista 7. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 21 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Social e Político, 2015).

coisas, tudo é plantado e comido aqui dentro mesmo.⁵²

A alimentação dos animais que lhes fornecem a carne também está assegurada, no mínimo, por um ano, segundo as informações obtidas:

A selagem é feita uma vez por ano e estoca. O que este ano foi feito, por exemplo, vai dar praticamente para dois anos. Nós achamos que a silagem que está pronta passa de um ano e meio, é capaz de chegar a dois anos e aí vai para o gado de leite, talvez para o gado de corte falte um pouco.⁵³

Por exemplo, este ano nós fizemos em torno 7 a 8 mil sacas de milho em silagem, é um número muito grande, temos praticamente para dois anos, a alimentação das vacas está garantida. Tu tens que prever, a silagem dá em duas épocas, então, este ano, nós fizemos tudo numa época só, plantemos numa área grande e garantimos, mas geralmente, se não dá para fazer na primeira, no cedo, dá na segunda, no tarde, para garantir, de uma forma ou de outra, a produção. Tem que garantir. A única coisa que tu não garante é a produção de arroz, é muito difícil aqui no Brasil. Tu plantas no cedo, se deu uma seca, tem que ir buscar fora. O clima é muito variável.⁵⁴

No que se refere ao balanço da última safra, à exceção do arroz, produziu-se tudo o que foi planejado para o ano agrícola de 2014-2015 na equipe de alimentação. Não se apresentam dificuldades com a

⁵² Entrevista 4. **Coordenador equipe Alimentação e Reflorestamento**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 18 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

⁵³ Entrevista 9. **Coordenador equipe dos Grãos**. 22 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 23 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador equipe dos Grãos, 2015).

⁵⁴ Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

quantidade, qualidade e constância dos alimentos produzidos. Desde a percepção dos assentados, o abastecimento dos alimentos se manteve igual, ou melhor, houve avanços importantes na qualidade da horta e foram experimentadas estratégias para o controle de pragas e a fertilização do solo sem o uso de insumos químicos. As dificuldades apresentadas estão relacionadas com a insuficiência no número de trabalhadores na equipe de trabalho, a falta de financiamento da produção para a alimentação, as doenças nas plantas e as falências na adubação do solo. Segundo o coordenador da equipe de alimentação:

A dificuldade é que não temos recursos para nós produzir, hoje estamos produzindo de nossas próprias forças, não tem recurso financeiro. Temos a terra, mas estamos precisando muito adubo, tipo calcário, e **hoje não se tem uma política de financiamento para este setor**. Por enquanto, nós usamos o adubo que nós temos, do tipo: do estábulo, dos poteiros, o capim, o que não queremos é tentar com adubo de aviário nem adubo químico. Hoje, nosso planejamento é plantar tudo sem tóxicos. O esterco do estábulo não é suficiente, precisaríamos dinheiro para comprar adubo orgânico. E aqui não tem capacidade de produzir adubo orgânico?
Não.⁵⁵

Na perspectiva do coordenador, o desafio da equipe de alimentação para o próximo ano é garantir sempre a alimentação sem agrotóxicos de todos dos trabalhadores Sem Terra que estão assentados e de seus filhos, procurando aumentar a produção.

Assim, as famílias de Trabalhadores Rurais Sem Terra assentadas no Conquista na Fronteira, mediante a propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, a organização e realização coletiva do trabalho, conseguiram produzir, de forma coletiva e planejada, uma diversidade de alimentos sem agrotóxicos que lhes permite, hoje, estar protegidos da fome. Os assentados neste lugar têm a permanente certeza de que terão

⁵⁵ Entrevista 4. **Coordenador equipe Alimentação e Reflorestamento**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 18 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

os alimentos e a água potável necessária para satisfazer sua necessidade de alimentação e a de seus filhos durante, no mínimo, um ano. A fome, no assentamento, não existe.

2.4.2 Os alimentos para comercialização

No assentamento Conquista na Fronteira, as famílias de Trabalhadores Rurais Sem Terra, mediante a propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, a organização e realização coletiva do trabalho, também produzem alimentos para serem comercializados. Para a geração de renda das famílias assentadas, a Cooperunião produz e vende, de forma coletiva, planejada e com assistência técnica especializada, frango e leite in natura durante todo o ano agrícola, tendo um faturamento mensal. Também em períodos específicos do ano, inclusive com intervalos de tempo mais amplos, produz e vende peixe e erva-mate, tendo um faturamento anual. Estas culturas, à diferença do leite e do frango, exigem tecnologias que já são de domínio dos assentados e, em consequência, requerem menor acompanhamento técnico.

Para a comercialização dos alimentos, a Cooperativa tem compradores definidos de maneira constante e a preços preestabelecidos, não havendo preocupação com a não venda dos produtos ou com a ambivalência dos preços no mercado, como afirmam:

Além de nossa alimentação, nós temos o mercado do frango, que nós tínhamos vários mercados e que agora tem que retomar. A comercialização da erva-mate é para as empresas particulares, que eles vêm, cortam e pagam por arroba. O peixe a gente vende aos pequenos e comerciantes. Para o nosso leite nós temos nossa cooperativa, que processa o leite. Para nós, nessa questão da comercialização, nós não temos nenhum problema.⁵⁶

A seguir, faz-se menção ao balanço da produção no ano agrícola de 2014, em cada um destes produtos, segundo informação documental

⁵⁶ Entrevista 7. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 21 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Social e Político, 2015).

fornecida pelo setor de controles e custos e entrevistas com os coordenadores das equipes de trabalho.

No que diz respeito à produção de erva-mate em folhas, a equipe de alimentação e reflorestamento ocupa-se da plantação e do cuidado das árvores. De acordo com a Cooperunião (2015), a partir do ano de 2012, houve uma diminuição abrupta da produção de erva-mate. No ano de 2011, foram produzidas 274 toneladas, em 2012 produziram 181 toneladas, em 2013 foram produzidas 165 toneladas e no ano de 2014 produziram-se 107 toneladas. Que dizer, entre o ano de 2011 e 2014, a produção de erva mate em folhas diminuiu um pouco mais do que a metade (p. 35).⁵⁷

A produção de peixe também é realizada pela equipe de alimentação e reflorestamento, mas com a desativação do frigorífico alguns dos açudes também foram desativados, pela falta de insumos para elaborar a ração para os peixes, uma vez que eram setores integrados. A venda do peixe se faz diretamente no assentamento; se fazem eventos de pesca em que os habitantes das localidades vizinhas pescam seu peixe e pagam por peso.

Em relação ao frigorífico, no ano de 2000 foi construída, no assentamento, uma agroindústria de frango que, durante treze anos, industrializou frango produzido no assentamento e também frango encomendado por outras empresas. Segundo um dos integrantes do Conselho Diretor, a Cooperunião tinha um ciclo fechado; plantava o milho, colhia o grão e fazia a ração para as aves; tinha os pintinhos e os aviários onde crescia o frango que depois abatiam, industrializavam, embalavam e vendiam.

No que diz respeito às quantidades de frango processado no interior do frigorífico, devido ao incremento do custo de alimentação dos frangos, desde o ano de 2011, o abate de frango para terceiros incrementou-se consideravelmente em relação à produção própria. De acordo com a Cooperunião (2015), no ano de 2008, produziram-se 1.044 toneladas de frango de corte criado no assentamento e 376 toneladas de frango na figura de prestação de serviço. No ano de 2010, as quantidades ficaram quase equilibradas, sendo produzidas 578 toneladas de frango próprio e 700 toneladas de frango de terceiros; já no ano de 2011, foram processadas 174 toneladas de frango próprio em contraste

⁵⁷ A informação aqui apresentada foi construída com base na interpretação dos dados disponíveis no “Gráfico 3. Produção de Erva Mate Nativa e Plantada Cooperunião” elaborado pelo setor de controles e custos da Cooperativa.

com 1.407 toneladas de frango de terceiros, equivalentes a 93 % do frango industrializado pela Cooperunião nesse ano⁵⁸. (p. 33).

Em relação ao mercado do frango, segundo a Cooperunião (2015), o frango estava sendo destinado somente a programas institucionais do governo federal, tais como: o Programa Nacional de Alimentação Escolar, (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assim como aos supermercados da região, por meio da marca Terra Viva.

No ano de 2013, foram suspensas as atividades para a ampliação e modernização da infra-estrutura e aquisição de novas tecnologias e se prevê que, nos primeiros meses de 2016, a agroindústria de frango seja reativada, mas implementando um processo diferente do anterior. No novo frigorífico, a projeção é de que a Cooperunião vai se concentrar no processamento de frango produzido por outras empresas e nele vão trabalhar pessoas de fora do assentamento.

De acordo com um dos integrantes do Conselho Diretor, a forma de produção adotada no antigo frigorífico foi economicamente muito arriscada. Em palavras textuais os planos são os seguintes:

[O ciclo fechado] Não dá certo porque se dá um problema no mercado, tu perde tudo. Faz dois ou três anos atrás nós perdemos toda a produção de soja, milho, mão-de-obra, custo de energia, e tivemos que vender o produto abaixo do preço de custo. Então, o que nós estamos planejando agora? Vamos fazer o que todo mundo faz, vamos jogar a responsabilidade, o custo maior da produção, na mão dos outros e nós vamos ficar com a indústria, com o processamento. Manter o frango, mas a produção não vai ficar com nós, vamos fazer integração, então, a idéia é que a COOPEROESTE pegue essa parte da produção e eles vão produzir o frango, vão trazer para nossa indústria e nós vamos cobrar por processar. Só de um processo. Porque as grandes empresas fazem isso, inclusive a COOPEROESTE faz isso com o leite, elas cobram pelo resfriado, põem a casinha,

⁵⁸ A informação aqui apresentada foi construída com base na interpretação dos dados disponíveis no “Gráfico 1. Industrialização de carne de aves abatidas Frigorífico Cooperunião”, cuja fonte é o setor de controles e custos da Cooperativa.

põe, a marca, põem uma margem de ganho em cima e põem no mercado. Então, se der uma crise não estoura em nós, esse que é o negócio; e outra coisa é mão-de-obra, porque hoje mão-de-obra, para nós, está muito difícil, inclusive, a indústria que nós estamos montando, ela vai exigir muita mão-de-obra, e nossos associados, hoje, mais da metade já está passando dos 45 anos. Então, vamos buscar mão-de-obra especializada de fora. Então, vamos ficar com a produção interna de frango nossa, uns 20% e o resto vem de fora.⁵⁹

O propósito da construção do novo frigorífico é aumentar a produção, corrigir problemas técnicos e cancelar as dívidas contraídas para o funcionamento do frigorífico anterior. A produção e a industrialização de frango de corte são desenvolvidas pela equipe das aves; antes da reforma e ampliação das instalações, eram abatidas 900 aves por hora; agora, espera-se quadruplicar sua capacidade abatendo 4.000 aves por hora.

Outra motivação importante para a ampliação do frigorífico tem relação com a migração dos jovens para as cidades. Uma parte significativa dos assentados entrevistados tem a expectativa de que, com a ampliação do frigorífico, se possa aumentar o valor da hora de trabalho e, com isso, a renda das famílias, motivando o retorno dos jovens que migraram em busca de melhor renda ou de trabalhos menos penosos que os da agricultura. Nesse sentido, os seguintes depoimentos exemplificam tal expectativa:

Qual é propósito com o frigorífico, por que decidiram investir de novo nesse setor?

A necessidade de emprego. Nós temos esperança que os jovens que saíram e estão trabalhando em frigorífico e granjas de suínos voltem, aí a intenção é tentar aumentar os salários dos funcionários e tentar trazer os jovens de volta. Temos muitos jovens fora que tem os pais aqui dentro, que têm direito de regressar. **Tendo trabalho e uma renda garantida, a esperança é**

⁵⁹ Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

que eles voltem. Uns voltam casados, outros voltam solteiros.⁶⁰

Eu não gostava de trabalhar no frigorífico, ia porque tinha que ir, mas já estava ficando com problema no ombro pelo trabalho repetitivo e tinha muito ruído, mas **os jovens gostam, porque eles não gostam de ficar no sol, nem de pegar a enxada, aqui dizemos que os jovens tem alergia à enxada**, eles só querem ficar no celular, eu já disse para eles que o celular não produz comida.⁶¹

Porém, alguns dos jovens que ainda permanecem no assentamento discordam da continuidade do frigorífico no assentamento. Para os jovens, não é muito claro o motivo pelo qual a Cooperativa, mesmo com as dificuldades apresentadas, continua investindo na industrialização do frango, considerando que a Cooperativa teria que projetar novas atividades produtivas. Os jovens fazem estes questionamentos nos seguintes termos:

Nisso eu acho que nós também temos um erro, as mesmas coisas que investimos lá no começo continuam até hoje, nós investimos em frango e continuamos tentando investir em frango, sabendo que nós trabalhamos muitas vezes no vermelho com o frango. Por que eles não pararam, depois que viram que não estava dando certo o frango, **por que não partiram para outra atividade?** Não se parou, continuaram insistindo e assim no estábulo também, aumentar a potência cada vez mais.⁶²

Esta pertinente pergunta dos jovens consideramos relevante fazê-la às diretrizes da Cooperativa, e seus depoimentos apontam uma

⁶⁰ Entrevista 8. **Conselho Diretor**. 20 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 22 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

⁶¹ Entrevista 12. **Equipe Alimentação e Reflorestamento**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 24 de Março, 2015. (Assentado, Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

⁶² Entrevista 1. **Coletivo de Jovens**, 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filha de assentado, coletivo de Jovens, 2015).

resposta curta, mas complexa: a Cooperunião é refém do mercado. Questionou-se, então: por que, apesar das dificuldades que tiveram com o frigorífico, decidiram insistir nesta atividade e ainda construir um frigorífico destas dimensões? A seguir, apresentam-se algumas das respostas dadas pelos entrevistados:

Simples, os motivos que levou a nós a tomar essa decisão, primeiro: temos uma marca forte, o problema foi que começamos uma coisa muito pequena, entramos no mercado e não conseguíamos atender a demanda do mercado, tínhamos um pedido, entregávamos a um e descontentávamos a outros, ficavam bravos com nós, ou ia pulverizando aquela produção que nós tinha, que era limitada, aí não tinha e tu acaba queimando nossa marca, o cliente queria nossa marca, não queria Sadia, Perdigão, queria a nossa marca: Terra Viva. Isso foi uma das coisas, se tu tens uma marca boa, um produto bom, por que vamos parar? Destruir? Por que somos incapazes? **Então, aqui, no Brasil, é muito esse negócio do capitalismo mesmo, de querer mais, de que tem que ir para frente e dar certo, pensar para frente, pensar no amanhã e aí levou a nós a tomar essa decisão de ampliar.**⁶³

Na verdade, porque quando tu começa, tu tens que ir, porque tens todo um investimento, tens todo um trabalho com a marca, que é a Terra Viva, está meio que divulgado no nível nacional que tem frango Terra Viva, então, a partir que tu recua, vamos perder economicamente, e vamos perder politicamente, então, por isso que nós não estamos recuando. Mas se fosse de começar hoje não daria, nós teríamos que pensar esse negócio de mexer com carne, porque é competir com o grande mercado [...]. Com o frigorífico de aves foi uma decisão tomada há 25 anos atrás, mas se hoje voltasse a discussão, eu não sei se a comunidade

⁶³ Entrevista 13. **Conselho Diretor.** 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

ia aprovar de ser o frango o setor de produção para sarar a questão econômica.⁶⁴

Conforme os depoimentos dos entrevistados, os adultos também percebem as dificuldades que traz o frigorífico. Apesar de que, hoje, uma parte dos associados gostaria de renunciar a esta atividade, cada vez se faz mais difícil voltar atrás nas decisões, pelo capital investido, pelas dívidas assumidas, pelo posicionamento conquistado pela marca e porque, na sua percepção, recuar nesta decisão teria custos políticos muito significativos.

No que se refere à produção de leite in natura, conforme a informação fornecida pelo setor de controles e custos, na Cooperunião, nos últimos quatro anos, foram produzidos e comercializados um pouco mais de 900.000 litros de leite, em média, por ano. No ano de 2011, houve um incremento de 187.770 litros de leite produzidos em relação ao ano anterior (2010: 714.590/ 2011: 902.360 litros) equivalente a um incremento de 26,27% (COOPERUNIÃO, 2015, p. 34). No ano de 2014, este setor tinha 200 vacas na ordenha, que produziram, em média, 12, 7 litros de leite por dia, num total de 913.340 litros ao ano.⁶⁵ A produção de leite in natura é desenvolvida pela equipe de bovinocultura na qual trabalham 20 % do total de trabalhadores ativos.

Para a produção do leite estão destinados 106 hectares da área do assentamento e, conforme informação obtida junto à Cooperativa, “a produção do leite é desenvolvida através do Pastoreio Racional Voisin, com sala de ordenha modelo espinha de peixe, com capacidade de 20 animais, 10 conjuntos de teteiras para ordenhar os animais. O leite vai direto aos tanques de expansão, a qualidade do leite é analisada pelas células somáticas no leite produzido” (COOPERUNIÃO, 2015, p. 34).

A produção de leite in natura é comercializada exclusivamente com a Cooperoeste, que recolhe o leite no local e que oferece o melhor preço para a produção dos assentados. Pelo litro de leite da Cooperunião é pago um real e cinco centavos (R\$1,05), no entanto, para aqueles que não são associados, pagam-se oitenta e cinco centavos (R\$0,85). Devido ao fato de que o frigorífico encontra-se em remodelação, durante os

⁶⁴ Entrevista 7. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 21 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Social e Político, 2015).

⁶⁵ Dados fornecidos em tabela elaborada pelo setor de controle e custos da Cooperunião, entregue na visita ao assentamento.

últimos dois anos a produção de leite in natura comercializada com a Cooproeste é a única fonte de renda da Cooperunião.

No que se refere ao balanço da última safra, foi produzido tudo o que foi planejado para o ano agrícola de 2014-2015 e inclusive se obteve produção acima das metas de produção. Não apenas conseguiram produzir mais leite do que o esperado como também conseguiram produzir silagem, aveia e semente de pasto de inverno e de verão suficientes para dois anos. A qualidade do leite também supera as expectativas do comprador. As dificuldades apresentadas dizem respeito aos atrasos na liberação de empréstimos, que causaram atrasos na época de plantio, da silagem e a redução do número de trabalhadores da equipe.

Desde a perspectiva do coordenador, o principal desafio do setor da bovinocultura é aumentar a quantidade de litros de leite produzida e para tal propósito é necessário aumentar o número de vacas, além de melhorar o solo para produzir mais pasto. Nas palavras do coordenador da equipe de bovinocultura:

Hoje, nós temos em média 200 vacas na ordenha, a meta é nós chegar a 260 ou 300 vacas no fim desse planejamento de 5 anos. Junto com elas temos a previsão de produtividade, então, se nós chegar o ano com bem atingir a quantidade de litros e nós resolver diminuir o plantel, é possível nós fazer, desde que mantenha a quantidade de litros nos cinco anos. Junto com isso, temos a pastagem dos animais, precisamos melhorar o solo para produzir mais pastos para aumentar produtividade. Três coisas são prioridade: aumentar a quantidade de animais, pastagem e quantidade de litros. Hoje temos 2.600 litros por dia, a meta é dobrar para 6.000 litros por dia.⁶⁶

No que diz respeito aos limites da experiência de produção coletiva de alimentos no assentamento Conquista na Fronteira, a relação com o mercado e com o Estado, propiciada mediante a Cooperunião,

⁶⁶ Entrevista 11. **Coordenador Equipe dos Bovinos**. 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 23 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador equipe dos Bovinos, 2015).

para o acesso aos meios de produção e comercialização dos alimentos, apresentou-se como um grande limite aos propósitos políticos e processos educativos internos.

A Cooperunião, ao mesmo tempo em que garante alimentação, renda e restituição dos direitos políticos e econômicos dos trabalhadores rurais, é o veículo mediante o qual o verdugo entra para roubar a mágica da liberação simultânea da terra e da força de trabalho, apropria-se novamente do tempo livre e da força de trabalho rural, só que, desta vez, potenciada graças à organização coletiva.

O ritmo imposto pelas dívidas, a imposição de metas, tecnologias e preços, a falta de incentivo para a produção diversificada de alimentos e para a satisfação da necessidade de alimentação dos próprios trabalhadores rurais, a migração massiva dos jovens e o simultâneo envelhecimento dos assentados constituem grandes limites para o avanço da experiência assim como para a conquista dos objetivos políticos do Coletivo do assentamento e do Movimento de Trabalhadores Sem Terra.

Recapitulando, os Trabalhadores Rurais Sem Terra do MST, que moram e trabalham no Assentamento Conquista na Fronteira, conseguiram criar e desenvolver uma forma coletiva de organização do trabalho, da produção, das relações humanas e da vida no território que vai além do acesso a terra e da reivindicação e proteção dos direitos sociais e econômicos das famílias de trabalhadores rurais.

A experiência de produção de alimentos desenvolvida pelas famílias de trabalhadores rurais assentadas caracteriza-se pela produção coletiva de alimentos, tanto para o consumo das famílias como para a comercialização, mediante a coletivização da terra, a propriedade coletiva dos meios de produção, a organização e realização coletiva do trabalho e a distribuição coletiva dos alimentos e da renda produzida. Assim, a experiência de organização e produção do assentamento Conquista na Fronteira apresenta-se como uma significativa estratégia para a satisfação da necessidade de alimentação, renda e reconstrução de uma base material mínima de dignidade da vida das famílias de trabalhadores rurais, comprometida também com a transformação da sociedade.

Evidenciou-se que é possível produzir alimentos e evitar a fome entre os mais pobres e marginalizados, desde que estes tenham acesso a terra e a outros meios de produção e que se desenvolvam processos de formação política e formação técnica no tempo do trabalho e no tempo de não trabalho. A experiência de organização e produção do assentamento demonstra que é possível não ter fome no campo e que,

além disso, também é possível conquistar a Soberania Alimentar no interior do sistema de produção e organização social que hoje existe, sempre e quando as ações sejam estendidas ao âmbito de regiões ou territórios nacionais.

CAPÍTULO 3 EXPERIÊNCIA EDUCATIVA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA

No assentamento Conquista na Fronteira, a instância responsável pelo direcionamento e planejamento da educação política das famílias assentadas é o Conselho Social e Político. Este Conselho é composto por sete pessoas assentadas, as quais estão vinculadas a cada uma das comissões (saúde, educação, esporte/lazer, animação, Grupo de Jovens), ao setor de produção e à Coordenação Regional do MST. Conforme o item 3 do artigo quarto do Regimento Interno (2011), o Conselho Social e Político tem como funções:

Dar direção juntamente com o Conselho Diretor, aos rumos da Cooperativa; **Encaminhar estudos e discussões políticas; Contribuir quando for necessário nas discussões das equipes de trabalho, comissões e núcleos; Definir vagas e sugerir nomes para cursos de formação política e encaminhar integrantes ou associados para encontros e manifestações;** Manter a organização interna cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto social, regimento interno e demais decisões estabelecidas coletivamente; **Coordenar Assembléias ordinárias e extraordinárias** (COOPERUNIÃO, 2011, p. 2-3.)

Portanto, o Conselho Social e Político é o responsável pelo direcionamento geral da formação política dos assentados de todas as idades, tanto no interior do assentamento como fora dele, integrando principalmente espaços formativos no tempo de trabalho; também mediante sua participação na comissão de educação tem ingerência nos espaços de educação escolar, como a Ciranda Infantil e a Escola do Assentamento.

Se bem que o regimento não incluía os estágios e as visitas como responsabilidades do Conselho Social Político, na prática, estas atividades também são coordenadas por ele. É possível considerar igualmente o estágio das famílias que pretendem morar no assentamento, e o recebimento e encaminhamento de estudantes, visitantes e pesquisadores nacionais e internacionais como um espaço de formação política, uma vez que a socialização da experiência, o contato indireto com outras realidades e o acesso a outras informações levam os

assentados a refletir sobre o agir do Coletivo e o contexto político e econômico.

Na organicidade do Coletivo, outras instâncias vinculadas ao Conselho Social e Político assumem compromissos específicos na formação política dos assentados. Estas instâncias são os seis núcleos de base do assentamento, a comissão de educação e o grupo de jovens. Todos eles assumem tarefas de educação política em diferentes espaços e com pessoas de diferentes idades, sendo os núcleos de base a única instância para a formação política de que participam toda a família e os adultos, de forma direta.

Os Núcleos de Base reúnem os assentados segundo a proximidade das moradias e, como primeira instância organizativa e deliberativa, assumem responsabilidades específicas na formação política das famílias assentadas. O item 6 do artigo quarto do Regimento Interno (2011) define suas funções: “Discutir e sugerir propostas para a Assembléia; Desenvolver estudos de formação política; Desenvolver trabalhos práticos: Receber caravanas de visitas na comunidade e acolher visitas do assentamento ou estagiários nas famílias quando necessário.”(p. 5).

A comissão de educação centra-se na educação política das crianças, tendo presente o objetivo de promover os princípios e propósitos do MST nas atividades desenvolvidas na Ciranda Infantil (crianças de 0 a 4 anos) e na Escola Construindo o Caminho (educação infantil, do primeiro ao quinto ano). Propõe, segundo o regimento, uma formação escolar que leve a identificar a necessidade da reforma agrária e a necessidade de superação da sociedade capitalista mediante a análise do contexto político e econômico dos trabalhadores rurais.

O grupo de jovens focaliza a educação política dos assentados desde os 15 anos de idade até estes casarem ou terem filhos. De acordo com o regimento interno (2011), este grupo tem a tarefa de “criar momentos de formação específica para jovens” e de contribuir com as comissões de esporte e de animação (item 4.5, p. 4). Considera-se “um espaço específico para debates, formação e organização dos jovens. Também de aquisição de experiência no processo de organicidade, uma preparação para que os mesmos no presente ou no futuro venham a contribuir nas instâncias da cooperativa”. (COOPERUNIÃO, 2015, p. 20).

No que diz respeito à formação técnica para a produção de alimentos, compete ao Conselho Diretor: “Discutir a necessidade e encaminhar a formação técnica das pessoas nos setores de produção” (COOPERUNIÃO, 2015, p. 15.) e, junto com o Conselho social e

político, fazer os encaminhamentos das oportunidades de capacitação técnica e profissional de nível superior. Porém, o regimento interno não faz qualquer outra alusão à capacitação técnica das equipes de trabalho, realizada no interior do assentamento, como, por exemplo, a assistência técnica da Cooproeste. Convém destacar que, em relação à formação técnica e profissional, o Regimento Interno (2011) determina que a necessidade de capacitação técnica deva ser discutida em conjunto com os estudantes que cursam o ensino médio e que todo assentado que receba capacitação técnica ou profissional deve contribuir com seu trabalho por cinco anos na Cooperativa.

No tempo de trabalho, hoje, as pessoas assentadas no Conquista na Fronteira participam de diferentes espaços de formação política e técnica fora do assentamento e no interior dele. Estes espaços propiciam a organização coletiva do trabalho, a produção diversificada de alimentos, a análise do contexto político e econômico, a manifestação coletiva da indignação e a construção coletiva de propostas. No assentamento Conquista na Fronteira, o tempo que os assentados dedicam à formação política ou técnica no interior e fora do assentamento, com exceção dos encontros do grupo de jovens, é considerado trabalho produtivo e, portanto, registrado como hora trabalhada.

Alguns dos espaços de formação política no interior do assentamento são: os encontros dos núcleos de base; o estágio das famílias novas; as visitas de estudantes, pesquisadores e militantes de organizações sociais e educativas nacionais e internacionais; as Assembléias ordinárias e extraordinárias; as análises da conjuntura política e os encontros do Coletivo de Jovens. Fora do assentamento também existem diversos espaços de formação dirigidos pelo MST, como manifestações, protestos, ocupações, encontros estaduais e regionais, curso de formação de dirigentes, assim como diferentes eventos, congressos, seminários ou encontros em parceria com outros movimentos ou organizações sociais.

Já os espaços de formação técnica no interior do assentamento são basicamente a assistência técnica da equipe de bovinos, proporcionada pela Cooproeste, e as capacitações específicas em cada um das equipes de trabalho, das quais se tem pouco registro e planejamento; fora do assentamento, os assentados têm participado de programas de graduação e especialização, dirigidos por diferentes instituições educativas e dos quais participam principalmente os jovens.

Entretanto, no tempo de não trabalho, identificaram-se os encontros do Coletivo de Jovens como as atividades de formação

política e técnica que se desenvolvem com maior frequência no interior do assentamento. Então, pergunta-se: será que os assentados estão aproveitando seu tempo livre para estudar, ter acesso à arte, informação, se juntar com outros, criar tecnologias e propostas, inventar e formular estratégias de transformação social? Como estão aproveitando a redução do tempo de trabalho necessário gerado pela organização coletiva do trabalho?

Os processos educativos desenvolvidos no tempo de trabalho e de não trabalho, no interior do assentamento, são determinantes na conservação do caráter coletivo da terra, do trabalho e da produção. Das características e dos fundamentos epistemológicos destes processos educativos depende que os trabalhadores rurais consigam perceber a necessidade de mudança, assumam responsabilidades coletivas e identifiquem a possibilidades de ação em seu tempo histórico. Daí que a educação dos trabalhadores rurais seja determinante na construção de estratégias contra o monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos e no respectivo avanço nas premissas da Soberania Alimentar.

Este capítulo tem como objetivo identificar os processos formativos desenvolvidos pelos trabalhadores rurais no tempo de trabalho e no interior do assentamento Conquista na Fronteira, os quais foram determinantes na concretização da produção coletiva de alimentos e nas condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar. Neste capítulo, apresentam-se os propósitos formativos ancorados nos desafios da proposta de Soberania Alimentar, assinalando suas respectivas implicações gerais no âmbito do concreto; descreve-se a forma como cada um dos referidos propósitos se desenvolve no interior do assentamento Conquista na Fronteira, assinalando também avanços e contradições.

Na parte final do capítulo, apresentam-se as possibilidades e os limites das experiências educativas desenvolvidas no tempo de trabalho dos assentados para a Conquista da Soberania Alimentar, procurando responder às seguintes perguntas: quais são os processos formativos desenvolvidos no assentamento para a organização e realização coletiva do trabalho, produção diversificada dos alimentos e análise do contexto político e econômico? Quais são os limites e as possibilidades das experiências educativas desenvolvidas no interior do Assentamento na materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar? Quais são as contribuições da experiência educativa do Coletivo de trabalhadores do assentamento Conquista na Fronteira na qualificação da proposta de Soberania Alimentar?

O processo metodológico para a geração dos dados empíricos que são apresentados neste capítulo compreendeu a realização de entrevistas semi-estruturadas dirigidas ao Conselho Diretor, ao Conselho Social e Político, à Comissão de Educação e ao Coletivo de Jovens. (ver Apêndice C - Caracterização das pessoas entrevistadas). Indagou-se sobre os espaços de formação e participação política e de capacitação técnica no interior e fora do assentamento no ano agrícola de 2014-2015. Perguntou-se especificamente sobre as atividades estratégicas projetadas para o ano agrícola de 2015-2016, sobre o planejamento de espaços de formação política e técnica no interior do assentamento, sobre as atividades estratégicas na formação política e técnica dos assentados, projetadas para o ano agrícola de 2015-2016, e sobre os avanços e desafios do Coletivo e da Cooperunião no contexto do monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos. (ver Apêndice F - Roteiro de entrevistas – ênfase na educação).

Também foram entrevistados os coordenadores das quatro equipes de trabalho que estavam em funcionamento, (equipe da alimentação e reflorestamento, equipe de bovinos, equipe dos grãos, equipe administrativa e social). Na entrevista dirigida aos Coordenadores, perguntou-se sobre a assistência técnica, os cursos de capacitação e a percepção dos desafios e das possibilidades da cooperativa e do Coletivo do assentamento no contexto do monopólio internacional da produção e comercialização de alimentos.

No que se refere à análise e interpretação, as entrevistas foram textualizadas integralmente e organizadas mediante codificação aberta e axial de parágrafos segundo matriz relacional elaborada a partir das condições políticas e econômicas da Proposta de Soberania Alimentar presentes nos documentos dos Fóruns Mundiais de Soberania Alimentar, no período de 1996-2007, e que foi exposta no primeiro capítulo. A interpretação das entrevistas esteve fundamentada na categoria de práxis presente em Kosik (1976) e na concepção de educação de István Mészáros (2012).

Na proposta de Soberania Alimentar dos trabalhadores rurais, a educação como mediação na construção da estratégia e materialização dos propósitos foi esquecida. Os documentos dos Fóruns Mundiais de Soberania Alimentar, no período de 1996-2007, não fazem alusão à educação como propósito, como critério orientador das ações, como condição política prévia, e muito menos como mediação fundamental para sua materialização. Tal fato, além de dificultar o avanço do conjunto da proposta que pretende afrontar o processo de consolidação do monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos,

também atrapalha a possibilidade de pesquisar o avanço das condições políticas e econômicas que distinguem a proposta de produção e distribuição de alimentos dos trabalhadores rurais da proposta de produção e distribuição de alimentos dos organismos multilaterais.

Entretanto, no assentamento Conquista na Fronteira, do MST, foram desenvolvidos diferentes processos educativos no tempo de trabalho e de não trabalho, os quais determinaram o caráter coletivo do assentamento e a possibilidade de avançar na materialização das condições políticas e econômicas da Soberania Alimentar. Os Trabalhadores Rurais Sem Terra que construíram a forma de organização do território, do trabalho e produção com um caráter coletivo participaram, desde antes da época do acampamento, de diferentes processos formativos que hoje integram sua experiência educativa como Trabalhadores Rurais Sem Terra e determina o caráter coletivo do assentamento.

Diante da constatação da falta de critérios orientadores no âmbito da educação, na proposta de Soberania Alimentar, e tendo por fundamento os estudos de Kosik (1976) e Mészáros (2008), conseguiu-se distinguir, na experiência educativa dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do assentamento Conquista na Fronteira, sete propósitos formativos que tornaram possível a materialização do caráter coletivo do assentamento e dos avanços nas condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar. São eles: *formação para a ocupação da terra, formação para a propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, formação para a organização coletiva do trabalho, formação para a produção diversificada de alimentos sem agrotóxicos e formação para a análise praxica da concentração internacional da produção e distribuição dos alimentos.*

Hoje, alguns dos processos de formação política e capacitação que assumiam os propósitos mencionados estão enfraquecidos e sua fragilidade fortalece a ação das mediações de segunda ordem e seus efeitos. Retomar e integrar de forma consciente estes propósitos é tarefa necessária para conseguir afrontar os atuais desafios, limites e as contradições.

Salienta-se que estes propósitos formativos são apenas um simples ponto de partida construído pela necessidade de orientar a observação em campo, mas que, talvez, com um melhor embasamento teórico, possa contribuir na qualificação das fragilidades da proposta que os movimentos sociais têm construído durante os últimos vinte anos no espaço do Fórum Mundial de Soberania Alimentar e na construção

de uma proposta educativa de e para Trabalhadores Rurais Sem Terra. No item a seguir, se fará a análise de cada um desses propósitos.

3.1. FORMAÇÃO PARA A OCUPAÇÃO DA TERRA

Em primeiro lugar, julga-se necessário esclarecer que a *formação para a ocupação da terra* não faz parte do presente estudo, dado que esta acontece em espaços formativos fora do assentamento, mas se fará referência a ela de forma sucinta porque se reconhece sua relevância, tendo em vista sua relação com a materialização da principal condição política e econômica da proposta de Soberania Alimentar, que é a reforma agrária, assim como sua incidência nos processos formativos posteriores e na organização social, do trabalho e da produção nos assentamentos.

Da perspectiva da Soberania Alimentar, a *formação para a ocupação da terra* tem uma importância colossal, já que define o caráter político da reforma agrária e, com ela, a forma como vão ser produzidos os alimentos. Neste processo formativo é definido o rumo das lutas e reivindicações pelo acesso a terra: reforma agrária mediante empréstimos e ativação do mercado de terras ou ocupação e expropriação dos latifúndios. O rumo adotado neste momento da formação política também determina a natureza das organizações sociais e dos movimentos e suas respectivas pautas: alterações superficiais, popularmente conhecidas como “melhoras”, ou alterações estruturais, popularmente conhecidas como impossíveis. Com relação a este aspecto:

As hipóteses para a construção de uma Soberania Alimentar no Brasil, no âmbito mais geral de afirmação da soberania popular, necessitariam de reformas estruturais no meio rural e no atual modelo de produção agrícola do país. Entre elas se destacariam, como essenciais: Uma reforma agrária ampla e massiva que democratize a posse e uso da terra, tendo como conseqüências a garantia de acesso a 4 milhões de famílias de trabalhadores que querem produzir na agricultura. Para isso é preciso desapropriar os maiores latifúndios, sobretudo os de propriedade do capital estrangeiro e de empresas não agrícolas, bancos etc. (STÉDILE; CARVALHO, 2010, p. 14).

No caso do MST no Brasil, a formação para a ocupação da terra antecedeu, inclusive, a origem do Movimento e, por isso, para compreender seu desenvolvimento é necessário remeter ao trabalho da Comissão Pastoral da Terra, aos primeiros encontros e congressos e aos primeiros acampamentos. A história mesma da origem do MST tem muito a ensinar neste tipo de formação e merece que futuras pesquisas sejam desenvolvidas sobre este tema.

Provavelmente, após a constituição do MST como organização social, a *formação para a ocupação da terra* consolidou-se, tanto como estratégia para pressionar a reforma agrária no Brasil quanto como estratégia educativa. Por ora, o que se sabe, segundo a literatura revisada, é que este tipo de formação política, como seu nome indica, faz parte de um processo preparatório para a ocupação das fazendas e a instalação dos acampamentos, mas continua e se fortalece no interior deles. Este momento implica um paciente e cuidadoso trabalho de base em que as famílias se reúnem para discutir sobre a necessidade e possibilidade de agir em prol do acesso a terra e começam a se articular, nos diferentes municípios, assim como planejar a organização das famílias uma vez que estejam no acampamento. O professor Fernandes (2013) explica como o MST desenvolve este trabalho:

A ocupação da terra não é o começo da luta pela terra, quando as famílias sem-terra ocupam uma propriedade é porque há vários meses elas estão se organizando para este momento (Fernandes, 2001a). A ocupação da terra começa com o trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, médias e grandes – inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar da luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se ou na própria casa de uma das famílias participantes. Com esse ato, inauguram um espaço de socialização política. Nesse espaço discutem as possibilidades da luta pela terra e pela reforma agrária. Com essa atitude, iniciam uma dimensão do espaço de socialização política que chamamos de espaço comunicativo. Nele as pessoas se apresentam, conhecem as suas histórias, discutem suas trajetórias, pensam as possibilidades de seus destinos. (p. 224-225).

O processo formativo foi determinante, tanto na construção dos princípios políticos e organizativos do Movimento como no que Caldart (2004) chama de “constituição da identidade do sujeito social Sem Terra”. A respeito do primeiro elemento, esta autora afirma que a ocupação de terra é a principal forma de luta do MST e em torno dela foram construídos os princípios organizativos e as estratégias educativas dos trabalhadores rurais (p. 122); quanto ao segundo elemento, ela define como identidade do sujeito social Sem Terra o processo mediante o qual os trabalhadores rurais saem do anonimato, não são mais submetidos ao trabalho desumano e passam a ser sujeitos sociais de direitos, que dizer, passam a ser “coletivos que se sabem com direitos e que se organizam para conquistá-los.” (p. 129).

Mas será que, de fato, a *formação para a ocupação da terra* que faz o MST propende para a configuração de uma identidade coletiva como Sem Terra? Ou será que, dada sua história de luta pela terra e pelo sonho de superação do capitalismo, a *formação para a ocupação da terra* que faz o MST tem como finalidade construir uma unidade como Trabalhadores Sem Terra? Para ter resposta a esta pergunta, no contexto de hoje, seria preciso acompanhar o trabalho de base e entrevistar as pessoas responsáveis por esta tarefa, mas sem dúvida é um tema sério, tendo em vista os lugares dissimiles aos que poderiam levar a afrontar um ou outro caminho. Assumir a identidade coletiva centrada na reivindicação de “serem cidadãos”, de serem “sujeitos de direitos”, pode trazer, para o MST, limitações preocupantes como, por exemplo, o agir restrito no âmbito das imposições da democracia e do aparelho burocrático ou, inclusive, desfazer o trajeto percorrido na construção da unidade nacional pelo contínuo aprofundamento da reforma agrária.

Entretanto, no âmbito restrito da proposta de Soberania Alimentar, tal como é apresentada nos documentos do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, a *formação para a ocupação da terra* pode restringir-se à configuração da identidade coletiva dos Sem Terra, pois, dessa forma, guardaria coerência com a premissa de restituição e proteção dos direitos sociais dos trabalhadores e, ademais, não representaria contradições com seus princípios, propósitos e suas condições prévias de materialização, uma vez que a proposta de Soberania Alimentar não é revolucionária.

Em outras palavras, a proposta de Soberania Alimentar não tem como propósito a transformação estrutural da sociedade, portanto, no aspecto formal, não precisa construir uma unidade em torno do Trabalhador Sem Terra; mas se o propósito é qualificar política e estrategicamente a proposta, sugere-se que concentre seus esforços na

construção de uma unidade internacional de Trabalhadores Sem Terra, aproveitando a difusão e a plataforma internacional que hoje tem, e que projete outros horizontes.

3.2 FORMAÇÃO PARA A PROPRIEDADE COLETIVA DA TERRA.

A *formação para a propriedade coletiva da terra* começa no espaço social do acampamento, onde as famílias acampadas experimentam e constroem novas formas de relação com a terra, o trabalho e com os outros. No acampamento, os aprendizados da *formação para a ocupação da terra* são aprofundados; mediante a experiência se descobrem as possibilidades da organização, do trabalho necessário, da autodeterminação e da reorientação da história; os mitos, os conflitos e as contradições estruturais se fazem evidentes. Em outras palavras, abre-se a porta que revela o segredo da práxis no sentido de criação ampliada, de “determinação da existência humana como elaboração da realidade.” (KOSIK, 1976, p. 202). Pesquisas feitas nos acampamentos do MST são testemunhas dos desdobramentos práticos que acontecem nestes espaços formativos. Por exemplo, Grade (1999) afirma que:

O acampamento revela-se também como um lugar de estudo, de aprendizados de novas formas de organização de produção e da vida, novas concepções políticas para os acampados, enfim a compreensão de sua própria história e o entendimento da sociedade em geral, a tomada de consciência dos problemas. E também a percepção de si mesmos como seres humanos diferentes do que até então conheciam, descobrem potencialidades que não eram percebidas. Aparece diante de si um outro homem, com novas formas de pensar e agir, certamente mais solidário, capaz de partilhar. (p. 265).

[...] No espaço transitório do acampamento não há fetiche, a base produtiva materializada do Movimento, possibilitada pela solidariedade, produz a vida desses homens, e suas relações sociais refletem o que realmente são: solidários. Não estabelecem conexões burguesas na sua forma de mercadoria e dinheiro. A conexão entre

os homens, neste espaço, é o próprio Movimento.
(p. 268).

É nos acampamentos que o MST mostra a possibilidade de constituição de um novo homem. A busca pela sobrevivência e manutenção neste espaço temporário impede o homem de reproduzir a vida da forma conhecida, como trabalhador rural, e estrutura a base para a produção de sua existência de modo diferente ao do capital. Reflete-se, deste modo, outras relações sociais, originadas de outra base material de produção. Essa base material no acampamento é a materialização de seu próprio movimento. A rebeldia apresenta-se como possibilidade de afirmação e articulação.

Mas como foi esse processo formativo no acampamento? O que teve de particular? Por que o MST não conseguiu construir outros assentamentos coletivos⁶⁷? A presente pesquisa não se propôs a buscar respostas a estas perguntas, mas dada sua determinação no caráter coletivo do assentamento e nos processos formativos de hoje, consideramos importante que outras pesquisas se concentrem nesse eixo, tentando reconstruir o conjunto dessa experiência formativa em seu contexto histórico.⁶⁸

Por enquanto, sabe-se que, desde a perspectiva dos assentados, o processo educativo desenvolvido no acampamento foi determinante para desaprender a lógica do lote individual, elaborar uma proposta conjunta e definir o caráter coletivo da terra no assentamento Conquista na Fronteira. No acampamento foi desenvolvido um processo autônomo de

⁶⁷ Dos 160 assentamentos cadastrados pelo INCRA, em SC, o MST, no Estado de Santa Catarina, tem dois assentamentos coletivos: o Conquista na Fronteira, no município de Dionísio Cerqueira, criado em 1988 e no qual moram 46 famílias, e o assentamento Conquista no Litoral, no município de Garuva, criado em 1997 e no qual moram 12 famílias (dados do Incra 2015 no relatório geral de assentamentos da Superintendência Regional de Santa Catarina) Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 25 out. 2015.

⁶⁸ Turcatto (2007) afirma que o processo formativo desenvolvido nas primeiras ocupações de terra e acampamentos do MST, em Santa Catarina, foi determinante para a configuração do caráter coletivo do assentamento Conquista na Fronteira. Destaca a vivência da ocupação da fazenda Burro Branco, o trabalho desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra e fatos históricos, como o Congresso da Pastoral da Terra, em 1982, o primeiro Congresso Estadual do MST, em 1984, e o primeiro Congresso Nacional do MST, em 1985.

convencimento em torno das potencialidades da propriedade coletiva da terra. Foram anos de estudo e reuniões permanentes em que se pretendeu, mais do que apenas identificar a importância de não dividir o assentamento em lotes, ou seja, planejar também, em coletivo, a forma de organização e ressignificação do espaço, assim como a forma de organização do trabalho.

Um dos aspectos centrais do processo de formação na fase de acampamento foi perceber as condições de exploração a que os Sem Terra estavam destinados como trabalhadores rurais, adquirir consciência da exploração a que estavam submetidos como arrendatários de terra e vontade de mudar essa história herdada de gerações anteriores; foi o momento que antecedeu a necessidade de construção de saídas conjuntas fundamentadas na cooperação e na posse comum da terra.

Na sequência, estas afirmações são ilustradas no relato de um assentado que participou do processo de *formação para a propriedade coletiva da terra* no acampamento. Quando se perguntou qual é a chave para conseguir criar o caráter coletivo do assentamento, ele respondeu:

Na verdade esse foi o tempo que nós aproveitamos quando estávamos lá no acampamento, começou lá, nos quatro anos de acampamento esperando a terra, que supostamente ia sair em quatro meses. Então, nós tínhamos que achar alguma coisa para fazer. Não era que nós não tínhamos um conhecimento do que estávamos fazendo, por exemplo, eu sou de uma família grande, 13 irmãos, e nunca teve terra, a grande maioria era arrendatário. Esse negócio de ser arrendatário é uma classe que sofre muito, tu produz, pega a terra de um fazendeiro e tem que pagar 30 ou 40% de tua produção limpa. Então, nós resolvemos, baseados no sofrimento de nossos pais, chegamos a conclusão que tinha que estudar a “cooperação agrícola” e fomos em busca, muitos cursos: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, centro de formação nosso estudando cooperação agrícola, porque nós não queríamos ser nem nosso pais, porque se nós pegássemos a terra, por exemplo, numa situação dessas que a Cooperativa passou, de inadimplência, se eu me endividado individual acabo vendendo a terra, como aconteceu em muitos assentamentos, perdendo

tudo o que tem, vendendo a estrutura que tem e vai voltar onde estava: Sem Terra de novo. Então, nós começamos a estudar tudo isso na cooperação agrícola, não queremos ficar Sem Terra mais, e a saída foi coletivamente, vamos juntar os problemas e tentar resolver no conjunto. E aí surgiu o coletivo. Então ficou uma coisa tão forte, que nós conseguimos, na época de um governo de direita, acertar com o INCRA que nesta área só viriam pessoas que quisessem trabalhar coletivamente. Eles aceitaram, ficou no documento que esta área não seria dívida, acho que eles não sabiam o que era, e antes que nós déramos mais uma revelada contra o governo, eles aceitaram e trouxeram nós para cá. Não existe o eu aqui, é nós, nós fazemos, nós ganhamos.⁶⁹

Destaca-se também, neste e em outros depoimentos que, previamente à construção da proposta de assentamento coletivo, os trabalhadores Sem Terra participaram de cursos específicos de cooperação agrícola, procuraram informações de experiências de trabalho cooperativo e, inclusive, pessoas do assentamento foram conhecer a experiência cubana de cooperação agrícola como estratégia que os fortaleceria e impediria que ficassem Sem Terra de novo.

Adquirir consciência da exploração como arrendatários de terra e ter vontade de mudar essa história herdada de gerações anteriores são assuntos que também se encontram nos depoimentos de assentados que não estiveram naquele primeiro acampamento, mas que têm permanecido por um longo período no assentamento Conquista na Fronteira. Há uma relação entre ter consciência da exploração, mudança na forma de pensar e de agir e valorização das vantagens da posse coletiva da terra e da organização coletiva do trabalho e da produção, assim como na permanência no assentamento. Como exemplo, apresenta-se o depoimento de um assentado que não participou do processo formativo inicial da criação, mas que se “adaptou” e já está há 20 anos no assentamento. Nas suas palavras:

Antes da ocupação nós plantava, **mas dava 33% para** o dono da terra, e um ano até cheguei a fazer

⁶⁹ Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015.

um custo, tirar meu trabalho, investimento. Se eu ficasse todo o ano sem trabalhar era melhor porque eu não tinha me desgastado, **dava um pouco para o dono da terra, dava um pouco para o mercado, para a pecuária que comprava insumo e para mim não ficava nada. Aí que eu decidi: vou buscar um trabalho de terra e vou trabalhar para mim!** E daí, no mercado local, como tu vendia pouco eu tive uma decepção, eu vendi o produto e fui reclamar que era pouco, que tinha que ganhar um pouco mais, que o desconto era demais. Aí ela diz: se tu quer... Se não quer, leva de volta. E eu não tinha como levar de volta e naquele momento que me pesou. Eu até disse para o comerciante: eu não vou trazer mais para vocês, vou trabalhar, nem que seja só para me alimentar, mas **vocês não tiram mais proveito de mim. E naquele momento virou minha cabeça, eu me indignei e daí eu fui e me inscrevi, no dia 26 de novembro de 1995, para ir para ocupação em Passos Maia.**⁷⁰

Depois, já no assentamento, a *formação para a propriedade coletiva da terra* é a síntese do contexto histórico e do processo de ocupação e acampamento das famílias que chegam e que, no caso dos assentados no Conquista na Fronteira, traz também o processo histórico educativo que deu origem ao MST e configura-se na matriz do conjunto dos propósitos formativos que acontecem no assentamento, portanto, de sua natureza dependem o rumo e os avanços nos demais propósitos formativos. Das características da *formação para a propriedade coletiva da terra* depende que se possam coletivizar outros meios de produção, tais como máquinas e ferramentas, e que a forma de organizar coletivamente o trabalho, que foi iniciada no acampamento, seja consolidada no assentamento. Motivo pelo qual as estratégias a serem definidas para atingir este propósito devem ser permanentes e não podem parar, mesmo depois de terem conquistado a terra e construído um assentamento coletivo. A tarefa da *formação para a propriedade coletiva da terra* significa desaprender a lógica do lote individual e desfazer a desconfiança mútua entre os trabalhadores rurais, assim como

⁷⁰ Entrevista 8. **Conselho Diretor.** 20 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 22 de Março, 2015.

conseguir enxergar a terra em seu conjunto e como um espaço social vivo⁷¹ que incide nas relações humanas.

Desaprender a lógica do lote individual não é uma tarefa simples, equivale, no sentido dado por Mészáros (2008), a interromper e alterar a internalização de um dos princípios que sustenta a relação do homem com a natureza no ethos do atual modo de produção. De um lado, os trabalhadores Sem Terra encontram-se diante do desafio de abandonar a forma de trabalhar na terra que, por gerações, têm observado e apreendido como “certa”, em anos de trabalho como peões ou arrendatários, e arriscar-se a trabalhar a terra de uma forma desconhecida, portanto, incerta, conforme o relato a seguir:

A situação da Cooperunião em relação com as outras, ali, houve **um processo de conscientização de cooperação e há um processo coletivo. Isso esteve presente desde o início do assentamento, a necessidades que elas passaram marcou.** A questão cultural influencia também, tem regiões em que o Sem Terra era trabalhador rural, mas não filho de pequeno produtor, era arrendatário, e trabalhava nas fazendas. Ele nunca teve direito, onde ele trabalhava, de ter uma horta, de ter um pé de frutífera, e ele traz consigo essa visão do extrativismo, plantar um pé de fruta não, isso era proibido, tu tinhas que migrar de um lado para outro e por isso ele vai trabalhar como uma coisa só, porque ele foi acostumado a trabalhar assim a vida toda, ele tinha o salário ao final do mês e a tarefa e ia comprar seu sustento.⁷²

⁷¹ Milton Santos, no texto *Natureza do Espaço* (2000), propõe entender o espaço geográfico além de suas características físicas. Argumenta que há uma relação bidirecional entre o espaço social e a ação humana, em que o espaço construído incide, condiciona a ação humana. O espaço social permite e incide nas “experiências espaciais individuais e coletivas” daqueles que o freqüentam.

⁷² Entrevista 22. **Coordenador Setor de Produção Santa Catarina.** Não mora no assentamento. 15 anos no MST. 7 de Julho, 2014. (Assentado, Coordenador do setor de produção - SC, 2014).

De outro lado, os trabalhadores Sem Terra têm o desafio de confrontar o Estado e incidir em suas decisões, uma vez que o Estado, como mediação de segunda ordem com a legislação, impede a propriedade coletiva da terra, promove a divisão e delimitação arbitrária das terras e garante a proteção da propriedade privada e os interesses do agronegócio. O texto que segue é ilustrativo sobre o assunto em questão:

No núcleo Paulo Freire foi de onde saiu a necessidade do Coletivo. Já desde lá atrás pressionamos o INCRA para que o assentamento tivesse a restrição de propriedade coletiva da terra. O INCRA estava interessado em que os lotes fossem individuais porque facilita que a reforma agrária não dê certo. Aí a mídia passa a idéia que somos um monte de vagabundos que não gostam de trabalhar. Nós também brigamos para que se implementasse como norma nacional a proibição da venda da terra nos assentamentos, se quer ir vai, mas sem nada.⁷³

Ademais, mediante as políticas agrícolas como, por exemplo, as de assistência técnica, o Estado difunde a especialização na produção de monocultivos e o uso de tecnologias para aumento da eficiência na produção; ensina a naturalizar as dívidas, os juros e os saldos vermelhos e a olhar de forma fragmentada os agroecossistemas; interfere no planejamento da produção e das outras atividades no assentamento; e também introduz nas cooperativas os propósitos, as estratégias e os argumentos do monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos.

Construir a confiança entre famílias de trabalhadores Sem Terra das mais diversas origens e sem vínculos de parentesco ou vizinhança é outra das tarefas nos processos de formação para a propriedade coletiva da terra que implicam mexer nos processos de internalização. Com a divisão da terra também são divididas as comunidades e truncada a identidade em torno da terra, do trabalho e das conquistas como Movimento. As famílias ficam isoladas, com recursos limitados, trabalhando além do limite de sua capacidade física, dentro do

⁷³ Entrevista 12. Pedrinho. **Equipe Alimentação e Reflorestamento**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 24 de Março, 2015.

quadrado do lote e, por sua vez, são divididas, porque alguns dos seus integrantes precisam sair a vender sua força de trabalho, seja no campo, seja na cidade, para garantir a subsistência do grupo familiar.⁷⁴ Em contraste a esta lógica, a formação para a propriedade coletiva da terra visa à construção de uma história comum e à consolidação de uma unidade em torno da exploração como força de trabalho e da expropriação do principal meio de reprodução de sua existência: a terra.

Ao se falar de olhar a terra liberada em seu conjunto, se quer dizer compreendê-la como espaço social, distinguir cada um de seus elementos e as respectivas relações. O geógrafo brasileiro Milton Santos, no texto *Natureza do Espaço*, fala da diferença entre espaço geográfico, paisagem e espaço social. Ele explica que o espaço geográfico encontra-se integrado por dois elementos que são indivisíveis: pela paisagem, que é definida como o resultado material do trabalho no decorrer do tempo; e pelo sistema de ações humanas do presente, as quais aparecem de forma intangível ou simbólica mediante os objetos e dão o caráter de provisionalidade e movimento à paisagem.

A paisagem refere-se tanto aos objetos sociais, que são o resultado histórico das transformações das necessidades humanas e da técnica, em que o passado e o presente aparecem juntos nos objetos construídos, quanto às circunstâncias naturais, que correspondem ao ambiente físico-biótico, às condições climáticas e geomorfológicas. Nesse sentido, é possível dizer que:

El paisaje es la historia congelada, pero participa de la historia viva. Sus formas son las realizaciones, en el espacio, de las funciones sociales [...]. El paisaje es testimonio de la sucesión de medios de trabajo, un resultado histórico acumulado. El espacio humano es la

⁷⁴ Por exemplo, em visita realizada ao assentamento Aberlado Luz, durante os dias: 9, 10, 11 de abril do ano de 2013, com o propósito de definir o território de pesquisa, foi relatado que uma parte importante das mulheres trabalhava num frigorífico, fora do assentamento, para completar a renda da família, o que gerava conflito entre os casais e os filhos e limitava a participação nos diferentes encontros e atividades coordenadas pelo Movimento. Destaca-se que neste assentamento a terra foi dividida por famílias assentadas; o trabalho e a produção são individuais, mas a comercialização do leite é feita por cooperativa; uma parte das terras foi vendida ou alugada e as famílias, agora, dedicam-se principalmente à produção de fumo, soja e leite.

síntesis, siempre provisional y siempre renovada, de las contradicciones y de la dialéctica social. (SANTOS, 2000, p. 90).

O “sistema de ações” faz alusão ao conjunto de relações que acontecem numa paisagem específica, no tempo presente, e que expressam a capacidade de controle da natureza, assim como a capacidade de agir sobre si mesmo e sobre as experiências dos outros. Trata-se, por exemplo, da normatização do espaço, das fronteiras simbólicas, do planejamento do espaço, dos usos dos objetos e dos espaços, das relações políticas e econômicas entre as pessoas e os coletivos, das mensagens e interpretações dos diferentes elementos da paisagem.

Logo, no processo contínuo de alteração simultânea entre espaço geográfico e experiência espacial coletiva, o espaço geográfico adquire maior complexidade como materialidade e síntese histórica do trabalho, da relação do homem com a natureza e das relações entre os homens, e se torna um espaço social, entendido como uma unidade da expressão histórica da ação humana em que convergem necessidades, técnicas, usos, práticas, relações, cenários, objetos e intencionalidades.

Nos seus estudos sobre este tema, Santos (2000) afirma textualmente que:

Quando la sociedad actúa sobre el espacio, no lo hace sobre los objetos como realidad física, sino como realidad social, formas-contenido, es decir, objetos sociales ya valorizados a los cuales la sociedad busca ofrecer o imponer un nuevo valor. La acción se realiza sobre objetos ya trabajados, esto es, portadores de acciones concluidas, pero aun presentes, esos objetos de la acción son, de ese modo, dotados de una presencia humana y por ellos cualificados. (p. 91).

Em suma, segundo a explanação do autor ao longo do livro, o espaço social é um produto social em que se registra a história do desenvolvimento das forças produtivas e que, como mediador e condensador das relações entre homens e natureza e entre os objetos por ele produzidos, adquire um caráter místico. O espaço social tem o poder de incidir na definição e caracterização de relações humanas, sem ser percebido, e aparecer como uma simples superfície físico-natural,

neutra, morta, sem intencionalidades e que serve somente de cenário que contém objetos e atores.

Em consequência, olhar a terra liberada em seu conjunto, como espaço social, significa, em termos práticos, identificar as possibilidades e limitações que ela oferece como meio natural e social; significa identificar, por exemplo, as fontes de água e de energia, a mata nativa, as condições do solo, os caminhos, as construções, as plantações, assim como planejar as transformações da paisagem e o uso dos recursos disponíveis em função das novas intencionalidades. Em termos simbólicos significa reconhecer as marcas da história dessa terra como propriedade privada e domesticada com as técnicas e tecnologias do capital, explicitar suas contradições, analisar como as terras contribuíam para o aumento do mais valor na forma de fazenda e como podem contribuir na forma de assentamento. Implica definir a estratégia mediante a qual será mudada a “função social da terra” e estar atentos à influência exercida pela história do espaço nas decisões e relações dos assentados, na sua forma de organização social, no planejamento do território e da produção, conforme o relato a seguir:

Se este espaço se divide, algumas famílias ficariam em situação de desvantagem e não se conseguiria usufruir todos os benefícios da natureza, uns quedariam com terreno, com erva-mate, outros com a reserva florestal, não daria para ter açudes de peixe. Aí cada um faria o que bem entendesse com os venenos. Se assim já é difícil conter esse povo, imagina cada um com um lote! Mas na verdade tem muita gente que quer dividir.⁷⁵

O assentamento Conquista na Fronteira caracteriza-se por ser o primeiro assentamento do MST no Estado Santa Catarina em que a propriedade da terra, a organização do trabalho e a propriedade da produção foram coletivizadas e mantêm esse caráter até hoje. Os trabalhadores Sem Terra, no início do Movimento, tinham em comum o sonho de ter sua própria terra para construir sua casa e plantar a comida de seus filhos. Quais foram as circunstâncias históricas que levaram

⁷⁵ Entrevista 12. **Equipe Alimentação e Reflorestamento**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 24 de Março, 2015.

estes jovens Sem Terra a pensar que o mesmo sonho era possível de ser conquistado, mas sem dividir a terra em lotes? Quais foram os processos sociais determinantes no planejamento e desenvolvimento do caráter coletivo do assentamento?

A experiência dos assentados no Conquista na Fronteira evidencia que, para conseguir que um assentamento seja coletivo, é necessário um processo formativo prévio e intencionado para tal propósito. Para conquistar a propriedade coletiva da terra foi necessário desaprender a lógica do lote individual e a desconfiança de um pelo outro que as atuais relações de produção têm imposto aos trabalhadores rurais, tarefa que precisou de um longo processo coletivo de desinternalização, tanto no acampamento como no assentamento.

Segundo as pessoas entrevistadas que estiveram desde o início no assentamento, a “mágica” para conseguir que o assentamento fosse coletivo esteve nas características do processo formativo desenvolvido durante os três anos e meio de acampamento. Ali conseguiram apreender uma lógica alternativa à individualidade e à desconfiança. Os entrevistados relatam:

No acampamento nós fizemos o debate bastante, mas não é fácil porque todo camponês tem o sonho de ter sua terra. **Nós trabalhamos para mudar essa mentalidade**, mas é muito difícil.⁷⁶

Quando meu pai e minha mãe vieram para cá, já no acampamento, começou todo um processo de discussão sobre o Coletivo, já veio um grupo de lá do acampamento que ficou três anos estudando, debatendo, vendo a proposta que se tinha em Cuba, então, já vieram para o assentamento com esse pensamento. **Mas o pessoal que está hoje nos acampamentos, que está indo aos acampamentos, não teve esse processo de formação**, então, chegam no assentamento e ainda não sabem o que fazer.⁷⁷

⁷⁶ Entrevista 20. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 5 de Julho, 2014. (Assentada, Conselho Social e Político, 2014).

⁷⁷ Entrevista 5. **Comissão de Educação**. 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

No espaço do acampamento foi semeada a proposta de propriedade coletiva da terra e depois, no espaço do assentamento, com a liberação simultânea da terra e da força de trabalho, ela germinou junto com a organização coletiva do trabalho e a propriedade coletiva de outros meios de produção e, posteriormente, esta combinação levou à propriedade coletiva da produção e à descoberta do tempo livre.

Porém, esse processo formativo que teve origem no acampamento foi interrompido e as atividades educativas que hoje se desenvolvem não têm a intencionalidade de desaprender a lógica do lote individual. Criou-se uma fissura com a organização coletiva do trabalho e da produção que se evidencia na ameaça da conservação do caráter coletivo do assentamento e de outros problemas associados, como a divisão em relação aos propósitos e às tecnologias de produção da cooperativa, a desconfiança nas possibilidades da propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, o desentendimento entre jovens e adultos, a migração definitiva dos jovens, as dificuldades de adaptação e permanência de famílias novas, a dúvida sobre o caráter negativo do agronegócio e do trabalho assalariado. Grade (1999) também constatou esta fissura em sua pesquisa:

O processo educativo instalado nos acampamentos perde-se nos assentamentos pela forma como os homens assentados organizam a sua base material de produção da vida. O que foi criado como possibilidade tende a desaparecer. O homem assentado não possibilita a materialização do Movimento, que, neste espaço, não encontra ressonância fragilizando-se. (p. 268).

Os trabalhadores Sem Terra que foram assentados em 1988 no Conquista na Fronteira descobriram o poder de fogo da práxis, mas não conseguiram acessar a chama em outros assentamentos e agora, inclusive, têm medo que a chama se apague em seu próprio assentamento. O seguinte depoimento faz referência ao processo formativo das origens do MST e expressa alguns dos problemas que hoje tem o assentamento, assim como a falta de certeza na continuidade do caráter coletivo do assentamento:

Como conseguirão segurar a proposta coletiva durante estes 26 anos?

Acho que conseguiremos segurar até os 30. Está difícil, porque a juventude saiu. Como

conseguimos? Quando nós iniciamos o MST, nós tínhamos a lógica, muito influenciada pela igreja, da solidariedade, de valores cristãos, desejo de ajudar, e depois fomos vendo que é muito além disso, que é econômica, de divisão de tarefas, não se vive só de política, de reunião, se tem que comer, que vestir, então, é um trabalho permanente. **Mas a gente tem enfrentado muitas dificuldades, tem até desgaste das relações. A grande dor nossa é que a juventude não se enamora desta proposta.** Por que, se este é o melhor lugar para viver, por que é que os filhos não ficam? Eu acho, porque os **país não estão convencidos que este é o melhor lugar.**⁷⁸

No assentamento Conquista na Fronteira não se deu continuidade à *formação para a propriedade coletiva da terra* herdada desde os tempos da ocupação, somente uma geração das famílias acampadas do MST experimentou integralmente aquele “mágico” processo formativo. Hoje, mesmo que desaprender a lógica do lote individual seja reconhecido como um assunto determinante na adaptação e possibilidade de permanência no assentamento, não estão sendo desenvolvidas atividades específicas direcionadas a tal propósito.

A deserção contínua das famílias novas e dos jovens e a divisão interna em relação à pertinência da posse coletiva da terra são expressão do truncamento dos processos educativos associados à propriedade coletiva da terra: o fato que os jovens e as famílias novas não tenham participado do momento histórico em que foi libertada a terra e a força de trabalho, de certa forma, dificulta identificar o sentido político da propriedade coletiva da terra e valorar suas possibilidades criativas. O problema da dificuldade em integrar famílias novas ao assentamento é independente de sua vinculação com o MST, pois fazer parte do Movimento não garante um convencimento sobre a propriedade coletiva da terra, organização e realização coletiva do trabalho e propriedade coletiva da produção. A seguinte citação exemplifica tal dificuldade:

Hoje, nós temos muita dificuldade, a verdade é essa. Teve famílias que vieram e se adaptaram

⁷⁸ Entrevista 20. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 5 de Julho, 2014. (Assentada, Conselho Social e Político, 2014).

muito fácil e tem outras que vêm e voltam porque não se adaptam. Por quê? Mesmo que seja do Movimento, mesmo que sejam pessoas acampadas, elas chegam aqui no assentamento, as famílias que estão aqui dão o maior apoio, ajudam, discutem, beleza, e eles ficam um mês ou seis meses no máximo [...]. **Hoje é muito difícil trazer uma pessoa e integrar para dentro, inclusive, estamos abrindo agora para pequenos agricultores que têm muita vontade, porque antes era regra que fosse do Movimento.**⁷⁹

Conforme um integrante do Conselho Diretor, as ações desenvolvidas pelo Conselho Social e Político e pela Direção, para ajudar a desaprender a lógica do lote individual que as famílias novas trazem consigo e acompanhar seu processo de adaptação à dinâmica coletiva do assentamento, consistem em integrar as pessoas nas funções políticas e de trabalho, assim como em apresentar o regimento interno e o histórico da cooperativa. Conseguir se adaptar não depende do desenvolvimento de um processo formativo por parte destas instâncias e sim de um esforço individual em aceitar passivamente as regras do assentamento.

Na compreensão dos assentados, o processo de desinternalização do modo de vida capitalista é uma responsabilidade individual, ou seja, as pessoas têm que chegar com a “cabeça pronta”, porque no assentamento o Coletivo não está focado em “fazer as cabeças” para agir em coletivo, pois também não está conseguindo identificar as potencialidades de seu próprio processo educativo em relação à organização coletiva do trabalho e da produção. Como exemplo disto, traz-se a seguinte citação:

Eu penso assim: se eu sou convidado para um coletivo, vai de mim querer o coletivo, eu tenho que querer, não adianta eu vir a um coletivo sem querer, porque tem regras, tem que respeitar os encaminhamentos, porque quando eu moro sozinha, eu me mando, eu faço o que eu quero,

⁷⁹ Entrevista 13. **Conselho Diretor.** 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

aqui você tem que respeitar o companheiro, respeitar o encaminhamento e querer, querer o coletivo é a primeira coisa, não adianta você vir aqui só para trabalhar, porque é o que a Rita falou, você vem aqui para ajudar a construir. **Não queremos famílias que só venham trabalhar, que as famílias venham aqui também para contribuir politicamente, não só trabalhar e trabalhar.**⁸⁰

Para os assentados, “o ser humano é ganancioso por natureza” e, dessa forma, pensar somente no individual é uma atitude natural e é um problema a ser resolvido de forma singular, associado à vontade da pessoa. Como resultado, as instâncias responsáveis pela formação política esperam que as famílias novas tenham vontade de fazer parte do Coletivo e já tragam “outra cabeça”, que cheguem pensando e agindo em coletivo, valorizando as vantagens da propriedade coletiva da terra e dos outros meios de produção.

Portanto, não é reconhecido o processo social de internalização, legitimação e aceitação dos princípios orientadores da sociedade capitalista nem o caráter social e revolucionário do processo educativo dos que fizeram parte, pois não houve um processo de reflexão e documentação daquela experiência. Não estão levando em conta a força das mediações de segunda ordem, nem a necessidade de um processo social de educação, pois, desaprender a lógica, tanto da propriedade privada fundada no próprio trabalho como da propriedade privada capitalista não é uma conquista individual que só precise de vontade.

Entretanto, quando se instalam no assentamento, as famílias encontram obstáculos que pressionam sua desistência, que vão além de uma forma diferente de se relacionar e de trabalhar. Desde a perspectiva das famílias novas, as regras são percebidas como uma imposição; as pessoas entram em atrito com regras e rotinas que já encontram prontas e das quais desconhecem a origem e o sentido como materialização de necessidades de convivência num momento dado; ficam assustadas com as dívidas da Cooperunião e com o respectivo registro no cadastro de pessoas físicas CPF de cada sócio. Isso explica, em parte, porque as novas famílias Sem Terra vão, mas ficam apenas alguns meses. Na

⁸⁰ Entrevista 3. **Conselho Social e Político**. 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

prática, o acesso aos recursos e benefícios da cooperativa é diferenciado segundo o tempo de permanência; os que estiveram desde o começo consideram injusto que pessoas novas ganhem o mesmo que elas, uma vez que encontraram circunstâncias mais favoráveis, conforme se verifica na fala que segue:

Mas dentro de um ano eles querem ter tudo na mão, aquilo que a gente tem, o que custou vinte e poucos anos, eles, a maioria que desistiu, vem uma consciência de que eles podem ganhar igual aos que têm aqui 27 anos e daí não tem como, o prego não puxa.⁸¹

O seguinte depoimento exemplifica a dificuldade que apresenta a integração a um assentamento coletivo e evidencia que, hoje, a desinternalização do ethos capitalista não é um propósito de formação política no interior do assentamento:

Para nós, na verdade, não foi fácil, porque até tu te acostumar ao Coletivo... Tu estás acostumado a trabalhar individual, a morar sozinho, tu estás acostumado na roça, a trabalhar sozinho, e vir aqui, numa família grande, que na verdade é considerada uma família, eram 60 famílias, no começo, que se tinha. Então, eram bastantes pessoas para tu conviver no dia-a-dia, para tu conseguir a convivência. No começo não foi fácil, mas com o passar do tempo você vai se acostumando e conhecendo como é a realidade. Como já fazia quatro anos que as pessoas já tinham a rotina do dia-a-dia e como funciona, tu vais trabalhando e perguntando e a convivência tu vais conseguindo, e conseguir que as coisas dessem certo, e na verdade, está dando certo até hoje. Na verdade, no começo, não foi fácil, mas foi lutado, foi conseguido.⁸²

⁸¹ Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

⁸² Entrevista 3. **Conselho Social e Político**. 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

Assim, os problemas de adaptação das famílias novas são um exemplo dos problemas gerados a partir dos entraves na *formação para a propriedade coletiva da terra*, pois, não se deu continuidade às atividades que propendiam para desaprender a lógica do lote individual e preparar para a propriedade coletiva. Neste sentido, não obstante o Conselho Social e Político e o Conselho Diretor procurarem conversar com as pessoas que apresentam dificuldade para agir em coletivo, reiterando o cumprimento ao regimento interno e tentando integrar novamente as atividades do Coletivo, esses órgãos não estão assumindo a tarefa de construir uma estratégia para desinternalizar a lógica do lote individual, promovida pelo capital, a qual deveria fazer parte central no acompanhamento ao processo de adaptação das famílias novas e de fortalecimento do Coletivo em geral.

Portanto, no assentamento Conquista na Fronteira, a tarefa de desinternalizar a lógica do lote individual e internalizar a lógica da propriedade coletiva da terra nos assentados, nos filhos de assentados e nas famílias não está sendo assumida por nenhuma das instâncias de formação política no interior do assentamento.

3.3 FORMAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO

A *formação para a organização coletiva do trabalho* implica distinguir o papel diferencial da força de trabalho no metabolismo do sistema de produção, reconhecer a potencialidade de sua própria força de trabalho e da sinergia que se ativa quando se consegue simultaneamente liberar a força de trabalho e a terra. Quando os Trabalhadores Rurais Sem Terra reconhecem que agora, na sua condição de assentados, têm acesso ao que Marx chamou de “mananciais de toda riqueza”, isto é a terra e o trabalho (p. 574), têm a possibilidade de recuperar parte do tempo livre que estava sendo apropriado por outros.

Assim, o caráter excepcional do assentamento Conquista na Fronteira explica-se por essas circunstâncias. A terra, o trabalho e a produção são coletivos porque houve um processo formativo, desde a época da ocupação, que desvelou a porta da liberdade, que mostrou o poder de fogo que agora tinham em suas mãos. Libertar, mesmo que aparentemente, a terra e o trabalhador, é uma oportunidade pedagógica que possibilita a descoberta do tempo livre e, com ele, a possibilidade de criação e automediação.

Com a propriedade da terra e da força de trabalho como meio de produção e a necessidade de organização coletiva do trabalho, descobre-se o tempo livre. Quando o trabalhador Sem Terra dispõe dessas condições materiais, ele descobre a possibilidade concreta de reduzir o tempo requerido para a produção; percebe por ele mesmo que, apesar dos penosos labores do campo e com ferramentas precárias, é possível ter uma jornada de trabalho menor do que aquela que sempre teve e ainda aumentar a produção se juntar forças de trabalho e meios de produção, organizar-se em equipes e divide as tarefas.

Assim, por exemplo, ele experimenta a possibilidade de ficar em casa, tomando chimarrão nos dias de chuva, sem medo que esse tempo de não trabalho ponha em perigo a subsistência de sua família; tem a possibilidade de dispor dos fins de semana e tirar “dias particulares” sem remorso; descobre que, quando ficar doente, pode descansar em casa, sem que isso signifique perdas ou reduções na produção. Essas experiências, quando são refletidas, são um aprendizado fundamental para a compreensão do funcionamento da sociedade na qual o trabalhador Sem Terra sobrevive.

Pela experiência concreta, os trabalhadores percebem a possibilidade do que sempre se apresentou como um impossível: a diminuição do tempo de trabalho necessário e o aumento do tempo livre do trabalhador. São criadas as condições de um tempo disponível para o descanso, a ciência, a arte, o prazer e a criação; indo um pouco mais longe, concretamente, são construídas as condições que permitem identificar o desenvolvimento da capacidade criativa do homem no seu máximo expoente já conhecido: a criação da sociedade e suas relações. Dizendo de outro modo, são criadas as condições fundamentais para acordar, de forma estratégica, o poder da práxis que, em geral, dorme profundamente no interior dos trabalhadores Sem Terra. Cabe citar aqui que:

A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não-humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta a teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (KOSIK, 1976, p. 202, grifo do autor).

Porém, é fundamental ter presente as limitações da mágica decorrente desta circunstância histórica, pois, no Brasil, a libertação da terra e da força de trabalho mediante a forma de assentamento foi uma falsa liberdade, uma vez que, de um lado, a terra pertence ao Estado e não ao trabalhador Sem Terra. Isso significa que a terra ainda é controlada por uma das mediações de segunda ordem do capital e, portanto, quando o Estado precisar satisfazer os imperativos de reprodução sociometabólica do capital, pode desapropriar de novo e pegar uma terra com mais valor, situação que pode ser acelerada e justificada, dados os altos endividamentos das Cooperativas de assentados⁸³.

Possivelmente, para alguns, a afirmação anterior pode ser um tanto paranóica, mas mesmo que se quisesse ser mais otimista e confiar cegamente na bondade perpétua do Estado e de seus representantes, nas circunstâncias de hoje, a liberação da terra foi aparente porque o capital e o Estado definem o planejamento da produção e das tecnologias de produção, foi bloqueada a autonomia dos trabalhadores livremente associados na definição do que produzir, como produzir e para quem produzir; além disso, os filhos dos assentados continuarão sendo Sem Terra, pois os assentados não têm como garantir o uso da terra além de uma geração, a normativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) assim o evidencia.

De outro lado, não é suficiente “libertar” a terra, também precisam sair da prisão a ciência e a tecnologia e o conjunto das forças produtivas para conseguir o desenvolvimento das capacidades criativas orientadas a “recuperar o homem que se perdeu de si mesmo”. Por exemplo, no caso do assentamento Conquista na Fronteira, no início, a terra foi apenas “emprestada”, os assentados não dispunham de qualquer tipo de máquinas, equipamentos ou recursos para construir as moradias nem para produzir seus alimentos, mas depois, o Estado, mediante sua sinergia com os Bancos, também teve um papel determinante no acesso a outros meios de produção, através de créditos, empréstimos e programas de restituição de direitos fundamentais.

No que diz respeito à liberação da força de trabalho dos Sem Terra, ela também foi parcial e temporal, dado que, no momento em que o Coletivo deixa de produzir exclusivamente valores de uso, quer dizer,

⁸³ Grade (1999) e Christoffoli (2000 e 2010) desenvolveram pesquisas que evidenciaram o problema dos altos endividamentos das Cooperativas dos assentados do MST.

alimentos para a satisfação de suas próprias necessidades, e começa a produzir valores de troca, deixa disponível no mercado uma força de trabalho agora potencializada na forma de cooperativa. Isso permite que, de forma indireta, a força de trabalho dos Sem Terra seja reciclada, reintegrada no processo de exploração do trabalho e produção da mais valia. Em poucas palavras, a reforma agrária, no Brasil, reduzida a uma redefinição do uso da terra e à permissão temporal de sua exploração, não afeta o rumo nem o processo de fortalecimento e concentração do capital internacional, ao contrário, aparenta ser um cenário muito favorável.

No caso do assentamento Conquista na Fronteira, depois que os Trabalhadores Rurais Sem Terra se instalaram de forma definitiva na terra, mas sem outros meios de produção além de sua força de trabalho e com a necessidade imperiosa de satisfazer suas necessidades de subsistência, descobriram a potencialidade da junção voluntária da força de trabalho e das poucas ferramentas que tinham disponíveis. De modo que o processo de organização coletiva do trabalho é decorrente da coletivização da terra, a qual forçou o planejamento coletivo da produção, a propriedade coletiva de outros meios de produção e estes, por sua vez, pressionaram a conformação de equipes de trabalho e a propriedade também coletiva dos produtos produzidos.

No Assentamento Conquista na Fronteira, *a organização coletiva do trabalho* possibilitou, em primeira instância, produzir quantidades suficientes de alimentos para todas as famílias assentadas e a reivindicação de alguns direitos fundamentais; somente depois que foram conformadas as equipes de trabalho e que tinham uma proposta de organização interna funcionando criaram formalmente uma cooperativa de trabalhadores, como relatam os entrevistados:

Então, eu acho que tem que primeiro formar o grupo, nós não começamos com cooperativa, senão com grupo coletivo, formamos a cooperativa e juntamos os dois grupos, mas isso não é uma tarefa fácil, mas não é fim do mundo. O primeiro passo é estudar, estudar os objetivos, colocar leis, nossas leis, não lei de tribunal nem de juiz, e aí correr o dia-a-dia, entender as pessoas.⁸⁴

⁸⁴ Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

A cooperativa, além de comercializar alguns dos produtos do assentamento para ter uma fonte de renda para as famílias, permitiu aceder a crédito, tecnologia, incidir nas políticas e programas do Estado, manifestar coletivamente a indignação e sobreviver no mercado.

Levando em consideração os aprendizados em torno da organização do trabalho e da produção expressos pelos entrevistados, quando se solicitaram sugestões para a consolidação de cooperativas de trabalhadores na América Latina para conseguir que os trabalhadores Sem Terra organizem de forma coletiva o trabalho e a produção, eles consideraram fundamental: reconhecer as vantagens econômicas e políticas da junção voluntária de forças de trabalho e meios de produção; fortalecer a identidade e unidade como trabalhadores; criar espaços de deliberação para o planejamento coletivo da produção, a organização das ferramentas e a divisão das tarefas em equipes de trabalho; priorizar a produção de alimentos das famílias e manter uma avaliação constante. Nas palavras dos assentados:

Uma coisa que a gente sempre fala, é que a primeira **coisa para a gente conseguir dar o primeiro passo é se identificar. Se eu me identifico como Sem Terra, eu sei que tenho toda uma história de luta, que foi de meus pais, de meus avós, que foram camponeses Sem Terra também e que lutaram, e que ainda tem pessoas que lutam por isso.**⁸⁵

Primeiramente o povo tem que se organizar e **discutir muito a forma que vão querer trabalhar.** Isso exige muita discussão, a gente sabe, a gente passou do ponto do sono fazendo reunião à noite, porque no dia nós tínhamos que trabalhar, tentando formar um coletivo que entendemos que era o melhor para nós produzir. É, com certeza foi e é até hoje, esse povo tem que ter uma consciência muito grande e **tem que confiar um no outro e teria que ter pelo mínimo alguém que ajudasse a discutir,** se o governo não vai ajudar, mas **teria que ter umas**

⁸⁵ Entrevista 5. **Comissão de Educação.** 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

lideranças que entendessem bem o processo, o trabalho de como se **organizar com ferramentas**, qual é a forma de produção e que é o vão querer produzir. Eu acho que seria por ali o caminho, começar por ali⁸⁶.

Todo ato cooperado, ele é importante, tu tens que juntar forças. Vamos produzir tudo coletivamente? Não, podemos organizar uma parte da produção cooperada, **parte da produção também pode ser cooperada, mas a melhor coisa que tem é você unificar, é você ter um mecanismo de produção mais barato, é produzir mais barato é através das cooperativas**. Vou te dar um exemplo: no Brasil, o agricultor individual não tem terra para trabalhar com trator, mas eles comprem trator, no lugar que eles comprariam um trator para dez agricultores, eles têm 10 tratores. E quem que eles fortalecem? Eles vão fortalecer os vendedores de óleo, os vendedores de pneu, os mecânicos, as empresas que vendem o trator. Eles trabalham para sustentar o capital, achando que eles estão fazendo uma grande coisa.

Produza porco, galinha, ovos para você comer, queijo, nata, leite, hortaliça, arroz, feijão, banana, para você não precisar ir ao mercado comprar. A gente não precisa ter um chiqueirão e criar 500 porcos para vender para a Sadia e eles pagar o preço que eles bem entendem e você pegar esse dinheiro para ir no mercado comprar comida. Essa é a maneira de você sustentar o capital.⁸⁷

Eu não tenho uma análise muito boa em relação a isso, mas é potencializar as sementes, os banco de sementes, acho que é unificar bandeiras, **estar se unindo enquanto que agricultores**, é trocar sementes, sair na rua, reivindicar, lutar por alguma coisa, **lutar para fazer a transformação**,

⁸⁶ Entrevista 12. **Equipe Alimentação e Reflorestamento**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 24 de Março, 2015. (Assentado, Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

⁸⁷ Entrevista 7. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 21 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Social e Político, 2015).

continuar estudando, ler, não ficar na frente da televisão.⁸⁸

A principal coisa para a gente segurar o Coletivo **é a gente estar em constante avaliação** e estar sempre se criticando, se avaliando, porque, quando você consegue olhar para ti e olhar para tua realidade, visualizar aquilo que está errado, aquilo não está dando tão certo e você coletivamente consegue sugerir a mudança, você avança. A gente não avança sozinho. A gente avança como um todo.⁸⁹

Em virtude destes aprendizados, entende-se que a *formação para a organização coletiva do trabalho*, como propósito educativo que aporta na materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar, tem o desafio de criar as condições que permitam que os Trabalhadores Rurais Sem Terra possam reconhecer a possibilidade concreta de reduzir o tempo de trabalho necessário mediante a organização coletiva do trabalho.

Num primeiro momento, as tarefas são: o fortalecimento da unidade como trabalhadores Sem Terra no espaço do assentamento; a conformação de equipes de trabalho; a criação de espaços de deliberação para o planejamento coletivo da produção; a organização do uso das ferramentas disponíveis, a distribuição da força de trabalho e a avaliação dos processos; a produção de alimentos como valor de uso e a construção de acordos de convivência.

Num segundo momento, a *formação para a organização coletiva do trabalho* promove a institucionalização formal de cooperativas de trabalhadores como alternativa para acessar os meios de produção, pressionar o Estado e produzir alimentos como valor de troca, tentando compensar a condição de desvantagem na comercialização assim como diferir os impactos negativos das políticas de liberação dos mercados nacionais de alimentos.

⁸⁸ Entrevista 1. **Coletivo de Jovens**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filha de assentado, coletivo de Jovens, 2015).

⁸⁹ Entrevista 5. **Comissão de Educação**. 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

Continuando esta exposição, apresentam-se, aqui, os espaços de formação no interior do assentamento, em que se encontrou uma relação direta com o propósito da *formação para a organização coletiva do trabalho*, assim como alguns apontamentos sobre os avanços e as dificuldades na concretização do propósito segundo os observáveis anteriormente assinalados.

3.3.1. Espaços de formação

Em relação aos espaços de formação para a organização coletiva do trabalho e da produção, o assentamento Conquista na Fronteira conta com diferentes espaços de formação no tempo de estudo e no tempo de trabalho, de forma cotidiana, desde os primeiros anos das crianças, e com todos os integrantes das famílias assentadas. Entre os espaços de formação no interior do assentamento que visam ao desenvolvimento deste propósito destacamos: a Ciranda, a escola, as equipes de trabalho, o estágio de famílias, o recebimento de visitas, os encontros das comissões e as Assembléias.

Na Ciranda e na escola do assentamento as crianças internalizam a forma coletiva de organização do trabalho mediante a criação de comissões e equipes de trabalho, a elaboração coletiva de propósitos, a divisão de tarefas. Conforme a Comissão de Educação, a escola do assentamento funciona como uma cópia fiel da Cooperunião⁹⁰. Assim, por exemplo, uma jovem, que estudou na escola do assentamento e hoje é professora afirma que, quando era estudante, a necessidade e a possibilidade do trabalho coletivo foram incentivadas de forma permanente nas atividades escolares e hoje, como professora, continua promovendo o sentido da organização coletiva do trabalho nas crianças:

⁹⁰ Já que a escola do assentamento é uma cópia fiel da Cooperunião, será que, então, também apresenta as contradições da Cooperativa? A presente pesquisa não tem por finalidade estudar o espaço escolar, mas como sugestão para as futuras pesquisas que venham a abordar o tema, destaca-se que aparentemente, há uma “coincidência” entre a falta de aluno na escola e a falta de trabalhadores na Cooperativa, a falta de tempo para definir o tema gerador do ano escolar segundo a realidade do assentamento e a falta de tempo para o planejamento estratégico da formação política dos assentados, a necessidade de trazer estudantes de outras comunidades e a de terceirizar a produção no frigorífico, entre outras.

Eu nasci aqui, então, desde pequena, na escola, a gente já trabalha o Coletivo, a gente era organizada em equipe de trabalho, tinha as tarefas para cada um, cada equipe tinha uma função, e a gente tinha que viver o Coletivo todo dia. E a escola, tanto que escola se chama: Escola Cooperativa Construindo o Caminho, **é uma cópia perfeita da cooperativa que está dentro da escola.** Então, a gente já vinha desde pequeno debatendo e construindo essa proposta coletiva, então ficava muito mais fácil. A primeira coisa que a gente tem combinado com eles é que a gente vai brincar e se todo mundo vai brincar, todo mundo tem o dever de juntar todo o brinquedo e guardar. Tem alguns que dizem: “eu não vou porque eu só brinquei com esse aqui”, **mas se você não ajudar, ele vai ficar mais tempo trabalhando e você vai demorar mais para fazer outra coisa,** então, vamos ajudar todo mundo. E você vai começando assim e eles vão entendendo, eles vão pegando, eles vão trabalhando todos juntos.⁹¹

Compreende-se que as equipes de trabalho são o principal espaço de formação no interior do assentamento no tempo de trabalho, pois nelas se desenvolvem muitas das principais atividades que fortalecem continuamente a organização coletiva do trabalho e da produção. Nas equipes de trabalho, os jovens e as famílias novas aprendem, mediante o trabalho e na relação com os assentados, a se organizar de forma coletiva para planejar a produção, produzir e distribuir os alimentos; identificam as faculdades da divisão do trabalho no processo de produção e sua forma coletiva de organização. Além disso, aprimoram mecanismos que possibilitam a redução do tempo de trabalho necessário. Neste espaço também discutem a política nacional, os problemas internos e esboçam formas de afrontar as dificuldades.

Especificamente aos jovens, a forma coletiva do trabalho e a importância do funcionamento do Coletivo do assentamento são ensinadas mediante a experiência e o acompanhamento na equipe de

⁹¹ Entrevista 5. **Comissão de Educação.** 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

trabalho de que fazem parte. No assentamento, todos os jovens acima de 12 anos de idade começam a trabalhar durante meio período e nessa inserção no trabalho aprendem a trabalhar em equipes e assumir responsabilidades coletivas, assim como os procedimentos específicos do processo de produção.

Quanto ao estágio das famílias novas, devido à falta de pessoas para trabalhar nas diferentes equipes de trabalho, o Coletivo faz, periodicamente, estágios de trabalho com as famílias acampadas, assentadas ou que tenham interesse de morar no assentamento, com o propósito de apresentar o funcionamento do Coletivo para definir a estância da família no assentamento. No estágio, o casal fica por uma semana no assentamento, trabalhando nas diferentes equipes e conhecendo o regimento interno e a dinâmica da Cooperativa; depois, nos Núcleos de Base e no Conselho Social e Político, delibera-se sobre as informações recompiladas por todos e sobre o desenvolvimento do casal no trabalho e no relacionamento com as pessoas do assentamento; finalmente, na Assembleia, definem-se pela aceitação ou rejeição da família no assentamento. Este processo pode ser constatado nos próximos relatos:

As pessoas, quando vêm para cá, **já vêm entendendo que o processo é coletivo.** Quando chega a Coordenação, senta e fica todo o dia conversando, explicando como funciona o assentamento, as normas, as regras, tudo o que tem, para já ficar ciente do que é, aí já fica uma semana trabalhando nos setores e convivendo nas casas. Então, a avaliação não é feita só pela coordenação ou só por uma instância, o assentamento todo avalia. Veio uma família, ficou uma semana fazendo estágio, trabalhando e dormindo nas casas. **Então, sentam todos os Núcleos e vão discutir sobre a percepção que tiveram da pessoa, os comentários: onde mora, que fazia antes? Por que saiu do emprego? Nesse interrogatório eles conseguem ter toda uma percepção sobre a pessoa, será que vai conseguir trabalhar coletivo, se ele não conseguiu trabalhar junto com o irmão?** Todos os núcleos sentam discutem, fazem toda uma análise da família, de como foi no trabalho, de como foi a relação interpessoal e aí se avalia e vem para a Assembleia e na Assembleia, pela

maioria de votos no núcleo, se aprova ou não a vinda.⁹²

Então, a partir que a pessoa chega aqui e é **colocado como funciona, o histórico da cooperativa, de como funcionam os setores e as equipes de trabalho, os deveres e obrigações de cada um. [...], se faz formação**, a gente senta, conversa e repassa algumas informações, tipo: política, porque nós tivemos muita formação política, ainda hoje nós temos formação política para entender o que é o Movimento, **todas as pessoas que estão aqui nós sempre colocamos para formação, a maioria tem.**⁹³

Conforme o depoimento de um integrante do Conselho Diretor, para as famílias novas aprenderem a trabalhar de forma coletiva e para acompanhar seu processo de adaptação, o Conselho Social e Político e a Direção desenvolvem algumas ações. A dinâmica coletiva do assentamento consiste em apresentar a história do assentamento e da cooperativa, as equipes de trabalho e seu funcionamento, o regimento interno e a situação econômica da cooperativa, sua relação com o MST, além de inserir as pessoas numa equipe de trabalho específica e motivar sua participação nas diferentes reuniões e em eventos que acontecem no assentamento ou fora dele.

O recebimento e a orientação de visitantes é uma forma de difundir e compartilhar a experiência de organização coletiva do assentamento com outros trabalhadores rurais, tanto do MST como de outros movimentos e organizações sociais, e também com pesquisadores, professores e estudantes de diferentes campos do conhecimento. A orientação de visitantes e o estágio de famílias são práticas pedagógicas que, além de difundirem as conquistas e os aprendizados na trajetória do Coletivo, permitem aos assentados no Conquista na Fronteira a reflexão permanente em torno dos avanços e dos desafios da organização coletiva do trabalho e da produção.

⁹² Entrevista 5. **Comissão de Educação**. 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

⁹³ Entrevista 3. **Conselho Social e Político**. 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

A experiência de organização coletiva que tem sido desenvolvida no assentamento Conquista na Fronteira foi difundida no âmbito nacional e internacional. O assentamento é visitado continuamente, por pesquisadores e por militantes de diferentes movimentos e organizações sociais do Brasil e de outros países de América Latina e do mundo, conforme explica um dos entrevistados:

Eu não tenho os dados certos de quantos países que veio, mas foram vários países. Uma comparação: no ano passado nós recebemos as visitas só uma vez cada quinze dias, nos sábados, mas tinha tanta ligação que começamos a fazer durante a semana, de segunda até sábado. Fizemos uma agenda e ficou o fim do ano e as pessoas já estavam ligando para vir este ano. Nós não estamos dando conta de tantas visitas, chegava de receber de duas a três caravanas, de receber 80 a 90 pessoas num dia, foi no final do ano que abrimos para visita em semana, era direto visita e nós não estávamos dando conta, era direto visita; então, assim, em questão de conhecimento do pessoal de fora é bem conhecida, eu não sei dar os dados bem certinhos, mas é muito conhecido.⁹⁴

Estas freqüentes e massivas visitas mostram o reconhecimento do caráter excepcional da experiência no contexto político e econômico da América Latina. Se a estratégia do MST, de ocupar latifúndios e construir nos territórios em que se concentram famílias de trabalhadores rurais para viver e produzir alimentos, já é insólita na região, tendo em conta que as propostas de reforma agrária foram fortemente perseguidas e sufocadas na América Latina, ainda mais insólito é o fato de que um território de trabalhadores rurais tenha conseguido coletivizar a terra e o trabalho, produza quase toda sua alimentação e, além disso, mesmo com dificuldades e contradições, tenha a capacidade de criar e manter uma cooperativa para comercializar alimentos.

Não se pode desconsiderar que, segundo Bernstein (2011), Stédile (2013), Umbelino de Oliveira (2013), a concentração corporativa da produção e distribuição dos alimentos na América Latina tem levado

⁹⁴ Entrevista 3. **Conselho Social e Político**. 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

ao despejo massivo e violento de trabalhadores rurais de suas terras; tem imposto regimes alimentares aos trabalhadores rurais, fazendo com que a alimentação das famílias do campo dependa integralmente da sua possibilidade de compra no mercado e, além disso, tem feito pressão, criminalizado e inviabilizado as organizações de produtores rurais e o protesto.

Nesse sentido, a experiência de organização do território, do trabalho e da produção no assentamento Conquista na Fronteira apresenta-se como uma contradição da tendência à consolidação da centralização de capitais privados no âmbito da alimentação que experimentam o Brasil e outros países da região e, por causa disso, gera interesse, tanto da perspectiva política quanto acadêmica.

Considera-se que as visitas ao assentamento são muito mais do que uma forma de difundir a proposta de assentamentos coletivos do MST; o recebimento das visitas configura-se numa prática pedagógica que permite ao conjunto dos assentados a reflexão permanente sobre a organização coletiva do trabalho e da produção, ao mesmo tempo em que é uma aposta política na promoção da recuperação da dignidade material dos trabalhadores Sem Terra e na superação da sociedade capitalista. A seguinte parte da entrevista ao Conselho Social e Político faz referência a este último assunto:

Qual é aposta do assentamento com as visitas? Por que abrem o assentamento às pessoas de outros países?

Eu acho que serve para uma motivação para os outros, o interesse nosso, pelo menos, é para ajudar os povos que realmente queiram trabalhar coletivo, como é que se pode conseguir alguma coisa no coletivo, que venham. Nós queremos que o povo fique sabendo como é que se vive aqui, para que não seja só o nosso assentamento o que é trabalhado assim, que vários lugares sejam assim, nem que nós, porque assim seriam muito mais fácil as coisas do que eu trabalhar sozinho, individual. **Nosso trabalho é para que mais gente consiga entrar neste caminho**, porque nós não queremos ficar só para nós, nós queremos que as pessoas também consigam fazer alguma coisa, não é só para nós, então, nós vamos fechar, aí ninguém vai ficar sabendo, mas isso não é o que nós queremos, nem o Movimento, **porque daí tu consegues pessoas que conseguem trabalhar,**

produzir seu alimento e que a sociedade cresça diferente.

Como, diferente?

Socialista, tu crês que vai ser capitalista? Não, uma sociedade socialista, não capitalista, porque se tu vai pensar só no capital, que tu vai fazer? Aí o interesse vai ser só particular.⁹⁵

Contudo, parece paradoxal que, enquanto a experiência do assentamento suscita o interesse de organizações sociais e acadêmicas nacionais e internacionais, no interior dos acampamentos e assentamentos do MST esta experiência não seja difundida com a mesma força, como se observa na fala a seguir:

Olha tem bastante gente que vem para cá para conhecer a experiência do Movimento também, mas são poucas, vem mais gente de pequenos agricultores e outros movimentos para conhecer e universidades, mas do Movimento já teve muito alguns anos atrás. No começo da discussão das cooperativas de produção veio do Paraná, que levaram a experiência para lá, da Copavi, **mas agora, de assentamentos, não tem muito, não;** tem o último, que eu sei, agora, o último foi Abelardo, do acampamento, que a idéia que eles têm é a de implementar o coletivo, eles estão vindo para cá, estão discutindo, estão conhecendo um pouquinho mais.⁹⁶

Conforme o depoimento anterior, a experiência de organização coletiva da terra, do trabalho e da produção do assentamento Conquista na Fronteira, no passado, foi referência, mas agora, sua difusão entre os trabalhadores rurais do MST tem diminuído.

Outros espaços que propendem para a *formação para a organização coletiva do trabalho* são as comissões e Assembléias, uma

⁹⁵ Entrevista 3. **Conselho Social e Político**. 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

⁹⁶ Entrevista 5. **Comissão de Educação**. 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

vez que nelas são desenvolvidas atividades que fortalecem a identidade como trabalhadores Sem Terra, se recriam e adaptam as normas, a organização interna e os processos produtivos, se constroem e socializam propostas e se dão a conhecer as diretrizes e os princípios do MST.

3.3.2 Possibilidades

No que diz respeito aos avanços nas ações concretas que correspondem ao propósito de trabalhar de forma coletiva, há um reconhecimento da possibilidade de redução do tempo de trabalho necessário mediante a liberação da força de trabalho e a organização coletiva do trabalho. Todas as pessoas entrevistadas destacaram as vantagens da forma coletiva de organização do assentamento em sua relação com o aumento do tempo livre. Esta compreensão é observada no depoimento a seguir:

Por que vocês tinham a inquietude de trabalhar coletivo?

Porque, para tudo facilita, para a negociação, para o trabalho, para negociar, para ir para a luta, tudo é mais fácil do que você tá lá, sozinha, você não consegue sair nem como nós, hoje, arruma para que vão tantas pessoas lá, porque tem alguém que vai cobrir tua mão-de-obra, vai fazer o básico até quando você volta, para voltar tudo ao normal, então, a idéia era essa, de construir tipo uma família, que fosse trabalhar num coletivo, num conjunto.⁹⁷

O compartilhamento de uma história de luta como trabalhadores Sem Terra, indignados e decididos, desde as origens do MST, e a convivência das famílias durante 27 anos, no assentamento, têm consolidado vínculos de irmandade presentes até hoje, mas estas vivências não necessariamente foram compartilhadas com a mesma intensidade por todas as famílias, nem por todos os assentados, pois existiram divergências em relação à proposta política e econômica,

⁹⁷ Entrevista 3. **Conselho Social e Político**. 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

criaram-se atritos, tensões e conflitos. Existe um comprometimento com a conservação do projeto de organização coletiva, mas também se apresentaram dissidências e enfraquecimento nas relações e ações como Coletivo. As seguintes falas são alusivas a tal dificuldade:

Pelo passar do tempo, **quase 30 anos juntos, o povo briga, se queixa, mas tem um certo respeito, uma certa amizade que a gente compara como um irmão. Tu pensas em sair, mas tens a preocupação que soa, outros ficam, tu acaba contribuindo para que não caia, se um está doente ou outro produz.** Nós já perdemos várias pessoas, aqui, que perdem o sentido e vão embora, só que percebe que lá fora está mais ruim, porque todos os que saíram pediram para voltar, à exceção de duas famílias.⁹⁸

Nós temos problemas, muitas vezes, porque a direção não faz bem sua função, tem que ser transparente, prestar contas, aquilo que é de todos (faz um gesto de quem não se importa), as pessoas priorizam mais a família que o coletivo. Antes, nós fazíamos as reuniões de noite, porque não pode ser que a direção esteja sentada e o povo lá, produzindo. A disputa do individualismo é permanente.⁹⁹

Aqui, o pessoal, muito briga entre eles, saber que não é nós, somos todos da mesma classe, somos todos a mesma coisa, é nosso inimigo que está fazendo nós brigar.¹⁰⁰

Embora os depoimentos tenham assinalado o desgaste nas relações entre as famílias assentadas, a unidade como trabalhadores não é questionada, ela é constantemente resignificada e fortalecida mediante

⁹⁸ Entrevista 8. **Conselho Diretor**. 20 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 22 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

⁹⁹ Entrevista 20. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 5 de Julho, 2014. (Assentada, Conselho Social e Político, 2014).

¹⁰⁰ Entrevista 1. **Coletivo de Jovens**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filha de assentado, coletivo de Jovens, 2015).

a reafirmação do pertencimento ao Movimento Sem Terra na participação das diferentes atividades políticas, educativas e culturais coordenadas pelo Movimento, tanto no interior do assentamento como fora dele.

Outra das conquistas é a consolidação das equipes de trabalho como espaços de deliberação. Conforme foi descrito no capítulo anterior, no assentamento, a produção de cada ano agrícola é planejada pelos trabalhadores nas equipes de trabalho, é avaliada pelas famílias nos núcleos de base e aprovada por todos os assentados em Assembleia. Também as normas são determinadas pelo coletivo: as decisões, tanto em relação aos problemas econômicos da Cooperativa quanto sobre a convivência, o relacionamento e a proteção dos direitos fundamentais dos assentados, são tomadas com a participação de todos os assentados.

Desde a perspectiva da direção da Cooperunião, a principal conquista é conseguir viver e trabalhar de forma coletiva em meio a um contexto social e econômico que fomenta o contrário. Assim, há um reconhecimento da necessidade da *formação para a organização e realização conjunta do trabalho*, que consideram que deve ser permanente, dada a impossibilidade de evitar a incidência das mediações de segunda ordem e a respectiva implantação do ethos capitalista na formação das famílias do assentamento. São palavras do Conselho Diretor:

Principais conquistas da Cooperunião, no ano passado, em termos da produção e do coletivo?

Cada ano que passa é uma conquista, tu viver de uma forma coletiva, no mundo capitalista que está hoje. **O capital entra muito nas famílias e na cabeça do povo, é uma batalha que tem que estar diariamente buscando formação**, buscando análise de conjuntura para saber como está o mundo lá fora, porque, se tu te fecha no coletivo, não consegue ver, **só reclama que não está bom, mas se tu olhar, lá fora, está mais ruim ainda**. Essa é uma dificuldade que o povo tem aqui dentro, a gente, **enquanto direção, sente e tem essa dificuldade, que tu não consegues passar tudo e o povo reclama que não tá bom**,

mas eles não sabem como está o dia-a-dia, porque fica girando muito interno.¹⁰¹

Também é importante destacar, no depoimento anterior, a necessidade de *formação para a análise do contexto político e econômico*, para a compreensão dos problemas no interior do assentamento, pois as pessoas que ali vivem ficam um tanto isoladas dos acontecimentos da conjuntura política e econômica, e o Conselho Diretor reconhece que tem dificuldade de contextualizar e explicar às famílias o que acontece lá fora.

Para finalizar, no assentamento Conquista na Fronteira encontra-se em funcionamento uma cooperativa de produção agrícola dirigida e administrada por trabalhadores rurais com 25 anos de trajetória. A Cooperunião é uma das principais conquistas do Coletivo, para a qual convergem os avanços já assinalados e que evidencia um desenvolvimento importante da *formação para a organização coletiva do trabalho* neste assentamento.

No capítulo anterior já se assinalou, com mais detalhes, que a Cooperunião, além de produzir alimentos para a satisfação da necessidade de alimentação de todas as famílias, comercializa outros alimentos, como o leite e o frango, a fim de que as famílias e o coletivo tenham uma fonte de renda e reduzam o tempo de trabalho necessário. Sua formalização como Cooperativa também possibilitou uma interlocução direta com diferentes instâncias do Estado para o acesso e controle aos programas do Estado, a apresentação de exigências e propostas para a proteção e restituição dos direitos sociais e econômicos dos trabalhadores rurais. Além disso, possibilitou aos assentados suportar os problemas decorrentes de sua condição de desvantagem na dinâmica concorrencial e as crises do mercado de alimentos às quais, como trabalhadores individuais, possivelmente não teriam resistido.

3.3.3 Limites

No que se refere aos limites da *formação para a organização coletiva do trabalho* no assentamento Conquista na Fronteira, destacam-

¹⁰¹ Entrevista 8. **Conselho Diretor**. 20 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 22 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

se dois problemas gerais. O primeiro é a falta de sistematização da experiência educativa que teve lugar no acampamento e nos primeiros anos de assentamento, a qual possivelmente está relacionada com a pouca difusão da experiência de organização coletiva da terra, do trabalho e da produção em outros assentamentos do MST; o segundo tem a ver com o fato de que nas equipes de trabalho não estão preparando os jovens para assumir a administração e direção da Cooperativa e a coordenação do coletivo, assunto complexo por estar relacionado com as contradições presentes no interior do assentamento.

No que diz respeito ao primeiro limite, devido à falta de sistematização da experiência educativa que teve lugar no acampamento e nos primeiros anos de assentamento, o coletivo não percebe a importância dos processos formativos para a *propriedade coletiva da terra e organização e realização coletiva do trabalho* nem sua relação com os problemas de hoje. O fato de que o coletivo não identifique a incidência dos processos formativos para a *propriedade coletiva da terra e organização e realização coletiva do trabalho* com a conquista do tempo livre no assentamento e, portanto, não assuma de forma sistemática e permanente o desafio de desinternalização da lógica do lote individual e internalização do sentido da unidade política e econômica como trabalhadores rurais com os jovens, as famílias novas e inclusive os assentados que participaram daquela formação, faz com que a continuidade do caráter coletivo do assentamento esteja ameaçada.

O seguinte fragmento de uma entrevista realizada com uma pessoa que esteve desde os primeiros anos no assentamento sugere que, inclusive, desde o começo, as pessoas que tiveram a formação para a *ocupação e propriedade coletiva da terra assim como para organização e realização coletiva do trabalho* não conseguiram transmitir para as famílias que não pertenciam ao MST o sentido do caráter coletivo da terra, do trabalho e da produção:

[...] inclusive, nós tivemos uma grande vitória, no início eram 35 famílias que tinham **trabalho de cooperação agrícola e 25 não tinha nada**, eram do município, pequenos agricultores e **dessas sobraram duas, o resto desistiu. Tudo porque não tinha formação nenhuma para a cooperação agrícola nem de Movimento, nem sabiam o que era isso, então, tivemos que ir**

pegando pessoas da formação e ir integrando no grupo¹⁰².

Ressalta-se que esse fato é apresentado pelo entrevistado como uma conquista. Acaso o Movimento não é educador? Será que não tinham interesse em que as famílias do município entendessem a proposta coletiva, se adaptassem e integrassem? Não se tem resposta a estes questionamentos, mas o que se pode afirmar, com base nos dados da pesquisa de campo, é que hoje o coletivo espera que, por exemplo, as famílias novas cheguem pensando e agindo em coletivo, espera que cheguem com a “cabeça pronta” e associa o êxito ou fracasso da adaptação das famílias ao esforço individual e não ao êxito ou fracasso no desenvolvimento de algum processo formativo por parte do coletivo no assentamento, em outras palavras, o coletivo não assume responsabilidades pedagógicas neste âmbito.

Talvez a explicação desta dificuldade na continuidade da formação política dos assentados novos e antigos esteja relacionada com o imperativo dos propósitos econômicos da Cooperativa em detrimento da centralidade do processo educativo em torno do trabalho coletivo, contradição apontada por Turcatto (2007) da seguinte forma:

Na tentativa de controlar o poder reacionário do capital, os trabalhadores associados acentuam a **importância da cooperação como elemento educativo e da superação de conflitos**. Entretanto, uma das contradições enfrentadas pelos assentados e assentadas foi a ênfase à CPA, decorrente do imediatismo econômico e da necessidade de sobrevivência, **causando um deslocamento da centralidade do trabalho coletivo pelo processo de cooperação das forças produtivas**, adquirindo um viés economicista. Isso gerou um grau de insatisfação e resistência por parte de algumas famílias assentadas, seja pela baixa produtividade do trabalho/hora, seja pelas dívidas adquiridas pela Cooperativa ou pelo baixo acúmulo de capital individual entre outros aspectos. (p. 9-10).

¹⁰² Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

Tal contradição tem a ver com a relação entre o Coletivo e a Cooperativa, pois a produção em geral e os problemas econômicos da Cooperativa absorvem grande parte do tempo e da atenção dos assentados em detrimento do tempo para o fortalecimento do coletivo nos espaços formativos no interior do assentamento. É necessário lembrar que o Coletivo criou a Cooperunião, o Coletivo é a mãe da Cooperativa que, por sua vez, é filha da propriedade coletiva da terra e das ferramentas.

O caráter excepcional do assentamento Conquista na Fronteira não é a existência de uma Cooperativa de trabalhadores e sim a existência de um Coletivo de trabalhadores que conquistaram a propriedade coletiva da terra e das ferramentas e a organização coletiva do trabalho e da produção. De modo que a centralidade não deveria ser a Cooperativa e sim o Coletivo e sua forma de organização do trabalho e as relações sociais que propiciam sua estrutura de núcleos de base, comissões e setores produtivos.

O segundo limite que apresenta a *formação para a organização coletiva do trabalho* no assentamento Conquista na Fronteira refere-se ao fato de que nas equipes de trabalho não estão preparando os jovens para assumir a administração e direção da Cooperativa e a coordenação do coletivo. Os jovens não participam ativamente da deliberação dos projetos e problemas econômicos da Cooperativa, nem têm assumido responsabilidades de coordenação nas equipes de trabalho, e muito menos na direção ou no Conselho Social e Político.

Conforme os depoimentos a seguir, na reestruturação realizada em abril de 2015, pela primeira vez, no assentamento, se previu o ingresso de jovens na direção da Cooperativa e na Coordenação do Coletivo, como informam os entrevistados:

Os jovens tem a possibilidade de fazer parte da coordenação e direção da Cooperativa?

Sim, tem jovens que já se manifestaram em assumir a coordenação, que pautam, que discute a participação do jovem na direção. É importante estar dentro do processo porque é muito fácil tu achar o problema no outro, é importante estar dentro do negócio para estar entendendo e discutindo. (...) Temos necessidade de ter um jovem na coordenação, que esteja levando nossa

discussão para lá e esteja trazendo o da coordenação para cá.¹⁰³

Agora vamos começar esse passo de modificação. Só que aqui vamos ter que fazer estratégias de formação do pessoal antes disso, para nós conseguir achar umas pessoas que mudariam isso, mas não vai mudar muita coisa se alguém assumir agora, nós temos uma dívida muita grande (...) ¹⁰⁴

Embora os assentados mais velhos lamentem que os jovens não fiquem no assentamento, também não dão espaço para que eles proponham, questionem e assumam responsabilidades, e ainda vinculam a desistência dos jovens ao fato de “que a juventude não se enamorara da proposta”¹⁰⁵. Mesmo que a direção da Cooperativa e a coordenação do coletivo identifiquem a continuidade da propriedade coletiva da terra e da organização e realização coletiva do trabalho em mãos dos filhos dos assentados como o principal desafio, os jovens não estão sendo preparados para assumir a administração e direção da Cooperativa. Nas equipes de trabalho eles somente aprendem a fazer o serviço, a função específica, mas não são inseridos na parte administrativa nem nas instâncias de decisão.

O seguinte depoimento fala desse desafio e das fragilidades na formação dos jovens para assumir essas expectativas; igualmente mostra a existência de atritos entre jovens e adultos e a preocupação pela continuidade da organização coletiva da terra, do trabalho e da produção no assentamento:

Qual o desafio para manter o caráter coletivo do assentamento?

Eu acho que o desafio agora está nos mais novos, nessa parcela que vai ficar, que também não sei se vai ser fácil porque **eles também já têm outra**

¹⁰³ Entrevista 5. **Comissão de Educação**. 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

¹⁰⁴ Entrevista 1. **Coletivo de Jovens**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filho de assentado, coletivo de Jovens, 2015).

¹⁰⁵ Entrevista 20. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 5 de Julho, 2014. (Assentada, Conselho Social e Político, 2014).

cabeça, daqui a uns 4 anos, uns **40% vão estar aposentados**, então, o desafio vai ser para os jovens mesmo.¹⁰⁶

Eles estão preparados para assumir essas tarefas?

Eles, totalmente preparados, eles não estão, só quando começar a atuar, mas acho que eles têm condições de se preparar e tocar. Claro que **eles agora têm uma outra visão**, que muita vezes eles não podem brigar com os mais velhos e achar que o que eles pensam não é certo. Tem que achar esse equilíbrio entre os mais velhos e os mais novos, nem tudo o que os velhos fizeram está errado, nem tudo o que os jovens querem está certo, vai ter que aproveitar um pouco de cada.

E que estão fazendo a Cooperativa e o Conselho Social e Político para trabalhar essa cabeça?

Eu acho que o desafio é formação constante, não tem outra saída, muitas vezes, tu trazendo duas ou três palestras no ano, parecem chatas, mas ali que tu vai formar a cabeça dessa gurizada para eles também ver outra realidade, vai ser à base de estudo e trabalho mesmo. É com formação política, palestra, prática e não deixar muito para outras escolas, porque senão, aí nós também vamos perder o comando. Eles mesmos vão ter que cair em si, que mesmo que estudem na faculdade precisam produzir seu próprio alimento para conseguir viver, vai chegar um momento que eles vão ver que não têm outra saída, pois muita gente com estudo está voltando para a roça.¹⁰⁷

Também se percebe, no fragmento anterior, que o Conselho Social e Político sabe da importância da formação dos jovens dirigida pelos mesmos assentados e no interior do assentamento, mas não está enxergando a formação como um processo contínuo, que também acontece nos espaços de trabalho. Esta falha na formação dos jovens,

¹⁰⁶ Entrevista 6. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filho de assentado, Conselho Social e Político, 2015).

¹⁰⁷ Entrevista 6. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filho de assentado, Conselho Social e Político, 2015).

pelo que se conseguiu até então compreender, encontra-se relacionada a outros problemas que apresenta a Cooperunião, tais como: a falta de unidade em relação aos princípios, propósitos e tecnologias para a produção dos alimentos; a permanência prolongada dos mesmos coordenadores nas equipes de trabalho; a desconfiança nos princípios políticos e na capacidade de trabalho e coordenação dos jovens do assentamento; e a insegurança dos jovens para participar de comissões e outras instâncias de deliberação no interior do assentamento. Tudo isso, além criar desmotivação, principalmente nos jovens, compromete a continuidade da organização e a realização coletiva do trabalho no assentamento. A seguir, se faz referência específica a cada um dos problemas anteriormente mencionados.

A falta de unidade em relação aos princípios, propósitos e tecnologias para a produção dos alimentos é um dos principais limites da produção de alimentos no assentamento. Ela é fruto das fragilidades na *formação para a produção diversificada de alimentos*, da qual se falará com maiores detalhes no próximo item, mas que se traz aqui pela sua relação com as dificuldades na *formação para a organização coletiva do trabalho* no assentamento, uma vez que a ambivalência, tanto no discurso como na prática, em relação à matriz tecnológica que vai ser adotada para a produção dos alimentos no assentamento, é confundida com um problema individual de oposição ou apoio à proposta de organização do trabalho que tem sido construída no assentamento e na qual o pensamento e os questionamentos dos jovens aparecem como a principal ameaça. O próximo depoimento é significativo a esse respeito:

Eu pretendo, mas também quero modificar algumas políticas, temos que avançar em muitas políticas. Uma coisa a modificar é o meio de produção, tipo, eu não concordo com o frigorífico, nós construir um mega frigorífico e se matar trabalhando num frigorífico; eu não concordo também em nós estar pegando o leite e entregando a granel, só criando matéria prima, não produzimos nada. Eu preferia que estivessemos produzindo queijo, coisas simples, e tu conseguir viver disso e trabalhar de bem com a natureza,

investir mais na agroecologia, porque nós investimos pouco nisso.¹⁰⁸

Em outras palavras, os jovens estão sendo culpados de um problema estrutural da estratégia política e econômica do assentamento, determinado inclusive pelo contexto do monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos. Esta situação afeta a possibilidade de formação integral dos jovens no interior de seu próprio assentamento e ameaça, mais do que a conservação, a qualificação da experiência de propriedade coletiva da terra e a organização e realização coletiva do trabalho.

No que se refere à permanência prolongada dos mesmos coordenadores nas equipes de trabalho, apesar de que, segundo o regimento, a cada quatro anos se faz a reestruturação das equipes de trabalho, as mesmas pessoas permanecem por longos períodos na coordenação, tanto das equipes de trabalho como no Conselho Social e Político e na Direção da Cooperativa, não dando espaço aos mais jovens para que eles, mediante o trabalho e na companhia dos mais experientes, também aprendam, conheçam e se apropriem das tarefas relacionadas com estas funções.

Por exemplo, o coordenador da equipe de gado de leite está há 13 anos no cargo e afirma que na próxima reestruturação “nenhum dos três coordenadores das equipes de trabalho vai sair”, mas que ele está em dúvida porque tem um problema de saúde para resolver e por isso considera que agora chegou o momento de “começar” a preparar seu sucessor:

Nós, enquanto coordenadores, estamos pensando o seguinte: **nenhum dos três vai sair**. Hoje, eu estou pensando em sair, mais na questão da saúde, de me tratar, uma coisa que, estando aqui dentro, não dá para fazer as duas coisas. Se eu continuar aqui vou gastando, gastando e não vou ter resultado nenhum. Estar aqui às 2:30 da manhã, chova, tenha geada ou não tenha, a gente acaba na cama [...]. Então, este momento é um mês delicado, mas necessário, mas tem que dar

¹⁰⁸ Entrevista 1. **Coletivo de Jovens**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filho de assentado, coletivo de Jovens, 2015).

conhecimento a todo mundo, para estar a par do que se passa.¹⁰⁹

Seu depoimento também sugere que a reestruturação consiste numa troca de equipes de trabalho entre os coordenadores existentes ou entre aqueles que já foram coordenadores, salientando que qualquer um dos coordenadores tem a capacidade de assumir qualquer um dos setores produtivos da Cooperativa, mas não fala da possibilidade de que os jovens ocupem estes cargos.

Outro dos problemas associados ao fato de que nas equipes de trabalho os jovens não sejam preparados para assumir a administração e direção da Cooperativa e a coordenação do coletivo é a desconfiança na formação política e técnica dos jovens. Se o coletivo não forma os jovens nestes afazeres, e cada vez delega mais a responsabilidade da formação política a instituições externas, isso parece significar que desconfia da preparação dos jovens.

Os adultos duvidam dos princípios políticos e da capacidade de trabalho e coordenação dos jovens do assentamento, refletindo o medo dos assentados mais velhos de entregar as responsabilidades e de que, então, os jovens façam de forma diferente daquela que eles, os mais velhos, fizeram. Nos seguintes fragmentos apresenta-se uma amostra da percepção que os adultos têm a respeito dos jovens:

Os jovens não são ousados, eles ficam muito na dependência. No começo, quem puxou esse coletivo foi a juventude, hoje, eles cresceram na passividade, eles não têm espírito de sacrifício, as meninas não gostam da lavoura, **por isso que é importante trazer a indústria para o campo, quando tinha o frigorífico todos o jovens queriam trabalhar lá.(...),**¹¹⁰

Convidei para fazer uma trilha pelo assentamento e comer no monte e ao mesmo tempo aprender as funções da natureza, mas até hoje não falaram nada, os jovens não gostam, não querem saber da

¹⁰⁹ Entrevista 11. **Coordenador Equipe dos Bovinos.** 13 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 23 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador equipe dos Bovinos, 2015).

¹¹⁰ Entrevista 20. **Conselho Social e Político.** 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 5 de Julho, 2014. (Assentada, Conselho Social e Político, 2014).

terra, não querem sair da sombra. **Com esta camada de jovens já não tem jeito, já estão estragados, eu vejo diferença dos que são um pouco mais velhos e os que estão indo lá na escola de fora.**¹¹¹

Hoje, não temos muita juventude que tá tentando ficar na lavoura, hoje a juventude se forma, estuda e estuda e não querem saber de ficar na produção para contribuir (...)¹¹²

Na perspectiva dos assentados mais velhos, as dificuldades de inserção dos jovens nas equipes de trabalho estão associadas à falta de motivação pelo trabalho na roça, o que denota sua incapacidade, sua falta de coragem. Além disso, os questionamentos a algumas das diretrizes políticas e econômicas por parte dos jovens é, para eles, uma amostra de que os jovens têm uma forma de pensar diferente, que poderia redirecionar o rumo traçado durante os vinte cinco anos de Cooperativa. Em poucas palavras, parece que a geração de assentados mais velhos tem desconfiança de sua própria semente.

Entretanto, desde a perspectiva dos jovens, um dos maiores problemas do assentamento é a fragilidade da *formação para a análise do contexto político e econômico* das pessoas que integram a coordenação do coletivo e a direção da Cooperativa, a qual leva a decisões políticas e econômicas contraditórias e a rumos equivocados, o que, segundo eles, explica também sua reação em relação aos questionamentos que fez o coletivo de jovens sobre a ampliação do frigorífico e sobre a forma como estão planejando seu funcionamento. Nas palavras dos jovens:

Nós fizemos umas estratégias de confronto, de nós ir confrontar eles, e não deu muito certo. Foi feita uma reunião com a direção e coordenação, falamos um monte, que nós não concordamos com o frigorífico, que queríamos agroecologia, que nós

¹¹¹ Entrevista 12. **Equipe Alimentação e Reflorestamento.** 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 24 de Março, 2015. (Assentado, Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

¹¹² Entrevista 4. **Coordenador equipe Alimentação e Reflorestamento.** 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 18 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

tínhamos que começar a investir mais em produção mesmo do que produzir matéria prima. **Nós levamos uma repreensão e fomos queimados**, tem muitas pessoas aí que olham meio assim, para nós, conversam, assim, de boa, mas acham que nós não temos um pensamento fixo. **Eles acham que nós estamos viajando, por eles não ter formação, por eles não saber como a sociedade está funcionando.** Na verdade, é bem complicado. É por eles estar se informando só pela televisão, **eles não estudam, não lêem, e daí, para tu ter um diálogo com eles é bem complicado [...].** Nós estamos passando por um momento que a coordenação nossa e a direção nossa, eles não se formam, eles não estudam, eles levam tudo nas coxas, eles não vêem o que tá na verdade dando lucro ou não dando, para ver em que vão investir [...]. Aí nós já estamos adotando outras estratégias, indo mais na calma, na paciência mesmo, tentando votar idéias. Não estamos tanto confrontando, estamos tentando viver nossa vida também, minimamente, mais tranquila, não estar se preocupando tanto com as coisas, porque se tu ficar viajando muito, tu fica meio maluco e **fica com vontade de ir embora, com certeza.**¹¹³

Esta sombra que paira sobre os mais velhos, de que os jovens tem uma “outra cabeça”, que é perigosa, gera desconfiança sobre os princípios políticos e a capacidade de trabalho e coordenação dos jovens do assentamento; e também, cria fortes atritos entre os adultos e os jovens, que bloqueiam o desenvolvimento dos processos formativos no interior do assentamento. Assim, a forma como a coordenação e a direção estão enfrentando esses desentendimentos provavelmente motive, em parte, a desistência dos jovens do assentamento.

Como consequência, os jovens se sentem inseguros e despreparados para assumir responsabilidades de coordenação e participar de comissões e outras instâncias de deliberação no interior do assentamento. São jovens que têm medo de falar com seus vizinhos,

¹¹³ Entrevista 1. **Coletivo de Jovens**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filha de assentado, coletivo de Jovens, 2015).

com os outros jovens e até com seus pais. O que faz com que não tenham uma participação ativa nos espaços de deliberação, tais como os encontros dos núcleos de base e as Assembléias, em que teriam a possibilidade de se expressar e de propor alternativas. A pressão e sanção dos mais velhos faz com que tenham medo do equívoco, recuem e não participem.

Para finalizar esta parte da exposição, vale a pena lembrar aos assentados “mais velhos” que eles também foram jovens Sem Terra que negaram o presente herdado de seus pais. Aqueles que ocuparam, acamparam, idealizaram e construíram o assentamento Conquista na Fronteira com o caráter coletivo da terra, dos meios de produção, do trabalho e da produção foram jovens Sem Terra com vontade de mudar a história de arrendatários de terra herdada de seus pais e que estudaram e se prepararam para construir um assentamento coletivo.

Em suma, aparentemente¹¹⁴, esta percepção que têm os adultos, de que “os jovens não se enamoraram da proposta” de propriedade coletiva da terra e organização e realização conjunta do trabalho parece equivocada. Segundo os depoimentos, eles, ao contrário, estão tentando salvar e fortalecer tal proposta. Os jovens estão alertando sobre o perigo de estarem perdendo o horizonte dos princípios de transformação da sociedade do Movimento Sem Terra, mas sua voz está sendo abafada e mal interpretada. Os já velhos e ousados militantes que construíram e materializaram a revolucionária proposta de propriedade coletiva da terra e organização e realização coletiva do trabalho para a produção de alimentos estão queimando suas próprias sementes porque não se reconhecem nelas, e com elas, queimam a possibilidade de concretizar seus próprios sonhos.

3.4 FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS PARA A PRODUÇÃO DIVERSIFICADA DE ALIMENTOS SADIOS.

Para assinalar alguns dos desdobramentos da *formação para a produção diversificada de alimentos sadios*, primeiramente, é necessário destacar o limite que representam as tecnologias disponíveis para a produção dos alimentos. O conflito centra-se na concepção das tecnologias para a produção de alimentos e na lógica entrosada nelas,

¹¹⁴ É necessário ter presente que esta pesquisa não tem o objetivo de abordar o tema da juventude do assentamento e, portanto, não há uma suficiente saturação dos dados neste eixo, mas foi um assunto reiterado nas entrevistas.

dado que foram projetadas para o aumento da mais-valia e não para satisfazer a necessidade de alimentação, e sua adoção significa a adoção de sua racionalidade. As tecnologias desenvolvidas pelo capital, para a produção de alimentos, além de não estarem preocupadas com a satisfação das necessidades de alimentação nem em facilitar o trabalho, ainda trazem junto outros problemas no âmbito econômico, social e ambiental.

A falta de tecnologias concebidas para a satisfação da necessidade de alimentação apresenta-se como um grande limite para o avanço nas condições da Soberania Alimentar em geral e da coerência do MST nos assentamentos. As tecnologias desenvolvidas pelo capital para a produção de alimentos não somente não solucionam o problema da fome como trazem junto outros problemas no âmbito econômico, social e ambiental.

Está sendo evidenciado o caráter nocivo de tecnologias promovidas pelo sistema de produção agrícola industrial, como as sementes transgênicas, o sistema *free stall*, o monocultivo e os agrotóxicos, não apenas na saúde de quem produz e consome os alimentos, mas também no desgaste dos nutrientes do solo, das fontes de água, da capacidade reprodutiva dos animais, na alteração das sinergias da natureza, o que gera, entre outros problemas, alteração nos ciclos da chuva, do fósforo e do carbono, dificuldades no controle de pragas e doenças, erosão do solo, esterilização de sementes e animais e contaminação ambiental.

O geógrafo Milton Santos (2000), no capítulo “O sistema técnico atual”, do texto *Natureza do Espaço*, afirma que as tecnologias e as técnicas respondem a uma racionalidade específica que é universalmente difundida. Ele alerta que, no que diz respeito às tecnologias de hoje, elas foram desenvolvidas com a racionalidade do aumento da mais-valia e, portanto, onde elas foram usadas promovem e fortalecem esta racionalidade. Daí que se considera necessário analisá-las como relação social e não apenas como um conjunto de ferramentas, instrumentos e procedimentos.

O autor entende as tecnologias como a concretização da universalização do conjunto de técnicas e produtos para a transformação e o controle da natureza, que constituem a base material da vida da sociedade e que se mantêm hegemônicas até que outro conjunto de técnicas ocupe seu lugar. Em outras palavras, as características do modo de produção determinam as características e os propósitos das tecnologias que são desenvolvidas no interior dele.

Santos (2000), em seu texto, explica que as técnicas, como as “formas de fazer, formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relação entre os homens, forma de informação, formas de discurso e interlocução” (p. 150), têm a característica de se impor como algo inevitável e cujas consequências não têm controle nem reverso. Na sua concepção, são indiferentes ao meio em que são instaladas, pois, na versão contemporânea da tecnologia, não existe limite algum que seja considerado, sua racionalidade é o aumento da mais-valia.

O mesmo autor também afirma que o desenvolvimento das técnicas não é um fato isolado, entre cada período histórico há uma coesão e cada técnica se integra a outras, estabelecendo entre elas relações de dependência em que a modificação num elemento incide sobre os outros; e explica que, por isso, a produtividade de cada invenção depende da disponibilidade das tecnologias complementares. Ele salienta que uma das principais contradições do discurso da atual fase técnica é a necessidade de endurecimento organizacional e de imposição de regras cada vez mais rígidas para a conquista da produtividade e competitividade enquanto simultaneamente proclama a flexibilização e flexibilidade do trabalho.

Em consequência, entende-se que o principal desafio da *formação para a produção diversificada de alimentos sadios* é contribuir para a superação do limite que representam as características das tecnologias disponíveis para a produção dos alimentos. Ela tem o propósito de formar Trabalhadores Rurais Sem Terra que consigam produzir quantidades constantes e suficientes de alimentos diversificados e sadios, para satisfazer tanto a necessidade de alimentação de suas próprias famílias como a necessidade de alimentação dos trabalhadores das cidades.

Para alcançar este desafio, a *formação para a produção diversificada de alimentos sadios* tem quatro propósitos intermediários. Em primeiro lugar, desinternalizar os aprendizados dos processos educativos promovidos pela revolução verde; em segundo lugar, desenvolver processos educativos que tenham como centralidade o trabalho em articulação com a ciência e a produção; em terceiro lugar, possibilitar as condições materiais para o desenvolvimento de tecnologias concebidas para a satisfação das necessidades de alimentação e a redução do tempo de trabalho necessário; e em quarto, também contribuir para a conformação e o fortalecimento de organizações e associações de trabalhadores para o desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura.

A *formação para a produção diversificada de alimentos sadios* implica desaprender a forma de produção do sistema de produção agrícola industrial¹¹⁵ que foi internalizada nos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos cinquenta anos de tecnificação da agricultura, por razões múltiplas, dentre elas, o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias que possibilitou o aumento da produção agrícola, porém, por ciclos limitados, devido ao desgaste do solo, das fontes de água, da capacidade reprodutiva dos animais, com nefastas consequências ambientais, como alteração da diversidade, ciclos e sinergias da natureza; consequências econômicas, como os endividamentos dos produtores e dos países importadores de insumos, a precarização das condições de trabalho, o desemprego rural; e consequências sociais, tais como a insegurança alimentar das famílias que moram no campo, o adoecimento de produtores, o êxodo rural e as migrações internacionais.

Marx já tinha alertado que a tecnologia na agricultura não é neutra e tem efeitos perversos no trabalhador rural e na natureza. O autor explica que, assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não somente o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. (p. 573). Desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra. (p. 572).

Tendo em vista que, segundo o exposto por Marx no anterior parágrafo, as tecnologias de produção de alimentos concebidas para o aumento da produtividade têm um caráter destrutivo, considera-se necessário que na *formação para a produção diversificada de alimentos sadios* sejam questionados os aprendizados promovidos pelas tecnologias concebidas para o aumento da produtividade e se ajude a compreender o contexto político e econômico que deu origem às tecnologias agrícolas disponíveis, conhecer sua lógica, seu

¹¹⁵ As tecnologias da revolução verde são difundidas na proposta de Segurança Alimentar dos organismos multilaterais, conhecida como o pacote de semente transgênica, agrotóxicos e crédito. Além de difundir o monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos, a concepção com que foram construídas é o aumento da produtividade e não a satisfação da necessidade humana da alimentação.

funcionamento e sua relação com os problemas da produção e dos trabalhadores.

A respeito do segundo aspecto, a *formação para a produção diversificada de alimentos sadios* deve integrar, de forma dialética, a teoria e a prática, o ensino e a produção, o trabalho manual e o trabalho intelectual, o trabalho e a educação. Este aspecto da formação referente à centralidade do trabalho nos processos educativos foi retomado da proposta da “formação do homem omnilateral”, de Manacorda (2010), na qual o trabalho é o método e conteúdo da formação dos trabalhadores. O autor fornece orientações-chave para a definição de características específicas nos processos formativos a serem desenvolvidos com os trabalhadores Sem Terra.

Mas essa participação real do trabalho como processo educativo para as transformações sociais será tanto mais eficaz quanto menos for um mero recurso didático; deve ser antes uma inserção real no processo produtivo social, vínculo entre estruturas educativas e estruturas produtivas, o que nem chega a significar necessariamente vínculo escola-fábrica, dado que os dois termos não são igualmente coessenciais à sociedade moderna, representando antes a escola um resíduo de organizações sociais precedentes; mas certamente, significa vínculo ensino-produção. (MANACORDA, 2010, p. 71-72).

Tendo em conta a sugestão anterior, espera-se que os processos educativos desenvolvidos mantenham uma relação entre o trabalho e a educação, que integrem o conjunto do processo de produção dos alimentos e não se restrinjam à capacitação técnica num procedimento específico.

Para que os processos educativos consigam juntar trabalho e educação também é conveniente que a *formação para a produção diversificada de alimentos sadios* seja desenvolvida no espaço onde o trabalhador produz, pois, como bem indicou o coordenador do setor de produção do MST em SC, para conseguir que a *formação para a produção de alimentos* tenha impacto nos assentamentos, ela deve ser realizada com as pessoas que põem a mão na terra e nas condições em que o trabalhador habitualmente produz. São palavras do coordenador do setor de produção em SC:

No nível da família, o que talvez tenha funcionado mais é o material audiovisual, que tem uma maior abrangência, e tu consegues sensibilizar, a leitura é relegada a um segundo e terceiro plano. Então, é com assistência técnica, dias de intercâmbio de

campo, é com as práticas que você consegue, porque o camponês foi muito enganado, ele não acredita. É com a prática, os intercâmbios, vendo outro fazer, e não é lá na unidade da universidade, que tem todos os recursos. É vendo outro igual que ele vai se desenvolvendo e outro é o dia de campo para fazer uma coisa, por exemplo, a pastagem, fazer uma tarefa, se reúne 5 ou 10 famílias para fazer tal atividade, depois eu vou para casa e vou fazer na minha também ou ajudo o outro a fazer, é com orientação dos técnicos.¹¹⁶

Em caso contrário, acontece o que Torres (2011) constatou em sua pesquisa do curso técnico-profissional em agroecologia, no Estado de São Paulo, onde o fato de que os estudantes não tinham terra e não estavam envolvidos na produção impossibilitou o desenvolvimento de um processo formativo que articulasse o trabalho e a educação e incidisse na qualificação da produção agrícola nos assentamentos. A pesquisa apontou esta fragilidade do curso nos seguintes termos: “em relação à formação técnica, os alunos, na sua maioria, não trabalhavam na área de produção em seus lotes e não puderam inserir-se nos assentamentos para desenvolver o trabalho com agroecologia durante o tempo comunidade.” (p. 153). Continuando sua explanação, a pesquisadora diz: “verificamos a fragilidade da formação em agroecologia no curso que pesquisamos em função de não corresponder à realidade dos assentamentos em que residem os alunos, impossibilitando o aprendizado dos jovens, bem como a atuação deles na perspectiva de um processo educativo com base na relação entre trabalho e educação.” (p. 164-165). Em consequência, a autora sugere que:

A formação em agroecologia deve priorizar os sujeitos que estão inseridos no trabalho agrícola, jovens ou adultos que podem, de fato, desenvolvê-la, apontar os limites, propor as alternativas, inclusive para os processos formativos nessa área (...). Essa formação não precisa estar atrelada a um curso formal. Processos educativos informais,

¹¹⁶ Entrevista 22. **Coordenador Setor de Produção Santa Catarina**. 15 anos MST, não mora no assentamento. Cooptrasc, MST, 7 de Julho, 2014. (Assentado, Coordenador setor de produção SC, 2014).

curtos e recorrentes podem corresponder a uma estratégia para desenvolver a agroecologia nos assentamentos, desde que não se restrinjam à formação técnica, com uma perspectiva profissionalizante, mas que articule ciência e formação política (TORRES, 2011, p. 160).

Tendo presente a anterior sugestão, entende-se que a formação dos trabalhadores rurais que visa à produção diversificada de alimentos sadios deve ter como principal espaço educativo o assentamento e ir além da capacitação técnica. Tem o desafio de articular o trabalho e a educação assim como ocupar-se da compreensão do conjunto do processo produtivo. Isto é apropriação das tecnologias e dos respectivos conhecimentos científicos envolvidos em todo o processo produtivo e a reflexão da racionalidade que as técnicas e as tecnologias promovem.

O terceiro aspecto da formação dos trabalhadores rurais *para a produção diversificada de alimentos sadios* consiste em propiciar, nos diferentes espaços educativos no interior do assentamento, tanto no tempo de trabalho como no tempo livre, as condições materiais para o desenvolvimento de uma matriz tecnológica alternativa à que foi desenvolvida pelo monopólio corporativo e pelo capital em geral. Isto quer dizer, possibilitar o desenvolvimento de tecnologias concebidas para satisfazer a necessidade de alimentação do campo e da cidade, para reduzir o tempo de trabalho necessário e aumentar o tempo livre do trabalhador rural, e também para superar as atividades pesadas e penosas do trabalho agrícola sem afetar a saúde das pessoas e o equilíbrio ambiental.

A formação dos trabalhadores rurais para a produção de alimentos sadios requer condições materiais necessárias para avançar neste quesito; algumas delas têm a ver com o fato de dispor de tempo e espaços para estudar, pesquisar, criar e inventar; ter acesso à informação e ao conhecimento atualizado dos avanços tecnológicos disponíveis para a produção de alimentos; ter recursos para documentar e sistematizar as experiências desenvolvidas; e contar com o acompanhamento de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, que sejam politicamente comprometidos com os desafios dos trabalhadores.

Quanto ao último objetivo específico da *formação para a produção diversificada de alimentos sadios*, referente à necessidade de contribuir para a conformação e o fortalecimento de organizações e associações de trabalhadores para o desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura, trata-se de um dos eixos fundamentais que

visa à consolidação da unidade internacional dos trabalhadores a partir da construção coletiva de estratégias político-tecnológicas. Diz respeito à socialização sistemática das descobertas científicas e tecnológicas para a produção de alimentos, que cooperem para o desenvolvimento de uma matriz tecnológica com uma racionalidade alternativa ao aumento da mais-valia e que juntem forças no âmbito internacional.

Em outras palavras, uma racionalidade de satisfação da necessidade de alimentação, proteção do meio ambiente, proteção da saúde dos trabalhadores e consumidores, aumento do tempo livre dos trabalhadores rurais, assim como a liberação de atividades penosas e perigosas.

Para terminar a apresentação da *formação para a produção diversificada de alimentos sadios*, agrega-se o entendimento de que seu desenvolvimento contribuiria para a materialização do acesso à informação e tecnologia como meios de produção; para o desenvolvimento de sistemas de produção agrícola fundado em tecnologias agroecológicas; e para a respectiva produção de quantidades suficientes de alimentos sadios, as quais são parte das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar.

3.4.1 Espaços de Formação

No que diz respeito ao desenvolvimento da *formação para a produção diversificada de alimentos sadios* no assentamento Conquista na Fronteira, começa-se por destacar que esta formação deve ocorrer no tempo de trabalho e no espaço onde o trabalhador produz e mediante o trabalho e a relação com outros trabalhadores. No assentamento, no caso da produção de alimentos para as famílias assentadas, são as equipes de trabalho que constituem o principal espaço de capacitação técnica para a produção de alimentos, a qual é feita pelos mesmos assentados e, no caso dos produtos voltados para a comercialização, por técnicos de diferentes entidades.

Na equipe de alimentação são produzidas quantidades constantes de alimentos sem o uso de transgênicos nem de agrotóxicos, sem a tutela dos técnicos, ao passo que, com a tutela dos técnicos, na equipe dos bovinos e dos grãos, são produzidos alimentos com o uso de agrotóxicos.

No assentamento há pessoas que detêm maiores conhecimentos, por exemplo, em relação ao controle biológico das pragas, à adubação orgânica do solo e aos cuidados de animais e culturas específicas; a maioria dos assentados ainda sabe como produzir os alimentos básicos

que integram o prato dos brasileiros dessa região do país sem o uso de agrotóxicos.

A natureza das tecnologias usadas para a produção dos alimentos das famílias assentadas, ferramentas mecânicas cujo uso exige força de trabalho humana de forma extensiva, faz com que o conhecimento de que dispõe o trabalhador seja suficiente para produzir sua alimentação e se dispense o acompanhamento dos técnicos. Para a produção dos alimentos das famílias assentadas, os jovens aprendem os protocolos e procedimentos da produção de alimentos no trabalho, observando os outros, seguindo as indicações dadas pelos outros trabalhadores; e as famílias novas, em geral, já têm experiência, como se pode constatar nos textos a seguir:

Quando chega uma família nova, como se define a equipe de trabalho de que fará parte e como se ensinam as atividades e os procedimentos que deverá realizar?

A maioria já vem sabendo, porque, quando a família vem, a coordenação faz uma conversa e eles têm que vir e fazer estágio. E essa família tem que passar por todos os setores e trabalhar, e na hora que ela for aprovada, já vem sabendo o que teria que fazer. Em questão de aprender a mexer em máquinas, isso acontece no setor do gado e da lavoura, aqui não se tem maquinário.¹¹⁷

Por exemplo, no gado de leite, como aprendem o que têm que fazer?

Na prática, os mais velhos vão passado para os mais novos. Cada pouco a gente vai conversando, tem a reunião das equipes e aí tu vai aprendendo na prática mesmo.¹¹⁸

Na horta, por exemplo, eles só passam produtos naturais para o bichinho não ir comer a salada que nós usamos. Tem coisas que eles passam que você

¹¹⁷ Entrevista 4. **Coordenador equipe Alimentação e Reflorestamento**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 18 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

¹¹⁸ Entrevista 1. **Coletivo de Jovens**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filha de assentado, coletivo de Jovens, 2015).

tranqüilamente pode comer depois que não tem veneno.¹¹⁹

Já para a produção dos alimentos que são comercializados¹²⁰, devido ao fato de que as tecnologias usadas exigem dos trabalhadores protocolos mais rigorosos, contam com o acompanhamento de um veterinário para o gado de leite e de um técnico agrícola para a lavoura, os quais são vinculados ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Contam ainda com a ajuda da Cooperoeste, que capacita no controle de pragas e no uso de tecnologias e procedimentos específicos da produção do leite, tais como plantação de pastagem e inseminação de gado; e para a produção da semente de feijão têm o acompanhamento técnico da Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis e Produtos Agropecuários do Sul do Brasil, OESTEBIO, como se constata no relato que segue:

Nós temos acompanhamento técnico. Hoje, tem a Cooperoeste, que tem um veterinário que acompanha o gado de leite e um técnico agrícola que acompanha a lavoura, ele vem, às vezes, cada semana, às vezes, cada quinze dias, daí olha toda a produção e ele acaba diagnosticando e diz que tem que fazer isso, tem que passar isso. No milho, é ele que faz, e no feijão, é o pessoal do MPA, aí tem o técnico que acompanha e diz: esta praga tem que passar isso, e nós executemos, eles fazem o diagnóstico, a orientação do tipo de produto que vai usar.¹²¹

¹¹⁹ Entrevista 3. **Conselho Social e Político**. 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

¹²⁰ A Cooperunião comercializa leite in natura, frango e semente de feijão. Mas no momento da pesquisa de campo, só estava sendo comercializado o leite e, portanto, somente se obtiveram dados da assistência técnica fornecida à equipe dos bovinos, pois o frigorífico se encontrava em remodelação.

¹²¹ Entrevista 9. **Coordenador equipe dos Grãos**. 22 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 23 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador equipe dos Grãos, 2015).

Para a produção dos alimentos para comercialização, os jovens e as pessoas novas no assentamento ou na equipe de trabalho aprendem os protocolos e procedimentos da produção do leite no trabalho, seguindo as indicações dos trabalhadores que têm domínio da função. A equipe de trabalho dos bovinos tem assistência técnica periódica no assentamento, e o propósito geral é o aumento da produção, o incremento na quantidade de litros de leite por dia. Muitos destes cursos são de iniciativa da Cooproeste e outros são solicitados pelo coordenador da equipe de trabalho:

Essa parte, através do técnico da Cooproeste, **é feita todo mês formação com toda a equipe e com todo o assentamento**, o projeto **faz com que as pessoas aprendam para que produzam mais**. Na verdade, eles não têm ciente como fazer, perceber, agir, e isso é voltado mais para em cima de nós, como coordenador. Voltando à parte dos cursos, nós fizemos muitos cursos nos últimos anos de qualificação e trazemos todo o coletivo para aprender, mesmo os cursos da equipe, porque amanhã, não se sabe se vai estar aqui ou se é outro. Todos, internamente, desde como ordenha, como banha, tudo de forma geral.¹²²

Salienta-se que a formação técnica não é dada exclusivamente às pessoas que integram a equipe de trabalho vinculada ao tema do curso, todas as pessoas do assentamento participam da capacitação técnica, mesmo que estejam em outra equipe de trabalho, de modo que, quando for necessário, qualquer pessoa possa assumir a função de outra assim como a mudança de equipe de trabalho.

O setor de produção do Movimento de Trabalhadores Sem Terra também realiza atividades formativas e de capacitação técnica no assentamento, que visam promover a produção diversificada de alimentos e a transição agroecológica. Segundo as lembranças¹²³ das pessoas entrevistadas, no ano agrícola de 2014-2015, as equipes de

¹²² Entrevista 11. **Coordenador Equipe dos Bovinos**. 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 23 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador equipe dos Bovinos, 2015).

¹²³ Não foi possível acessar os registros da planificação nem do desenvolvimento dos cursos técnicos realizados no ano agrícola de 2014-2015, no interior do assentamento, nem da projeção dos próximos cursos.

trabalho tiveram diversos cursos técnicos, entre os quais destacaram os de: conservação de florestas, proteção de fontes de água, horta medicinal, produção agroecológica de alimentos, efeitos dos agrotóxicos na saúde humana, elaboração de adubo orgânico para horta, produção de peixes e tratamento doenças do gado com homeopatia:

Nós, o ano que passou, tivemos um ano de muita formação. Tivemos uns trabalhos em relação à conservação de nossa floresta, tivemos formação em relação à produção de comida saudável, à questão da horta medicinal alternativa, tivemos várias análises de conjuntura. Então, este ano (2014-2015), foi um ano repleto de formação, mas nunca chega.¹²⁴

A maior parte destes cursos de capacitação técnica no interior do assentamento foi planejada e solicitada pelo Coletivo com o propósito de questionar as tecnologias promovidas pelo capital para o aumento da produtividade e avançar na produção agroecológica dos alimentos no assentamento, como relata um entrevistado:

Questão de drogas e agrotóxicos, sobre o agroecológico, que foi vista a questão do veneno, essas foram formações que nós planejamos, que partiu de nosso povo, aqui, interno. Nesse tema, foi feita várias com pessoas de fora. Eu não tenho agenda disso. A alimentação que nós produzimos são todos agroecológicos, todos sem veneno, então, é para incentivar o plantio, como nós tinha um lema: sem veneno é que se planta, tanto que nós, então, para que isso aconteça e mais os problemas que ele [o veneno] traz.¹²⁵

Em virtude do exposto anteriormente, segundo o balanço do Conselho Diretor e do Conselho Social e Político, no ano agrícola de

¹²⁴ Entrevista 7. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 21 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Social e Político, 2015).

¹²⁵ Entrevista 3. **Conselho Social e Político**. 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

2014-2015, os assentados do Conquista na Fronteira tiveram uma constante e variada formação técnica no tempo de trabalho e no interior do assentamento para a produção diversificada de alimentos sem o uso de agrotóxicos. Houve um fortalecimento da formação técnica, tanto para a produção de alimentos como para a conservação dos recursos naturais no tempo de trabalho dos assentados, o que fez com que, à exceção do frigorífico, os trabalhadores já contassem com os aprendizados técnicos básicos para o funcionamento de cada uma das equipes de trabalho.

Com base na avaliação feita, de acordo com a projeção para os próximos cinco anos da formação no interior do assentamento, o foco da formação técnica estará nos processos de produção no frigorífico, mas de forma geral, a formação técnica não vai ser prioridade, pois consideram que o coletivo já conta com os aprendizados básicos para o funcionamento das equipes de trabalho existentes e identificam a dimensão política e ideológica da formação dos assentados como o desafio principal. A seguinte citação ilustra este posicionamento:

Eu acho que nós temos que tomar uma iniciativa novamente, porque as pessoas vão se atrofiando. Com a eleição do Lula nós tivemos uma parada do Movimento e depois elegemos Dilma e a mesma coisa, então, tu começa a perder de vista [...]. **Então vamos ter que buscar, trazer novamente a questão da formação política e ideológica [...]. Eu acho que o político é o mais prioritário, porque o técnico, o agricultor faz 50 anos que trabalha na agricultura, é mais para dar um empurrãozinho.**¹²⁶

Inclusive, quando se perguntou aos coordenadores das equipes de trabalho sobre as atuais necessidades de formação técnica e política da equipe, eles também manifestaram que tinham maior necessidade e interesse na formação política, porque nos aspectos técnicos já tinham suficiente, no entanto, a dimensão da política a que fizeram alusão não é a mesma assinalada pelo Conselho Social e Político. Os coordenadores das equipes fizeram alusão à necessidade de acessar a informação que

¹²⁶ Entrevista 7. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 21 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Social e Político, 2015).

lhes permitisse entender a questão política da produção e comercialização dos alimentos, o funcionamento do agronegócio e os monopólios, mas ambas as perspectivas da formação política são consideradas, pela pesquisa, complementares.

Resumindo, no assentamento Conquista na Fronteira, os assentados têm os conhecimentos técnicos necessários para produzir a maioria dos alimentos que são por eles consumidos, pois, no espaço de trabalho, os mais experientes ensinam aos que não sabem e, além disso, houve, por parte do setor de produção do MST, um fortalecimento da formação técnica no tempo de trabalho dos assentados, na forma de assistência técnica e cursos de capacitação, de modo que todas as famílias do assentamento têm quantidades constantes e suficientes de alimentos sem agrotóxicos e sem transgênicos. Fato que é cada vez menos freqüente no contexto rural da América Latina.

Porém, esta formação carece de registros da planificação e de desenvolvimento das atividades que evidenciem a articulação entre os propósitos políticos e as necessidades técnicas para a produção dos alimentos com os cursos realizados. Também não se conseguiu informação sobre os critérios para a planificação e solicitação de cursos ou palestras nem sobre a projeção dos cursos para o próximo ano agrícola. Ou seja, não se encontrou evidência da existência de uma estratégia educativa para a produção diversificada de alimentos no interior do assentamento.

3.4.2 Possibilidades

A formação dos trabalhadores rurais para a produção diversificada de alimentos tem avanços muito significativos no assentamento Conquista na Fronteira, especialmente em relação aos aprendizados dos assentados sobre a centralidade do trabalho e a necessidade de articulação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Segundo a reflexão dos assentados, a organização coletiva do trabalho exige dispor de conhecimento técnico qualificado das diferentes atividades envolvidas na produção dos alimentos e no componente político. Tal conhecimento técnico abrange a preparação da terra, o plantio, a colheita de diferentes culturas específicas, a criação de animais, o uso e manutenção do maquinário e o desenvolvimento de ferramentas de trabalho; ao mesmo tempo, a formação política exige enfatizar a construção da unidade como trabalhadores Sem Terra, desenvolver experiências de trabalho conjunto e compreender a lógica do funcionamento da sociedade capitalista. O seguinte depoimento

expressa a complexidade desses aprendizados dos trabalhadores depois de 27 anos de construção e desenvolvimento da proposta de assentamentos coletivos:

O agricultor tem que ser um artesão, ele tem que saber fazer um pouco de tudo e principalmente não sozinho. Se tu precisa comprar uma máquina, a dificuldade já é grande, e se for comprar cada um sua máquina, a dificuldade se torna bem maior, além dele ser um técnico na sua propriedade, ele vai ter que trabalhar com as outras pessoas junto. Não posso ter meu vizinho como inimigo, nós temos que nos juntar. O que eu fizer de bom e que serve para meu vizinho vou ter que passar. Não me esconder para ele não me ver. Assim, tu acaba não identificando quem é realmente o inimigo, tu acaba brigando com o que deveria ser teu aliado. A primeira coisa é tu saber fazer de tudo, ser um artesão qualificado, tem que saber plantar milho, feijão, tem que saber plantar tua horta, diversificar. E tu sabendo isso, tu acaba se defendendo, não precisa trabalhar de peão para sobreviver. Tu tendo tua propriedade e sabendo fazer essas coisas, se aliar com quem realmente tu debes te aliar, porque tu não vais te aliar com o grande, o grande vai só vai te explorar, vai te pegar como mão-de-obra barata, tu tem que saber separar essa parte, quem é teu aliado e quem é teu inimigo e aprender fazer de tudo. Na agricultura tem que ser assim, tem que saber abrir um trator, saber mexer com toda a parte da alimentação, lidar com boi e motosserra para tu conseguir te sustentar, porque se depender só de fora, tu não sobrevive.¹²⁷

Os assentados do Conquista na Fronteira têm aprendido que, para um trabalhador rural sobreviver com dignidade no atual contexto econômico, precisa ter terra, dispor da autonomia de sua força de

¹²⁷ Entrevista 9. **Coordenador equipe dos Grãos**. 22 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 23 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador equipe dos Grãos, 2015).

trabalho, juntar-se com outros para produzir e comercializar os alimentos e ter formação política e técnica de forma constante.

Destaca-se também, neste depoimento do assentado, a importância da integração do saber e do fazer, da teoria e da prática na figura do “agricultor artesão” que consegue dar conta da maioria das tarefas da lavoura e da vida doméstica no campo. Desde a experiência dos assentados, possuir estes conhecimentos lhes tem possibilitado garantir a satisfação da necessidade de alimentação das famílias de forma constante no tempo, independente das mudanças dos preços dos alimentos no mercado e das crises econômicas.

Kautsky (1980) explica que este sentido da agricultura, em que o trabalhador rural é um “agricultor artesão”, corresponde à época da Idade Média, antes que a indústria se separasse da agricultura, e confirma que reunir estes conhecimentos permitia constituir sociedades econômicas “indestrutíveis”, porque se bastavam a si mesmas e não precisavam de dinheiro para satisfazer as necessidades de subsistência (alimentação, moradia, vestuário), portanto, não estavam preocupados, nem com os preços do mercado nem com o risco de quebrar. Mas a “pequena indústria camponesa” e sua autonomia nas relações de troca foram dissolvidas com o desenvolvimento da indústria e do comércio no meio urbano e com as novas relações econômicas entre a cidade e o campo, o que impossibilitou, desde então, que os trabalhadores rurais produzam integralmente sua subsistência e sejam autônomos do mercado, em outras palavras, inviabilizou-se a possibilidade de produzir somente valores de uso. O autor diz:

Quanto mais tal processo avança, [se refere à indústria capitalista] e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta sua necessidade de dinheiro, não só apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavar sua terra, não pode mais prover sua manutenção sem dinheiro. (KAUTSKY, 1980, p. 31).

Em consequência, esta evocação ao conhecimento do “agricultor artesão” que fazem os assentados no Conquista na Fronteira, com base na sua experiência de trabalho e organização social, expressa a necessidade de que os trabalhadores rurais acessem os conhecimentos básicos que lhes permitam recuperar o controle do processo de produção

dos alimentos. Não se deve confundir com um convite para retornar ao pré-capitalismo ou à “pequena indústria camponesa”, ao contrário, a experiência de um assentamento com caráter coletivo da terra, do trabalho, dos meios de produção e da produção, com exploração planejada da terra, divisão do trabalho e integração de conhecimentos técnicos e políticos, é a expressão do desenvolvimento do processo paralelo ao processo de centralização de capitais anunciado por Marx (2013), o qual permitiria transformar a propriedade privada fundada na exploração do trabalho alheio em propriedade social. O autor explica que:

Essa expropriação [a do capitalista que explora muitos trabalhadores] se consoma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização de capitais. Cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou a expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa de miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu como ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da

propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (MARX, 2013, p. 832).

A experiência educativa para a produção de alimentos diversificados do Assentamento Conquista na Fronteira tem avanços e aprendizados que devem ser sistematicamente refletidos, documentados e difundidos entre os trabalhadores rurais da América Latina caso se queira construir estratégias para acabar com o entrave da propriedade social.

3.4.3 Limites

Contudo, a *formação dos trabalhadores rurais para a produção diversificada de alimentos* no assentamento Conquista na Fronteira também apresenta grandes limites. Ainda que a formação técnica no assentamento Conquista na Fronteira seja desenvolvida no espaço em que o trabalhador produz e todas as equipes de trabalho recebam a mesma capacitação, fazendo com que todos tenham conhecimento do conjunto dos processos produtivos no assentamento, não se percebeu uma integração entre teoria e a prática, nem entre ciência e produção.

Uma vez que a formação técnica que hoje tem lugar no assentamento Conquista na Fronteira encontra-se restringida a cursos esporádicos de capacitação em procedimentos específicos, está projetada de forma separada da formação política e não propende para a compreensão dos fenômenos físicos, químicos e biológicos envolvidos no funcionamento dos agroecossistemas e nas tecnologias disponíveis para a produção dos alimentos. Os jovens, por exemplo, sentem necessidade de conhecer as épocas de plantio e os procedimentos para a produção, conservação e estocagem das sementes. Eles assim expressam seus desejos:

Continuar fortalecendo esse negócio da agroecologia, eu acho que é uma sacada muito boa para tua saúde e para tu tirar uma renda disso, porque hoje em dia, para tu comprar um produto agroecológico, não é barato e também cultivar nossas sementes, que nós perdemos, a maioria de nossas sementes nós perdemos. Acho que nós devia ter mais conhecimento disso, que eu também tenho pouco, de que época que se planta, essas coisas, de como tirar semente, como se

guarda. Eu acho que isso tá faltando, o jovem não tem isso, alguma coisa **você conhece porque vê eles fazendo, só que podia ser mais a fundo**, podia ser um repasse mais proveitoso para o jovem.¹²⁸

Outro problema é que o aumento dos cursos de capacitação não significa que os aprendizados sejam levados em conta na planificação e no direcionamento da produção nas equipes de trabalho nem na realização das tarefas específicas no espaço de trabalho. Por exemplo, apesar de no assentamento as diferentes equipes de trabalho terem tido diversos cursos e palestras que promoveram a produção de alimentos sem agrotóxicos, alguns dos assentados ainda defendem a necessidade de seu uso e, de fato, continua-se utilizando, especialmente na produção dos alimentos que são comercializados.

Da perspectiva de alguns dos assentados, esta dificuldade explica-se pela falta de determinação por parte do coletivo e pela falta de vontade dos assentados. Na perspectiva desta pesquisa, considera-se que cursos isolados e eventuais, mesmo que numerosos, não são suficientes para desinternalizar os aprendizados dos processos educativos que, por décadas, promoveram o monocultivo e o uso intensivo de agrotóxicos; e por outro lado, as condições materiais do coletivo como, por exemplo, a falta de trabalhadores, de sementes crioulas e de tecnologias alternativas, assim como os imperativos impostos pelo mercado, fazem da produção de alimentos agroecológicos uma tarefa difícil de implementar no assentamento. Falando da alternativa da cobertura verde para não usar agrotóxicos na lavoura, a entrevistada assinala:

Se tu começa com cobertura verde, porque, quando a gente morava com meu pai e com minha mãe, a gente fazia sempre isso, cobertura verde para o solo não ficar descoberto em épocas que não tem plantio, daí, depois, nos passávamos rodinho, plantava ali, o mato não vinha e vinha planta bonita, **só que ali precisa um tempo maior para a gente conseguir, você tem que ter**

¹²⁸ Entrevista 1. **Coletivo de Jovens**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filha de assentado, coletivo de Jovens, 2015).

**a semente, você tem que ter vontade de fazer,
porque às vezes a vontade
também...falta.**(risos).¹²⁹

Estas fragilidades da formação dos assentados estão diretamente relacionadas com um dos principais problemas da produção: a ambivalência, tanto no discurso como na prática, em relação à matriz tecnológica que vai ser adotada para a produção dos alimentos no assentamento e à falta um projeto de desenvolvimento tecnológico.

Em relação ao primeiro ponto, no assentamento existem opiniões divergentes sobre o tipo de tecnologias a serem adotadas na produção dos alimentos, as quais, inclusive, põem em risco as conquistas do coletivo. Assim, por exemplo, não há consenso sobre o uso de sementes transgênicas, o uso de agrotóxicos na plantação dos grãos e na pastagem, o tipo de maquinário que deve ser comprado, as características da ração dos animais e o tratamento homeopático das doenças dos animais. O coordenador da equipe dos bovinos relata a dificuldade:

À parte a minha situação, tem outros que na reestruturação vão sair porque querem descansar um pouco, tem pessoas que querem sair para outro setor para dar uma trocada de ambiente, mas também tem a questão forte de vir para cá, então, vai ser um mês de trocas importantes, mas uma questão importante é que pouco vai valer a pena. Por exemplo, temos uma linha de efeito e saída aqui que, **dependendo de quem vêm, põe tudo a perder**, a homeopatia, o veneno na pastagem, a questão da condução dos animais, pode ficar em risco porque eu estou passando, por exemplo, a questão da homeopatia à juventude, já prevendo que tenho que preparar meu sucessor: eu saio e o deixo bem qualificado para qualquer atividade. Mas **tem pessoas que acham que não deveria se fazer a linha da pastagem sem veneno, porque acham que vão produzir mais dessa forma, seja ao custo que for. Se vem alguém nesse campo e**

¹²⁹ Entrevista 3. **Conselho Social e Político**, 23 e 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 16 de Março, 2015. (Assentadas, Conselho Social e Político, 2015).

mexer o solo e usar o veneno, isto aqui não vai resistir, isso é automático e então vamos cair na dependência do agronegócio, vamos cair na compra de antibiótico para a mastites e o carrapato, mas se é uma coisa que se for necessária a gente também não vai no campo e dizer que vamos botar tudo a perder, mas é procurar levar o conhecimento do mundo, quais são os riscos que estão presentes.¹³⁰

As discussões das equipes de trabalho, dos núcleos de base e das instâncias de decisão, como as Assembléias, precisam do apoio de argumentos científicos e de reflexões sobre o histórico do assentamento que orientem, entre outras coisas: a construção coletiva de critérios na definição das atividades produtivas e dos produtos a serem comercializados; a planificação da produção; as decisões financeiras como, por exemplo, os investimentos, os endividamentos, a compra de tecnologia e insumos; e necessitam igualmente de dados que ajudem a analisar a conveniência das parcerias. Enfim, precisa-se de argumentos científicos que auxiliem na elaboração de uma estrutura estratégica coerente com seus princípios políticos e contra o monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos.

A respeito da falta de um projeto de desenvolvimento tecnológico no assentamento, isso ocorre porque ainda não estão dadas as condições materiais para o desenvolvimento de tecnologias concebidas para a satisfação das necessidades de alimentação e a redução do tempo de trabalho necessário. Com efeito, além do acesso à informação técnica e teórica, que hoje é insuficiente, precisa-se de ferramentas, de documentação e sistematização das experiências, de laboratórios e, especialmente, de tempo livre para estudar, experimentar, criar.

Se bem que uma das principais conquistas da organização e realização coletiva do trabalho foi a redução do tempo de trabalho necessário, dando aos assentados no Conquista na Fronteira a possibilidade de conhecer o tempo livre, esse tempo disponível ainda não é suficiente para o desenvolvimento das capacidades criativas dos trabalhadores rurais. Falta tempo para conseguirem se ocupar da experimentação e construção de tecnologias alternativas para a produção

¹³⁰ Entrevista 11. **Coordenador Equipe dos Bovinos.** 12 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 23 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador equipe dos Bovinos, 2015).

dos alimentos com uma racionalidade de satisfação da necessidade de alimentação.

Esta limitação no aproveitamento do tempo livre dos assentados é consequência da falta das condições materiais já assinaladas, da continuação do trabalho após a finalização da jornada na Cooperunião, assim como da natureza mesma do trabalho, uma vez que, conforme explica Mészáros (2008), a emergência da criatividade humana depende tanto da intensidade do trabalho como da quantidade de tempo disponível. (p. 102).

Como resultado da falta de um projeto de desenvolvimento tecnológico no assentamento, as contribuições para o fortalecimento de organizações e associações de trabalhadores para o desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura são muito restritas. Destacam-se como ações que contribuem para o desenvolvimento tecnológico da agricultura: a proteção da diversidade e ação contra o monopólio corporativo da produção e distribuição dos alimentos; a experiência de tratamento homeopático da mastite e do carrapato, que gerou o interesse de outros agricultores da região; e a articulação com o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), para a produção de semente de feijão crioula.

Em suma, a *formação dos trabalhadores rurais para a produção diversificada de alimentos* no assentamento tem o desafio de ir além do saber fazer, deve procurar que, mediante o trabalho produtivo, se tenha a apropriação dos conhecimentos científicos que explicam o funcionamento da natureza e o funcionamento da sociedade. Tem o desafio de integrar, no espaço educativo das equipes de trabalho e na assistência técnica, conteúdos sobre o contexto político e econômico das técnicas e as tecnologias que estão sendo apreendidas, desvelando a racionalidade com que foram construídas e sua relação com os problemas da produção e com os trabalhadores. Tem o imperativo de conseguir que os trabalhadores rurais se apropriem da ciência para possibilitar reconstruir a “identidade entre ciência e trabalho” no processo de produção. Conforme explica Manacorda (2010):

A propriedade privada dos meios coletivos de produção, que é apropriação do trabalho alheio, tem significado, também, apropriação privada da ciência e sua separação do trabalho; esta tem mesmo negado o preexistente vínculo entre ciência e ação, próprio da limitada produção artesanal, mas criou, por sua vez, as condições

para sua própria superação. Torna inevitável a recuperação de uma **identidade entre ciência e trabalho**; e tal recuperação não pode realizar-se a não ser como reapropriação da ciência por parte de todos os indivíduos **no processo coletivo de produção** moderna, do moderno domínio do homem sobre a natureza. (p. 79).

Dessa forma, os trabalhadores rurais de todas as idades deveriam ter a possibilidade de aceder ao conhecimento que é fonte do controle dos processos produtivos na agricultura, já que, sem o acesso aos conhecimentos das ciências naturais e da economia política, tanto a elaboração de uma estrutura estratégica como o desenvolvimento e a implementação de uma matriz tecnológica alternativa se distanciam cada vez mais.

3.5 FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS PARA A ANÁLISE DO CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS

Mészáros (2008), ao longo do seu texto, argumenta que a educação tem uma importância estratégica na consolidação de uma ordem hegemônica alternativa, explicando que ela tem uma dupla e simultânea tarefa histórica: uma no âmbito do concreto, que consiste em contribuir para a “mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade”, e outra no âmbito do abstrato, que corresponde à “transformação progressiva da consciência“. O autor argumenta enfaticamente que:

A tarefa histórica da educação “envolve simultaneamente a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade, no sentido de reconquistar o controle total do próprio capital (...) e a transformação progressiva da consciência em resposta as condições necessariamente cambiantes” (p. 75). (...) o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p. 65).

Considerando os esclarecimentos do autor, identifica-se a necessidade de que a educação dos trabalhadores rurais lhes permita assumir, de forma consciente e argumentada, a responsabilidade coletiva de agir na direção de seu presente e seu futuro. Para tal finalidade, a educação dos trabalhadores rurais tem o desafio de bloquear e controlar a ação educativa do Estado e do Capital mediante a *análise do contexto político e econômico da produção e distribuição dos alimentos* e mediante o *desenvolvimento de ações coletivas para a criação e utilização de mecanismos de pressão política*.

A respeito da primeira tarefa, considera-se importante que a formação política dos trabalhadores rurais integre a análise crítica do contexto político e econômico da produção e distribuição de alimentos na América Latina, que contribua para o desenvolvimento da capacidade de deliberação política do trabalhador rural e o aproxime à compreensão do contexto concreto da produção de alimentos que determina sua situação histórica específica,

[...] pois é precisamente a sua situação histórica e social concreta que os convida a formular os valores pelos quais **seu compromisso ativo com determinadas formas de ação** pode levar a cabo a **realização de sua parte apropriada adotada de maneira consciente** – que, por conseguinte, os define como indivíduos sociais autônomos e responsáveis –na grande transformação contínua. (MÉSZÁROS, 2008, p. 94, grifo nosso).

Tendo em conta os propósitos e as necessidades da proposta de Soberania Alimentar, a *análise do contexto político e econômico* implica que os trabalhadores rurais tenham os fundamentos básicos que lhes permitam entender o movimento das relações sociais de produção na conjuntura da região e identificar a ação mediadora do Estado.

Do desenvolvimento deste primeiro tema fariam parte, entre outros assuntos: trabalhar as características, os argumentos, as estratégias e os efeitos do monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos; estudar a relação entre monopólio internacional e Estado, as políticas e os programas de produção e comercialização de alimentos, as políticas educativas no campo e na cidade; avaliar o estágio da reforma agrária nos países da América Latina; pesquisar e denunciar a condição dos trabalhadores rurais numa

perspectiva histórica, referente à situação dos direitos políticos e econômicos dos trabalhadores rurais na América Latina; analisar os pactos regionais de produção e comercialização na América Latina; analisar a configuração da dívida externa regional, assim como fornecer elementos para a análise da conjuntura política e econômica dos países da região.

No que diz respeito à identificação da ação mediadora do Estado, é preciso destacar que, de acordo com Mészáros (2008), o Estado é uma das “mediações de segunda ordem” que tem como finalidade internalizar o *ethos* capitalista e, assim, legitimar e garantir sua expansão e reprodução sócio-metabólica a partir da instituição fetichista de estruturas de dominação e dependência que, mediante a educação no seu sentido amplo, a imposição de hierarquias e/ou a dominação estrutural, internaliza a concepção dominante do mundo (valores, prioridades, objetivos). Nas palavras do autor:

O grave e insuperável defeito do sistema do capital consiste na *alienação de mediação de segunda ordem* que ele precisa impor a todos os seres humanos, incluindo-se as personificações do capital. De fato, o sistema do capital não conseguiria sobreviver durante uma semana sem as suas mediações de segunda ordem: principalmente o Estado, a relação de troca orientada para o mercado, e o trabalho na sua subordinação estrutural ao capital. Elas (as mediações) são necessariamente interpostas entre indivíduos e suas aspirações, virando essas de “cabeça para baixo” e “pelo avesso”, de forma a conseguir subordiná-los a imperativos fetichistas dos sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2008, p. 72, grifo do autor).

Nesse sentido, o controle da ação mediadora do Estado refere-se também a uma ação educativa no âmbito do concreto, a qual consiste em proporcionar elementos teóricos e práticos que permitam aos trabalhadores rurais discernir sobre a natureza de suas aspirações e compreensão do mundo; analisar as políticas do Estado, dos governantes e dos organismos multilaterais; assim como fazer propostas alternativas de forma coletiva.

Para o controle parcial das políticas estatais é importante identificar os conteúdos ideológicos incorporados na formulação e

implementação das políticas e dos programas, procurando alertar os trabalhadores rurais sobre a natureza fetichista do Estado e sua relação com o funcionamento da sociedade de hoje. Trata-se de evidenciar sua vinculação às condições materiais dos trabalhadores, os consensos, a impossibilidade de construção de alternativas, o aumento da precarização das condições de trabalho, o desemprego, a vulnerabilidade dos direitos, a terceirização, a automação, a privatização da ciência e da tecnologia, bem como os avanços das forças produtivas em geral, entre outras ações que possam tornar descartável a força de trabalho e impedir a produção das condições materiais para a satisfação das necessidades básicas.

A respeito da segunda tarefa, uma vez que mediante a *análise do contexto político e econômico* o trabalhador rural identifica a necessidade de se opor coletivamente à concentração da produção e distribuição dos alimentos e é desativada a resignação e acordada a capacidade de indignação nos trabalhadores rurais, se faz necessário retornar ao nível da ação na realidade objetiva. Trata-se, aqui, de assumir a responsabilidade de agir coletivamente.

Desenvolver ações coletivas para a criação e utilização de mecanismos de pressão política implica fortalecer as organizações e associações dos trabalhadores na capacidade de deliberação, construção de propostas e desenvolvimento de mecanismos de pressão no âmbito das condições materiais de existência dos trabalhadores e da produção e comercialização de alimentos.

A luta pela dignidade das condições materiais de existência dos trabalhadores encontra-se relacionada com a exigência permanente da proteção e restituição dos direitos sociais, políticos e econômicos dos trabalhadores do campo e da cidade; propõe para a apropriação individual e coletiva dos acordos mínimos que garantem as condições de sobrevivência da classe trabalhadora e a possibilidade de aceder a “partes” dos benefícios do desenvolvimento das forças produtivas.

Se se entender os direitos humanos como a representação do consenso internacional dos limites nos níveis de exploração aceitáveis por uma sociedade, num momento histórico específico, como a compensação pela degradação material gerada pela exploração do trabalho, então, embora a reivindicação de direitos por meio de políticas públicas e programas sociais seja um passo perigoso, pela sua tendência a obscurecer as contradições, reivindicar direitos e políticas públicas, mostra-se como um passo necessário na construção de uma base

material para conquistar a dignidade humana e rejeitar a miséria.¹³¹ Assim, a pressão e reivindicação dos acordos mínimos que garantem a sobrevivência dos trabalhadores constituem um passo imprescindível, mas não suficiente no processo de “recuperação do homem que se perdeu de si mesmo”.

A luta pela produção e comercialização de alimentos representa, essencialmente, o embate pelo aumento do tempo livre e o acesso ao desenvolvimento das forças produtivas; refere-se à possibilidade de conformação de cooperativas de trabalhadores, ao acesso aos meios de produção e à incidência dos trabalhadores nas políticas agrícolas e de comércio nacionais e internacionais.

No âmbito do concreto, os trabalhadores rurais precisam assumir tal responsabilidade coletiva e organizar-se para exercer controle nas políticas estatais e dos governos mediante a luta constante pela dignidade das condições de existência da classe trabalhadora e a manifestação pública da indignação.

No que se refere à manifestação coletiva da indignação, a tarefa central consiste em desativar a resignação, o aquietamento, produto da domesticação das instituições educativas e, em contrapartida, fortalecer a inconformidade coletiva e fomentar relações de solidariedade com os problemas e as reivindicações de trabalhadores de outras categorias e regiões.

Manifestar coletivamente a indignação significa evidenciar que não há consenso e consentimento geral; significa contestar os propósitos, as metas, os planos e as estratégias que vão contra o bem-estar dos trabalhadores rurais e suas famílias; significa questionar a posição e situação que lhes foi atribuída na hierarquia social e na divisão internacional do trabalho, visto que, na realidade, “uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio de seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Segundo Mézáros (2008), a importância da manifestação pública da indignação reside na reunião de forças em torno dos interesses e projetos dos trabalhadores, uma vez que, “[...] sem a mobilização das

¹³¹ Esta compreensão dos direitos humanos encontra-se fundamentada no estudo: “Programas Públicos Recreativos: Estratégia Educativa em e para à Restituição dos Direitos Humanos em contextos de Violência e Narcotráfico”, desenvolvido pela autora no ano de 2013.

grandes massas do povo não pode haver esperança de sucesso contra a disparidade esmagadoramente favorável ao capital sob as condições históricas vigentes.” (p. 118). Mas nem todas as mobilizações aportam ao propósito de unidade assinalado pelo autor, pois, às vezes, a força mobilizadora é centrífuga e abafa a voz dos trabalhadores. Entende-se que, tendo presente as possibilidades e os limites da proposta de Soberania Alimentar e as necessidades políticas dos trabalhadores rurais, as manifestações devem se desenvolver a partir de forças centrípetas em torno ao trabalho e à produção dos alimentos.

Nesse sentido, analisar o contexto político e econômico é um passo-chave para desativar a resignação, acordar a inconformidade e perceber a necessidade de assumir responsabilidades coletivas e individuais na sua alteração. Espera-se que *a análise do contexto político e econômico* contribua para o desenvolvimento de ações coletivas conscientes e estratégicas que permitam aos trabalhadores rurais avançar no controle da ação educativa do Estado e do Capital.

Resumindo, participar de ações coletivas para a criação e utilização de mecanismos de pressão política é um exercício pedagógico que contribui para que o trabalhador rural identifique que “[...] a realidade pode ser mudada de modo *revolucionário* só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que saibamos que a realidade é produzida por nós.” (KOSIK, 1976, p. 18. grifo do autor). Em outras palavras, que perceba a provisoriidade da realidade e a possibilidade de participar na sua alteração; descubra na ação coletiva a capacidade de criação; e assuma a responsabilidade coletiva de agir em seu tempo histórico e contribuir para a construção da unidade dos trabalhadores, entendendo que a “[...] dinâmica da historia não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real, na linha da ‘manutenção e /ou mudança’”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 50).

3.5.1 Espaços de Formação

No interior do assentamento Conquista na Fronteira identificam-se como espaços que propiciam a *formação para análise do contexto político e econômico da produção e distribuição dos alimentos* os encontros dos Núcleos de Base, as Assembléias e os encontros do Coletivo de Jovens.

Os Núcleos de Base são espaços de deliberação de que participam diretamente as famílias assentadas; no momento, há seis Núcleos de Base, organizados segundo a proximidade das vivendas. Os Núcleos de

Base são a primeira instância organizativa e deliberativa, em que se discutem, aprovam e qualificam propostas no âmbito da produção, da convivência do coletivo, dos problemas e das atividades do coletivo e assumem responsabilidades específicas na formação política das famílias assentadas. O item 6 do artigo quarto do Regimento Interno (2011) define que suas funções são: "discutir e sugerir propostas para a Assembleia; desenvolver estudos de formação política; desenvolver trabalhos práticos; receber caravanas de visitas na comunidade e acolher visitas do assentamento ou estagiários nas famílias quando necessário." (p. 5).

A Assembleia é um espaço de informação, deliberação, decisão e formação de todos os trabalhadores rurais assentados, o qual é coordenado pelo Conselho Social e Político. Neste espaço se faz análise do contexto político e econômico, em que se trabalha a conjuntura política e econômica do Brasil, se difundem as propostas do Movimento, se difunde o pensamento dos intelectuais do Movimento e são socializadas as informações dos "liberados" que têm contato direto com a direção nacional. A Assembleia é a última e principal instância de decisão no assentamento e os assentados a reconhecem, nesses encontros, como o principal espaço de formação política. Ao se questionar os assentados sobre a Assembleia, obteve-se a seguinte resposta:

A Assembleia é um espaço de formação política?
Sim porque é o momento que a gente tem em que está todo mundo, todo o assentamento, as crianças, os jovens e os mais velhos, para a gente discutir, e aprovando as decisões, nossas metas no assentamento. É um espaço onde se toma a decisão coletiva.¹³²

Segundo os depoimentos das pessoas entrevistadas, no ano agrícola de 2014-2015, foram realizadas várias Assembléias com o propósito de formar politicamente os assentados:

Aqui a gente faz quase todo o ano formação,
numa área ou outra a gente sempre tem, mas o que

¹³² Entrevista 5. **Comissão de Educação.** 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

a gente mais faz é para as pessoas serem mais humanas, menos agressivas, mais compressivas, mesmo porque a gente está num coletivo, e não pode estar com raiva. Então, a **formação política, aqui, é super importante para as famílias, para cada pessoa.** A gente fez sobre educação, sobre o ambientalismo, agrotóxicos, tipo tudo o que deveria acontecer numa propriedade a gente já fez formação, só não põe em prática quem não quer.¹³³

Os Cursos de formação política que têm lugar no interior do assentamento são solicitados segundo as necessidades de compreensão que apresenta a conjuntura política do país. O critério principal para a escolha dos palestrantes, além do conhecimento do tema, é que seja alguém do Movimento ou compartilhe a perspectiva política do Movimento e tenha compromisso com as reivindicações dos trabalhadores rurais. O coletivo é consciente da ação mediadora dos meios massivos de comunicação e, portanto, procura esclarecimentos junto aos intelectuais e à direção nacional e regional do Movimento Sem Terra.

Segundo o Conselho Social e Político, nas Assembléias do assentamento estiveram fazendo formação para os assentados reconhecidos intelectuais vinculados ao MST, como João Pedro Stédile, Ademar Bogo, Vilson Santin, mas não havia registros dos palestrantes e das temáticas desenvolvidas que permitissem caracterizar estas atividades de formação política nas Assembléias.

O Coletivo de Jovens é um espaço de formação no qual se faz análise do contexto político e econômico e que funciona no tempo de não trabalho. As atividades do coletivo de jovens são desenvolvidas no tempo livre, portanto, o tempo investido nas atividades não é considerado como hora de trabalho. Seu foco é a educação política dos assentados com 15 anos de idade até estes casarem ou terem filhos. No regimento interno (2011) registra-se a tarefa de “criar momentos de formação específica para jovens” e de contribuir com as comissões de esporte e de animação (item 4.5, p. 4). Considera-se que é “um espaço específico para debates, formação e organização dos jovens. Também de

¹³³ Entrevista 12. **Equipe Alimentação e Reflorestamento.** 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 24 de Março, 2015. (Assentado, Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

aquisição de experiência no processo de organicidade, uma preparação para que os mesmos no presente ou no futuro venham a contribuir nas instâncias da Cooperativa.” (COOPERUNIÃO, 2015, p. 20).

No ano agrícola de 2014-2015, uma das principais conquistas do grupo de jovens foi a construção do “Aviário das Artes”, um espaço de encontro para o desenvolvimento de atividades artísticas, de formação política e de estudo direcionado pelos mesmos jovens. Nesse espaço, de forma autônoma, são desenvolvidas atividades que visam desenvolver a capacidade de deliberação política; os mais novos são preparados para a coordenação do grupo e para contribuir no coletivo do assentamento. A citação que segue ilustra as conquistas do Coletivo de Jovens:

No grupo de jovens faltou fazer uma formação mais interna da coordenação, porque tem pessoas que já têm um conhecimento já bem elevado e alguns que estão começando agora. Então, os que estão começando agora têm uma dificuldade em se colocar na coordenação, principalmente se sabem que tem alguém que sabe um pouquinho a mais, então, ele fica mais retraído, então faltou a gente fazer isso. Mas a gente já procurou a forma de estar consertando: que foi criado agora um grupo de estudo com onze ou doze jovens, são todos aqueles que fizeram o curso de formação de dirigentes, e os mais novinhos que querem participar, e os mais velhos que estão estudando, e os que já terminaram de estudar e estão aí, sem saber o que fazer. Então, a gente pegou todo mundo e montou um grupo de estudo para discutir principalmente o método de trabalho de base e organização do Movimento e discutir, discutir a crítica e autocrítica, que são coisas que a gente acha importante estar resgatando nesse processo, porque no início tinha. A gente está trazendo de novo para estar se colocando e contribuindo ainda mais no processo que está vindo agora, que é de planejamento, de direção, de reestruturação.¹³⁴

¹³⁴ Entrevista 5. **Comissão de Educação.** 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

Destaca-se também que o Coletivo de Jovens tinha projetado iniciar um grupo de estudo com a intenção de conhecer e se apropriar dos princípios, das diretrizes, propostas e dos documentos do MST. As próximas citações oferecem detalhes deste propósito:

No aviário, fizemos frases, debatemos sobre essas coisas e lemos livro e lendo livro tu já adquire um monte de conhecimento e a piaçada, aqui, a maioria não faz isso. Nós tivemos uma reunião de planejamento e estamos tentando. Agora, nossa idéia é criar um **grupo de estudos** com os jovens mais velhos que estão parados, que já se formaram no ensino médio, e tentar formar um grupo de estudos. Nós vamos começar a estudar o método de direção do Movimento, **trabalho de base do Movimento, estudar nosso Movimento** e daí também vamos começar na crítica e autocrítica, que pode ajudar para nós também a evoluir nisso. Que aí eu acho que isso aí também foi um erro, que no começo do assentamento existia crítica e autocrítica e depois foi abandonado, no se fez mais, e isso ajudava bastante.¹³⁵

Quando vai acontecer esse grupo de estudos?

Estamos organizando os textos agora, a idéia que desta semana até semana que vem a gente sente a primeira vez para entregar e separar os textos e numa semana é sentar para debater os textos. Têm prazo maior, de quinze dias, para ler todo o livro, fazer os apontamentos e se reunir e debater, mas a idéia é todas as semanas a gente sentar.

Que textos vão trabalhar? Quais seriam os autores?

A princípio são os textos do Movimento: que são os princípios formativos, os princípios ideológicos, que para a gente começar a se avaliar e identificar no processo. Aí já vem os textos de Stédile, que são muito bons. Tem um livro que saiu agora, da conjuntura agrária, que é

¹³⁵ Entrevista 1 **Coletivo de Jovens**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filho de assentado, coletivo de Jovens, 2015).

interessante estar discutindo com a gurizada, eu não lembro o nome, é um livro sobre a conjuntura agrária, mas é um livro muito bom. Tem os materiais que vêm dos congressos, matérias específicas dos setores e esse processo de planejamento e avaliação, que é interessante a gente estar lendo e que o Movimento já tem cartilha.¹³⁶

As diferentes atividades de formação têm propiciado que o Coletivo de Jovens tenha interesse em fortalecer seu vínculo com o MST e procure informações que lhes permita compreender o contexto político e econômico que determina a situação atual dos trabalhadores rurais, assim como assumir responsabilidades coletivas com a transformação da sociedade em seu tempo histórico e entorno específico. O seguinte depoimento evidencia esse compromisso dos jovens.

Mesmo com todos os problemas que você descreveu, daqui do assentamento, você acha que, como jovem, tem possibilidade de agir aqui e de tentar puxar as coisas que você está propondo?

Eu acho que é meio que obrigatório fazer isso, nada mais justo do que tu tentar transformar uma sociedade, tu tens que começar pela tua casa, alguma coisa tens que fazer, tu não pode ficar parado, **tu não pode se acomodar também,** se não dá desse jeito, vamos tentar de outro jeito, de repente, algum dia mude ou de repente, fica só patinando, mas tu tentou exercer alguma coisa para tentar mudar.¹³⁷

Porém, os adultos não estão conseguindo reconhecer no aviário das artes um potencial espaço de formação política dos jovens, que pode contribuir positivamente para o coletivo do assentamento; não têm

¹³⁶ Entrevista 5. **Comissão de Educação.** 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

¹³⁷ Entrevista 1. **Coletivo de Jovens.** 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filho de assentado, Coletivo de Jovens, 2015).

participado das atividades que são desenvolvidas e vêm com desconfiança os encontros dos jovens nesse lugar, por não estarem sob a supervisão dos mais velhos. Os jovens assim se manifestam sobre esta atitude dos mais velhos:

Por que o preconceito dos pais com o aviário?
 Porque é mais afastado, eles olham isso como se fosse uma coisa só de jovens. Eles deviam estar mais freqüentes e nós cobramos isso deles, de nossas atividades eles estar participando também, não necessariamente tem que ser só de jovens, quando vamos mexer com argila, nós abrimos para eles, nós convidamos, eles deviam agarrar isso, **eles têm bastante preconceito, sim, eles acham que vamos encher a cara, beber muito, e às vezes acontece, mas é coisa de jovens.** Eles acham: vai rolar muita droga e álcool, e sexo, eles pensam assim, principalmente com as meninas, os piás são liberadão, assim, mais é as gurias. **Eles têm, sim, um pouco de preconceito lá com o aviário e eles não estão fazendo parte do aviário das artes, quem está fazendo que as coisas funcionem são os jovens.**¹³⁸

Em resumo, o assentamento Conquista na Fronteira, no tempo de trabalho, tem dois importantes espaços de *formação e participação política dos trabalhadores rurais*, que são os Núcleos de Base e as Assembléias; e no tempo de não trabalho, o principal espaço que assume o desafio de formar os trabalhadores na análise da conjuntura política, da concentração da produção e distribuição de alimentos e alerta na mediação do Estado é o Coletivo dos Jovens. Porém, os três espaços precisam de fortalecimento e de articulação estratégica entre eles e com as atividades de formação nas equipes de trabalho.

3.5.2 Possibilidades

No assentamento Conquista na Fronteira, a organização e realização coletiva do trabalho possibilita a participação de todos os

¹³⁸ Entrevista 1. **Coletivo de Jovens**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filha de assentado, Coletivo de Jovens, 2015).

assentados nos espaços de formação política. Uma das principais possibilidades da formação dos trabalhadores rurais para a *análise do contexto político e econômico da produção dos alimentos* tem a ver com o fato de que o tempo investido na formação dos trabalhadores é considerado tempo produtivo e, portanto, é reconhecido como hora trabalhada. Na compressão dos assentados:

[...] Pelo fato de nós ser organizados em coletivo, nós temos condições de parar um pessoal de um setor de produção e dizer que a prioridade é participar da Assembleia hoje. Todo mundo ganhou as horas porque é um dia produtivo. Se for um assentamento lá em Abelardo Luz, individual, não tem isso, porque eu tenho que fazer isso hoje, não posso ir lá, se eu for vai dar problema aqui amanhã. Aqui não, todo o povo que está ali, tem um povo na retaguarda fazendo, sustentando a base, isso só acontece pela organização, o que determina é a forma de estar organizado.¹³⁹

O fato de que os encontros dos Núcleos de Base e as Assembléias sejam realizados no tempo de trabalho permite reunir os assentados num mesmo lugar e possibilita que todos participem das diferentes atividades de formação sem afetar a realização das tarefas imperativas da produção como, por exemplo, a ordenha e o tratamento dos animais. A forma coletiva como foram organizados o trabalho e a produção no assentamento permite que, no tempo de trabalho, homens e mulheres, jovens e adultos possam participar de espaços de deliberação e acessar a informação que incide na compreensão individual e coletiva do contexto político e econômico, no posicionamento político dos trabalhadores e no desenvolvimento de ações coletivas conscientes e argumentadas.

Em relação às práticas formativas que hoje são desenvolvidas no assentamento, para a *análise do contexto político e econômico da produção dos alimentos*, destaca-se que no espaço das Assembléias e dos encontros do Coletivo de Jovens se discute a conjuntura política e econômica do país e se alerta sobre a ação mediadora do Estado, mas ainda falta planejar e realizar atividades de formação que permitam que

¹³⁹ Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

os trabalhadores conheçam os argumentos, o funcionamento e as estratégias da concentração internacional da produção e distribuição dos alimentos no Brasil e na América Latina e, ademais, evidenciem a relação entre o Estado, o Capital e a Agricultura.

No assentamento Conquista na Fronteira, as Assembléias, além de serem um espaço de participação direta e concreta dos assentados cujas práticas são em si mesmas conteúdos constituintes da formação política dos trabalhadores, também realizam análise da conjuntura política e econômica do Brasil. Nas Assembléias se faz, periodicamente, a análise de situações específicas relacionadas com a política e economia nacional que permite que os assentados não fiquem isolados e desinformados e possam ter acesso a fontes de informação e conteúdos diferentes dos que são apresentados pelos meios massivos de comunicação. Os trabalhadores afirmam:

Cada 60 dias nós temos, sempre, nós temos uma análise de conjuntura, para saber como que tá o panorama. Faz um mês e pouco, veio um tal de Wilson Santin, que é do Movimento e fez uma análise de conjuntura para nós, porque tem pessoas que só ficam aqui e não ficam sabendo como que está lá fora, e nessa análise de conjuntura a pessoa fica informada.¹⁴⁰

Os cursos que a gente pede vêm mais de nossa necessidade, se a gente está precisando. Poucos dias atrás a gente teve formação com o Santin, que é do Movimento, que é uma situação de toda essa **movimentação do impeachment da Dilma e o Movimento da direita** que está crescendo e gente ainda está meio sem entender porque está uma bagunça. É tanta coisa junta que não dá para se agarrar em nada, então, a gente chamou ele para esclarecer um pouquinho o povo e clarear um pouco as idéias sobre o que está acontecendo

¹⁴⁰ Entrevista 4. **Coordenador equipe Alimentação e Reflorestamento**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 18 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

agora. Então, vem da necessidade para a gente chamar alguém.¹⁴¹

Além da análise de situações políticas e econômicas específicas que se apresentam no país, nas Assembléias são difundidas as propostas dos diferentes setores em que está organizado o MST e, em tempo de eleições, os trabalhadores se reúnem para analisar as propostas dos diferentes candidatos. Nas suas palavras:

Análise de conjuntura teve o ano passado, mas eu não consigo lembrar com quem, mas teve várias, porque era período das eleição, então, a gente fez vários para analisar os candidatos, qual que era a melhor proposta, com quem que o Movimento estava mais alinhado, quem que a gente ia apoiar, teve bastante. Teve com Edgar, que é do setor da educação, que a gente discutiu como que a gente vai trabalhar a educação, não só na escola, fazendo essa ponte entre escola e assentamento, para a gente estar formando todo mundo junto. Também teve com os jovens, com os jovens sempre tem bastante.¹⁴²

Nas Assembléias também são analisadas as necessidades do coletivo e se avaliam as possibilidades de pressionar para que se atendam as reivindicações dos trabalhadores, tanto no âmbito das políticas públicas de proteção de direitos como no âmbito do acesso aos meios de produção de alimentos. Os trabalhadores rurais assentados no Conquista na Fronteira identificam e valorizam a capacidade de pressão política que têm como organização ao fazer parte do MST e que lhes permite fazer exigências e propostas, dado que o Estado os reconhece como interlocutores com força política.

Embora nas Assembléias do assentamento, periodicamente, sejam apresentadas análises da conjuntura política e econômica do Brasil, por

¹⁴¹ Entrevista 5. **Comissão de Educação.** 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

¹⁴² Entrevista 5. **Comissão de Educação.** 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

diferentes intelectuais vinculados ao MST, ainda faz falta ampliar as análises no âmbito da região da América Latina.

No que diz respeito à análise da estratégia do monopólio da produção de alimentos, o Conselho Social e Político percebe a necessidade de se opor coletivamente à concentração internacional da produção e distribuição de alimentos; ademais, destaca a importância da organização e associação dos trabalhadores e do fortalecimento da unidade entre trabalhadores rurais e com outras categorias para conseguir a reforma agrária e se opor ao aprofundamento da concentração dos meios de produção e à respectiva desapropriação e miséria dos trabalhadores rurais e suas famílias. Na sua visão,

Para se contrapor ao agronegócio, tu tens que ter um conjunto de medidas, não dá simplesmente para você criar um mundinho da Cooperunião e se contrapor ao agronegócio. O que agora está sendo feito é essa questão das mobilizações contra o agronegócio, contra o capitalismo, contras essas coisas absurdas que estão acontecendo, unificando as forças do campo, com os movimentos sociais, com outras cooperativas ligadas ao campo, outros sindicatos para você criar uma resistência maior contra esse capitalismo selvagem que está aí e o agronegócio. Nós temos trabalhado essa questão da formação política e ideológica para a gente não perder o ódio contra o capitalismo e o agronegócio, ter essa coisa rancorosa contra eles, porque senão tu perde um pouco a pertença de nossas lutas e acaba nós tendo problemas. Nós temos trabalhado muito isso, porque nós entendemos o seguinte: se nós não combater o agronegócio, o capitalismo rural do campo, vamos ter problema, não vai sair reforma agrária, vai ter monopólio da água, monopólio dos meios de produção de todas as naturezas, a semente, o adubo, vamos ser refém, se nós não se organizar e não lutar contra isso vai ter problema, e muito problema.¹⁴³

¹⁴³ Entrevista 7. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 21 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Social e Político, 2015).

Também se sublinha, no anterior depoimento, que os assentados têm presente que, para superar a concentração internacional da produção e distribuição de alimentos, é necessário construir estratégias que transcendam o âmbito local. Ou seja, se para fortalecer o agronegócio e a centralização de capitais na agroindústria foram planejadas e desenvolvidas estratégias no âmbito internacional, para superar tal tendência os trabalhadores deverão também construir uma estratégia, no mínimo, com as mesmas dimensões e abrangência.

Porém, os assentados manifestaram ter pouca informação sobre as características, os argumentos, as estratégias e os efeitos do monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos no Brasil e na América Latina:

Na parte política, nós, hoje, temos dificuldade, também porque hoje não temos uma política para nós entender mesmo essa questão do agronegócio, entender esse processo... Então, não tem uma política, uma visão, hoje, para nós.¹⁴⁴

Esta fragilidade na formação política dos trabalhadores rurais assentados impede que estes, apesar de identificarem a necessidade de se opor coletivamente ao monopólio internacional dos alimentos, enxerguem as possibilidades concretas de ação em seu tempo histórico e território específico. Os assentados têm dificuldade em indicar como, desde o trabalho no assentamento e no Movimento, poderiam agir contra a concentração da produção e distribuição de alimentos, porque, para se posicionar a respeito, antes, precisam saber o que é, como funciona e como os afeta.

Inclusive, a direção da Cooperunião considera impossível que eles possam fazer algo contra o fortalecimento do agronegócio, devido à estreita relação que este tem com o Estado e ao papel que exerce na economia nacional. Os assentados assim se expressam sobre este tema:

O que se tem feito, desde a Cooperativa, para atingir o Agronegócio?

¹⁴⁴ Entrevista 4. **Coordenador equipe Alimentação e Reflorestamento.** 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 18 de Março, 2015. (Assentado, Coordenador Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

Na verdade, nós, pequenos **temos muita pouca chance de atingir, porque eles são muito fortes, o governo federal** não vai bater de frente com o agronegócio porque o agronegócio é responsável pelo PIB. O governo está encurralado, então, se ele dá de frente, vai ter problema no produto interno bruto, balança comercial, e daí? **Então, nós, pequenos, não temos muito que fazer.**¹⁴⁵

Entretanto, segundo a perspectiva dos coordenadores das equipes de trabalho, é possível, mediante ações concretas na produção no assentamento, se opor ou, pelo menos, não contribuir para a difusão e o fortalecimento da concentração internacional da produção e distribuição dos alimentos. Entre as ações no âmbito da produção, destacadas pelos entrevistados, encontram-se as seguintes: não plantar sementes transgênicas, não usar agrotóxicos, discutir e difundir as técnicas de produção agroecológicas e fortalecer as cooperativas de trabalhadores.

De outro lado, no que diz respeito à relação entre capital e Estado, os assentados entrevistados do Conquista na Fronteira sabem que o Estado e suas políticas propendem para a proteção dos interesses do capital. Eles assinalaram, por exemplo, que uma das principais dificuldades que os trabalhadores têm para se oporem a manifestações do capital na agricultura, tais como o agronegócio, tem a ver com a forma como este é difundido e fortalecido no interior das diferentes instâncias do Estado e com os fortes vínculos com os governantes que controlam as diferentes instituições estatais:

Enquanto Movimento, nós avançamos muito em número de assentados, melhora da qualidade de vida, proteção à natureza, mas o que nós não podemos esquecer é que nós estamos dentro do sistema capitalista e dentro disso, tu vai perceber que nós, enquanto assentamento, a experiência nossa, coletiva, ela é quase única. É difícil você bater de frente com o agronegócio ele é muito mais forte economicamente do que nós, mas nós precisamos, enquanto Movimento, avançar além do número de pessoas assentadas, precisamos

¹⁴⁵ Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

ainda melhorar a qualidade do assentamento. O agronegócio é nosso inimigo, sempre foi e sempre será, só que ele é um inimigo que é difícil ser combatido porque ele está dentro do governo do estado, dentro do governo municipal e dentro das esferas federais, por exemplo, a Ministra da Agricultura, Katia Abreu, é uma das maiores aliadas do agronegócio. Então, como que tu vai ter alguns avanços sobre isso? Não bastando isso, tu vai no campo político, por exemplo, nas eleição que houve, faz pouco, uns dos partidos aliados, o PMDB, hoje, está em cima do muro e fazendo de tudo para derrubar o governo, seja no Senado, seja na Câmara dos deputados. O próprio governo em si está se vendo apurado para escapar. E aí nós, enquanto Movimento, que é que podemos esperar enquanto avanço? Nós, lá, quando Lula ganhou a eleição, nós achávamos e aguardávamos que nós íamos ter um avanço muito maior do que tivemos, com a Dilma, a mesma coisa, e foi o contrário. Se fôssemos pegar os dados, nós tivemos menos pessoas assentadas que no governo da direita, mas não quisemos bater de frente com o governo. O governo é popular. Como que seria, nós, depois de fazer tanta questão de eleger o Lula, e nós, no dia seguinte, ir para o combate contra o governo? Se foi esperando, aguardando, e foi um ano e foi quatro e foi oito e foi dezesseis, mas se tu pegar, no campo de assentamento, é menor que lá, com Fernando Henrique Cardoso. Não conseguimos avançar, deixamos correr, mas perdemos com isso enquanto número de assentamentos. Aí tu vai brigar com o agronegócio? Quando, enquanto governo, tivemos um recuo muito grande, não só na qualidade dos assentamentos. Nós, aqui, internamente, em algumas coisas, não conseguimos avançar, mas avançamos no frigorífico que estamos construindo, então, uma coisa compensa outra, mas a grande parte das famílias assentadas, hoje, defende o governo, mas se tu vai analisar pelo número de pessoas assentadas, não teve diferença.¹⁴⁶

¹⁴⁶ Entrevista 11. **Coordenador Equipe dos Bovinos.** 12 anos no assentamento.

Também questionaram o compromisso dos últimos governos nacionais com a pauta e com as reivindicações dos trabalhadores rurais, especialmente com a reforma agrária, pois percebem que não houve aumento no número dos assentamentos e que se apresentaram retrocessos na qualidade dos assentamentos existentes. Ademais, advertiram sobre o efeito neutralizante das políticas públicas nas ações coletivas das organizações e associações de trabalhadores, assim como na incorporação dos valores, das prioridades e dos objetivos do sistema de produção capitalista no interior do assentamento.

Contudo, a compreensão das formas como o Estado promove e fortalece o capital na agricultura requer maiores desdobramentos nas análises. O coletivo do assentamento não está conseguindo perceber a mediação do Estado no interior do assentamento. Um exemplo disso é o fato de o Conselho Diretor não ver o frigorífico como outro mecanismo, não apenas de neutralização e exploração dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nem tampouco como um veículo de internalização da racionalidade do capital nos trabalhadores Sem Terra, que pode corroer as conquistas do processo educativo desenvolvido com os trabalhadores durante a trajetória histórica do assentamento.

O Coletivo ainda precisa se apropriar de elementos teóricos para desenvolver processos de reflexão permanente que ajudem os assentados a controlar a ação educativa do Estado e do Capital, assim como distinguir os conteúdos ideológicos incorporados nas diferentes políticas e nos programas estatais.

3.5.3 Limites

No assentamento Conquista na Fronteira, a *formação dos trabalhadores rurais para a análise do contexto político e econômico da produção de alimentos* apresenta como limites a diminuição do tempo disponível para a formação política dos assentados no tempo de trabalho e a centralidade da educação escolar em detrimento da educação no tempo de trabalho e no tempo livre.

Em relação ao primeiro limite, apesar de que no assentamento Conquista na Fronteira a organização coletiva do trabalho possibilita a participação dos assentados em espaços que propiciam a *formação para*

a análise do contexto político e econômico, tais como os Núcleos de Base, em que se organizam as famílias e as Assembléias, houve uma diminuição dos encontros e das atividades de formação política no tempo de trabalho, devido ao aumento dos compromissos de produção da Cooperunião, como eles mesmos afirmam:

Os nossos balaços são feitos muito rápido, nós paramos para discutir muito quando tem que encaminhar. **Parou-se de fazer Assembleia e Núcleo**, bem raro, às vezes, assim, que se faz. Se faz só quando tem que encaminhar alguma coisa, quando está ali apertando, que tem que encaminhar. Eu acho que teria que ser com mais tempo, que teria que ter muita formação, para tu conseguir ter uma idéia concreta ou um pensamento fixo, é muito, assim, rapidão. E por quê? Não têm tempo? O que acontece? Eles não tiram esse tempo por causa de que eles querem ser uma empresa. Quem, eles?

A coordenação e a direção não puxa isso e o pessoal se acomoda com isso, é o mesmo desenvolvimentismo que tem o Brasil!¹⁴⁷

O que ficou faltando? O que ficou mais para trás e se precisa retomar?

Nosso tema gerador. O tema gerador, que é a proposta de Paulo Freire, que a gente sempre definiu como tema gerador aqui, sempre definiu que é o que vai se trabalhar na escola e este ano a gente não conseguiu fazer isso .A gente pegou e assumiu o tema que tinha no município, que também não foge muito de nossa realidade, mas é diferente a gente pegar uma proposta pensada por alguém do que a gente discutir a nossa e colocar nossos pontos; então, para o próximo ano, é uma coisa que ficou assim, muito de estar discutindo, de estar retomando, de começar a discussão muito antes, para garantir que no começo do ano a gente

¹⁴⁷ Entrevista 1. **Coletivo de Jovens**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filho de assentado, coletivo de Jovens, 2015).

chegue lá com nosso tema pautado. O tema gerador é o tema que orienta todo o trabalho.

O que aconteceu? Por que este ano não conseguiram propor o tema gerador?

Este ano se perdeu o tempo de estar discutindo, porque estávamos **na discussão do frigorífico e organizando outras coisas**, acompanhando a gurizada de fora, muito curso e muita atividade e acabou passando o tempo. **Foi falta de tempo porque, quando a gente lembrou do tema gerador, faltava um mês para começar as aulas, aí já não deu tempo.** Por isso a idéia de começar a discutir muito tempo antes, agora, para garantir que no começo do ano se tenha o tema definido.¹⁴⁸

A direção da Cooperativa e o Conselho Social e Político consideram que a formação política dos assentados deve ser uma prioridade e deve ser feita de forma permanente, mas a pressão dos compromissos de produção com o mercado e as dificuldades econômicas da Cooperunião, associadas ao seu endividamento, limitam o tempo para o planejamento estratégico das atividades de formação, o tempo que pode ser disponibilizado para a formação política dos trabalhadores assentados, o tempo de formação dos mesmos dirigentes e coordenadores, e o tempo para o registro e a sistematização das atividades desenvolvidas nos diferentes espaços de formação política no interior do assentamento.

O fato de que a formação construída e dirigida pelos trabalhadores esteja ocupando um lugar secundário no planejamento e na dinâmica cotidiana do assentamento encontra-se relacionado com as pressões dos imperativos impostos pelo trabalho e pelo mercado, dos quais os assentados agora são reféns e que, entre outras conseqüências, reduz o tempo que eles podem dedicar ao planejamento das atividades e a sua formação política. Mészáros (2008) explica que os trabalhadores “(...) simplesmente não podem escapar de seus imperativos, uma vez que estes lhes são diretamente *impostos*, com a absolutez de um “destino

¹⁴⁸ Entrevista 5. **Comissão de Educação.** 24 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 19 de Março, 2015. (Filha de assentado, Comissão de Educação, 2015).

social”, correspondente à sua subordinação *estruturalmente assegurada* na ordem social estabelecida” (p. 99, grifo do autor), e como consequência, seu horizonte temporal é truncado. O autor afirma textualmente:

O horizonte temporal truncado dos indivíduos exclui a possibilidade de estabelecerem para si mesmo objetivos transformadores abrangentes e vice-versa, a ausência de determinações transformadoras abrangentes em sua visão condena sua consciência temporal a permanecer trancada no mais estrito horizonte temporal da imediatez. (MÉSZÁROS, 2008, p. 112-113).

Esta redução no tempo disponível para a formação dos assentados não parece afetar da mesma maneira os cursos técnicos e a formação política. Segundo o que foi assinalado no item anterior, sobre a *formação para a produção diversificada de alimentos* no interior do assentamento, houve um fortalecimento na formação técnica no tempo de trabalho dos assentados; entretanto, na formação que tem como desafio aproximar o trabalhador rural ao contexto político e econômico que determina sua situação histórica específica e propende para o desenvolvimento de sua capacidade de deliberação, os assentados apontam um enfraquecimento e a respectiva necessidade de priorizar e reintegrar, nos próximos planejamentos, a formação política dos assentados.

Nas palavras dos entrevistados:

Vamos ter que voltar a ter os cursos de base do Movimento, do começo, lá, que é voltar a estudar organicidade, formação política, como está funcionando a sociedade, esse tipo de formação é que eu acho que está faltando bastante como assentamento todo.¹⁴⁹

Tem que fazer uma conscientização para manter esse coletivo, porque no estágio que a gente está hoje, **a gente, com as crises que tem, se escuta as pessoas falar que individual seria melhor.** Se

¹⁴⁹ Entrevista 1. **Coletivo de Jovens**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 14 de Março, 2015. (Filha de assentado, Coletivo de Jovens, 2015).

não tiver uma boa formação e conscientização, eu não acredito que acontece aqui que o coletivo se termine, mas pode correr esse risco. **Precisa de formação focada na segurança do coletivo** Por exemplo, a gente agora vai passar o processo de eleição da direção, de coordenação, de comissão, de setores de produção, então, seria um grande momento da gente fazer formação sobre, por exemplo, a vivência de uma cooperativa coletiva, isso eu acho importante.¹⁵⁰

Eu acho que nós temos que tomar uma iniciativa novamente, porque as pessoas vão se atrofiando, com a eleição do Lula **nós tivemos uma parada do Movimento** e depois elegemos Dilma e a mesma coisa, então, tu começa a perder de vista [...]. **Então, vamos ter que buscar e trazer novamente a questão da formação política e ideológica;** porque a partir que você traz os mais velhos para a luta, tu automaticamente está dizendo para os jovens: vocês também têm que ir. E o ano que vem, vamos ter que fazer um trabalho de conscientização política e ideológica.¹⁵¹

Como se pode constatar, alguns dos entrevistados identificam um recuo na formação política no assentamento, associando-o a sua relação com o Partido dos Trabalhadores (PT) e ao apoio do Movimento às eleições dos presidentes do Brasil nos quatro últimos períodos de governo. Por isso, consideram que, no momento, a principal necessidade da formação dos assentados é retomar a formação política e ideológica que esteve na base do Movimento e na origem do assentamento.

Salienta-se que, no caso do assentamento Conquista na Fronteira, a falta de tempo para a formação dos assentados é apenas uma pequena manifestação de problemas mais profundos. Como consequência do “truncamento no horizonte temporal”, provocado pela influência das “mediações de segunda ordem”, tanto os objetivos, como as aspirações e as ações do Coletivo e da Cooperativa dos trabalhadores rurais

¹⁵⁰ Entrevista 12. **Equipe Alimentação e Reflorestamento**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 24 de Março, 2015. (Assentado, Equipe Alimentação e Reflorestamento, 2015).

¹⁵¹ Entrevista 7. **Conselho Social e Político**. 27 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 21 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Social e Político, 2015).

assentados no Conquista na Fronteira acabam subordinados à solução dos problemas imediatos. Sonhos, tais como o da transformação da sociedade capitalista, são postergados e reduzidos à sobrevivência econômica dos trabalhadores no interior do atual sistema de produção.

Com relação ao segundo limite, referente à centralidade da educação escolar em detrimento da educação no tempo de trabalho e no tempo livre, as respostas sobre as conquistas e os desafios da educação no assentamento apontam que esta é associada, preponderantemente, à formação desenvolvida com as crianças e jovens nos centros de ensino e não com aquela que acontece com todos os assentados nas equipes de trabalho, nos Núcleos de Base, nas Assembléias ou nos encontros do Coletivo de Jovens. O seguinte fragmento da entrevista realizada ao Conselho Diretor faz alusão a esta dificuldade:

Quais foram as conquistas no setor de educação no ano agrícola de 2014-2015?

A maior conquista que nós temos a nível da educação é nós manter a nossa escola primária, que hoje, a nível de estado, a política da educação é concentrar nos distritos e nos municípios. Então, a nível de Estado, as escolas municipais foram todas fechadas e destruídas, isso por uma questão de redução de custo, de folha, magistério. Nós conseguimos manter a nossa escola. Até quando que vai? Não se sabe, porque, na verdade, a lei existe, eu acredito que assim que nós troquemos de administração nós corremos sério risco de perder a escola. Este ano já era para começar a sair daqui, ir todos lá, a vinte quilômetros daqui, e são todas criancinhas pequenas. Nós temos mantido a Creche, todas essas são nossas grandes conquistas. O resto é normal.

Quais são os desafios no âmbito de educação para o próximo ano agrícola?

Tem que manter porque, na verdade, tu não tens muito que inovar, porque os currículos já vêm direto da Secretaria de Educação. Se nós conseguimos manter que nós transformamos todo o material que vem da Secretaria de Educação para nossa realidade, isso, para nós, é muito gratificante, porque isso acaba... (entra alguém). Então, se nós conseguimos manter a escola de pé, com nossos alunos, e trabalhar a questão da

educação dentro de nossa realidade de vida, tá de bom tamanho.

Qual seria a tarefa do setor de educação para manter vivo o MST e o caráter coletivo do assentamento?

A tarefa seria isso que já falei antes, que é encaminhamento do Movimento, que nas áreas de assentamento seria os alunos crescer conforme a sua realidade onde vivem, mas que infelizmente isso não aconteceu de forma geral. Aqui, porque nós temos a professora nossa, temos a Cooperativa organizada, temos a escola, é organizada como cooperativa, mas tu vai pegar um assentamento individual fora e não existe isso. Prefeito lá é tal e determina a professora tal e vai fazer o que a Secretaria de Educação mande. Aqui ainda se mantém nos vinte e poucos anos.¹⁵²

Todas as conquistas e os desafios no âmbito da educação, apontados pelo Conselho Diretor, giraram em torno da educação na escola e as respostas da Comissão de Educação também destacaram conquistas e desafios no mesmo sentido assinalado pelo Conselho Diretor no depoimento anterior, com a diferença de que destacam que as conquistas na Ciranda e a projeção das atividades da comissão para o próximo ano agrícola indicaram a necessidade de discutir a forma de trabalhar junto com o Conselho Social e Político nos Núcleos de Base.

Não obstante, é importante esclarecer que, embora a educação no assentamento esteja relacionada somente com a educação escolar e, por conseguinte, a comissão de educação tenha concentrado sua atenção principalmente no que acontece na escola e na Ciranda, isso não significa que, na prática, a educação no tempo de trabalho e no tempo livre não aconteça. Como já se apontou, nesses espaços, os trabalhadores rurais assentados têm incorporado diferentes aprendizados, tanto no âmbito da formação política como no da capacitação técnica. A dificuldade centra-se na falta de um projeto educativo dirigido pelo coletivo, que intencione o controle da ação educativa do Estado e do Capital tanto na escola como no tempo de

¹⁵² Entrevista 13. **Conselho Diretor**. 26 anos no assentamento. Assentamento Conquista na Fronteira, MST, 25 de Março, 2015. (Assentado, Conselho Diretor, 2015).

trabalho e no tempo livre e articule de forma estratégica os diferentes espaços formativos no interior do assentamento.

Segundo Mészáros (2008), a educação desde a perspectiva capitalista, tem o propósito de: reproduzir a lógica do sistema; internalizar os valores e as práticas que garantam o fortalecimento e conservação das atuais relações econômicas; legitimar o lugar que tem cada pessoa na hierarquia social; aquietar e impedir a crítica e as mobilizações; produzir tanta conformidade ou consenso quanto for possível; em suma, naturalizar a sociedade das mercadorias (p. 45). Portanto, é necessário e urgente que no assentamento Conquista na Fronteira a educação seja compreendida em seu sentido amplo, além da educação escolar, pois somente assim poderá reduzir os efeitos da ação educativa do Estado e do capital.

Desse modo, como resultado da diminuição do tempo disponível para a formação política dos assentados no tempo de trabalho e a não compreensão da educação em seu sentido amplo, apresenta-se, no interior do assentamento, um enfraquecimento dos espaços e das práticas de formação política no tempo de trabalho. Isto conduz, simultaneamente, ao debilitamento no controle da incidência das “mediações de segunda ordem” (Estado, mercado, trabalho assalariado) e a seus respectivos processos de internalização dos objetivos, propósitos e valores promovidos pelo Capital no assentamento Conquista na Fronteira.

Para finalizar destaca-se que, o processo formativo dos trabalhadores rurais não termina na *análise do contexto político e econômico da produção e distribuição dos alimentos*, ele continua com *ações coletivas para a criação e utilização de mecanismos de pressão política*. Continua a luta por condições de vida digna para os trabalhadores e pelo acesso aos meios de produção. Por isso, com a intenção de fazer alguns apontamentos sobre este último aspecto, propõe-se a *formação para a análise praxica da concentração internacional da produção e distribuição dos alimentos* como um propósito formativo também ancorado na materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar, mas que movimenta e possibilita o desenvolvimento da formação para a ocupação da terra, a propriedade coletiva da terra, a organização coletiva do trabalho e a produção diversificada dos alimentos.

A *formação para a análise praxica da concentração internacional da produção e distribuição dos alimentos*, de um lado, visa a que os trabalhadores rurais consigam identificar a necessidade de se opor coletivamente ao monopólio internacional da produção e

distribuição de alimentos e, de outro lado, que eles consigam perceber sua responsabilidade e capacidade coletiva de agir; quer dizer, procura que os trabalhadores rurais consigam perceber as possibilidades concretas de ação em seu tempo histórico, além de atuar em consequência disso. Os anteriores são momentos diferentes, mas não necessariamente diacrônicos. Retomando as orientações de Mészáros (2008),

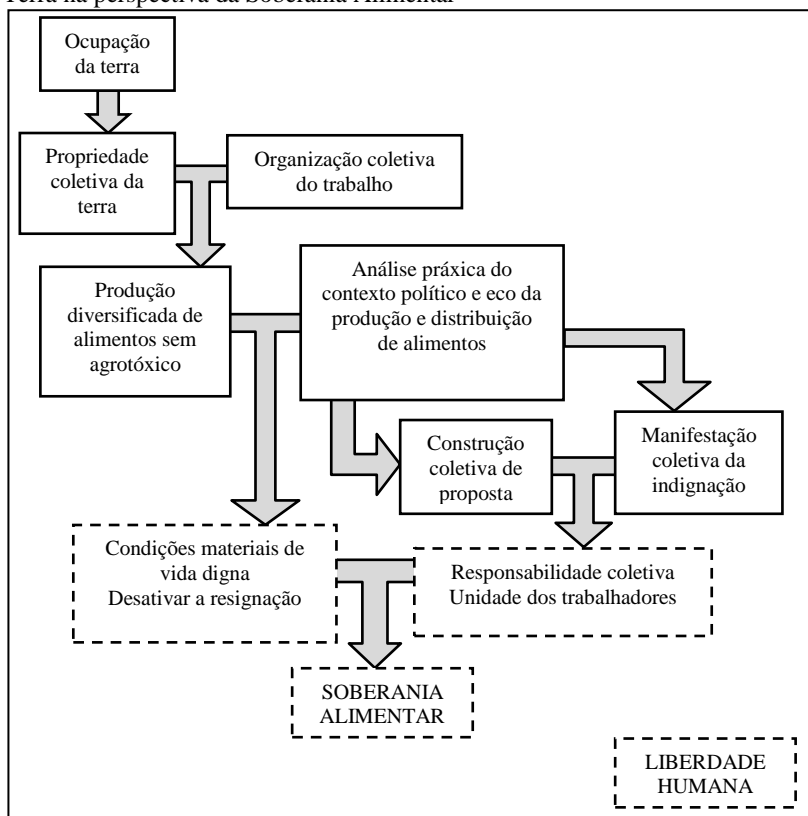
[...] espera-se que os indivíduos se tornem realmente *conscientes* de sua parte no desenvolvimento humano com relação tanto a seus *objetivos transformadores abrangentes* positivamente plausíveis quanto à *escala temporal* de seu próprio envolvimento real e **contribuição específica** ao processo de mudança de suas sociedades. (p. 114)

A concretização do primeiro momento deste último propósito conduz à qualificação da proposta de Soberania Alimentar e media na conquista de seus propósitos no interior das limitações do sistema capitalista; e o segundo momento auxilia para que a proposta de Soberania Alimentar não se estagne ou se conforme com a restituição dos direitos dos trabalhadores rurais, o aumento da renda e as medidas protecionistas do mercado interno e termine, assim, limitando suas lutas na proclamação e defesa de um Estado Keynesiano conforme caracterização desenvolvida por Montañó e Duriguetto (2012).

A construção coletiva de propostas supõe uma ação consciente e intencionada, trabalha pelo reconhecimento das responsabilidades individuais e coletivas, pela criação e pelo fortalecimento de vínculos de trabalho junto com outras organizações, com movimentos e coletivos que representem os interesses dos trabalhadores no âmbito local, nacional e internacional. Implica também fazer análises da correlação de forças e ocupar os espaços de participação, disponíveis ou não, para pressionar estrategicamente a reorientação do rumo de diretrizes encaminhadas à conformação de monopólios, à intensificação da exploração do trabalho e à respectiva expansão reprodutiva do capital. Em outras palavras, trata-se de construir estratégias no âmbito local, regional e internacional contra o monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos que, simultaneamente, propendam para a unidade da classe trabalhadora e para o reconhecimento de seu papel histórico.

A seguir, apresenta-se a Figura 2, que ilustra a proposta de articulação entre os propósitos que integram a formação política dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na perspectiva da materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar.

Figura 2 - Propósitos formativos da educação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na perspectiva da Soberania Alimentar



Fonte: Proposta elaborada por Claudia Janet Cataño Hoyos (2015).

Em síntese, conforme o estudo das possibilidades e dos limites apresentados no processo de produção de alimentos e de formação política, desenvolvido pelos Trabalhadores Rurais Sem Terra no interior do assentamento coletivo Conquista na Fronteira, para avançar na materialização das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar é necessário desenvolver, com os trabalhadores rurais, processos de formação política no tempo de trabalho e de não

trabalho que tenham como propósitos: a formação para a ocupação da terra, para a propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, para a organização coletiva do trabalho, para a produção diversificada de alimentos sem agrotóxicos e para a análise praxica do contexto político e econômico da produção e distribuição dos alimentos. A Soberania Alimentar pode ser concretizada nos limites da atual sociedade, desde que sejam desenvolvidos processos formativos em direção à conquista de condições materiais de vida digna, desativação da resignação, responsabilidade coletiva e unidade dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar são propostas que nasceram em contextos políticos diferentes, representam interesses de classes historicamente em disputa e que, a partir de interpretações opostas do direito a estar protegido contra a fome, construíram propósitos e estratégias de ação divergentes e em constante embate com a intenção de eliminar a fome no mundo. Entre a proposta de Segurança Alimentar defendida pelos organismos multilaterais e a proposta de Soberania Alimentar defendida pelos movimentos de trabalhadores rurais há convergências no que diz respeito a princípios políticos, tais como: o reconhecimento do papel relevante da mulher na produção, distribuição e no consumo dos alimentos; o reconhecimento da capacidade produtiva das organizações populares e dos trabalhadores Sem Terra; e a preservação do meio ambiente e o fomento de cooperativas de produtores. Ambas também ressaltam como elemento determinante na implementação de suas estratégias e na conseqüente concretização de seus propósitos a necessidade de um ambiente social pacífico e estável, onde os alimentos não sejam utilizados como arma de pressão política.

Ao mesmo tempo são propostas que divergem radicalmente no que diz respeito à concepção do Estado, ao acesso e à propriedade dos meios de produção de alimentos, ao tipo de reforma agrária, às características do sistema de produção agrícola e dos alimentos produzidos e às prioridades na comercialização dos alimentos.

O conteúdo dos documentos dos encontros internacionais sobre Soberania Alimentar e Segurança Alimentar, realizados no período de 1996-2007, revelam que a proposta de Segurança Alimentar, desde sua origem, foi uma estratégia para fortalecer o monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos, e em contrapartida, a Soberania Alimentar representa uma perigosa afronta ao processo de consolidação do monopólio internacional de produção e distribuição de alimentos, uma vez que pretende se opor ao processo de consolidação do monopólio internacional da produção e distribuição dos alimentos, defende a autonomia das nações na definição de políticas agrícolas e dos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos, e reivindica o papel do Estado como regulador da economia e garantidor de direitos.

Mesmo assim, a Soberania Alimentar como proposta apresenta limitações. Ela não propõe nem tem as condições mínimas para fazer pontes com outros sistemas de produção, somente procura redistribuição

de recursos e bem-estar econômico, social e ambiental para os trabalhadores do campo nos limites da sociedade que se tem hoje. De modo que tanto a Segurança Alimentar como a Soberania Alimentar são propostas factíveis no interior dos limites do sistema de produção capitalista.

No entanto, a proposta de Soberania Alimentar construída pelos movimentos sociais no espaço do Fórum Mundial de Soberania Alimentar necessita ser qualificada construindo estratégias fundamentadas em experiências concretas de trabalho que ajudem a visualizar as possibilidades e os limites e, de forma particular, requer integrar a dimensão educativa na sua estrutura estratégica para assim conseguir avançar na sua materialização, tendo em vista que não faz alusão à formação política e à capacitação técnica dos trabalhadores rurais responsáveis pela produção dos alimentos.

Por sua vez, no que diz respeito à produção coletiva de alimentos no assentamento Conquista na Fronteira, conclui-se que a maior parte das condições políticas e econômicas necessárias para a materialização da proposta de Soberania Alimentar está presente na experiência de produção coletiva de alimentos no referido assentamento, não obstante as significativas limitações relacionadas ao contexto político e econômico no âmbito nacional e internacional.

Premissas da proposta de Soberania Alimentar, tais como: acesso a terra, conformação de cooperativa de trabalhadores, acesso a crédito, tecnologias e outros meios de produção, planejamento coletivo do território e do sistema agroalimentar, restituição e proteção dos direitos dos trabalhadores rurais, produção de quantidades suficientes de alimentos para o abastecimento das famílias e priorização de circuitos curtos de comercialização já foram materializadas no assentamento pesquisado.

Porém, as limitações se apresentam no que diz respeito às características das tecnologias de produção e à participação dos trabalhadores no controle de políticas de produção e comercialização. A proposta de Soberania Alimentar dos movimentos sociais sublinha a necessidade de produção dos alimentos mediante a implementação de tecnologias agroecológicas que garantam produtos que não representem riscos a saúde humana e animal, assim como a proteção da biodiversidade e da natureza em geral; mas no assentamento, a formação e o acompanhamento técnico para a produção diversificada de alimentos é frágil, há ambivalência, tanto no discurso como na prática, em relação à matriz tecnológica a ser adotada para a produção dos alimentos que geram renda, e não há condições de acesso a tecnologias agroecológicas.

Assim, no assentamento Conquista na Fronteira, as famílias de Trabalhadores Rurais Sem Terra, do MST, mediante a propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, a organização e realização coletiva do trabalho, e a comercialização de alimentos por eles produzidos, conquistaram condições materiais para ter uma vida digna no campo, conseguiram satisfazer as necessidades de alimentação e renda, reivindicaram seus direitos políticos, sociais e econômicos, porém, com altos custos políticos.

A relação com o Estado e com o Mercado abre as portas para a internalização do “ethos capitalista” e para a exploração dos trabalhadores e sua organicidade. A formação política dos assentados é neutralizada, é capturado o tempo livre descoberto com a liberação simultânea da terra e da força de trabalho. Os compromissos comerciais, as tecnologias concebidas com a racionalidade do capital, as dívidas assumidas para ter acesso a estas e o ritmo que elas impõem fissuram e interrompem os processos formativos de desinternalização da lógica e os valores próprios do Capital. Apresenta-se, no interior do assentamento, um enfraquecimento dos espaços e das práticas de formação política no tempo de trabalho. A dificuldade centra-se na falta de um projeto educativo dirigido pelo Coletivo, que intencione o controle da ação educativa do Estado e do Capital, tanto na escola como no tempo de trabalho e no tempo livre, e articule de forma estratégica os diferentes espaços formativos no interior do assentamento.

Como resultado, a conservação do caráter coletivo da terra, do trabalho e da produção de alimentos do assentamento está sendo ameaçada e explorada. Mesmo que a experiência educativa dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do assentamento Conquista na Fronteira se caracterize pelo desenvolvimento de importantes processos formativos para a ocupação da terra, propriedade coletiva da terra, organização coletiva do trabalho, produção coletiva e diversificada de alimentos e *análise prática* do contexto político e econômico, hoje, estes processos estão enfraquecidos como causa e ao mesmo tempo consequência do pouco controle da incidência das “mediações de segunda ordem” que se instalam no assentamento via Cooperunião. Os processos desenvolvidos pelos trabalhadores foram neutralizados, de modo que foi conquistada a dignidade da vida dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, porém, contraditoriamente, cada vez mais se limita a concretização de mudanças sociais mais amplas e a liberdade deste coletivo de trabalhadores subsumidos à lógica do Capital.

Contudo, a experiência de organização e produção de alimentos e a formação política desenvolvida durante mais de 27 anos, pelos

Trabalhadores Rurais Sem Terra do Assentamento Conquista na Fronteira, oferece elementos-chave para a qualificação da proposta de Soberania Alimentar, uma vez que a experiência supera, em muitos aspectos, os princípios e as premissas da Soberania Alimentar, dado o caráter coletivo do assentamento, o qual catalisa os avanços, e também porque esta experiência apresenta os principais entraves da concretização da proposta, pois somente a materialidade das dificuldades movimenta a construção de estratégias para sua superação.

No que diz respeito à formação política dos trabalhadores rurais, o processo desenvolvido no assentamento Conquista na Fronteira ensina que, para conseguir a coletivização da terra e dos meios de produção, a organização e realização coletiva do trabalho, a propriedade coletiva dos alimentos produzidos e, além disso, afrontar os limites e as contradições no interior das cooperativas de produção agrícola, é fundamental desenvolver, com os trabalhadores rurais, processos educativos permanentes.

Tais processos formativos devem ir além da apropriação das tecnologias e dos procedimentos para a produção diversificada de alimentos. Também devem promover uma formação política que tenha uma articulação dialética entre o trabalho e a educação, que proporcione elementos conceituais e metodológicos para que os trabalhadores rurais consigam desativar a resignação, pressionar por reformas agrárias e condições de vida digna, desaprender a lógica do lote individual, construir alternativas tecnológicas, fazer a análise crítica do contexto político e econômico, conhecer a natureza, a história, as estratégias e os argumentos do monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos, assumir a responsabilidade coletiva de agir em seu tempo histórico e contribuir para a construção da unidade dos trabalhadores, participar de ações coletivas para a criação e utilização de mecanismos de pressão política, assim como construir propostas e estratégias escalonadas para a transformação social de seu presente.

Em poucas palavras, para conseguir avançar em termos das condições políticas e econômicas da proposta de Soberania Alimentar, faz-se necessário desenvolver processos de formação política com os trabalhadores rurais, no tempo de trabalho e no tempo de não trabalho, que objetivem a formação para a ocupação da terra, a formação para a propriedade coletiva da terra e dos meios de produção, a formação para a organização coletiva do trabalho, a formação para a produção diversificada de alimentos sem agrotóxicos e a formação para a análise prática da concentração internacional da produção e distribuição dos alimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. O sistema de Metabolismo Social do Capital e seu Sistema de Mediações. In: _____. **Os sentidos do Trabalho**. 6. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2003. cap. 1.

BANCO MUNDIAL. **Colômbia: Una Política de Tierras en Transición**. Bogotá, Colômbia: Centros de Estudios sobre Desarrollo Económico, Universidad de los Andes, ago. 2004. Documento CEDE 2004-29. ISSN 1657-7191. Disponível em: <https://economia.uniandes.edu.co/components/com_booklibrary/ebooks/d2004-29.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

BERSTEIN, Henry. A dinâmica de Classe do desenvolvimento agrário na era da Globalização. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 52-81, maio/ago., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a04v13n27.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

BRASIL. Lei n 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Suplemento, p. 49. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 25 out. 2015.

BRASIL. Lei n 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991. p. 14801. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm>. Acesso em: 25 out. 2015.

BRASIL. Lei n 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios de Previdência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991. p. 14809. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 25 out. 2015.

BRASIL. Lei n 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 dez. 1993. p. 18769. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em: 25 out. 2015

BRASIL. Decreto N 7.352, de 4 de novembro de 2010. Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 2003. (Instituído pela Portaria n 1.374, de 3 de junho de 2003. Grupo permanente de Trabalho de Educação do Campo. Resolução CNE/CEB N 1.)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Brasília, DF, 2015. (Base de dados atualizada em 16 jul.2015). Disponível em: <www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2015.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**. 2000. 323 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

COFFEY, Amanda; ATKINSON, Paul. *Encontrar el Sentido a los Datos Cualitativos. Estrategias complementarias de investigación*. 1. ed. em espanhol. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2003.

COLÔMBIA. Ministerio de Educación Nacional (MEN). **El proyecto de Educación Rural PER**. Bogotá, 2013. Disponível em:

<<http://www.mineduacion.gov.co/1621/w3-article-329722.html>>.
Acesso em: 04 nov. 2013.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1974, Roma.
Declaración Universal Sobre la Erradicación del Hambre y la Malnutrición. Roma: ONU, 1974. RES 3348 (XXIX). Disponível em:
<<http://www2.ohchr.org/spanish/law/malnutricion.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE LA VÍA CAMPESINA, 2., 1996, Tlaxcala. ***Declaración de Tlaxcala***. Tlaxcala, México, 1996. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/2-tlaxcala-1996-mainmenu-48/374-ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996>>. Acesso em: 25 out. 2015.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA, 5., 2008, Maputo. **Carta de Maputo: Agricultura Campesina y Soberania Alimentaria Frente a la Crisis Global**. Maputo, Moçambique, 2008. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaraciones-mainmenu-70/590-carta-de-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina>>. Acesso em: 25 out. 2015.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento da safra Brasileira Grãos**. Brasil, v. 1, n. 9, jun. 2014. Disponível em:
<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_06_10_12_12_37_boletim_graos_junho_2014.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **0602 - Suprimentos de Carnes**. Brasília, 2015a. Disponível em:
<<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1538&t=2>>. Acesso em: 25 out. 2015.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **0601 - Balanço de Oferta e Demanda Brasileira**. Brasília, 2015b. Disponível em:
<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_09_18_16_13_02_0601_-_balanco_de_oferta_e_demanda_brasileira-set2015.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. (CONAB). **Acompanhamento da safra Brasileira Grãos**. Brasil, v. 2, n. 9, jun. 2015c. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_06_11_09_00_38_boletim_graos_junho_2015.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Análises dos Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: CSAN, 2014. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/2155/2155.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA UNIÃO DO OESTE. **Regimento Interno assentamento Conquista na Fronteira**. Dionísio Cerqueira, 29 jan. 2011. 21 p.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA UNIÃO DO OESTE. **Cooperunião**: Documento apresentado ao Ministério Público da União e ao Ministério Público do Trabalho. Dionísio Cerqueira, 2015. 36 p.

CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 1996, Roma. ***Declaración de Roma: Sobre la seguridad alimentaria mundial y plan de acción***. Roma: ONU, 1996. (WFS/96/3). Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613s/w3613s00.HTM>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO, 2002, Roma. ***Informe de la Cumbre Mundial Sobre Alimentación: cinco años después***. Roma: ONU, 2002. (WFS:fy1/2002/REP). Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/005/y7106s.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

DALMAGRO, Sandra. **Trabalho, Coletividade, Conflitos e Sonhos: A Formação Humana no Assentamento Conquista na Fronteira**. 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Centro Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em:

<<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82354/186889.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 mar.2014.

DAL RI, Neusa Maria e GIRALDEZ, Candido. Gestão democrática na escola pública: Escola Construindo o Caminho. **Revista Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 14, n. 2, p. 111-125, maio/ago., 2010. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/497/85>>. Acesso em: 25 out. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**. O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-237. (A Questão Agrária, v.7).

FORO DE ONG PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 1996, Roma: ***Declaración dirigida a la Cumbre Mundial de la Alimentación: Ganancias para unos cuantos o alimentos para todos. Soberanía y Seguridad Alimentaria para eliminar la globalización del hambre.*** Roma, Itália: 1996. Disponível em: <http://www.treatycouncil.org/new_page_524122.htm>. Acesso em: 25 jun. 2014.

FORO DE ONG/OSC PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2002, Roma. ***Soberanía Alimentar: Un derecho de todos.*** Roma, Itália, 2002. Disponível em: <<http://nyeleni.org/spip.php?article178>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2001, Havana. ***Declaración Final: Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria.*** Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <<http://www.edualter.org/material/sobirania/declaracion%20cubapdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007, Nyéléni. ***Declaración de Nyéléni.*** Nyéléni, Selingue, Malí, 2007a. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal21/Nyeleni.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007, Nyéléni. *Hacia una agenda de acción para la soberanía alimentaria*. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007b. Disponível em: <http://www.nyeleni.org/spip.php?article136&var_recherche=%20Declaraci%C3%B3n%20de%20la%20conferencia%20especial%20por%20la%20sob>. Acesso em: 26 set. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007, Nyéléni. *Las políticas de Comercio Internacional y los Mercados Locales*. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007c. (*Apuntes para guiar las discusiones*). Disponível em: <<http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Políticas-comercio-internacional-mercados.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007. *La Soberanía Alimentar, el conocimiento Local y la Tecnología*. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007d. (*Apuntes para guiar las discusiones*). Disponível em: <<http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Soberania-Alimentaria-Conocimiento-Tecnologia.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007. *El acceso y control de los Recursos Naturales para la Soberanía Alimentar*. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007e. (*Apuntes para guiar las discusiones*). Disponível em: <<http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Acceso-Control-Recursos-Naturales.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2007. *Modelos de Producción: Los impactos sociales en la soberanía alimentaria, las personas, sus medios de subsistencia y el medio ambiente*. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007f. (*Apuntes para guiar las discusiones*). Disponível em: <<http://www.nyeleni.org/IMG/pdf/Modelos-Produccion.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FORUM TERRA, TERRITORIO E DIGNIDADE, 2006. **Declaração Final**. Porto Alegre, Brasil: 6-9 mar. 2006. Disponível em: <http://www.ecoportal.net/Eco-Noticias/Foro_Tierra_Territorio_y_Dignidad_.Declaracion_Final_Porto_Alegre_6_-_9_de_marzo_de_2006>. Acesso em: 28 set. 2014.

GALEANO MARÍN, María Eumelia. *Estrategias de Investigación Social Cualitativa. El giro en la mirada*. 1. ed. (espanhol). Medellín: La Carreta Editores, 2004.

GRADE, Marlene. **MST: Luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista**. 1999. 318 f. Dissertação (Mestrado em economia) - Curso de Programa de Pós-graduação em Economia, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

HOFFMANN, Rodolfo; GOMES, Marlon. Evolução recente da estrutura e propriedade fundaria no Brasil. In: GASQUES, J.; VIEIRA FILHO, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **A Agricultura Brasileira: Desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. Cap. 2, p. 45- 66. ISBN: 978-85-781-1050-5. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/236012067_A_agricultura_brasileira_desempenho_desafios_e_perspectivas>. Acesso em: 25 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados do Universo do Censo Demográfico 2010**. [S.l.]: 2010a. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/tabelas_pdf/tab1.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Santa Catarina Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sc&tema=sinopse_censodemog2010>. Acesso em: 25 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da Pecuária Municipal 2011**: Rio de Janeiro, v. 39, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Producao_da_Pecuaria_Municipal/2011/ppm2011.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Santa Catarina PNAD 2013 - Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sc&tema=pnad_seguranca_alimentar_2013>. Acesso em: 25 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013**. Rio de Janeiro, 18 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000020112412112014243818986695.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201508_5.shtm>. Acesso em: 25 out. 2015.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Assentamentos**. Brasília, [2015a?]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 25 out. 2015.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Decretos Desapropriatórios**. Brasília, 2015b. 27 abr. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/01-decretos_desapropriatorios.xls>. Acesso em: 25 out. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de acompanhamento**. Brasília, maio 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoO DM.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

KAUTSKY, Kart. **A Questão Agrária**. Tradução de C. Iperoig. 3. ed. (português). Brasília: Proposta Editorial, 1980.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toróbio. 2. ed. (português). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANACORDA, Mario Aligheiro. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. 2. ed. (português). Campinas: Editora Alínea, 2010.

MARX, Karl. Capítulo 13: Maquinaria e grande indústria. In: _____. **O Capital: crítica da Economia Política**, livro 1. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013b. p. 445-574.

MARX, Karl. Capítulo 24: A assim chamada acumulação primitiva. In: _____. **O Capital: crítica da Economia Política**, livro 1. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013a. p. 785-833

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lucia. Estado Moderno e Sociedade Civil nos Clássicos da Teoria Política. In: _____. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. p. 19-76.

MOREIRA, Antônio Carlos. **Conquista na Fronteira: desenvolvimento territorial com sustentabilidades**. Frederico Westphalen, Brasil: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Construindo o caminho numa escola de assentamento**. Veranópolis: ITERRA, 2000. (Coleção Fazendo Escola, n.3).

Disponível em:

<[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/FE%20\(3\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/FE%20(3).pdf)>. Acesso em: 13 maio 2015.

NEVES, Lúcia Maria. **A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do Capital para Educar o Consenso**. São Paulo: Xamã VN Editora, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Barbárie e Modernidade: As transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.p. 39-56. (A Questão Agrária, v.7).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York: 1948. (Resolução 217 A (III)). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Nova York: 1966. (Resolução 2200 A (XXI)). Disponível em: http://www.gddc.pt/direitos-humanos/Ficha_Informativa_2.pdf. Acesso em: 02 jan. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). ***El Derecho a la Alimentación***. Nova York: 2005. (Resolução A/RES/60/165). Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/497/53/PDF/N0549753.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. FAO. ***El Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación***. In: CONFERENCIA MUNDIAL DE LA ALIMENTACIÓN, 1974, Roma, Itália, 1974. (64 período de sesiones). Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/meeting/007/F5340S/F5340S03.htm>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional**. Relatório 2014. Brasília: 2014. Disponível em: https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf. Acesso em: 30 ago. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). ***El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo. Cumplimiento de los objetivos internacionales para 2015 en relación con el hambre: balance de los desiguales progresos***. Roma, 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/3/aa5ef7f6-edc8-4423-aae3-88bf73b3c77c/i4646s.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2015.

SANT'ANA DE CAMARGO, Geraldo. Política Agrícola no Brasil: Subsídios e investimentos. In: GASQUES, J; RIBEIRO, J; NAVARRO, Z. (Org.). **A Agricultura Brasileira: Desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. Cap. 9, p. 237-258. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Jose_Eustaquio_Vieira_Filho/publication/236012067_A_agricultura_brasileira_desempenho_desafios_e_perspectivas/links/00b49515af225af12f000000.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SANTOS, Milton. *La Naturaleza del Espacio. Técnica y tiempo, razón y emoción*. Tradução Maria Laura Silveira. 1. ed. (espanhol). Barcelona: Ariel S A, 2000.

SHUTTER, Oliver. *Mayor Capacidad de Respuesta: un marco de derechos humanos para la seguridad alimentaria y nutricional mundial: Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación*. Nova York: ONU, 2008. (A/HRC/9/23). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G08/155/11/PDF/G0815511.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horacio Martins de. **Soberania Alimentar: Uma Necessidade dos Povos**. 2010. Disponível em: <[http://www.mstemdados.org/sites/default/files/Soberania Alimentar - Uma necessidade dos povos - João Pedro Stedile e Horacio Martins de Carvalho - 2010. pdf](http://www.mstemdados.org/sites/default/files/Soberania%20Alimentar%20Uma%20necessidade%20dos%20povos%20Jo%C3%A3o%20Pedro%20Stedile%20e%20Horacio%20Martins%20de%20Carvalho%20-2010.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2014.

STEDILE, João Pedro. Tendências do Capital na Agricultura. In: Stedile, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil 7**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. P. 19-38.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Bases de la Investigación Cualitativa. Técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada*. 1. ed. (espanhol). Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2002.

TORRES, Thelmely. **A Formação Técnico-profissional em Agroecologia no MST/SP**. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Centro Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

TURCATTO, Sergio Miguel. Trabalho coletivo no MST: entre a utopia e a revolução. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 5, 2007. Disponível em:

<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_05/TN5_TURCATT O.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015

VALLES, Miguel. *Entrevistas Cualitativas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2007. (Cuadernos Metodológicos, n. 32).

VÍA CAMPESINA. *Soberanía alimentaria un futuro sin hambre*. In: *FÓRUM DE ONG PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA*, 1996, Roma. *Declaración dirigida a la Cumbre Mundial de la Alimentación*. Roma, Itália, 1996. Disponível em:

<<http://nyeleni.org/spip.php?article38>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

WINDFUHR, Michael; JONSÉN, Jennie. *Soberanía Alimentaria Hacia la democracia en sistemas alimentarios locales*. Tradução Polly Castañeda. 1. ed. (inglês). Reino Unido: ITDG Publishing, 2005.

Disponível em:

<https://www.fuhem.es/media/ecosocial/file/Boletin%20ECOS/ECOS%20CDV/Bolet%C3%ADn%204/FIAN_sob_alim.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

ZIEGLER, Jean. *El derecho a la alimentación, Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación*. Nova York: ONU, 2007. (A/62/289). Disponível em:

<http://www.un.org/es/ga/documents/view_doc.asp?symbol=A%2F62%2F289&Submit=Buscar&Lang=S>. Acesso em: 01 ago. 2014.

ZIEGLER, Jean. *Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la alimentación*. Nova York: ONU, 2008.(A/HCR/7/5). Disponível em: <http://observatoriopoliticasocial.org/sitioAnterior/images/PDF/Biblioteca/biblioteca_2010/ONU_docs/Informes_relatores/Alimentacion/2008-informe%20del%20relator%20especial%20sobre%20el%20derecho%20a%20la%20alimentacin.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - DOCUMENTOS REVISADOS SOBRE A PROPOSTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Quadro 1 – Documentos revisados sobre a Proposta de Segurança Alimentar

Ano	Local	Nome do Encontro	Participantes	Documento Produzido	Código
1974		Conferência Mundial de Alimentação	Assembleia Geral das Nações Unidas	Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição, Informe Estado Mundial da Agricultura FAO	RES 3348 (XXIX)
1966	Nova York	Assembleia Geral da ONU	Assembleia Geral das Nações Unidas	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.	RES 2200 A (XXI)
1996	Roma, Itália	Cúpula Mundial da Alimentação	Assembleia Geral das Nações Unidas. (Chefes de Estado e Governantes de 186 Países e Comunidade Européia, príncipes e princesas) (10.000 participantes) Papa João Paulo II. Organizações do sistema de Nações Unidas (24 organismos) (UNICEF, PNUD, PMA, OIT, OMS, BM, FMI, FIDA, ONUDI, OMC, Fundo de desenvolvimento ONU Mulher). Organizações Intergovernamentais (Banco Africano de desenvolvimento, Banco Árabe, BID, Cruz Roja, Grupo dos 77, Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, Organização Asiática da produtividade, Sistema de integração Centro-americana). ONG: 790 delegados representavam 457 organizações (wfs 96/INF/1, Rev.1)	Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial Sobre Alimentação.	(WFS/96/3)

Ano	Local	Nome do Encontro	Participantes	Documento Produzido	Código
2000	Nova York	Cúpula do Milênio	Assembleia Geral das Nações Unidas	Declaração do Milênio Sete Objetivos do Milênio	RES 2000/10/ECOSOC
2002	Roma, Itália	Cúpula Mundial da Alimentação	<p>FAO e Comitê de Segurança Alimentar Mundial. (FAO-FIDA-PMA e estados membros da FAO o da ONU)</p> <p>Assembleia Geral das Nações Unidas. (Todos os Organismos entre outros OMC, OMS, UNESCO, FIDA, PMA, PNUD e Chefes de Estado e Governantes de 180 Países e Comunidade Européia, Cardeal Secretário de Estado da Santa sede, príncipes e princesas)</p> <p>Organizações Intergovernamentais (Banco Árabe, Instituto interamericano de Cooperação para a Agricultura, Centro Internacional de pesquisa Agrícola, Comitê Internacional da Cruz Roja, etc.)</p> <p>ONG: (Asociación Mesa Nacional Campesina, Associação de Pequenos Agricultores, Associação Mundial de Mulheres rurais, organizações religiosas, instituições de pesquisa, organizações comunitárias campesinas e indígenas, Comissão Pastoral da terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, organizações indígenas e campesinas, Movimento agroecológico, Via Campesina)</p>	Relatório da Cúpula de Alimentação: Cinco Anos Após	(WFS:fyl/2002/REP).
2005	Nova York	Assembleia Geral das Nações Unidas	Assembleia Geral das Nações Unidas	Resolução direito à alimentação	A/RES/60/165

Ano	Local	Nome do Encontro	Participantes	Documento Produzido	Código
2007	Nova York	Assembleia Geral das Nações Unidas	Assembleia Geral das Nações Unidas	Resolução desenvolvimento agrícola	A/RES/61/163
2007	Nova York	Assembleia Geral das Nações Unidas	Assembleia Geral das Nações Unidas	Informe do Relator Especial do direito à alimentação Jean Ziegler: El derecho a la alimentación	(A/62/289)
2008	Roma, Itália	Conferencia de Alto Nivel sobre la Seguridad Alimentaria Mundial	Assembleia Geral das Nações Unidas- FAO	Informe do Relator Especial do direito à alimentação Jean Ziegler.	(A/HCR/7/5)
2008	Roma, Itália	Conferencia de Alto Nivel sobre la Seguridad Alimentaria Mundial	Assembleia Geral das Nações Unidas-FAO	Informe do Relator Especial do direito à alimentação Oliver Shutter: Mayor Capacidad de Respuesta: un marco de derechos humanos para la seguridad alimentaria y nutricional mundial	(A/HRC/9/23)

Fonte: elaborado pela autora

APÊNDICE B – DOCUMENTOS REVISADOS SOBRE A PROPOSTA DE SOBERANIA ALIMENTAR

Quadro 2 – Documentos revisados sobre a Proposta de Soberania Alimentar

Ano	Local	Nome do Encontro	Participantes	Documento Produzido
1996	Tlaxcala, México	II Conferência Internacional da Vía Campesina.		Declaração de Tlaxcala
1996	Roma, Itália	Fórum de ONG para la Soberanía Alimentaria	1300 representantes de ONG de 80 países.	Declaração: Ganancias para unos cuantos o alimentos para todos. Soberanía y seguridad alimentaria para eliminar la globalización del hambre. Declaração Vía Campesina: Soberanía Alimentaria un futuro sin Hambre
2001	Havana, Cuba	Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria Organizado por: Asociación Nacional de agricultores pequeños de Cuba, Centro de Estudios Rurales Albania; Centro de estudios rurales y de agricultura, España; Confederación de nacionalidades indígenas del Ecuador; Coordinadora de productores familiares del Mercosur; Red Internacional derecho humano a Alimentarse, FIAN; Foro mundial de pescadores y trabajadores de la pesca; Fórum Global de Seguridad Alimentaria y Nutricional sustentable; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, IBASE; MST; Red interamericana de Agricultura y Democracia, RIAD; APM-Afrique; Vía campesina	10 países europeos, 14 de África, 8 de Asia/ Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar; Confederación única del seguro Social Campesino Ecuador; Federación Nacional de Organizaciones Campesinas, indígenas y Negras de Ecuador; Grupo Democracia y Desarrollo Local Ecuador; Institute for agriculture and trade policy, EE.UU.; GEYSER, Francia; Centro de Estudios para el cambio del Campo Mexicano; Central Independiente de Obreros Agrícolas y campesinos, México; Frente por el derecho a la Alimentación, México; Unión Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autónomas; Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco; Coordinación Campesina del Perú, Agroecología, Rumania;	Declaração Final: Por el derecho de los Pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su Soberanía Alimentaria
2002	Roma, Itália	Fórum de ONG/OSC para la Soberanía Alimentaria		Declaração Política: Soberanía Alimentar: Un derecho de todos

Ano	Local	Nome do Encontro	Participantes	Documento Produzido
2006	Porto Alegre, Brasil	Fórum Terra, Território e Dignidade		Declaração Final
2007	Nyeléni, Selingue, Mali	Foro Mundial para la Soberanía Alimentar		Declaración de Nyeléni/Hacia una agenda de acción para la soberanía alimentaria/ Declaração Final/Las políticas de Comercio Internacional y los Mercados Locales/ La Soberanía Alimentar, el conocimiento Local y la Tecnología/El acceso y control de los Recursos Naturales para la Soberanía Alimentar Modelos de Producción: Los impactos sociales en la soberanía alimentar, las personas, sus medios de subsistencia y el medio ambiente.
2008	Maputo, Moçambique	V Conferência Internacional da Via Campesina.		Carta de Maputo: Agricultura Campesina y Soberanía Alimentaria Frente a la Crisis Global.

Fonte: elaborado pela autora

APÊNDICE C – CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

Quadro 3 – Caracterização das pessoas entrevistadas em março de 2015

Ent.	Equipe de Trabalho	Comissão	Tempo no MST (anos)	Tempo de Acampamento (anos)	Tempo Assentado no Conquista na Fronteira	Idade	Data da Entrevista
1	Bovinos	Coletivo de Jovens	26	Não teve. (Filho de assentado)	26	26	14-03-2015
2	Alimentação e Reflorestamento	Saúde	26	4 anos	22	50	16-03-2015
3	Alimentação e Reflorestamento	Conselho Social e Político	19	1 ano	12	45	18-03-2015
3	Alimentação e Reflorestamento	Conselho Social e Político	24	Não teve	23	41	18-03-2015
4	Alimentação e Reflorestamento. Coordenador	Sector de produção	26	Não teve (família do município)	26	57	18-03-2015
5	Administrativo e social	Educação e Coletivo de Jovens	24	Não teve (filha de assentado)	24	24	19-03-2015
6	Bovinos	Conselho Social e Político-Esporte	27	Não teve (família do município)	27	33	19-03-2015
7	Alimentação e Reflorestamento	Conselho Social e Político	30	3 anos	27	56	21-03-2015
8	Alimentação e Reflorestamento	Conselho Diretor	20	3 meses	20	45	22-03-2015
9	Grãos. Coordenador	Sector de produção	22	Não teve	22	44	23-03-2015
10	Grãos. Fábrica de Ração	Animação	27	1 ano	27	59	23-03-2015
11	Bovinos. Coordenador	Sector de produção	15	3 anos	12	44	23-03-2015
12	Alimentação e Reflorestamento	Animação	30	3 anos	27	57	24-03-2015
13	Administrativo e Social. Tesoureiro	Conselho Diretor	32	4 anos	27	38	25-03-2015

Ent.	Equipe de Trabalho	Comissão	Tempo no MST (anos)	Tempo de Acampamento (anos)	Tempo Assentado no Conquista na Fronteira	Idade	Data da Entrevista
14	Administrativo e Social. Professora da Escola.	Educação	25	Não	25	50	25-03-2015
15	Alimentação e Reflorestamento	Coletivo de Jovens	17	Não teve. Filho de assentado	17	17	26-03-2015
16	Administrativo e Social. Controle de Custos	Não	30	3 anos	27	30	26-03-2015
17	Alimentação e Reflorestamento. Horta	Não	30	3 anos	27	59	27-03-2015
18	Administrativo e Social	Animação	27	1 ano. Filha de assentado	26	28	27-03-2015
19		Coletivo de Jovens	7	3 anos	Não mora (4)	25	14-03-2015
20	Liberada. Direção Nacional	Conselho Social e Político	32	3 anos	27	56	05-07-2014
21	Alimentação e Reflorestamento	Animação	30	3 anos	26	59	05-07-2014
22	Coordenador do Setor de Produção SC	Cooptrasc	15	6	Não mora	54	07-07-2014

Fonte: elaborado pela autora

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ÊNFASE NA PRODUÇÃO

A FORMAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A PRODUÇÃO COLETIVA DE ALIMENTOS: possibilidades e limites da proposta de Soberania Alimentar

Roteiro da entrevista semi-estruturada com os Coordenadores das Equipes de Trabalho

Nome do entrevistado:		Data:
Equipe de Trabalho	Comissão	Núcleo de Base:
Tempo no MST:	Tempo acampamento de	Tempo assentamento no
Homem	Mulher	Idade:
Lugar da entrevista:	Hora do início: Hora da finalização:	Tempo total da entrevista:
<p>Pergunta norteadora: quais são os limites e as possibilidades da experiência de organização do assentamento (coletivo), organização do trabalho (coletivo-Cooperunião), características do sistema agroalimentar e práticas educativas para conquistar a Soberania Alimentar e combater o monopólio internacional da produção e comercialização de alimentos?</p>		
<p>Objetivo da visita:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Descrever o sistema agroalimentar do assentamento. ✓ Documentar a experiência de produção de alimentos e organização do trabalho do assentamento “Conquista na Fronteira”, identificando sua relação com as premissas e os princípios da Soberania Alimentar (tempo presente). ✓ Documentar as práticas formativas que foram desenvolvidas no assentamento para a conquista da organização coletiva do trabalho e a produção diversificada de alimentos (tempo passado). 		
Código áudio:		Notas:
Temas:		
Características do lugar da entrevista e dos sujeitos presentes:		

Apresentação do entrevistador, da pesquisa e dos objetivos específicos da entrevista. Fazer perguntas de caracterização do entrevistado (Quadro acima).

Planejamento coletivo do território e seu sistema agroalimentar.

- Falemos inicialmente do **calendário agrícola** em sua equipe de trabalho. Quais são os cultivos e os tempos de plantio, colheita, descanso do solo em sua equipe de trabalho? Quais são as tarefas que devem ser feitas pela sua equipe de trabalho segundo a época de plantio e colheita? Como a Cooperativa decide os alimentos que serão produzidos e as quantidades? É uma decisão autônoma das equipes de trabalho, dos núcleos de base, da direção da Cooperativa ou é uma diretriz da central de cooperativas do movimento? Lembrar o exemplo do abate de frangos.
- Como se **organiza o trabalho** de sua equipe em função da **época de plantio e de colheita**? Qual época que você considera que é mais exigente para sua equipe de trabalho e por quê?
- Como a Cooperativa decide os **alimentos que serão produzidos** e quais as quantidades? É uma decisão autônoma das equipes de trabalho, dos núcleos de base, da direção da cooperativa ou é uma diretriz da central de cooperativas do Movimento? Lembrar o exemplo do abate de frangos.
- Quais são os **critérios** que foram levados em conta no **planejamento da safra** do ano agrícola de 2014-2015 na sua equipe de trabalho? (Época de chuva, fases da lua, disponibilidade de força de trabalho, necessidade de subsistência das famílias, amor pelo cultivo, demanda do comércio, diretriz do setor de produção do MST, melhor preço, destinação específica segundo empréstimos).
- Quais são os **propósitos** do movimento em termos de **produção de alimentos** neste momento? E no assentamento Conquista na Fronteira?
- Segundo o último planejamento que fizeram, quais vão ser as **atividades estratégicas** da equipe de trabalho que você coordena? Quais foram as **metas do setor** que você coordena? Quais serão os desafios para o novo ano agrícola?

Propriedade coletiva dos meios de produção (terra, água, sementes, máquinas)

- Quais foram as **políticas e os programas sociais do Estado** que foram fundamentais na criação da Cooperativa e no desenvolvimento dos projetos dos setores de produção? (frigorífico, oficina, armazém, aquisição de ferramentas e tecnologia, viveiro, adegas, horta, avicultura, bovinos). Tem havido mais apoio para produtos que são comercializados do que para os que são para o consumo das famílias do assentamento? .

- Quais foram os principais **programas estatais** aos quais a Cooperunião tem acesso para a **aquisição de tecnologia** para a **qualificação dos processos** produtivos?
- De que maneira o coletivo do assentamento tem participado **na formulação de políticas e programas** de produção e distribuição de alimentos no município e no Estado?
- Quais foram os principais **programas de crédito** a que a Cooperunião teve acesso Qual foi o propósito desses empréstimos? Que tipo de dificuldades se tem apresentado com essas instituições? O que aconteceu com o endividamento que tinha a Cooperativa no ano de 2000? O que tiveram que fazer para conseguir pagar? Hoje, a Cooperativa tem dívidas com quem?
- Quais são os **instrumentos de trabalho** que são individuais? Quais são os instrumentos de trabalho que pertencem ao coletivo? Como se organiza o coletivo do assentamento para usar máquinas e outros instrumentos de trabalho para o cuidado dos animais e cultivos individuais?
- Qual é a forma de **distribuição dos recursos** da Cooperativa? Por que você considera necessário que se trabalhe a terra de forma coletiva? Quais são as dificuldades que você observa para manter a **forma coletiva** de propriedade da terra e da produção?

Sistemas de produção agrícola

- Quais são as **tecnologias para a produção** de alimentos utilizada em seu setor?
- Quais são os procedimentos realizados para conservar os nutrientes e a **fertilidade do solo** em sua equipe de trabalho? Que procedimentos são realizados para o **controle de pragas** e doenças na sua equipe de trabalho? Teve alguma **ação por parte do Estado** que facilitou a incorporação desses procedimentos? Quais foram e como funcionaram?(campanha, curso, assistência técnica, financiamento).
- Houve **políticas do governo** que incentivaram o acesso a sementes transgênicas, filhotes, fertilizantes, praguicidas ou outros insumos no assentamento? Ou pelo contrário, o Governo ajudou a reduzir o uso de fertilizantes, praguicidas e outros insumos?
- Neste momento, quem faz o **acompanhamento técnico** na sua equipe de trabalho e em que consiste? É permanente ou ocasional?(técnicos externos ou do movimento).

Produção de alimentos no assentamento

- Qual foi o **balanço da safra de 2014** em sua equipe de trabalho? (solicitar registro de dados em sacas, cultivos em hectares).

- Quais foram às **dificuldades** assinaladas pela equipe de trabalho?
- Que dificuldades tiveram para a produção de alimentos para o **consumo das famílias do assentamento**? Conseguiram produzir todos os alimentos para a subsistência das famílias do assentamento?
- Quais são os **desafios** do setor de produção, neste momento, para conquistar e **manter autonomia e suficiência na produção de alimentos diversificados para as famílias do assentamento**?
- Que dificuldades se têm apresentado na constância, **qualidade e quantidade dos alimentos** que são para o consumo interno?
 - Como você acha que pode melhorar a quantidade e qualidade dos alimentos que são produzidos no assentamento?
- Que ações são desenvolvidas nas equipes de trabalho, **contra** ao monopólio internacional da produção de alimentos - **agronegócio**?

Organização local do trabalho e da produção

- Desde sua experiência como trabalhador sem terra, quais foram as principais **conquistas** em termos de **proteção de direitos dos trabalhadores** e de suas famílias no assentamento? (saúde, moradia, educação, vias de acesso, transporte, saneamento básico).
- Quais têm sido as **conquistas** em termos de **organização do trabalho e da produção**? (mais tempo livre, menos esforço físico, aumento dos ganhos econômicos, pagamento de dívidas)
- Desde seu ponto de vista, quais são os **desafios** que permanecem no assentamento em termos de **proteção de direitos dos trabalhadores** e de suas famílias? (saúde, educação, via de acesso, transporte, saneamento básico).
- Que **desafios** permanecem no assentamento em termos de **organização do trabalho e da produção**? (mais tempo livre, menor esforço físico, aumento dos ganhos econômicos, pagamento de dívidas).

Restituição e proteção dos direitos sociais dos trabalhadores do campo

- Como se programam as folgas na Cooperativa? Quando tem folga, que atividades você faz em seu tempo livre? Por exemplo, o que você e sua família fizeram no descanso de dezembro?
- Desde sua experiência como trabalhador sem terra, quais foram as principais conquista em termos de proteção de direitos dos trabalhadores e de suas famílias no assentamento? (saúde, moradia, educação, vias de acesso, transporte, saneamento básico).

- Que faz a Cooperativa quando alguém fica **doente**? As horas não trabalhadas são descontadas?
- As pessoas que trabalham na Cooperativa têm possibilidade de **aposentadoria**?
- As pessoas da Cooperativa são liberadas para **participar de marchas**, encontros e espaços de formação do Movimento? Como se organiza a Cooperativa para possibilitar isso? É considerado tempo de trabalho?
- A Cooperativa tem, hoje, a capacidade de dar assistência financeira à família quando uma pessoa morre? A família recebe algum tipo de ajuda?
- De que maneira o coletivo do assentamento tem participado na formulação de políticas e programas de produção e distribuição de alimentos no município e no Estado?
- Desde seu ponto de vista, quais são os desafios que permanecem no assentamento em termos de **proteção de direitos dos trabalhadores** e de suas famílias? (saúde, educação, vias de acesso, transporte, saneamento básico). Que desafios permanecem no assentamento em termos de **organização do trabalho e da produção**? (mais tempo livre, menos esforço físico, aumento dos ganhos econômicos, pagamento de dívidas, proteção à saúde).

Comercialização de alimentos

- Qual é o destino dos alimentos produzidos no assento?(autoconsumo, outros assentamentos, comércio local, exportação). Em que consiste a **política de comercialização**? Ainda comercializam os excedentes da produção da equipe de subsistência na feira local? Por quê?
- Como são **definidos os preços dos produtos** que a Cooperativa comercializa? Que fatores são determinantes? (custo de produção, cotação do dólar, preços do mercado, acordos prévios com compradores.). Estão definidos antes da produção? Ou o comprador os define previamente?
- Quais foram os principais **programas estatais** a que a Cooperunião teve acesso para a **comercialização** dos produtos da Cooperativa? Houve participação do movimento na formulação dessas políticas?
- Quais têm sido as principais conquistas da Cooperativa na comercialização de seus produtos?
- Quais são os principais desafios da Cooperativa na comercialização de seus produtos?

- Em sua opinião, o **livre comércio**, - não restringe as exportações e importações de alimentos- afeta ou favorece a produção e comercialização dos produtos da Cooperunião? De que forma?

FECHANDO

- Quais considera que foram as principais **conquistas** da Cooperativa na briga com o monopólio internacional da produção e comercialização de alimentos - **agronegócio**? E quais considera que são os desafios da Cooperunião e do MST nesse aspecto?
- Tendo em conta a experiência do assentamento com a Cooperunião, que conselho daria aos trabalhadores rurais de América Latina em termos de **organização do trabalho e da produção**? Que cuidados devem ter para não ser uma peça a mais do mercado capitalista?
- Que conselho daria para eles em termos de **formação política e capacitação técnica**? É para incorporar e manter viva a luta e militância como Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra? Alertas.

REFLEXÃO E COMENTÁRIOS DO OBSERVADOR

[illegible]

APÊNDICE E – LINHA DE TEMPO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA E CONTEXTO POLÍTICO DA SOBERANIA ALIMENTAR.

Ano	Governantes do Brasil	Reforma Agrária Número de Decretos desapropriatórios em SC. Fonte: INCRA 2015b	Ações MST	Conquista na Fronteira	Contexto Agricultura e Capitalismo Mundial.	Segurança Alimentar	Soberania Alimentar	Via Campesina
1984	João Figueiredo		Fundação do MST Cascavel.					
1985	João Figueiredo José Sarney		I Congresso Nacional do MST. Sem Reforma Agrária não há democracia / Maio - ocupação simultânea em 7 municípios de SC.	Ocupação em São Miguel do Oeste e Aberlão Luz MST				
1986	José Sarney					Inicia AGROSTAT (HOY FAOSTAT) Estadísticas Agrícolas del mundo.	Constituição da primeira organização internacional pelo direito à alimentação : FIAN	
1987	José Sarney							
1988	José Sarney			24 de junho- Chegada das 35 famílias do MST no Assentamento Conquista na Fronteira.	Na Ronda de Uruguay os representantes de países em desenvolvimento sugeriram que a Soberania Alimentar era preferível à Segurança Alimentar.			
1989				Elaboração do Regimento Interno e dos objetivos do assentamento coletivo.				
1990	Fernando Collor de Melo		II Congresso Nacional do MST .Ocupar, resistir e produzir	Fundação da Cooperunião - 1 de outubro, com 41 sócios fundadores// Inicia a produção de peixes.				
1991	Fernando Collor de Melo	Promulgação das leis 8.212e 8.213 referentes ao sistema previdenciário para os trabalhadores rurais.		Curso de Formação Integrada. (idéia de um só Coletivo)//Educadora faz curso de Magistério no Fundep.				
1992	Fernando Collor de Melo/Itamar Franco			Unificação do trabalho na apicultura/ Eleição de vereador do assentamento.	Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo (CNUMAD), Rio de Janeiro	Declaração Mundial e Plano de Ação sobre Nutrição		Fundação da Via Campesina
1993	Itamar Franco	Promulgação da Lei orgânica de assistência social n° 8.742.			Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena)			1 Conferencia Internacional da Via Campesina.

Ano	Governantes do Brasil	Reforma Agrária Número de Decretos desapropriatórios em SC. Fonte: INCRA 2015b	Ações MST	Conquista na Fronteira	Contexto Agricultura e Capitalismo Mundial.	Segurança Alimentar	Soberania Alimentar	Via Campesina
1994	Itamar Franco	79 somatória dos anos anteriores		Unificação dos dois grupos num só Coletivo associado à Cooperunião. (coletivização de máquinas e grãos).	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, El Cairo	Inicia o Programa Mundial para a Segurança Alimentar (PESA)		
1995	Fernando Henrique Cardoso		4 III Congresso Nacional do MST- Reforma agrária: uma luta de todos.	Unificação de todo o processo de trabalho, terra e bens.	Criação da OMC	Declaração e Plano de Ação de Kioto sobre a Contribuição Sustentável da Pesca e a Segurança Alimentar		
1996	Fernando Henrique Cardoso		19 Fundação da Cooperoeste	Definição de setores de produção estratégicos da Cooperunião.	OMC. I Primeira Conferência Ministerial, Singapura.	I Cúpula Mundial de Alimentação. Roma, Itália.	I Fórum de ONG. Declaração: "Ganancias para unos cuantos o alimentos para todos". Roma. 17 de novembro.	II Conferencia Internacional de La Vía Campesina. (1996). Declaración de Tlaxcala. Abril. Via Campesina (1996): Declaración dirigida a CMA Soberania Alimentar um futuro sem Fome. Roma.
1997	Fernando Henrique Cardoso		11	Inicia o abatedouro de frangos /// Criação da Ciranda Infantil				
1998	Fernando Henrique Cardoso		7		OMC. II Primeira Conferência Ministerial, Genebra. OMC. III Primeira Conferência Ministerial, Seattle.	Conferência internacional água e desenvolvimento sustentável Declaração de Paris.		
1999	Fernando Henrique Cardoso		14			Programa PESA . Documento mais completo sobre o direito à alimentação. Doc. E/C.12/1999/5		
2000	Fernando Henrique Cardoso		4 IV Congresso Nacional do MST :Reforma Agrária por um Brasil sem latifúndio.	Construção da agroindústria de frango.	Encontro dos G8 Okinawa, Japão (Sete Objetivos da OCDE-FM-BM)// I Foro Mundial del Agua, La Haya. Visión Mundial del Agua: Haciendo del Agua un Asunto de Todos Una visión global sobre el agua. La visión de las Américas, hacia la seguridad hídrica marco para la acción.	Cúpula do Milênio: Declaração do Milênio./ECOSOC . Observación General N° 12. Derecho humano a la alimentación. Conferencia Ministerial sobre la Seguridad hídrica en el Siglo XXI.		III Conferencia Internacional de La Vía Campesina. (2000). Declaración de Bangalore.

Ano	Governantes do Brasil	Reforma Agrária Número de Decretos desapropriatórios em SC. Fonte: INCRA 2015b	Ações MST	Conquista na Fronteira	Contexto Agricultura e Capitalismo Mundial.	Segurança Alimentar	Soberania Alimentar	Via Campesina
2001	Fernando Henrique Cardoso	6			OMC. IV Conferência Ministerial, Doha. Reunião Ministerial OMC Qatar 9-13 de nov. Relatório FIDA – FAO – BM. “A pobreza rural no mundo”. 2001 Conferencia Internacional sobre Agua Dulce, Bonn. Declaración Ministerial, recomendaciones para la acción.	Ministro Berlusconi cancela reunião da CMA cinco anos após, na cidade de Roma (argumento: proteger o patrimônio da cidade da violência dos manifestantes)	Foro Mundial Soberanía Alimentaria. Havana, 7 de setembro. Encuentro Hemisférico contra el ALCA. Havana 13-16 nov. Convención Mundial de soberanía Alimentar y Bienestar Nutricional. Havana, Cuba.	
2002	Fernando Henrique Cardoso	3				II Cúpula Mundial de Alimentação cinco anos depois. Roma, Itália	II FÓRUM DE ONG/OSC PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA (2002): Fundación del Comité de Planificación para la Soberanía Alimentaria CIP.	
2003	Lula	2	Ações conjuntas de trabalhadores do campo e da cidade./ Surge o Movimento dos Trabalhadores Desempregados MTD.//		Cumbre Mundial sobre Desarrollo Sostenible, Rio+10, Johannesburgo Declaración sobre el Agua/Tercer Foro Mundial del Agua, Japón Primera Edición del Informe sobre el Desarrollo del Agua a nivel Mundial.	Criação da Aliança contra a Fome e a Subnutrição IALCSH	Convención Internacional de Soberanía Alimentar e Comercio (Cancún, 2003) “Declaración sobre la Soberanía Alimentaria de los Pueblos: Nuestro Mundo no está en Venta”	
2004	Lula	4		Projeto de construção de 52 viviendas de alvenaria (COOPERUNIAO, 2015, p. 26)	OMC V Conferencia Ministerial, Cancún. Análisis de avances del Doha .OMC. Programa de trabajo de Doha para el desarrollo.	Aprobación Directrices Voluntarias da FAO (aprovado no ano 2004 e publicado no ano 2005)		IV Conferencia Internacional de La Via Campesina. (2004).
2005	Lula	1			VI Primeira Conferência Ministerial, Hong-Kong. Análises dos avanços do Doha.	CMA 2005. 14-16 de set. RES/60/175 Direito à Alimentação.		
2006	Lula	1	Encontro Internacional dos Sem Terra. Porto Alegre, Brasil.		BM: Reforma Agrária de Mercado- Consenso de Washington.	Evaluación CSA Plan de Acción de la Cumbre Mundial sobre la Alimentación II Conferencia Internacional sobre Reforma Agraria y Desarrollo Rural (CIRADR) FAO, Porto Alegre, Brasil.	Conferencia Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural em Porto Alegre. Declaração Terra, Território e Dignidade.	

Ano	Governantes do Brasil	Reforma Agrária Número de Decretos desapropriatórios em SC. Fonte: INCRA 2015b	Ações MST	Conquista na Fronteira	Contexto Agricultura e Capitalismo Mundial.	Segurança Alimentar	Soberania Alimentar	Via Campesina
2007	Lula		V Congresso Nacional do MST: Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular.		Crise de falta de alimentos nos estoques/Conferência Sobre Mudança Climática. ONU, Bali, Indonésia.	Resolução Assembleia Geral ONU: o Direito à alimentação (A/62/439/Add. 2, resolução XVII). BM e FMI responsabilizados pelas medidas negativas que geraram a crise de alimentos. I Consulta técnica sobre bioenergia. FAO 16-18 de Abril Começa a Iniciativa América Latina e o Caribe sem Fome. Colômbia.	FORO MUNDIAL PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA (2007): Declaración de Neyelén.	Conferência Internacional sobre Soberania Alimentar, Reforma Agrária e Direitos Camponeses Nepal//
2008	Lula		4		Crise de falta de alimentos nos estoques. BM: Informe Mundial de desenvolvimento: Agricultura para o desenvolvimento. Washington, 2008. Plano de Ação Conferência de 2008 - grupo GAAN. Declaração Conferência Mudança Climática e bioenergia 3-5 de junho. Cúpula dos G8// //	Reunião Especial ECOSOC Crise Alimentar. Conferência de Alto Nível Segurança Alimentar Mundial. Desafios da mudança climática e a bioenergia - FAO. Roma, Itália. Perspectivas da Agricultura 2008-2017 FAO E OCDE. Encontro IALCSH, na Argentina	CIP (2008). Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural em Porto Alegre.	V Conferência Internacional da Via Campesina. (2008). Carta de Maputo: Agricultura Campesina e Soberania Alimentar. Maputo, Moçambique. Conferencia internacional sobre los derechos de los campesinos y campesinas. Declaración Final. Jakarta.

Ano	Governantes do Brasil	Reforma Agrária Número de Decretos desapropriatórios em SC. Fonte: INCRA 2015b	Ações MST	Conquista na Fronteira	Contexto Agricultura e Capitalismo Mundial.	Segurança Alimentar	Soberania Alimentar	Via Campesina
2009	Lula		1		<p>OMC- VII Conferência Ministerial, Genebra. Sistema multilateral de comercio y entorno eco mundial atual.</p> <p>Conferência ONU: Crise financeira e econômica mundial e seus efeitos no desenvolvimento. 24-26 de junho.</p> <p>Cúpula dos G8: La iniciativa de Laquila Segurança Alimentar/</p>	<p>III Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar. Roma, Itália.</p> <p>Foro de Expertos: Cómo Alimentar el Mundo en el 2050.</p> <p>Hacer de la crisis una Oportunidad: Fortalecer el Multilateralismo.</p> <p>Informe del Relator Especial sobre o Direito à alimentação. (A/HRC/19/31).</p> <p>Reunião de consulta e coordenação sobre preços agrícolas e crise alimentar. Caracas, 17 de setembro de 2009.</p> <p>Reforma Comité de Segurança Alimentaria Mundial CSA. Cria-se o Grupo de alto nível de expertos em Segurança Alimentar e nutrição (HLPE).</p>	<p>Foro Sociedade Civil para ONG e Organizações de Agricultores, Roma 14-16 de novembro.</p>	
2010	Lula		0		<p>Cúpula ONU: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio//</p>	<p>Propuesta de Directrices para una gobernanza responsable de la tenencia de la tierra y los recursos naturales FAO. Propuestas ante la crisis alimentaria global//Iniciativa América Latina y el Caribe sin hambre Ecuador.//</p>	<p>CIP: (2010) Declaración II Conferencia especial para la Soberanía Alimentaria. Ciudad de Panamá, Panamá. 25-26 de Abril.</p> <p>Conferencia Regional Organizaciones Sociales, Movimientos Sociales y ONG: Directrices Voluntarias para la Tenencia de la Tierra y los Recursos Naturales</p>	<p>"Crises e Soberania Alimentar: Via Campesina e o tempo de uma ideia."</p>

Ano	Governantes do Brasil	Reforma Agrária Número de Decretos desapropriatórios em SC. Fonte: INCRA 2015b	Ações MST	Conquista na Fronteira	Contexto Agrícola e Capitalismo Mundial.	Segurança Alimentar	Soberania Alimentar	Via Campesina
2011	Dilma Rousseff		1	Aumento da produção de frango terceirizado.	Cúpula del G-20 em Paris Junio/OMC. VIII Primeira Conferência Ministerial, Ginebra. Ingresso dos países "menos adiantados"/	Sistema de indicadores de Segurança Alimentar. BM-FAO/ONU. (2011, 18 de fevereiro). Pesquisa preliminar do Comitê Assessor do Conselho de Direitos Humanos: "Promoção dos direitos dos agricultores e de outras pessoas que trabalham nas zonas rurais". IALCSH , Peru CSA: Posse da Terra e investimento internacional na agricultura.	FIAN Internacional : "Proposta das organizações da sociedade civil para a elaboração das diretrizes da FAO sobre governança responsável da posse da terra e os recursos naturais". Março, 2011.	
2012	Dilma Rousseff		0	Inicia a tendência à diminuição da produção de ervamate // aumenta a produção de leite.	TLC Colômbia-USA	CSA: Diretrizes Voluntárias sobre governança responsável da posse da terra, pesca e bosques no contexto da Segurança Alimentar nacional. Foro de expertos de alto nível: luta contra a insegurança alimentar em crises prolongadas. CSA (primera versión): Marco Estratégico Mundial para la Seguridad Alimentaria y Nutrición.	CIP (2012). Declaración III - Conferencia Especial para a Soberania Alimentar pelos Direitos e pela Vida. Buenos Aires, Argentina. (Surge a Alianza Continental por la Soberania Alimentaria). Documento da Fundação da Alianza pela Soberania Alimentar dos Povos da América Latina .	
2013	Dilma Rousseff		1	Ampliação do frigorífico.	OMC IX Conferência Ministerial-Bali. Acordo sobre a facilitação do comércio na agricultura.	IV CMA, Roma, Itália// Declaração dos direitos camponeses (A/HRC/WG.15/1/2).	I Asamblea de la Alianza por la Soberania Alimentaria De América Latina y el Caribe. (2013). Declaración Final. Bogotá, Colômbia. 5-8 de agosto.	VI Conferência Internacional da Via Campesina. (2013). El llamado de Yakarta, Jakarta, Indonésia. 9-13 de Junho.
2014	Dilma Rousseff		1	VI Congresso Nacional do MST, Brasília. "Lutar, construir Reforma Agrária Popular".		Marco Estratégico Mundial para a Segurança Alimentar (MEM). Ano internacional da Agricultura Familiar. FAO: Simpósio Internacional de Agroecologia.	IV Conferencia Especial de la Alianza por la Soberania Alimentaria de los pueblos de América Latina e o Caribe. Santiago de Chile.	Declaración - Dia internacional contra os monocultivos.

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ÊNFASE NA EDUCAÇÃO

A FORMAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A PRODUÇÃO COLETIVA DE ALIMENTOS: possibilidades e limites da proposta de soberania alimentar

Roteiro da entrevista semi-estruturada com ênfase na educação

Nome do entrevistado:		Data:
Equipe de Trabalho	Comissão	Núcleo de Base:
Tempo no MST:	Tempo de acampamento	Tempo no Assentamento
Homem	Mulher	Idade:
Lugar da entrevista:	Hora do início: Hora finalização:	Tempo total da entrevista:
<p>Pergunta norteadora: quais são os limites e as possibilidades da experiência de organização do assentamento (coletivo), organização do trabalho (coletivo-Cooperunião), características do sistema agroalimentar e práticas educativas para conquistar a Soberania Alimentar e combater o monopólio internacional da produção e comercialização de alimentos?</p>		
<p>Objetivo da visita:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Descrever o sistema agroalimentar do assentamento. ✓ Documentar a experiência de produção de alimentos e organização do trabalho do assentamento “Conquista na Fronteira”, identificando sua relação com as premissas e os princípios da Soberania Alimentar (tempo presente). ✓ Documentar as práticas formativas que foram desenvolvidas no assentamento para a conquista da organização coletiva do trabalho e a produção diversificada de alimentos. (tempo passado). 		
Código áudio:	Notas:	
Temas:		
Características do lugar da entrevista e dos sujeitos presentes		

Apresentação do entrevistador, da pesquisa e dos objetivos específicos da entrevista. Fazer perguntas de caracterização do entrevistado (Quadro acima).

Passado

- No início do assentamento, quais foram as estratégias implementadas para conseguir que as famílias **desaprendessem a lógica do lote individual** e a desconfiança de um para com o outro? Houve diferenças entre as famílias acampadas que eram do MST e as que eram do município?
- Depois, na trajetória do assentamento, que dificuldades têm se tem apresentado para manter- segurar o caráter coletivo do trabalho e da produção no assentamento e como foram superadas essas dificuldades? Qual é a **chave para conseguir criar e manter o caráter coletivo do assentamento**?
- De que forma tem sido difundida a **experiência de organização coletiva** do assentamento Conquista na Fronteira em outros assentamentos?

Restituição e proteção dos direitos sociais dos trabalhadores do campo

- Como se programam as folgas na Cooperativa? Quando tem folga, que atividades você faz em seu tempo livre? Por exemplo, o que você e sua família fizeram no descanso de dezembro?
- Desde sua experiência como trabalhador sem terra, quais foram as principais conquista em termos de proteção de direitos dos trabalhadores e de suas famílias no assentamento? (saúde, moradia, educação, vias de acesso, transporte, saneamento básico).
- Que faz a cooperativa quando alguém fica **doente**? As horas não trabalhadas são descontadas?
- As pessoas que trabalham na cooperativa têm possibilidade de **aposentadoria**?
- As pessoas da Cooperativa são liberadas para **participar de marchas**, encontros e espaços de formação do Movimento? Como se organiza a Cooperativa para possibilitar isso? É considerado tempo de trabalho?
- A Cooperativa tem, hoje, a capacidade de dar assistência financeira à família quando uma pessoa morre? Recebe algum tipo de ajuda?
- De que maneira o coletivo do assentamento tem participado na formulação de políticas e programas de produção e distribuição de alimentos no município e no Estado?
- Desde seu ponto de vista quais são os desafios que permanecem no assentamento em termos de **proteção de direitos dos**

trabalhadores e de suas famílias? (saúde, educação, vias de acesso, transporte, saneamento básico). Que desafios permanecem no assentamento em termos **de organização do trabalho e da produção**? (mais tempo livre, menos esforço físico, aumento dos ganhos econômicos, pagamento de dívidas, proteção saúde).

Formação Política

- No ano passado, quais foram os espaços de **formação e participação política no interior** do assentamento? (Diferenciar adultos, jovens, crianças, coordenadores de equipe de trabalho, direção e comissões). Quem os solicitou? Que instituição os direcionou? (identificar setor de educação ou de produção do MST, entidade técnica do Estado, sindicato, EPAGRI, universidade, organização camponesa, ONG).
- Quais os espaços de **formação e participação política fora do assentamento** de que participam os assentados? (Diferenciar adultos, jovens, crianças, coordenadores de equipe de trabalho, direção e comissões). **Que instituição os direcionou?** (identificar setor de educação ou produção do MST, entidade técnica do Estado, universidade, sindicato, EPAGRI, organização camponesa, ONG.).
- Que cursos ou **experiências de formação política** estão **planejadas** para este ano no interior do assentamento e fora do assentamento?
- Que **critérios** são levados em conta para planejar e solicitar os cursos de formação política no interior do assentamento e fora do assentamento?

Capacitação técnica

- Quais foram os espaços de **capacitação técnica** e administrativa **no interior** do assentamento, no ano de 2014? Quais foram os espaços de **capacitação técnica** e administrativa **fora** do assentamento no ano de 2014? (Diferenciar adultos, jovens, crianças, coordenadores de equipe de trabalho, direção e comissões). **Que instituição os direcionou?** (identificar setor de educação ou produção do MST, entidade técnica do Estado, universidade, organização camponesa, ONG).
- Que estratégias educativas foram realizadas com os **Núcleos de Base e as Equipes de Trabalho do assentamento** para promover a produção diversificada de alimentos/ transição agroecologia/ Consumo doméstico/soberania alimentar? (Assistência técnica, cursos, eventos, campanhas).

- Que cursos ou **experiências de capacitação técnica** estão **planejadas** para este ano no interior do assentamento e fora do assentamento?
- Que **critérios** são levados em conta para planejar e solicitar os cursos de capacitação técnica no interior do assentamento e fora do assentamento?

Espaços de formação no assentamento

- Quais são os principais espaços formativos no interior do assentamento? (assembleias, encontros de núcleos de base, das comissões, seminários, estágios, encontros de grupos de jovens, atividades culturais e esportivas).
- Como se ensina aos jovens o funcionamento do coletivo, as diretrizes e os princípios do MST e as atividades, os protocolos e procedimentos de cada um dos setores de produção?
- Hoje, o que faz o coletivo do assentamento para ajudar a desaprender a lógica do lote individual que trazem as famílias novas?
- As pessoas da Cooperativa são liberadas para participar de marchas, encontros e espaços de formação do movimento? Como se organiza a Cooperativa para possibilitar isso? É considerado tempo de trabalho? Quem financia?
- Quais são os propósitos do **estágio** no assentamento? Quem direciona e avalia os estagiários? Há registro das famílias que têm realizado estágio no assentamento?
- Quando chega uma **família nova**, como se define a equipe de trabalho de que fará parte e como se ensinam as atividades e os procedimentos que esta família deverá realizar? Como se ensina às famílias novas o funcionamento do coletivo, as diretrizes e os princípios do MST?

Desafios

- Segundo o último balanço, o que fizeram no assentamento e quais têm sido as principais **conquistas da comissão** de educação no ano passado?
- Segundo o último balanço, o que fizeram no assentamento e quais foram as principais **dificuldades encontradas** pela comissão de educação?

- Neste momento, quais são os propósitos do movimento em termos de formação política e formação técnica para a produção de alimentos? Quais são as **atividades estratégicas** do setor de educação no assentamento Conquista na Fronteira?
- Hoje, quais são os **desafios** do setor de educação? E quais são os desafios para conquistar e manter autonomia e suficiência na produção de alimentos diversificados para as famílias do assentamento?

FECHANDO

- Quais considera que foram as principais **conquistas da cooperativa** na briga com o monopólio internacional da produção e comercialização de alimentos - **agronegócio**? E quais considera que são os desafios da Cooperunião e do MST neste aspecto?
- Que ações são desenvolvidas na comissão de educação e no conselho social e político **para se opor** ao monopólio internacional da produção de alimentos - **agronegócio**?
- Tendo em conta a experiência do assentamento com a Cooperunião, que conselho daria aos trabalhadores rurais da América Latina em termos de **organização do trabalho e de produção**? Que cuidados devem ter para não ser uma peça a mais do mercado capitalista? Que conselho daria para eles em termos de **formação política e capacitação técnica**? É para incorporar e manter viva a luta e militância como Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra? Alertas.

REFLEXÕES E COMENTÁRIOS DO OBSERVADOR
